Maria Nazareth Alvim de Barros



DEUS RECONHECERÁ OS SEUS

A história secreta dos cátaros

Rocco



EDIÇÕES EREMITA

Criação do Epub:

SEBO DIGITAL

sebodigital.wordpress.com

Texto revisado e adaptado conforme o
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
de 1990 que entrou em vigor em 2009.

Maria Nazareth Alvim de Barros

DEUS RECONHECERÁ OS SEUS

A História Secreta dos Cátaros

Rocco
2007

Para Marilyn
Que navega comigo no mesmo barco
Que compartilha das aventuras do percurso
Que faz parte da minha história.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
O CONFLITO
A INVASÃO
A RENDIÇÃO
A CAÇADA
O DESAFIO
A INJUSTIÇA
A RECONQUISTA
A RESISTÊNCIA
O BLEFE
A EXTORSÃO
A INSUBMISSÃO
QUADRO CRONOLÓGICO
NOTAS

INTRODUÇÃO

Como o mal apareceu no mundo? Um Deus bom não pode desejar o Mal, não pode criar condições para que ele se manifeste; logo, ao lado de um princípio eternamente Bom, existe um princípio eternamente Mau.

O pensamento dualista surgiu como resposta satisfatória a este questionamento. No princípio do cristianismo, o problema do Mal agitava as comunidades religiosas orientais. Entretanto, no primeiro século da nossa era, o pensamento dualista, que se manifestava através de heresias, não era condenado. Heresia significava um ato de escolha dentro de princípios filosóficos, filiados a uma escola, seita ou doutrina. Foi entre os séculos II e IV, quando a Igreja determinou os cânones do Novo Testamento, o credo apostólico e se tornou uma instituição eclesiástica, que as heresias foram marginalizadas. Dogmas e doutrinas que elas defendiam, quando comparados aos da ortodoxia, adquiriram sentido contrário ao que foi definido pela Igreja Católica em matéria de fé. Heresias e hereges passaram a ser perseguidos. Em estado latente, elas e eles se mantiveram.

Por volta do ano 1000, o problema do Mal voltou a atormentar o homem. O retorno das heresias tornou-se um fato europeu. O que hoje denominamos catarismo apareceu na França, no século XI, possivelmente trazido da Bulgária. O catarismo se instalou também na Catalunha, na Itália, na Alemanha, na Inglaterra, mas foi no Sul da França que tomou forma de religião, organizando-se como Igreja, como civilização original. Foi ainda no Sul da França que ele contou com a conivência dos senhores feudais e exerceu influência social e política sobre a região, modificando o pensamento e os hábitos cotidianos dos sulistas.

Em meio a tantas cruzadas, tantas mortes em nome de Cristo, a Cruzada

Albigense, empreendida contra cristãos e não contra infiéis, foi a que obteve maior êxito e consequências importantes. Após a expedição de 1226, o papa Gregório IX instaurou o primeiro sistema de controle ideológico, feito através de denúncias, delação institucionalizada, interrogatórios e constituição de fichas de informação. A Inquisição, comandada pelos Frades Pregadores, deu nascimento a uma ferramenta que seria privilegiada por todos os totalitarismos futuros, por todas as ditaduras vindouras. Anos depois, o Languedoc [1] foi anexado à Coroa da França, fato de importância capital para a constituição da França atual, porque abriu para o reino as portas do Mediterrâneo.

O CONFLITO

Em meados do século XI, a grande preocupação da Igreja era o retorno das heresias, que contaminavam os fiéis e os afastavam da ortodoxia de Roma. A mais perniciosa era a difundida entre tecelões. Bispos e arcebispos reagiam. Faziam pregações, reuniam-se em concílios, estabeleciam cânones proibindo feudatários e povo, sob pena de excomunhão [2] e interdição, de dar asilo e proteção a infiéis ou manter quaisquer relações com eles, mas as ameaças não impediram o desenvolvimento da heresia nem o convívio com hereges. Ao contrário, no início do século XII, ela ganhava seguidores por toda parte. Foi para divulgá-la que, em 1116, o monge Henrique de Lausanne chegou a Mans. O bispo da cidade acolheu-o sem questionamentos. Olhos voltados para uma viagem a Roma, mal informado sobre o conteúdo da doutrina que seria exposta e defendida pelo monge, o bispo lhe deu permissão para falar ao povo. Ele partiu, e quando voltou à cidade fervilhava. De um lado, o povo, entusiasmado, escutava atentamente as ideias trazidas por Henrique; de outro, as autoridades religiosas locais escandalizavam-se com o teor de seus calorosos discursos. Proibido de pregar, ele não se acovardou e, para espanto da comunidade eclesiástica, não se calou. Os fiéis, encantados com a heresia, garantiam-lhe autoridade e amparo. O bispo conseguiu rechaçá-lo de seus domínios. Henrique refugiou-se em várias cidades, aliciou inúmeros seguidores, mas onde pregava era escorraçado. Tanto teimou, que foi intimado a se retratar em concílio. Desculpou-se, compungido. Depois, esqueceu promessas e, indiferente a ameaças, reproduziu as antigas crenças. Fuga... Expulsão... Fuga... Expulsão...

Vinte anos depois, Henrique de Lausanne abancou-se em Toulouse. Granjeou inúmeros adeptos. Suas palavras resvalaram para cidades vizinhas, e muitos se converteram à heresia. Afonso Jordão, conde de Toulouse, não fora

ensinado a tolher ideologias, fossem elas filosóficas, éticas ou religiosas. Estava habituado à diversidade de pensamento, advogava tolerância. Para o conde, nada mais natural que cada um professasse a religião de sua escolha. O renascimento de heresias dualistas era um fato europeu. Desde o ano 1000, após alguns séculos de latência, elas haviam sido reativadas e, se no início do cristianismo alvoroçaram o Oriente, mil anos depois agitavam o Ocidente, trazidas dos Bálcãs e do norte da Itália. Não seria ele quem as reprimiria, menos ainda os católicos da cidade. O motivo? Como perseguir amigos e parentes que cresceram juntos, foram educados nos mesmos moldes de respeito às diferentes maneiras de pensar? Os hereges viviam honradamente, como verdadeiros cristãos. Sustentavam-se através do trabalho de suas mãos, exerciam a pobreza pessoal em nítida vontade de restaurar a pureza dos ensinamentos de Cristo. A heresia preconizava um retorno ao evangelismo primitivo, aquele defendido pelo Salvador e seus apóstolos, e que a Igreja Católica esquecera, tão preocupada se encontrava com hierarquia e bens alcançados.

A Igreja não pensava como o conde. Exasperava-se com o avanço da heresia. Para tentar detê-la, convocou Bernardo de Clairvaux [3] para advertir os fiéis, mostrar-lhes o perigo a que se expunham ao abraçar crenças condenadas. Acreditou que a interferência do santo homem intimidaria os desviados e os traria de volta ao rebanho, dando fim à situação que se tornava intolerável para Roma. Bernardo, antes de deixar a abadia, enviou carta a Afonso Jordão. Acusou Henrique de Lausanne de semear males e perigos por onde passava. Recriminou Afonso por acolhê-lo em terras condais, por deixá-lo propagar infames mentiras que esvaziavam igrejas, negavam sacralidade a santuários divinos, vilipendiavam sacramentos, afastavam fiéis de festas valorizadas pela Igreja, condenavam religiosos, lhes roubavam a devida reverência. Desmereceu a atitude do conde, desonrou-o aos olhos de Igreja e Coroa. Como podia Afonso dar abrigo e proteção a herege confesso, inimigo da Igreja? Por que não o afugentava como os franceses? [4]

Os toulousianos, [5] pressionados, comprometeram-se a romper quaisquer relações com os hereges que não se retratassem publicamente. Nobres e cavaleiros prometeram que não mais os resguardariam, não dividiriam com eles a mesa, não manteriam nenhum comércio. Capturaram Henrique de Lausanne, aprisionaram-no. Foram as únicas atitudes repressivas que tomaram. Bernardo de Clairvaux visitou localidades vizinhas. Numa delas, dirigiu-se à igreja para pronunciar um sermão. O espaço não era grande o suficiente para comportar os que apreciavam suas palavras. O abade falou especialmente a senhores da cidade. Criticou-os por permitir que ideias condenadas florescessem em suas terras. Repreendeu-os. Ameaçou-os. Exortou-os a castigar os hereges, a retirar-

lhes a devida proteção dada a vassalos, [6] a rejeitá-los, marginalizá-los. O santo homem se exaltava diante das próprias palavras, embriagava-se com a grandeza do conteúdo de seu discurso. Enquanto sorvia a própria voz, senhores e cavaleiros, seguidos pelo povo, abandonaram o santuário. Bernardo não arrefeceu. Seguiu-os e, em praça pública, continuou a aconselhar. Eles não deram ouvidos a recriminações e ordens.

Entraram em suas casas. Socaram portas e panelas. Gritaram. Impediram que os poucos que permaneceram na praça ouvissem as pias palavras. Bernardo sacudiu a poeira dos pés. Ruminou entre dentes que pó eles eram, e a ele retornariam. Partiu, amaldiçoando a cidade doente, o povo infiel. De volta à abadia, ignorou atos e atitudes hostis e, como se nada o contrariasse, escreveu aos toulousianos, agradeceu a Deus a estadia entre eles, exortou-os, mais uma vez, a perseguir hereges, a detê-los.

Em meados do século XII, durante o Iº e o IIº Concílios de Reims, a Igreja voltou a pedir a excomunhão dos que protegessem heresiarcas e seus discípulos, a interdição das cidades que os abrigassem. Exigiu também o confisco de bens dos que persistissem no erro, e o ordálio do ferro em brasa aos que pregassem a seita impura que corrompia os fiéis. A Igreja decretou severas medidas contra hereges e seus protetores. Porém os ímpios não foram banidos, punidos, marcados, eliminados; nobres, cavaleiros e religiosos católicos não obedeceram a promessas de evitá-los em suas mesas, de cortar comércio de compra e venda com eles. Ao contrário, os hereges, independente do sexo, discriminados como perfeitos, [7] mas conhecidos como bons cristãos, [8] transitaram livremente, divulgaram a doutrina ilegal, distribuíram consolo a noviços e moribundos, ajudaram doentes e necessitados, trabalharam com as próprias mãos, viveram da venda do que produziam, praticaram pobreza evangélica e castidade.

Um grito de alarme trouxe a Tours, na primavera de 1163, cardeais, bispos, abades. Algo precisava ser feito na região do Midi. Os religiosos reunidos em concilio constataram o total fracasso das medidas tomadas até então. A heresia, desenvolvida em Toulouse, espalhou-se pelas cidades vizinhas, a Gasconha [9] e outras províncias, infectando grande número de pessoas. Para que o mal não se agravasse, interditaram qualquer pessoa, sob pena de excomunhão, de privar da companhia de hereges, dar-lhes ajuda, comercializar com eles. Enfatizaram a necessidade de condená-los à errância, isolá-los da sociedade como prescritos. Insistiram na obrigatoriedade de proibi-los de se reunir às claras ou às escondidas; afirmaram a validade de impedi-los de exercer o sagrado direito - há muito transformado em profano — de pensar de forma diferente, de escolher e privilegiar ideias outras que as aceitas pela Igreja. Aplaudiram inquéritos e

denúncias. Organizaram comissões de inquisidores. Ouviram testemunhas.

Dois anos depois, nada havia mudado. Um colóquio para condenação da heresia reuniu católicos e hereges. Ao evento compareceram arcebispos, bispos, arquidiáconos, prebostes, condes e viscondes. De um lado, agruparam-se os católicos, confiantes na defesa do que julgavam verdade verdadeira: a supremacia da Igreja de Roma. Bem nutridos, rostos redondos, olhos brilhantes, faces rosadas, acostumadas a bons vinhos, à mesa farta; bem vestidos, roupas imaculadamente brancas, dedos enfeitados por ouro e pedras de inúmeros matizes e reflexos. Do outro lado, os suspeitos hereges, certos de que apenas seguiam os ensinamentos do Senhor. Esguios, pele crestada pelo frio, desidratada pelo sol, mãos calejadas pelo trabalho diário, sandálias gastas, pés esgotados pelo ir e vir em auxílio a desvalidos, moribundos, necessitados de palavras de conforto ou consolação. Em assembleia, os acusados foram interrogados para que se pudesse pronunciar, sem erro ou culpa, uma condenação solene. Pública e oficial. O chefe da seita cátara local respondeu em nome do grupo às perguntas do bispo de Albi.

O herege proclamou a crença num Deus único, bom, eterno, distanciado de tempo e espaço, desconhecedor de vingança, cólera e morte. Um Deus que não julgava, não condenava, não impunha sacrifícios. Um Deus que havia criado céu e terra, sem dúvida, mas terra nova e novo céu, criação invisível a olhos humanos. Afirmou a existência de uma raiz do mal cujas manifestações também eram eternas, porque o mundo da matéria, transitório, corruptível, limitado por tempo e espaço, não podia ser criação de um Pai Todo- Poderoso. De um Deus bom só podia proceder o Bem. O falso mundo era obra do princípio do Mal, [10] um príncipe perverso responsável pelo universo material e carnal. Defendeu a eternidade da alma, parcela luminosa da criação, mas condenou o corpo, túnica de pele, prisão carnal, fadada à corrupção e à morte. Mostrou o erro que era acreditar em corpo e sangue de Cristo. O filho de Deus, emanação d'Ele, identificado ao puro Espírito, só havia sido enviado ao mundo do Mal em aparência [11] de homem; só em aparência havia morrido sobre a cruz. Reprovou o casamento como sacramento. Deus nada tinha que ver com arranjos humanos, problemas de linhagem, alianças, união carnal de corpos. O casamento tornado sacramento era sacrilégio, porque revestia com aparência de religião um ato puramente social, profano. Advogou a união livre, o respeito à pessoa humana, a igualdade de direitos e deveres. O ato carnal, dentro do casamento ou fora dele, era pecado e nenhuma diferença existia entre concubina e esposa. Se a castidade não pudesse ser priorizada, era melhor manter encontros casuais que regularizar oficialmente o mal. O herege desprestigiou o batismo de bebês. [12] Eles não tinham compreensão para comprometimentos com atos de fé.

Desvalorizou o batismo pela água. Só o batismo espiritual, conferido ao adulto por livre escolha, o revestia com o Espírito. A alma não reencarnava e, com a morte terrestre do corpo que a retinha, reganhava a eternidade. [13]

O bispo condenou solenemente os hereges, refutou as alegações dos bons cristãos com citações do Novo Testamento. Os hereges questionaram a sentença. Revidaram as ofensas. Acusaram os católicos de hipócritas, falsos profetas, indignos representantes da Igreja que se vendiam por honras em praças públicas, postos mais elevados, primeiros lugares à mesa, roupas luxuosas, ouro, prata e pedras preciosas. Chamaram de hereges os católicos que não seguiam os ensinamentos de Cristo, não davam o exemplo para que o rebanho do Senhor aprendesse caridade, humildade, simplicidade, humanidade.

O bispo ameaçou acusá-los em Roma e na França. Declarou que a assembleia estava convencida de que os acusados eram praticantes de heresia. Foi vaiado pelo público. Proibiu que nobres e cavaleiros os amparassem. Ordenou-lhes o cumprimento de medidas aprovadas em concílios. Mais uma vez, ordens e ameaças foram ignoradas. A heresia infiltrou-se nas variadas camadas sociais, defendida por senhores, cavaleiros, povo e até eclesiásticos. O próprio bispo de Albi, chamado à cabeceira do pai, escutou da boca do moribundo o último desejo: ser consolado pelas mãos de um bom cristão. O bispado condenava, pedia ajuda, mas não tinha como punir os culpados, tarefa consagrada ao poder secular; não tinha também como deter a popularidade da seita, que punha em destaque uma espécie de religioso raro, voltado à vida ascética, engajado a votos requeridos, levando vida honrada, trabalhando, optando por existência frugal, caridosa e isenta de violência. A aceitação como cristãos implicava uma série de deveres. Não podiam mentir, jurar, julgar; comprometiam-se a respeitar a vida, fosse humana ou animal; não comiam carne de nenhuma espécie, porque viam na carne um produto da procriação; obedeciam a períodos de jejum; observavam a estrita castidade; tornavam-se responsáveis pela educação dos jovens, pela expansão moral e espiritual dos que os acompanhavam, pela ajuda a irmãos; não podiam combater nem sequer diante da tortura ou da morte por fogo ou água. Mantinham-se fiéis ao Espírito que os inundava e iluminava. Ora, a pureza de sentimentos que demonstravam impressionava o homem medieval, arraigado à religião, motivado à construção de igrejas, de grandiosas catedrais; os rígidos costumes, que realmente obedeciam, colocavam em evidência os condenados hábitos do clero católico, voltado à riqueza e luxo, avidez pecuniária, concupiscência, simonia e venda de indulgências, fazendo com que aparecesse como traidor da verdadeira fé e da universal Igreja. Os hereges, apreciados pela retidão de atitudes, fomentavam um anticlericalismo visceral que se traduzia em conflito de interesses entre nobreza e

clero, e em descontentamento radical diante da indignidade dos representantes da Igreja.

As consequências da aversão a religiosos corrompidos apareciam no emprego de exércitos pessoais que se compraziam em roubar, das igrejas, vinhas, prados, renda de terras ou moinhos, impostos arrecadados, taxas de passagem por cidades, estradas e pontes. A aversão ficava evidente, insolente, quando os senhores construíam castelos e fortalezas em terras de abadias e mosteiros. O papado tinha consciência dos costumes dissolutos de seus religiosos e inúmeras vezes repreendeu os defensores da fé católica, mas limitava-se a censurá-los, a aceitar promessas que não eram cumpridas. A cada concilio, era preciso lembrá-los das virtudes de decência, caridade, piedade; reprová-los por usura e acúmulo de benefícios. O relaxamento dos costumes clericais prejudicava o catolicismo, e, enquanto os clérigos escondiam a tonsura para evitar hostilidade e desprezo do povo, os hereges ostentavam uma religiosidade inatacável, devotada à caridade, despojada de bens materiais, convicta da missão que desempenhavam neste mundo de aparências. Impossível para o clero combatê-los quando senhores, opinião pública e até católicos os respeitavam; impossível valer-se de meios espirituais para deter a heresia. Pregações não afastavam simpatizantes; excomunhões não assustavam seguidores, menos ainda praticantes. A heresia ganhava terreno, e bispos e arcebispos, impotentes diante do perigo ameaçador para a Igreja, lançaram um pedido de ajuda ao rei da França. Não foram os únicos a pedir intervenção real.

O conde Raimundo V, sucessor de Afonso Jordão no condado de Toulouse, não herdou a tolerância do pai. Devotado à Igreja, desterrou os hereges de suas terras, mas, para que seu edito fosse cumprido, dependia dos magistrados das grandes cidades, dos vassalos da pequena nobreza. Sendo assim, as ordens de Raimundo V não encontraram melhor acolhida que as de bispos e arcebispos. Ele também não dispunha de autoridade nem meios para obrigar vassalos a caçar, evacuar amigos e parentes. Restou-lhe também gritar por socorro ao rei da França. O monarca tinha todo o interesse em regularizar a situação religiosa de Toulouse e de outras cidades meridionais. Designou, imediatamente, alguns religiosos e o legado do papa como missionários. Os enviados mensuraram o progresso da heresia assim que pisaram em terras toulousianas. Em campos e cidades, foram vaiados, insultados. O povo virava-lhes as costas, tratava-os de hipócritas e até de hereges, gritava para que não fossem ouvidos quando pregavam. Mesmo assim, alguns dias depois, os religiosos iniciaram as pregações públicas. Os toulousianos, para confundi-los, deram provas do mais intenso fervor religioso. Impossível distinguir hereges de católicos. O legado abandonou as pregações. Aliou-se ao bispo de Toulouse, convocou o clero

católico, os cônsules da cidade e os cidadãos reconhecidamente devotados à Igreja. Todos juraram que denunciariam hereges e seus protetores.

Graças à delação, alguns fiéis de heresia caíram em mãos missionárias. Abjuraram. [14]

No IIIº Concílio de Latrão, vários cânones preocuparam-se em devolver dignidade ao clero, desprestigiado pela corrupção e pelos devassos costumes dos religiosos. Regradas as mudanças internas, trataram dos problemas externos. O mais sério era a situação religiosa no Midi. Cânones que validavam excomunhões continuaram a ameaçar defensores de hereges. Interdições continuaram a pairar sobre as cidades. O cânone 27, entretanto, surpreendeu. Nele, igualaram-se bons cristãos a salteadores, recrutados em bandos entre imigrantes de baixo nível oriundos de Navarra, Aragão, Catalunha e País Basco. Denegrir a imagem do oponente, amalgamando-a à de excluídos, imputando-lhe crimes condenáveis, sempre foi a forma de defesa de toda e qualquer repressão. Mas, além disso, o concilio implantou a ideia de guerra santa contra hereges, distribuidora de benefícios materiais e espirituais aos participantes. Na verdade, pregou-se uma cruzada, dirigida a grupos que se denominavam cristãos, praticavam o mais primitivo cristianismo e ocupavam uma parte da Europa havia muito cristianizada. A ajuda pedida por Raimundo V e os decretos baixados em concílios promoveram o aparecimento de um tribunal inquisitorial na Occitânia, incumbido de denunciar os hereges e de obrigá-los a provar inocência. Os religiosos só podiam excomungar cidadãos e interditar cidades. Cabia a feudatários multar, confiscar, interditar juridicamente, exilar e até condenar à morte os infiéis. Medidas pesadas, mas, por ora, os bons cristãos e seus protetores não se encontravam ameaçados. A autoridade dos bispos era reduzida. Quanto aos senhores, não havia com que se preocupar. Com a morte dos mais ferrenhos adversários da heresia, o conde Raimundo V de Toulouse e o rei Afonso II de Aragão, em 1194, denúncias, ameaças e punições foram suspensas. O novo conde de Toulouse, Raimundo VI, e o novo rei de Aragão, Pedro II, empenharam-se em pôr ponto finai a conflitos que impedissem a unificação e a prosperidade da região, e as mudanças foram radicais. Ao contrário dos antecessores que partilhavam profunda aversão pela heresia, e a denunciaram várias vezes pedindo providências ao papa Celestino III, Raimundo VI e Pedro II exercitavam tolerância em relação a hereges. Não por envolvimento das partes com a doutrina pregada pelos bons homens. Raimundo VI era católico; Pedro II, além de devotado à Igreja, mantinha laços estreitos com a Santa Sé. O reino de Aragão ofertou seus domínios a Deus e a São Pedro, declarando-se vassalo da Igreja a quem pagava censo anual [15] e de quem, pelos laços feudais, recebia ajuda e proteção.

O papa Celestino III morreu em janeiro de 1198. Inocêncio III ascendeu. O novo papa estudou teologia na Universidade de Paris; na de Bolonha, aperfeiçoou-se em direito canônico. Oriundo de família ilustre e nobre, aliava qualidades morais inatacáveis à fé inquebrantável, à gigantesca e profunda erudição. Experiente administrador da Igreja, tinha por principal objetivo restaurá-la e confirmá-la como governadora do mundo. Nenhuma dúvida o assaltava quanto à supremacia do poder espiritual, confiado à Santa Sé, sobre o poder temporal, depositado em mãos de reis e imperadores. Não era por unção de arcebispos que validavam suas coroas? O poder espiritual investia o temporal, reduzindo-o a algo temporário, dependente. O papa era o verdadeiro soberano. Todos deviam vassalagem e homenagem [16] à Santa Sé, e, em troca, ela os recompensava com a suprema proteção. A clareza com que discursava sobre a supremacia da Igreja ajudou-o a permear inúmeros negócios de Estado e conseguir que muitos soberanos se tornassem, efetivamente, vassalos da Santa Sé. Para firmar a soberania, exigia que pagassem à Santa Sé o censo anual; outorgava-se o direito de coroá-los, mas... nem todos. Com os reinos da Inglaterra e da França, Inocêncio não alcançou a mesma sorte. Os soberanos não se renderam às pressões da Santa Sé, e até os barões de Filipe Augusto, rei da França desde 1180, recusavam o investimento feito pela Igreja. O direito de investidura, afirmavam, pertencia ao rei, e o afastamento da regra era sentido como usurpação de poder.

Tão logo ascendeu, Inocêncio ocupou-se em determinar as medidas necessárias para combater a heresia. Exigiu repressão eficaz, afastamento dos perturbadores da ordem, cumprimento dos cânones estipulados em concílios. Ameaçou conseguir ajuda do poder temporal e dobrar os senhores pela força da espada. Como de hábito, os nobres não deram ouvidos aos gritos de alarme. O povo não se afastou dos ministros que pregavam, e observavam, os primitivos ensinamentos de Cristo. O clero não iniciou nenhum movimento para deter a heresia. Inocêncio não suportou tamanho sacrilégio. Decidiu agir, acabar com a heresia; mas dar fim à heresia não era tarefa fácil. A primeira providência era substituir prelados displicentes e feudatários tolerantes por homens devotados à ortodoxia. Inocêncio tinha plenos poderes para rastrear o comportamento de bispos e arcebispos, afastar e destituir coniventes ou ineficientes de seus postos, porém, em relação a feudatários, nada podia fazer. A destituição deles dependia de provas concretas de que haviam abjurado o catolicismo e estava nas mãos dos reis a quem haviam jurado fidelidade e homenagem. Filipe Augusto não aceitaria a intervenção da Igreja em suas suseranias, e seus vassalos occitânicos, favoráveis aos hereges, não assistiriam, sem revide, à confiscação de suas terras,

de seus bens e títulos, à expulsão, prisão ou qualquer outra medida mais rigorosa que decretasse. Seria ignorado e, sem a ajuda do poder temporal para garantir suas ordens, arriscava-se a enfrentar exércitos pessoais, quem sabe até exércitos aliados.

Inocêncio resolveu investigar a real situação de clero e nobreza em relação à heresia. Com que bispos, feudatários e exércitos podia contar para combater senhores complacentes e protetores de heresia. O papa designou seu conselheiro e confessor para percorrer a região, visitar cidades, castelos, fortalezas e estabelecimentos religiosos. Diante de senhores omissos, o conselheiro tinha permissão de excomungá-los por cumplicidade e ameaçá-los com confisco de terras e bens. Podia ainda interditar cidades, ou seja, suspender ofícios religiosos, soar de sinos e distribuição de sacramentos. Em contrapartida, diante dos que colaboravam com a salvação da fé cristã, podia conceder a mesma remissão de pecados dada a peregrinos de São Tiago e São Pedro. Inocêncio entendia que a Igreja devia ser encarada como uma magistratura suprema, e ele, único soberano, tinha o dever de intimar os senhores a privar de seus bens os culpados de heresia, o mais grave delito, a pior ofensa, o crime de lesa-majestade [17] contra a Igreja.

Enquanto o papa tomava providências para deter a heresia, o arcebispo de Narbonne convocou Raimundo VI, conde de Toulouse, Pedro II, rei de Aragão, e Bernardo IV, conde de Comminges, para uma reunião. O religioso tinha motivos de sobra para preocupações e viu-se obrigado a alertar o restrito grupo para que elaborasse novas regras que seguir. Sábia decisão, porque, se conde e rei eram outros e agiam de forma diferente da de seus antecessores, outro também era o papa e não estava disposto a ser contrariado em suas ordens.

O arcebispo discorreu sobre a inflexível posição de Inocêncio III diante de heresias, frisou a soberania que atribuía ao poder espiritual. Em seguida, ressaltou a difícil posição de feudatários occitânicos e aragonenses que, como ele, insistiam em ignorar cânones de concílios que pregavam ortodoxia e incitavam senhores a punir os que se haviam desviado dos ensinamentos da Igreja. Concluiu que a omissão que sustentavam teria consequências desastrosas. Era preciso evitar a ira de Inocêncio e afastar a intervenção que fatalmente ocorreria, em forma de excomunhão, interdição e até represálias mais violentas. Era chegada a hora de agraciar o papado com garantias de empenho, interesse em reprimir a heresia, confirmando total comunhão com a ortodoxia. Os receios do religioso não eram infundados. Entre outros atos condenados, ele era acusado de contestar a colaboração exigida por legados papais. Sobre o rei de Aragão recaíam compromissos de vassalagem devidos à Santa Sé. A pior situação, entretanto, era a do conde de Toulouse, que acumulava contas por acertar com a

Igreja. O papa Celestino ameaçara Raimundo VI com excomunhão e interdição. Anticlerical, o conde não prezava igrejas dissolutas e, sem escrúpulos, despojava-as freqüentemente. Se com a mão direita destinou polpudas doações a abadias, com a esquerda pilhou e arruinou igrejas, expulsou bispos, aprisionou abades, apoderou-se de bens de alguns bispados, edificou fortalezas em terras santas. Não minoraram seu vandalismo demonstrações de desprendimento. Celestino III não aplaudiu sua conduta e, listando benfeitorias e estragos, reprovou-o como bom católico. Interessado na absolvição, Raimundo VI prometeu obediência, provas de fidelidade e submissão à Igreja, mas não cumpriu nenhuma exigência feita pelo papa. Os cátaros [18] continuavam a pregar a doutrina condenada, a investir perfeitos, a manter comércio, a receber proteção e asilo.

O conde Bernardo IV agiu como mediador e advogou a necessidade de dar à Igreja garantias de boa vontade e ortodoxia. O arcebispo não exagerava em ressaltar a inflexibilidade de Inocêncio diante de heresias e os compromissos de senhores perante a Santa Sé. Era insensato e perigoso cruzar os braços e fingir que nada estava acontecendo. Não demoraria muito e Inocêncio enviaria legados para observar os feudatários, denunciá-los, e eles seriam obrigados a agir. Bernardo sugeriu que Raimundo VI se antecipasse e, antes que fosse cobrado por males e estragos causados, refizesse o pedido de absolvição, comprometendo-se à obediência devida ao papa. Ao nobre rei de Aragão aconselhou que sancionasse o edito de Afonso II, seu pai, em nome da vassalagem e homenagem devidas à Santa Sé.

Conde e rei concordaram com a prudente e sensata proposta de Bernardo. Raimundo VI reiterou o pedido de perdão. Comprometeu-se a agir contra os infiéis que se multiplicavam em suas terras. Inocêncio impôs peregrinação em santas terras, porém, caso não pudesse ir pessoalmente, poderia enviar certo número de combatentes em seu lugar. O rei de Aragão, sobre quem não pesava nenhuma recriminação, confirmou o texto de Afonso II, proclamou o direito de castigar com a morte os que divulgassem inverdades contra a Igreja. Pedro II mostrou-se mais intransigente que o pai, mas os vassalos de Aragão sabiam que as ameaças proferidas não sairiam do papel. Totalmente teóricas, assim permaneceriam.

Inocêncio III descansou e esperou, paciente, que rei e conde cumprissem suas promessas. Enquanto isso, seu conselheiro percorria cidades infestadas de hereges, indagava sobre senhores, bispos e arcebispos. Observava. Anotava irregularidades. De posse das conclusões, enviou-as a Inocêncio. Em seu relatório, o religioso deixou claro que os feudatários acusados de proteção aos hereges não tomariam medidas repressivas contra a heresia. Em que se baseou

para excluir a possibilidade de repressão? Em evidências concretas, não há dúvida.

Raimundo VI, apesar de católico, nutria simpatia pelos que sustentavam o evangelismo primitivo e era amigo íntimo de numerosas famílias cátaras. Era homem pacífico e, decididamente, não desterraria os bons cristãos do condado, não os intimidaria com armas nem pressionado pelos legados. Raimundo Rogério Trencavel, senhor da principal casa vassala de Toulouse, a Casa de Béziers-Carcassonne, acabara de atingir a maioridade e, como toda a feudalidade do país, transformou-se em defensor dos albigenses. [19] O conde Bernardo IV de Comminges, diplomata e excelente administrador, era um dos grandes vassalos de Raimundo VI. Desde a morte de Raimundo V, colocou-se como intermediário da paz entre Toulouse e Aragão. Apesar de professar a fé católica, era tolerante em relação aos hereges. Raimundo Rogério, conde de Foix, também era católico, mas suas convicções religiosas não impediram que sua irmã se tornasse perfeita e dirigisse uma casa herege. Ele frequentava sua casa e a de amigos hereges. Não os reverenciava, [20] como o faziam os seguidores da seita, mas não tinha nenhum escrúpulo em se mostrar ao lado de seguidores para ouvir sermões.

Após o detalhado exame da situação occitânica, a Santa Sé só poderia contar com Guilherme VIII de Montpellier. Vassalo do conde de Toulouse, Guilherme sempre cultivou hostilidade em relação a Raimundo VI e fazia questão de se conduzir como fiel e obediente servidor da Igreja. Celestino III tomou Montpellier sob sua proteção, concedeu a seu senhor privilégios especiais, como o de só poder ser excomungado pelo papa em pessoa. Guilherme retribuía honra com fidelidade e, além de alertar a Igreja para os avanços da heresia, foi o único a cumprir ordens estabelecidas em concílios. Encarcerou infiéis; ordenou que os hereges abandonassem a cidade. Para a Igreja, porém, Montpellier não detinha nenhuma influência na região.

O levantamento da situação do clero, pedido por Inocêncio ao conselheiro e confessor, não se mostrou mais promissor que o empreendido no seio do poder temporal. Enquanto no reino da França religiosos, senhores e opinião pública combatiam a heresia, na Occitânia senhores, povo e mesmo o clero estavam contaminados por ela. Bispados e sedes metropolitanas não tinham poder, nem vontade, de lutar contra infiéis e enfrentar a má vontade do poder feudal, a animosidade do povo. Inocêncio descobriu bispos escolhidos entre os que provinham de família herege; bispos que, acusados de concubinato, simonia, compra de votos, suborno, costumes dissolutos, acúmulo de benefícios, roubo em seus bispados, abandono do hábito religioso e da diocese, não tinham coragem de tomar medidas contra a heresia, temendo represália. Enfim, soube

que muitos eram totalmente contrários à repressão aos hereges; outros se sentiam lesados pelos exorbitantes poderes que a Igreja atribuía a legados e faziam ouvidos moucos aos pedidos da Santa Sé, recusando-se a obrigar hereges a abjurar.

O Sumo Pontífice percebeu que precisava tomar medidas drásticas para acabar com excessos e abusos. A primeira recairia sobre Raimundo VI de Toulouse, que devia satisfações à Igreja. Porém, conforme conselhos de Bernardo de Comminges, o reiterado pedido de reconciliação e a renovada promessa de combate aos inimigos de Cristo apaziguaram a incômoda situação do conde diante do papa. Inocêncio, amansado, ordenou a absolvição de Raimundo e voltou-se aos outros problemas da Occitânia. Urgia ocupar-se do clero e do laicato da região, dos apelos desesperados de Guilherme VIII de Montpellier.

O ano de 1201 chegava ao fim quando o papa constatou que o conde de Toulouse não honrara os compromissos assumidos. Não se livrou dos hereges; não se assenhoreou de seus bens e, apesar de recriminações e ameaças papais, nada fez até o outono de 1203. Inocêncio nomeou legados Pedro de Castelnau e Raul de Fontfroid, monges da abadia de Fontfroid. Deu-lhes como missão formar uma delegação de religiosos para forçar Raimundo, cônsules e ilustres senhores de Toulouse a obedecer à Igreja. Os monges tomaram o caminho da cidade condal. Em Narbonne, pleitearam a companhia do arcebispo. Ele se recusou a colaborar. Tentaram o apoio do bispo de Béziers. Ele também se esquivou do encargo. Em dezembro, os legados chegaram a Toulouse. Sozinhos. Cônsules e senhores receberam-nos. Gentilmente. Porém, tão logo tomaram conhecimento da imposição de juramento em prol da ortodoxia e soberania da Igreja Católica, estipularam condições. Exigiram que os legados de Inocêncio garantissem, em documento oficial, liberdades, [21] usos e costumes em vigor em Toulouse. Ficava ainda estabelecido que os que acatassem a fé católica romana seriam reconhecidos bons e fiéis cristãos; os apontados por suspeita de heresia, desde que abjurassem, não mais seriam molestados nem ameaçados de confisco; ninguém sofreria acusação de heresia após a morte [22] se tal acusação não fosse feita em vida, apoiada em provas de que o acusado morreu consolado. Só os que se recusassem ao juramento receberiam a sentença de excomunhão.

Após receberem dos legados garantias de que cumpririam tais exigências, cônsules, nobres e habitantes representativos prometeram, no próprio nome e no da comunidade, que cada um guardaria a fé católica romana. O que temiam os toulousianos para que se munissem da certeza de que os legados não ultrapassariam os limites religiosos? Desde 1175, Raimundo V instituiu em Toulouse um consulado composto de burgueses eleitos. Os cônsules tinham

medo de que os enviados papais se julgassem no direito de acabar com as liberdades municipais que o condado adotou e precaviam-se contra a interferência da Igreja em assuntos do Estado. Por isso, somente depois de asseverados usos e costumes adotados, juraram. Sem melindres. Sem preocupações. Afinal, em momento algum garantiram punir hereges, confiscar bens de cúmplices de heresia. Limitaram-se a agir como bons ortodoxos e excomungar os que se haviam desviado do caminho. Afiançadas promessas, finalizados juramentos, Raimundo VI livrou-se rapidamente dos legados, feliz por afastá-los dos arredores da cidade.

Inocêncio já não se iludia com promessas ou garantias. Sabia que o Juramento de Toulouse não significava providência efetiva. Os feudatários occitânicos não pareciam dispostos a empregar força para vingar a Igreja. Havia seis anos, implorava ajuda a senhores e nada havia sido feito. Não seria entre protetores de heresia que encontraria combatentes para a defesa da Igreja. Nem sequer entre os aragonenses recrutaria aliados. Isto ficou claro quando Raimundo VI, em janeiro de 1204, se casou com a irmã de Pedro II, rei de Aragão, ligando-se ao rei por laços de amizade e parentesco.

Inocêncio precisava convocar espadas em região devotada à ortodoxia, em cidade onde senhores e povo fossem intransigentes com os que se haviam rendido ao Mal. O papa empenhou-se diante do rei da França, Filipe Augusto, por uma eficaz intervenção. Clamou por uma expedição militar. [23] Esgotados os restritos recursos do poder espiritual, Inocêncio implorou a Filipe Augusto, ou ao próprio príncipe Luís, que usasse o poder temporal, ou seja, o emprego de força e espada no combate a infiéis. Ofereceu aos franceses, em troca da ajuda contra os partidários de heresia, o confisco de terras e títulos, a possibilidade de anexar a infiel região ao domínio real; aos cruzados, a mesma remissão de pecados outorgada aos que prestavam socorro em Terra Santa.

Três dias depois de enviar a Filipe Augusto o pedido de que organizasse uma expedição militar, Inocêncio elegeu Arnaldo Amauri, abade de Cister, seu representante na Occitânia. Inocêncio apoiou-se no prestígio da ordem cisterciense, reconhecida pelo rigor de suas regras. Acreditou na decisiva intervenção que o abade poderia exercer e lhe deu poderes jamais conferidos a nenhum outro. A bula, do dia 31 de maio de 1204, foi clara quanto aos desejos de Inocêncio. Nela, aconselhou o religioso a pregar a palavra divina, mas, sobretudo, a dar o exemplo, porque retidão de palavras implicava retidão de atos. Inocêncio exaltou a modéstia e exigiu humildade no falar, no vestir, no existir. Nada devia propiciar a reprovação dos hereges. Era preciso agir como eles; apresentar-se como eles. A negligência do clero meridional, a degradação dos costumes, a ostentação e tantos outros vícios eram os culpados da falta de

confiança do povo nos religiosos. O papa propôs ao abade empunhar as mesmas armas - caridade e humildade - usadas pelos hereges para afrontar a Igreja.

Enquanto aguardava que Filipe Augusto se pronunciasse, Inocêncio teria Pedro de Castelnau, Raul de Fontfroid e Arnaldo Amauri percorrendo a Occitânia, discutindo com hereges, demonstrando-lhes erros que divulgavam, males que propagavam com falsas palavras que traziam a simples e fracos. Ao mesmo tempo, teria religiosos implorando à simpatizantes de heresia que castigassem os que se haviam posto contrários à única fé e à verdadeira Igreja. Para que ficasse claro que a Igreja não aceitava, entre os seus, homens que desvalorizavam o hábito que vestiam, Inocêncio ordenou a deposição do arcebispo de Narbonne e a do bispo de Toulouse. Inúteis medidas para impressionar o rei. Em vão Inocêncio esperou a resposta de Filipe Augusto. Ela não veio. Durante dois anos, Arnaldo, Pedro e Raul pregaram as palavras de Cristo.

Nem uma única conversão granjearam.

Em 1205, Inocêncio, por duas vezes, renovou os pedidos de socorro a Filipe Augusto. O rei da França não respondeu. No verão de 1206, Pedro de Castelnau, desolado com a ineficiência de seu poder de persuasão, desconsolado com o insucesso de sua pregação a hereges, ameaçou renunciar. Legados e abade refugiaram-se em Montpellier, em companhia do único senhor intolerante da região. Por essa época, dois espanhóis, Diogo de Osma e Domingos de Guzmán, [24] saíram de Roma depois de uma conferência com Inocêncio III. O destino? Montpellier.

Domingos, apesar da idade pouca, esbanjava sabedoria e devoção. Completamente dedicado à ascese, pobreza, humildade e caridade eram as armas que empunhava para seduzir os fiéis e pregar o evangelho. O místico Domingos, desejoso de converter pagãos à sua fé, assemelhava-se a anacoretas isolados nos desertos, voltados à meditação e à flagelação do corpo. Uma alegria interior avivava seu rosto, iluminava-o com traços de sereno equilíbrio. O carisma lhe aflorava pelos poros, conquistando afeição de empedernidos anticlericais.

Diogo e Domingos já conheciam a missão dos legados e o desânimo que os imobilizava, fazendo com que almejassem renunciar à luta empreendida. O encontro tramado pelo papa tomou ares de casualidade, deu espaço para que os legados se queixassem da inutilidade dos anos dedicados a demonstrar males e sacrilégios que os hereges cometiam em nome de Cristo; deu lugar a que confessassem fracasso, desejo de abandonar a missão. Domingos aproveitou a descontração da conversa para divulgar experiências bem-sucedidas, para emitir humildes opiniões. Como se repetisse as palavras de Inocêncio, mostrou que os

hereges apoiavam sua predicação em exemplos de santidade, devoção, frugalidade e austeridade. Vestidos de preto, sem que nenhuma outra cor amenizasse a seriedade de seus trajes, despojados de pedras e metais que abrilhantassem dedos e pescoços, privados de carne, restritos a pão e folhas, peregrinando a pé, dormindo ao relento ou em casas de fiéis, os hipócritas desmereciam o clero católico que ostentava riqueza de equipamento, beleza de trajes, despesas com alimentação farta, locomoção e abrigo. Trabalhando em benefício da comunidade e doando o lucro de vendas a sua igreja, os apóstatas convenciam o povo da veracidade de suas palavras. Era impossível vencer pela palavra homens que se amparavam exclusivamente em atos. A única maneira de reagir era combater a heresia em seu próprio terreno. Domingos aconselhou-os a imitar o evangelismo cátaro, a enfrentar os albigenses humildemente, a pé, sem pompa, ouro ou prata, tendo por única riqueza o alforje de peregrino, por única autoridade a força da fé.

Arnaldo Amauri esquivou-se do convite. Alegou encargos inadiáveis como chefe da Ordem de Cister. Sem que houvesse possibilidade de escapar, Pedro e Raul dedicaram-se aos preparativos para colocar em ação o método proposto pelos religiosos espanhóis. Pouco depois, a pé, mendigando pão, dormindo em estradas, pobremente vestidos, os quatro homens introduziram a peregrinação evangélica na Occitânia. Difícil incumbência quando sabemos que, muitas vezes, eram recebidos com bolas de lama que lhes sujavam as míseras roupas, ridicularizados com chumaços de palha que os habitantes prendiam em seus trapos. Mesmo assim, de cidade em cidade, pregaram, mas o ódio a Pedro de Castelnau era tão grande, nos centros de maior concentração da heresia, que Domingos aconselhou que Arnaldo Amauri se afastasse. Ele aproveitou para abandonar definitivamente a missão.

Apesar das dificuldades, os missionários colecionaram vitórias. Em poucos meses, conseguiram mais conversões que os legados enviados pelo papa nos últimos nove anos. Na primavera de 1207, organizaram uma grande conferência em Montreal. Cátaros e católicos defenderam suas crenças durante quinze dias. Calorosamente. O resultado da conferência foi positivo para os católicos. Cento e cinquenta seguidores cátaros se religaram à ortodoxia. Foram conversões individuais, mas Inocêncio vislumbrou a possibilidade de reverter a situação e ordenou que se generalizasse a predicação evangélica. Inocêncio não ofereceu ajuda aos peregrinos, deixou-os entregues aos próprios recursos. Diogo, Domingos e Raul aplicaram-se com diligência a trazer a fé católica às populações hereges. Não era uma guerra vencida, e eles indicaram o caminho a ser trilhado, mas o interesse da Igreja não se limitava a reconduzir os desencaminhados ao seu seio. Inocêncio e seus representantes queriam neutralizar senhores

tolerantes, e estes só obedeceriam ameaçados pela expedição militar.

Enquanto os missionários pregavam, Pedro de Castelnau aproveitou a liberdade de ação dada a legados e se dirigiu à Provença. Resolveu convencer os senhores católicos da região a jurar a Paz de Deus e apontar suas armas contra a heresia. A Paz de Deus tinha duas finalidades: a salvaguarda da fé católica e o empenho em fazer reinar justiça e paz, elementos indissociáveis aos olhos da Igreja. Pedro conseguiu adesão em Montréal e Saint-Gilles. Depois, pediu a Raimundo VI que, como marquês da Provença, se colocasse à frente da Liga de Paz. Impossível para Raimundo aceitar a liderança. Ao instituir a Liga de Paz na Provença, Pedro aproveitou-se da rivalidade entre toulousianos e provençais. A Provença era uma região problemática, e havia dez anos o conde tentava fazer com que o marquesado da Provença se comprometesse com a paz em relação a ele e ao condado. A constituição de uma liga em favor da Paz da Igreja implicava o compromisso de se voltar contra a heresia e perseguir os hereges. Além disso, Pedro, por meio da aliança, associou-se a inimigos pessoais do conde de Toulouse e o convocou, ironicamente, a se unir a eles, o que correspondia exatamente à inversão da aliança que Raimundo desejava. Ao conde a união com os provençais só interessava se fosse em nome da liberdade religiosa, garantia de que os hereges não seriam molestados nem reprimidos. Raimundo não tinha interesse em submeter-se às exigências da Igreja. Recusou-se ao jogo de Castelnau.

Quando terminou a conferência de Montreal, Pedro, cumprindo as ordens formais de Arnaldo Amauri, aproveitou para provocar a ruptura entre conde e papa. Apoiou-se na negativa de Raimundo VI de jurar a Paz, inaceitável para a Igreja, para apontá-lo como inimigo público, inimigo de Deus. Excomungou-o. Interditou seus Estados. Inocêncio foi informado do castigo. Indignou-se com os motivos. Enviou cartas a arcebispos, intimou-os a respeitar a sentença pronunciada por Pedro. O papa também acusou o conde de destruir vinhas; não observar a Paz durante a Quaresma e nos dias de festa; expulsar bispos; transformar igrejas em fortalezas; dar encargos públicos a judeus [25] - uma vergonha para os fiéis da religião cristã, proteger hereges e recusar-se a persegui-los -, o maior dos crimes; contratar salteadores aragonenses...

Se Inocêncio precisava de motivo escandaloso para justificar seus apelos ao rei da França e instigá-lo, mais uma vez, a organizar a expedição militar, beneficiando-se com indulgências e terras occitânicas, o fato de Raimundo não jurar a Paz de Deus era, aos seus olhos, mais do que suficiente. Que senhor católico recusaria ajudá-lo? Qual se negaria a punir tamanha audácia? Filipe Augusto e os barões franceses ousaram. Reverenciosamente. Não que o papa não tenha sido convincente, insistente. Pela primeira vez, Inocêncio dirigiu-se não

somente ao rei, mas também aos grandes barões do reino da França e a senhores e cavaleiros fiéis à Igreja. Exortou-os pelo poder e pelas virtudes alcançadas, mas nenhum barão francês respondeu à carta de Inocêncio. Filipe Augusto, por intermédio do bispo de Paris, encarregou-se da resposta. Confidenciou ao Sumo Pontífice ser-lhe impossível manter dois exércitos. Estava em guerra com os ingleses, e não havia como desviar tropas defensoras dos interesses da Coroa para a defesa dos interesses da Igreja. Não se opunha à intervenção armada para o combate à heresia desde que Inocêncio conseguisse uma trégua, de pelo menos dois anos, com a Inglaterra; desde que clero e barões franceses arcassem com parte dos gastos da expedição; desde que ao reino fosse assegurado o direito de requisitar seus vassalos, caso o monarca inglês rompesse a trégua.

Astuta maneira de recusar a expedição militar sem se comprometer com uma negativa fria e crua. Inocêncio não podia aceitar condições que fizessem do rei da França o árbitro de uma operação financiada pela Santa Sé; não podia aprovar a requisição de vassalos do reino ao primeiro sinal de quebra de trégua dado pelo instável João Sem Terra. Logo, a cruzada tanto requerida e esperada por Inocêncio, apesar das vantagens sempre oferecidas, não marcharia ainda sobre as infectadas cidades da Occitânia.

Inocêncio não contava com apoio temporal para lutar contra a heresia e seus protetores, o que não era motivo para que Raimundo VI desprezasse o perdão da Igreja. Com o propósito de se defender de acusações que provocaram sua excomunhão, Raimundo conseguiu uma reunião com os legados papais. Pretendia explicar- se. O entendimento entre conde e legados, entretanto, estava minado pela hostilidade. Não houve acordo, e os religiosos decidiram deixar a cidade. Enquanto se afastavam, Raimundo, enraivecido, não mediu suas palavras e, aos gritos, para que qualquer um ouvisse, ameaçou de morte Pedro de Castelnau. Os legados tomaram o caminho do Ródano. Ao anoitecer, pararam para repousar. No dia seguinte, quando se preparavam para atravessar o rio, Pedro de Castelnau foi assassinado. Acusaram Raimundo de ter contratado sua morte e pago por ela generosa quantia. Conferência infrutífera, assassinato inoportuno pioraram terrivelmente sua situação. Deram motivos a Inocêncio e a Arnaldo Amauri de redigir cartas a arcebispos de inúmeras cidades, ao rei Filipe Augusto, a condes, barões, cavaleiros do reino e grandes prelados da França clamando por justiça.

Antes vítima de interdição e excomunhão, agora acusado de assassinato, o conde foi julgado e condenado sem que pudesse, de defesa, pronunciar palavra. Entretanto, Raimundo seria o último a ser favorecido com a morte de Castelnau. O conde precisaria ser muito tolo, o que não era, para cometer um ato cujas consequências seriam desastrosas; precisaria ser muito ingênuo, o que também

não era o caso, para não perceber que, com tal ato, as suspeitas fatalmente recairiam sobre ele, que acabava de se exaltar e ameaçar o legado, tornando premeditado o crime por vingança. Ameaças e pragas não implicam obrigatoriamente atos, e não existem provas de que Raimundo decretou a morte do legado. Acredita-se que o conde não foi o mandante do crime, e que alguém se aproveitou de suas ameaças e ordenou o assassinato do legado para que as suspeitas recaíssem sobre ele.

As terríveis acusações exigiam defesa, e Raimundo apelou para Arnaldo Amauri a fim de que intercedesse junto a religiosos, obtivesse uma conferência para que ele pudesse defender-se. O abade mostrou-se solícito e pesaroso com a situação do conde, prometeu reunir os irmãos, advogar sua causa, tentar convencê-los a recebê-lo. Conforme assegurou, Arnaldo reuniu-se com eles. Não para interceder a seu favor. O abade não nutria nenhuma simpatia pelo conde e aproveitou o encontro para desenterrar acusações que pairavam sobre ele e culpá-lo pela morte do legado. Após a conversa, ninguém quis saber de suas explicações. Raimundo insistiu com o abade, argumentou ser um direito seu apresentar-se, defender sua inocência. Arnaldo Amauri aconselhou-o a esperar que a indignação dos prelados amansasse. Garantiu que não faltariam ocasiões para que sustentasse seus argumentos de defesa ou provasse, através de atos de obediência à Igreja, que foi julgado culpado injustamente. Raimundo, inconformado, decidiu ir a Roma conversar com o papa. Sozinho, sem advogado que o representasse. Arnaldo fez o possível para dissuadi-lo da viagem e do confronto com Inocêncio III. Nenhum argumento o convenceu. Injustiçado por uma acusação infundada, lesado por um julgamento sem defesa, o conde optou pela viagem. Nada lhe poderia acontecer de pior que a acusação de assassinato. Contrariados, abade e outros prelados o viram partir.

Inocêncio recebeu-o. Certificou-se de sua firme vontade de se retratar. Convicto de que a Igreja tinha por obrigação misericórdia e perdão aos que a ela se dirigissem, ordenou a organização de um concilio para que Raimundo fosse ouvido. Arnaldo Amauri não tinha como se opor às ordens do papa, mas nada o obrigava a obedecer a elas imediatamente. Adiou o concilio inúmeras vezes. Quatro meses depois, num enorme salão, preparou-se para o evento. Arnaldo Amauri convocou legados nomeados por Inocêncio, bispos, arcebispos e abades que tinham queixas do conde. O chefe da ordem de Cister tomou a palavra. Enumerou, um a um, os crimes atribuídos ao conde, coroou-os com o relato da morte de Pedro de Castelnau e evidências de sua culpa. Quando nada mais havia para dizer, deu a palavra aos religiosos para que decidissem a favor do conde ou contra ele. Durante horas, ecoaram vozes inflamadas e acusadoras. Por diversas vezes, Raimundo tentou argumentar. Era sempre impedido. Os prelados

debateram. Calorosamente. Sentenciaram. Raimundo era culpado dos crimes a ele atribuídos. Encerraram o concílio sem que permitissem a palavra ao conde de Toulouse.

Raimundo ficou indignado. Queixou-se, novamente, ao papa. Inocêncio interrogou Arnaldo Amauri para apurar o porquê das reivindicações do conde. O abade explicou-lhe que, apesar de empenho e dificuldade em reunir legados, convocar religiosos para um concilio extraordinário, Raimundo, quando convidado a se justificar, negou-se a fazê-lo, o que ocasionou sua condenação por unanimidade. Inocêncio, enganado, ordenou que outro concílio fosse marcado, que Arnaldo estudasse minuciosamente os crimes, impondo pesadas condições para que Raimundo, caso realmente quisesse, obtivesse absolvição. O abade foi contrário à reabertura do caso Pedro de Castelnau. Raimundo, segundo ele, era o culpado, e nenhuma explicação poderia inocentá-lo. Foi também inclemente quando sugeriu que Inocêncio impedisse qualquer reconciliação e mantivesse a excomunhão; quando propôs desligar o perverso do seio da Igreja, qualificando-o de inimigo do Cristo e da sociedade. Inocêncio estranhou a determinação do abade em sugerir a ruptura de Raimundo com a Igreja. Não concordou com ela. Insistiu no concilio. Seis meses depois, o abade impôs ao conde penas inaceitáveis em troca da absolvição. Raimundo recusou-se a acatá-las. Diante da recusa, Arnaldo excomungou-o pela segunda vez.

Por que tanta intransigência por parte do abade? Por que tentava evitar que o caso Pedro de Castelnau fosse revisto e que a inocência de Raimundo pudesse ser provada? Por que negava o perdão da Igreja? Por que demonstrava claramente a opção pela expedição militar? Nada disso passou despercebido a Inocêncio III, mas o papa concluiu que seus princípios, como chefe da tão prestigiosa Ordem de Cister, se chocavam com atitudes que considerava indignas em um homem que se dizia católico devotado à Igreja e a Cristo. Iludia-se o Sumo Pontífice. As motivações do abade eram de ordem temporal. Arnaldo Amauri já afastara o arcebispo de Narbonne de seu arcebispado e já se promovera arcebispo, fazendo jus à senhoria de metade da cidade. Ora, a outra metade pertencia, indevidamente - estava convencido -, a Raimundo VI, que, como duque, possuía a suserania do viscondado. Mantida a desgraça do conde, obtido o confisco de suas terras com a cruzada, tornar-se-ia o abade o suserano temporal da região. Um direito incontestável à seus olhos. Arnaldo pertencia à antiga linhagem dos duques de Narbonne. Tentava reconquistar um patrimônio que fora seu e que passara às mãos dos condes de Toulouse independentemente de sua vontade. O abade tinha motivos suficientes para prejudicar o conde e estava decidido a empunhar armas para impedir que defendesse sua inocência. Aproveitou o concilio marcado pelo papa para convencer os religiosos a

excomungar o conde e seus cúmplices, interditar suas terras, exortar clérigos e leigos franceses a tomar a cruz, unir em aliança espadas temporal e espiritual e devolver às terras rebeldes a verdadeira fé. Arnaldo sugeriu a distribuição de indulgências a cruzados, a doação de terras confiscadas aos protetores e a reconhecidos senhores católicos.

Todos aprovaram suas palavras. Inocêncio ordenou que tudo fizessem conforme sugerido por Arnaldo. Nomeou-o chefe supremo da expedição, investiu-o de plenos poderes contra hereges e feudatários insubmissos. Pouco depois, Filipe Augusto recebeu carta de Inocêncio III. Nela, o papa acusava Raimundo VI da morte do legado, exortava rei, príncipe e barões franceses a defender a Igreja, prometendo aos senhores católicos terras confiscadas na Occitânia. A resposta de Filipe não tardou. O rei da França lamentou, pesaroso, a morte do legado. Esquivou-se, entretanto, de acusar o primo Raimundo de Toulouse. Apoiou-se na eterna guerra entre França e Inglaterra para isentar-se de comandar a armada. Porém, impossibilitado de negar, mais uma vez, ajuda à Santa Sé e ao papa, prometeu enviar homens e dinheiro se clérigos e barões se comprometessem com a participação financeira para suprir as necessidades da expedição militar. Por fim, tocou no ponto mais importante: a promessa de entregar as terras do conde aos que delas quisessem apossar-se. Filipe Augusto apoiou-se na consulta a homens eminentes e instruídos para observar que ninguém tinha o direito de desapossá-lo se não existissem provas concretas para condená-lo como herege. Argumentou que, mesmo no caso de ele ser condenado, suas terras não podiam ficar à disposição e cobiça de barões, porque o conde as tinha em razão de vassalagem e homenagem prestadas a ele, o rei da França. Considerou ainda que qualquer atitude tomada contra Raimundo VI dependia de sua permissão e de seu reconhecimento de que ele se voltara contra a ortodoxia. Concluiu que, apesar de repudiar sua atitude de proteger hereges e dar-lhes abrigo, não tinha provas de que tivesse abjurado o catolicismo. Não havia motivos verdadeiros para confiscar-lhe seus domínios.

Filipe sabia que Inocêncio perceberia a sutileza de suas palavras. Nada o impedia de condenar Raimundo VI por acobertar hereges, mas que se restringisse aos limites do poder espiritual. O direito de colocar suas terras à disposição de conquistadores pertencia somente a seu suserano legal, isto é, a ele, e ainda assim se tal pedido, pela gravidade do ato, estivesse fundamentado em provas que o justificassem. Que o papa confiscasse as terras que Raimundo tinha da Igreja, como era o caso do condado de Melgueil.

Em Roma, sem esperar a resposta de Filipe Augusto, Inocêncio começou os preparativos para a cruzada. Os religiosos predicaram, mobilizaram nobres, tentando pressionar o rei da França e o jovem Luís, seu filho. Inocêncio

anunciou que o comando espiritual e o militar seriam dados pela Igreja. Arnaldo convenceu o duque da Borgonha e o conde de Nevers a tomar a cruz e a pedir que Filipe

Augusto os liberasse da campanha contra a Inglaterra. Como Filipe continuasse omisso e resolvido a não arcar sozinho com as despesas da expedição, Inocêncio tratou de arranjar colaboradores. Distribuiu encargos. Aos senhores coube providenciar fundos que lhes permitissem comprar equipamentos, financiar a viagem de cavaleiros, escudeiros, valetes e todos os que fossem à Occitânia. A rei e arcebispos, pedir a credores de qualquer homem que quisesse tomar a cruz que lhe adiassem a dívida durante o tempo em que se encontrasse em combate. A medida recaiu principalmente sobre judeus agiotas, sendo-lhes obrigatório protelar pagamentos e até perdoá-los. Enfim, exigiu campanha entre as populações para que contribuíssem com dinheiro ou bens.

O empenho de Inocêncio em conseguir a ajuda do rei, em eleger chefes para a expedição, e suas providências para convocar cruzados, distribuir tarefas, iniciar rapidamente os preparativos atravessaram fronteiras. Raimundo não teve dúvida de que precisava agir o mais rápido que pudesse para se livrar das tendenciosas acusações que pesavam sobre sua cabeça, extremamente sérias para que fossem menosprezadas. O conde se tornara inimigo número um de sociedade e cristandade. Sua situação era desastrosa perante Igreja e Reino. Papa e barões franceses tramavam a maneira de puni-lo pela recusa em jurar a Paz, pela proteção aos hereges e, principalmente, pelo assassinato de Castelnau, do qual, apesar de jurar inocência, não havia conseguido defender-se e continuava como acusado. A condenação do conde não era um ato isolado; ela atingia a cidade, seus habitantes e se estendia ao condado. Sobrou-lhe uma única saída: a humilhação de, novamente, rogar a Arnaldo Amauri que intercedesse a seu favor diante do papa. Somente com o perdão da Igreja e a promessa de obediência teria condições de provar sua fidelidade à fé católica e evitar o pior. Arnaldo esquivou-se da ajuda. Despachou-o. Sumariamente. O conde organizou uma embaixada de religiosos incumbidos de levar ao papa seu pedido de perdão e o compromisso de submissão à vontade da Igreja.

O outono alaranjava a natureza, ressecava folhas, flores e frutos, deitando-os sobre a terra, desidratando-os, crispando-os, quando o visconde Trencavel, senhor de Béziers-Carcassonne, sobrinho de Raimundo, chegou a Toulouse. O jovem tinha urgência em discutir com o tio a situação da Occitânia. Havia relutado em procurá-lo, ciente das dificuldades que enfrentava, mas, ao saber que Raimundo se rebaixava e rogava novamente a oportunidade de se justificar, apareceu munido da proposta de unir forças para enfrentar a armada espiritual. O jovem Trencavel era reconhecido defensor de hereges e argumentou que, como

ele e outros senhores meridionais, Raimundo não tinha nenhuma intenção de prejudicar parentes e amigos que se haviam voltado a outra fé. Qualquer aliança que estabelecesse com o papa ou com seus legados seria quebrada e se mostraria inútil, porque continuaria a não obedecer às regras da Igreja. Insistir em obter absolvição em troca do compromisso de acatar ordens que não seriam cumpridas não resolveria o problema. A cruzada já estava decidida, promessas não a evitariam. O mais sensato era unir os meridionais, armá-los para que enfrentassem o exército francês e impedissem expulsão e morte de irmãos, confisco de terras e títulos.

Trencavel fez o que pôde para convencer Raimundo a reagir, mas o conde não abriu mão da possibilidade de ser absolvido. Não via como conseguir unir feudatários desligados por toda espécie de rivalidades. Sabia que Arnaldo estava por trás da expedição, e era isto o que o impelia a buscar a reconciliação a qualquer preço, ainda que tivesse de empenhar sua palavra e obedecer a tudo o que lhe fosse exigido. Outro problema por considerar era o tempo. Mesmo que percorresse condados e viscondados e convencesse seus feudatários a lutar pela causa comum, precisaria computar locomoção, organização da defesa, recrutamento de homens, construção de engenhos de guerra, suprimento de alimentos para as cidades... Antes que conseguisse visitar seus vassalos, já a armada estaria devastando a região. Na verdade, sabia-o o conde, nenhum barão estava em situação tão precária quanto a sua. Muitos eram acusados de proteger bons homens, asilá-los, mas, isentos de acusações graves, bastava que negociassem com os legados e não seriam importunados. Quanto a ele, não tinha como acalentar ilusões. Não haveria acordo com um excomungado, condenado por assassinato, se mostrasse pouco caso em se desembaraçar de seus crimes e optasse pela luta. Travar batalha pela reconciliação era a única forma de afastar o perigo iminente. Enquanto isso, teria tempo de pensar na estratégia por seguir, na maneira segura de defender seus direitos e seus vassalos. Raimundo pregou submissão, mas Trencavel não se conformou com sua obstinação em obter perdão. Abandonou Toulouse tão logo o tio deu por encerrada a discussão. Não fez caso também do conselho dado.

Os embaixadores de Raimundo chegaram a Roma em fins de 1208. Afirmaram ao papa a total submissão do conde à vontade da Igreja e seu desejo de ser perdoado. Inocêncio aceitou o pedido de perdão, prometeu que lhe daria a oportunidade de provar que não tivera envolvimento na morte de Pedro de Castelnau. Inocêncio exigiu que Raimundo colocasse nas mãos da Igreja, como garantia, sete castelos que tinha na Provença. Os embaixadores aproveitaram para reclamar de Arnaldo Amauri. Acusaram o abade de tratar o conde de forma injusta e rude. Pediram que Inocêncio designasse um legado suplementar com

quem Raimundo pudesse entender- se. O papa aceitou o pedido. Nomeou Milon para negociar com o conde de Toulouse, mas deu-lhe ordens de que nada fizesse sem a autorização de Arnaldo. Assim, evitava que o conde manipulasse o novo legado a seu favor. Julgando ainda que poderia limitar a indisciplina de Raimundo, ou qualquer ajuda que pudesse conseguir, redigiu carta aos legados, instruindo-os sobre a tática por adotar quando a armada chegasse. Aconselhou o ataque individual aos que se haviam afastado da unidade da Igreja. Proibiu que molestassem o conde de Toulouse se ele não se precipitasse em defesa dos outros. O importante era impedir que os enviados do Anticristo se agrupassem. Vendo a derrota dos aliados, Raimundo desistiria, e seria mais fácil vencê-lo quando estivesse só.

No início de 1209, Inocêncio já havia tomado providências para que a expedição militar marchasse sobre a Occitânia. Filipe Augusto, entretanto, continuava reticente e surdo à seus apelos. Inocêncio encarnava o poder espiritual; Filipe, o temporal. Duas autoridades, duas legalidades, duas ambições opostas, conquanto complementares, que se afrontavam na tentativa de anular uma à outra. Filipe tentava fazer valer seus direitos e impedir que o poder espiritual ultrapassasse as barreiras que o separavam do temporal; Inocêncio tudo jogava para que a cruzada do Ocidente se fizesse sob a égide real, o que significava para a Igreja obter sobre Filipe uma vitória política, o reconhecimento da soberania da Santa Sé sobre a Coroa.

O rei da França não se vergou aos desejos papais. Negou-se a chefiar a armada, alegou ser impossível dispensar o jovem Luís para que a conduzisse em seu lugar. Para salvar as aparências, autorizou o combate contra os perturbadores da Paz e da Fé aos senhores da Borgonha e de Nevers. Arnaldo Amauri já os catequizara a tomar a cruz, aguardavam apenas a autorização oficial do rei e senhor superior. Foram precisos dez anos, longos anos, para que o papa Inocêncio conseguisse organizar uma cruzada contra os meridionais.

A INVASÃO

A ABADIA DE SAINT-GILLES, BERÇO DA DINASTIA DO CONDADO, ergueu-se em torno do túmulo do santo. Depois, uma rica cidade a circundou; uma nova basílica foi edificada. Na fachada, três grandiosos portais camuflavam a entrada para igreja e cripta. Sob o arco triplo, elevado para a glória de Deus, Raimundo de Toulouse fez penitência e juramento diante da Igreja, diante de seu povo, para que soubessem de seus crimes, para que presenciassem sua humilhação. Para que todos, e cada um em particular, meditassem sobre sua perniciosa conduta e o merecido castigo dado aos que se afastam das leis divinas aliando-se a inimigos ou dando-lhes apoio, proteção e asilo. Milon tudo organizou. Seguiu, minuciosamente, os planos de Inocêncio para enganar a vigilância de Raimundo, fazê-lo acreditar que sua submissão suspendia culpas, anulava objetivos da cruzada. Enquanto isso, Arnaldo Amauri avançava, comandava a armada em direção ao Languedoc.

Em Saint-Gilles, estavam presentes arcebispos, bispos e o povo da cidade, que se acotovelou desde cedo, em frente aos portais, para assistir à chegada de Raimundo, para ouvir o juramento de seu conde. Alinhados diante da representação da infância e da Paixão de Cristo, os religiosos seguravam relicários ao pé do grande altar onde se expunha o Santo Sacramento.

Fazia calor quando Raimundo surgiu. O sol, desde cedo, abocanhava a cidade com uma infinidade de raios insistentes, afogueados. Apesar da multidão, do mal-estar provocado pela excessiva aglomeração, pelo suor que escorria de testas brilhosas e faces vermelhas e encharcava camisas, emplastrava cabelos, espalhando no ar um cheiro enjoativo, agriadocicado, não havia conversas nem murmúrios.

O conde, pés descalços, tronco nu, avançou. O sol lambia-lhe a pele alva do

peito e das costas, deixando-a molhada, luminosa. Rosto corado, lábios em fogo, mais parecia surgir de labaredas do inferno. O legado passou sua estola no pescoço do conde. Sob ameaça de espancamento com vara, introduziu-o na igreja. Flagelou-o. Simbolicamente. O silêncio seguiu seus passos. Levou-o ao altar. Com as mãos sobre Evangelhos e Santas Relíquias, jurou obedecer às ordens do papa. Milon transmitiu as condições que Inocêncio julgara necessárias para que a Igreja considerasse seu pedido de perdão. Réplica das anteriores.

Raimundo respirou fundo. Açambarcou as migalhas de coragem que lhe restavam para concordar com as exigências feitas, com a enumeração das faltas que o condenavam e pelas quais devia penitenciar-se. Só mesmo acreditando que sua total submissão alterava o rumo dos acontecimentos, mudava o destino do condado, encontrou forças para humilhar-se em confissão, para arrepender- se de atos pensados e justificados, para jurar obediência. Mas não devia pensar. Nem se lamentar. Meneou a cabeça em sinal de consentimento. Aceitou tudo. Preparou-se para prestar juramento. Admitiu ter contratado e mantido salteadores; ter confiado cargos públicos a judeus; ter utilizado igrejas como fortalezas; ter expulsado e aprisionado bispos; ter cobrado pedágio... Prometeu conduzir-se como bom católico e, em caso de transgressão, acatar sua excomunhão e a interdição de seus domínios; permitir que o condado de Melgueil e os sete castelos dados como garantia fossem confiscados.

Após a aquiescência do conde, cônsules e vassalos de Raimundo juraram a Paz de Deus e firmaram compromisso de combater hereges. Foram ainda intimados a vigiar a conduta de Raimundo e, ao menor sinal de desobediência de sua parte, desconhecer sua autoridade. Em junho de 1209, Raimundo tomou a cruz, deixou seus domínios sob a proteção da Santa Sé, que suspendia as ordens de expor suas terras à cobiça dos que as pudessem conquistar. Preservou-as também da guerra. O preço era alto, mas Raimundo estava disposto a pagá-lo. Não tinha intenção de lutar contra hereges. Sua submissão, todos sabiam, era apenas estratégia para ganhar tempo, para evitar a invasão iminente. Fingindo obediência, organizaria a defesa, tentaria a união dos feudatários occitânicos. Raimundo não desconfiou de que também Inocêncio ganhava tempo, que também ele negociava para neutralizá-lo e abater sítios hereges mais vulneráveis, retirando-lhe as possibilidades de se associar a outros senhores e fazer frente ao exército que avançava. Ambos lançaram mão de astúcia. Restava saber qual detinha o plano mais ardiloso.

Enquanto o conde vestia traje e título de cavaleiro de Cristo, a armada cercava, ocupava, destruía, saqueava inúmeras cidades, queimando hereges que se recusavam a abjurar. Muitos habitantes, inflados pelo medo, atearam fogo ao povoado, fugiram antes que a armada chegasse.

Encerrada a cerimônia de Saint-Gilles, Milon e Raimundo VI partiram ao encontro dos cruzados que chegavam a Montpellier. Lá, não tinham ordens de atacar os habitantes nem de cercar a cidade e saqueá-la. Guilherme VIII era senhor devotado à ortodoxia; Montpellier pertencia a Pedro II de Aragão, vassalo da Santa Sé. A chegada dos cruzados ao Languedoc mobilizou habitantes e senhores, amedrontou Raimundo Rogério Trencavel. Depois da conversa com o tio, o jovem visconde não achou necessário submeter-se à Igreja e acreditou que, com a reconciliação de Raimundo, com sua aquiescência em tomar a cruz, a cruzada perdia sentido e talvez até fosse suspensa. Só quando os cruzados alcançaram os arredores de seus domínios, Trencavel avaliou o perigo. Enquanto o tio tudo fizera para pôr a salvo suas terras, ele deixara sem proteção Béziers, Carcassonne, Albi e a região do Razès. O visconde resolveu seguir o exemplo do tio. Apresentou-se diante dos chefes religiosos, ofereceu sua submissão. Arnaldo Amauri pediu-lhe tempo para deliberar. Não podia, entretanto, atendê-lo. Conceder-lhe submissão idêntica à do conde faria com que os quatro viscondados Trencavel se tornassem invioláveis. Se isso acontecesse, a expedição perderia completamente o sentido, e os esforços de Inocêncio para extirpar a heresia se desmanchariam como bolhas de sabão. Seria uma vergonha para a Igreja se, depois de pedir e implorar, durante dez anos, ao rei da França uma intervenção militar, dispensasse senhores com seus exércitos e tropas de salteadores, alegando que a expedição havia perdido a finalidade. Como ressarcir senhores, como indenizar os que haviam arcado com compra de equipamentos e víveres? Pior ainda seria soltar os homens, já lesados em seus bolsos, sem a esperança de lucrar com indulgências, saques, confisco de terras. Dispensar senhores e cavaleiros seria indelicado, inadequado; despachar salteadores desordeiros, sem nenhum controle, sem destino, seria extremamente perigoso. A submissão de Raimundo Rogério Trencavel não foi aceita.

O mês de julho entrava em seu terceiro decanato. A cruzada abandonou Montpellier. Tomou o rumo de Béziers. Pouco depois, os cruzados cercaram as muralhas da cidade. Trencavel, assim que soube que sua reconciliação havia sido negada, voltou à cidade. Preparou-a para resistir ao cerco. Insuflou coragem em seus defensores, prometeu que lutaria ao lado deles. Deixou-os, porém, antes que a armada chegasse. Correu em busca de ajuda. Acreditou que a melhor solução seria conseguir reforços para o combate ao lado dos habitantes. A cidade se organizou para sustentar o cerco, para se defender e atacar durante várias semanas. Tempo valioso para que o jovem visconde reunisse tropas para libertar seu povo.

Os cruzados armaram tendas sobre a pradaria rendilhada pelas águas do Orb. Prepararam-se para um longo cerco. O bispo de Béziers, interessado em

conhecer os termos para um possível acordo, escolheu alguns católicos para negociar com Arnaldo. O abade, ciente de que Trencavel se ausentara, acreditou que ameaças desnortearam nobres e burgueses, fazendo com que cada um tratasse de salvar a própria pele. Impôs regras para o acordo.

A comitiva ouviu as condições exigidas pelo abade. Regressou à cidade. Convocou nobres, religiosos e cônsules. Revelou-lhes as imposições feitas. Foram rechaçadas, julgadas desonrosas, contrárias a tudo o que sempre haviam defendido. Que indignidade exigia Arnaldo para conceder a rendição pacífica? O abade limitou-se a avisar que tinha ordem de invadir a cidade, destruí-la, punir os habitantes. Para evitar mortes inúteis, aconselhou que os católicos se rendessem e entregassem os hereges à discrição dos cruzados. Como não estavam dispostos a condenar parentes e amigos, intimidados por ameaças, amedrontados pelo cerco, e como se negavam a desamparar a cidade, descartaram a proposta do abade. Confiavam na solidez das muralhas, na monotonia do cerco, na inclemência do calor que aumentava cada dia, na privação dos víveres que apodreceriam. Acreditavam que, em pouco tempo, os invasores seriam os primeiros a sonhar com o término da quarentena [30] que os acorrentava ao serviço militar gratuito e a abandonar a armada, enfraquecendo-a. Tempo suficiente para que o visconde convocasse seus vassalos e trouxesse o prometido socorro.

Era em nome da amizade que protegiam os hereges? Era em nome da honra que se dispunham à luta? Não há dúvida de que prezavam parentes e amigos, de que apreciavam a conduta dos hereges, de que defendiam atitudes que julgavam honrosas. Não há dúvida também de que eram anticlericais e se recusavam a obedecer sempre que discordavam da proposta feita. Mas, para eles, o bem maior e mais precioso que possuía o cidadão era a liberdade, religiosa, política ou qualquer outra que pudesse ter e valorizar. Em Béziers, como em todas as regiões que falavam a língua d'oc, havia orgulho em proclamar o direito de aderir à religião escolhida e de ser respeitado enquanto católico, judeu ou herege. Ali praticavam a liberdade municipal e sua independência face aos poderes temporal e espiritual. O consulado existia desde 1131, e eles se orgulhavam dele. Se a senhoria da cidade estava dividida entre bispo e visconde, a administração pertencia a cidadãos eleitos, que não toleravam que bispos ou nobres ofendessem os burgueses ou os maltratassem. Práticas que os envaideciam e davam motivos para que fossem discriminados como os mais revolucionários habitantes do país.

Pouco depois, o bispo de Béziers tinha nas mãos a resposta que devia levar ao abade de Cister. A decisão, tomada por unanimidade, repelia rendição da cidade, denúncia ou entrega de hereges. Aceitar semelhantes imposições seria desrespeitar a liberdade religiosa concedida aos cidadãos, seria negar a liberdade

política que assegurava ao povo a escolha da forma de governo e a eleição de seus representantes.

Do lado de fora de Béziers, os cruzados aguardavam ordens. A armada se compunha de soldados a pé e a cavalo, arqueiros, besteiros, valetes e tropas de temidos salteadores, escória estrangeira que, sob o comando de um chefe, oferecia serviços em troca de salário e permissão para saquear as cidades tomadas. A contratação de saqueadores era proibida pela Igreja, mas nenhuma armada partia sem grande número deles. Nem sequer aquela que combatia em nome de Cristo. Os mercenários eram a massa humana que nada tinha a perder. A vida pouco valia para eles. Lançavam-se, sem medo, à luta em campo aberto. Escalavam muralhas debaixo da chuva de flechas, pedras ou líquidos ferventes lançados de ambos os lados. Salteadores profissionais, armados com pedaços de pau, picaretas, facões, funcionavam como iscas, como o montante de carne por sacrificar em batalhas. Contratados aos milhares, representavam a parte suja das guerras. Posicionavam-se o mais perto das muralhas e, ao menor sinal de reação dos cercados, atacavam, afugentando os defensores, amedrontando o povo e abrindo passagem para que outros integrantes da armada penetrassem na cidade.

Também do lado de fora das muralhas, reunidos em assembleia, abade, legados, senhores franceses e cavaleiros confabulavam sobre a intimação feita aos habitantes da cidade quando o bispo de Béziers lhes trouxera a decisão do consulado. Divulgada a resposta, Arnaldo Amauri confessou a certeza de que os católicos não entregariam os hereges. Reiterava a destruição da cidade e o massacre dos habitantes como a melhor técnica para aterrorizar a região e facilitar operações posteriores, quando um cruzado interrompeu seu discurso. O homem anunciou que o combate já havia começado. Pediu que os cavaleiros se armassem e o acompanhassem. O que motivou o repentino ataque? O que houve para que agissem sem aguardar ordens do abade? Alguns habitantes alcançaram as muralhas e, agitando estandartes, zombaram dos cruzados e os enxotaram dali. Enraivecido, o chefe dos salteadores atacou. Em poucos minutos, os cruzados contornaram as muralhas, desceram o fosso, cavaram a terra para abrir buracos de passagem, quebraram as portas. Os defensores de Béziers, passado o espanto, começaram a gritar, incitando o povo a reagir. Diante da notícia trazida pelo cruzado, a reunião foi suspensa. Os cavaleiros jogaram-se sobre elmos, espadas e escudos. Já corriam quando um deles gritou por silêncio, perguntou ao abade como distinguir católicos de hereges. Como reconhecer os bons e poupá-los. Os religiosos emudeceram. Arnaldo Amauri não titubeou. Temendo que alguns se passassem por católicos e recaíssem em erro após a partida dos cruzados, ordenou:

— Matem todos! Deus reconhecerá os seus.

Imenso pavor tomou conta do povo quando os assaltantes pisaram na cidade. Espavoridos, os habitantes corriam de um lado para outro. Armavam-se. Às pressas. Padres vestiam hábitos. Desajeitadamente. Rezavam pendurados em altares, em sinos que repicavam nervosos, sofridos. Muitos, sob o comando dos religiosos, refugiaram-se nas igrejas. Os agressores penetraram nas casas. Surdos a choros ou pedidos de clemência, mataram os moradores. Saquearam. Destruíram. Esgotados os interesses, saciados os apetites, invadiram as igrejas. Dentro delas, não respeitaram altares ou crucifixos; religiosos ou laicos; velhos, mulheres ou crianças. Pisotearam tudo e todos. Pilharam sem escrúpulos a rica cidade. Onde não existiam riquezas, ateavam fogo sem compaixão pelos que ainda viviam ou agonizavam. O calor, a vegetação ressecada, a madeira receptiva à combustão propagaram as chamas pelas casas e igrejas, que estalaram, fenderam sob a fúria das labaredas. Arderam. Um amontoado de cinzas borrifou pedra e terra. Em três horas, nada sobrou de Béziers. Nem dos vinte mil habitantes, católicos e hereges. Arnaldo Amauri escreveu a Inocêncio. Vangloriou-se de haver extirpado hereges e heresia de Béziers. Atribuiu à intolerável atitude dos habitantes, aos seus pecados, a punição, a privação do socorro divino até dentro das igrejas, que não os haviam protegido, castigando sem piedade os que haviam ultrajado e conspurcado os santos lugares.

O massacre de Béziers amedrontou alguns senhores, fez com que cidades menos favorecidas em defesas abrissem suas portas para escapar de pilhagem e carnificina. Minou a resistência de senhores que não estavam em condição de suportar a guerra. Arnaldo Amauri tinha razão quando comentara que a destruição de Béziers lhes facilitaria conquistas posteriores, evitaria lutas desnecessárias. Uma cidade tomada à força não preservava riquezas, e a cruzados não interessava perder armas, roupas, víveres, gado e objetos valiosos. A chacina de Béziers rendeu frutos. Mais de cem burgos e castelos fortificados foram abandonados pelos habitantes, mas Minerva, Termes, Cabaret e Carcassonne se fecharam dentro de suas muralhas, prontas a suportar cercos e assaltos. Ninhos de resistência nasceram em alguns lugares. Tímidos ainda. O grande drama da Occitânia era estar totalmente dividida, no momento da invasão, por conflitos feudais, rivalidades regionais e pessoais. Narbonne submeteu-se, negando ajuda aos irmãos de Minerva. Os narbonnenses, movidos pelas disputas regionais, entregaram hereges e suspeitos, prontificaram-se a prestar, ao abade, ajuda material e financeira e enviaram tropas para engrossar as fileiras dos cruzados contra os compatriotas em Minerva.

O abade de Cister voltou os olhos na direção de Carcassonne. A antiga fortaleza celta se transformara em castelo romano, depois em fortaleza visigótica. Em meados do século XI, os viscondes catalães foram substituídos

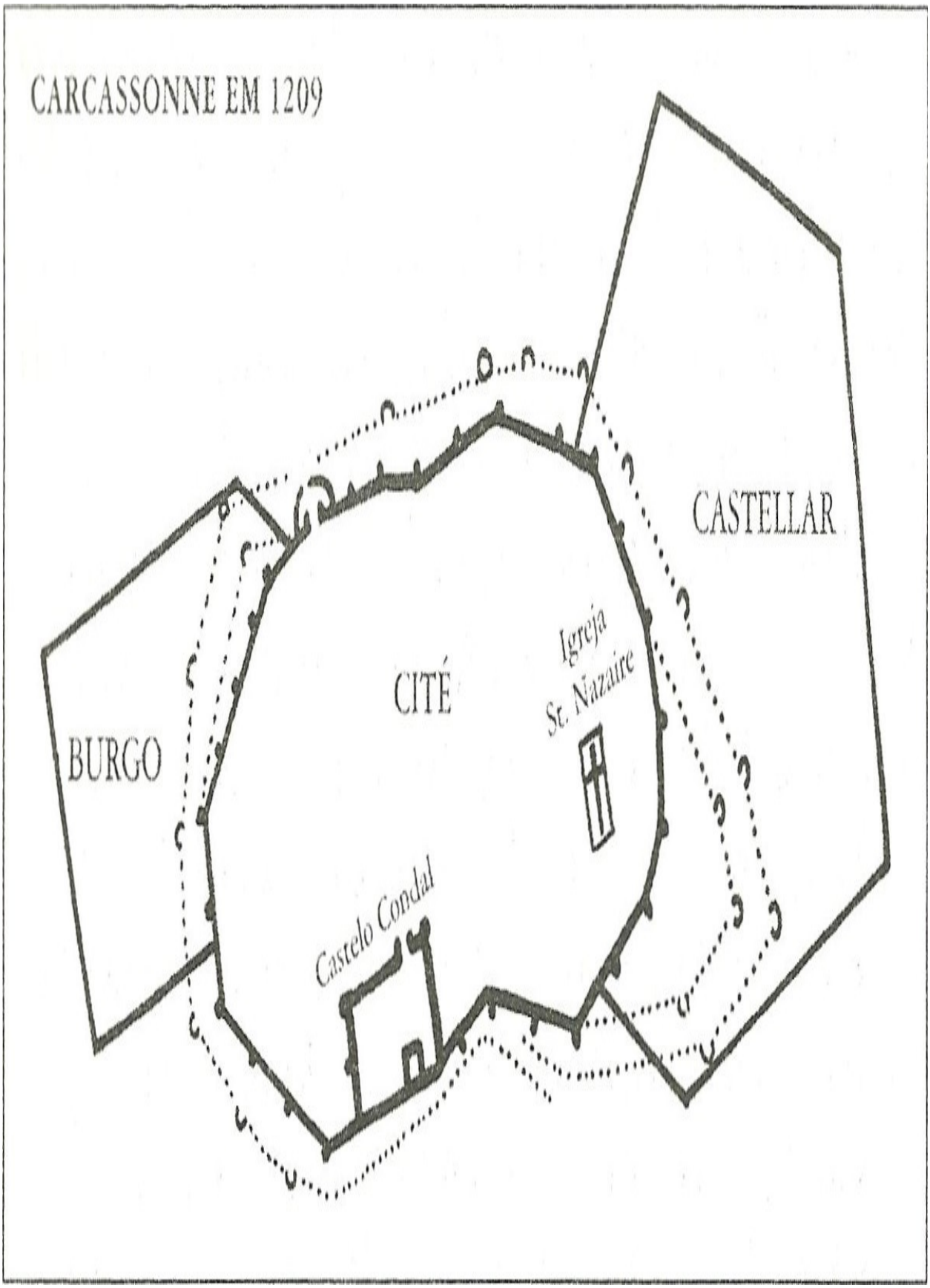
pelos viscondes de Béziers, os Trencavel, que anexaram a seus domínios, além de Carcassonne, a cidade de Albi e o Razès. Os Trencavel se firmaram como a mais poderosa casa feudal do Languedoc depois da casa dos condes de Toulouse. O século XII viu crescer a grande cidade, reedificada com gigantescas pedras cuidadosamente talhadas para construção. Em 1130, ergueram o castelo. Vinte anos depois, erigiram a catedral de Saint-Nazaire. A população ultrapassou o perímetro da cidade, e dois grandes bairros nasceram. Ao norte, o conhecido como Burgo; ao sul, Castellar. No século XIII, Carcassonne era uma bela cidade, rica, contornada por trinta torres e sólidas muralhas.

Raimundo Trencavel não alimentou esperança. O abade tramava contra ele, e, depois de Béziers, estava claro que a próxima investida atingiria Carcassonne. Trencavel reuniu seus melhores soldados, armazenou víveres e gado dentro das muralhas. Equipou-se com armas. Destruiu refeitório e celeiro dos cônegos da catedral para conseguir madeira e pedra suficientes e suportar o ataque dos cruzados. Para enfraquecer a armada inimiga, e não lhe deixar meios de buscar alimento, demoliu moinhos nos arredores. Contava ainda com a pilhagem frustrada, em Béziers, pelo fogo que tudo engoliu. Trencavel fez o que foi possível para colocar a cidade em estado de defesa e dificultar o cerco dos franceses. Esqueceu, entretanto, que a cidade de Narbonne fornecia ajuda e que, pelo caminho, os cruzados depararam com vilarejos e castelos abandonados às pressas pelos habitantes, que não tiveram tempo de levar provisões ou destruí-las. Apesar das perdas em Béziers, a armada do Norte de nada necessitava.

Os cruzados acamparam diante do Burgo, cujas muralhas irmanadas levavam a Carcassonne. Não o escolheram ao acaso. Sabiam que era menos fortificado que Castellar e seria fácil tomá-lo sem o uso de máquinas de lançamento. Arnaldo Amauri certificou-se de que arqueiros e besteiros de Trencavel estavam na*Cité,* como era designada Carcassonne, e suas flechas e pedras não atingiriam os agressores. A armada posicionou-se. Prudente. Equipou- se. Trencavel convocou uma assembleia. Reuniu quatrocentos cavaleiros, inúmeros senhores e cônsules. Seu plano consistia no ataque imediato. Contava surpreender os cruzados antes que tomassem o Burgo. Tentaria uma surtida. Pedro Rogério de Cabaret, fiel cátaro protetor de hereges, discordou de Trencavel. Para ele, o melhor era esperar que os cruzados tentassem interceptar a água das fontes que abasteciam a cidade, a primeira providência para intimidar os cercados, principalmente no verão. Para isso, teriam de se aproximar perigosamente das muralhas e seria mais fácil surpreendê-los.

Pedro Rogério era cavaleiro ousado e temido, respeitado pelos barões. Sua proposta foi aceita sem discussão. Durante a noite, que escorreu em inquietante

espera, em vigilante silêncio, cavaleiros armados distribuíram-se ao longo das muralhas.


CARCASSONNE EM 1209
CASTELLAR
CITÉ
Igreja
St. Nazaire
BURGO
Castelo Condal

De ambos os lados... Sonolento ainda, o dia espreguiçava quando, para espanto dos carcassonnenses, que nada haviam percebido ou escutado durante a madrugada, os franceses atacaram. Como nuvem de gafanhotos famintos, os homens se lançaram sobre o Burgo, desceram fosso, escalaram muralhas com a ajuda de escadas, derrubaram portas a golpes de aríete. Em duas horas, tomaram o Burgo. Apossaram-se de suas salinas. O precioso sal, vendido a peso de ouro, resolveria os problemas econômicos. Ocuparam as margens do rio, interceptando as fontes de água que abasteciam a cidade, impedindo que homens e animais viessem matar a sede. Um senhor francês, Simão de Montfort, responsável pela agilidade da manobra e pela vida salva de um cruzado, destacou-se dos outros em valentia e astúcia, merecendo o reconhecimento de Arnaldo Amauri.

Os cruzados comemoravam a vitória, elaboravam planos para atacar Castellar antes de investir contra a*Cité,* quando uma visita inesperada chegou ao acampamento francês. O rei de Aragão, Pedro II, surgiu acompanhado de cavaleiros. Foi recebido com cortesia e deferência, e, como desejasse falar com Raimundo VI, seu cunhado, conduziram-no até a tenda do conde. Raimundo VI, de acordo com as ordens recebidas em Saint-Gilles, acompanhava os cruzados.

Espectador apenas, omisso em reuniões e ações, sua tenda se encontrava bem longe do campo dos combatentes. Raimundo e Pedro conversaram durante algum tempo. Depois, Pedro II e seus cavaleiros montaram em cavalos, tomaram o caminho que os levava à cidade. Ao longe, os carcassonnenses cercados reconheceram seu suserano, e Trencavel correu ao seu encontro assim que os portões foram transpostos pelo visitante. Trencavel acreditou que o rei vinha em seu socorro. Enganou-se. Não eram reforços o que Pedro oferecia. O rei lutava contra muçulmanos, e seus vassalos, sabedores de sua insuficiência em soldados, não aceitariam que ele desviasse homens para defender os carcassonnenses em detrimento dos aragonenses. Outro problema atava as mãos de Pedro de Aragão. O rei era vassalo da Santa Sé, não podia insurgir-se abertamente contra uma cruzada comandada pelo papa. Não concordava com a intervenção militar nem tinha intenção de se unir aos cruzados, mas sua interferência devia ser sutil. Em vez de se mostrar contrário à Igreja, Pedro pensava em se colocar como cúmplice de sua causa, como defensor da condenação e expulsão dos hereges. Assim, ficava livre para promover acordos que beneficiassem seus vassalos. Ali estava para interceder em nome dos habitantes de Carcassonne e, no papel de suserano de visconde e viscondado, tentar um honroso acordo.

Trencavel não podia negar que seus recursos contra a armada eram restritos e, sem uma ajuda externa, o mais provável era sucumbir. Concordou com a mediação de Pedro de Aragão. O rei voltou ao acampamento dos cruzados. Os

barões franceses mostraram-se favoráveis ao acordo, mas a decisão cabia a Arnaldo Amauri. O abade, sem pestanejar, pronunciou os termos para o contrato. Cópia do oferecido em Béziers. Aceitava o arrependimento de Raimundo Trencavel desde que o visconde entregasse a cidade e os hereges à discrição dos cruzados. Pedro esforçou-se para não demonstrar espanto diante da imposição, desonrosa para ele, para o visconde e para o povo de Carcassonne. Ao lado de Trencavel, deu livre curso aos sentimentos de decepção e cólera diante das condições exigidas. Jamais imaginou que, além dos interesses espirituais que Arnaldo fizera questão de pôr em destaque, existisse também o firme propósito de usurpar bens e terras aos senhores do sul. Trencavel rejeitou a rendição. Salvar-se com um punhado de homens era indecente, impensável. Preferia morrer junto ao povo a abandoná-lo à própria sorte. Pedro não encontrou palavras para contrariar a decisão tomada por Raimundo Trencavel. Restou ao rei levar a resposta do visconde aos barões e religiosos franceses.

Sem acordo pactuado, os cruzados cercaram Castellar, Recomeçaram os combates. A primeira investida fracassou. Eles recuaram, prepararam a artilharia. As catapultas, dispuseram-nas de forma que evitasse fossem destruídas caso os carcassonnenses tentassem uma surtida. Depois, lançaram pesadas balas de pedra para enfraquecer o alto das muralhas, derrubar as ameias. Os muros decepados deixaram os atiradores adversos sem proteção, restando-lhes somente a fuga. Os franceses encheram o fosso com terra e ramagem para que a gata, [26] construída sobre rodas, deslizasse e permitisse aos sapadores aproximar-se das muralhas. Cobriram-na com a pele úmida de um animal recém-abatido para evitar que a incendiassem. Tudo pronto. A gata avançou. Lânguida. Alcançou as pedras que isolavam a cidade. Os defensores conseguiram incendiar a poderosa arma do inimigo. De pouca valia foi a façanha. Os sapadores já haviam esburacado o muro. Os homens entraram pelas brechas. Os defensores refugiaram-se na*Cité*, deixando Castellar em mãos inimigas.

Carcassonne já não contava com defesas ao norte nem ao sul. Estava cercada. Sobraram-lhe apenas os recursos próprios para resistir e subsistir. Dias e noites de monótona espera para agressores e cercados. Prova de resistência para ambas as partes. Os cruzados aproveitaram o tempo para construir máquinas, recolher ramagem, afogar a água do fosso. Monges e abades se encarregavam de levantar o enfastiado ânimo dos combatentes, repetindo-lhes as vantagens de conquistar ricas cidades, acenando-lhes com a distribuição de indulgências. Os carcassonnenses estavam em desvantagem. Bloqueados, não podiam sair para pegar água em fontes. O calor secara os poços. Desidratados, acenavam a doenças, convidavam epidemias. Nas casas, crianças choravam, mulheres lamentavam-se, homens confabulavam impacientes. Ao longo das estreitas

ruelas, morriam animais destinados a alimentar a população; morriam também os que os habitantes criavam para lhes fazer companhia. Sem lugar para enterrá-los, inumavam-se onde caíam. Carnes apodrecidas, desprendidas de ossos, deixavam, sem pudor, suas entranhas à vista. O cheiro de carniça se espalhou pelo ar. Empestou tudo. Insuportável. Um exército de moscas negras, famintas, voltejava pela cidade. Em voo rasante, atormentava os habitantes, investigava possíveis presas, esvoaçava ao redor delas, cortejava-as, contaminava-as. Ao fim de duas semanas, a próspera cidade estertorava. Raimundo Trencavel sofria ao lado de parentes, amigos, vassalos. Pedro de Courtenay, primo-irmão de Raimundo VI e tio de Raimundo Trencavel, apareceu nos portões de Carcassonne. Anunciou-se como portador de uma proposta dos cruzados. Caso o visconde quisesse conversar com ele, receberia salvo-conduto. Raimundo Rogério não conhecia o tio, mas aceitou dialogar. Nada tinha a perder caso escutasse o que o anônimo parente queria propor. A conversa foi rápida. O conde apoiou-se no parentesco para propor um novo acordo. Frisou que ali se encontrava por saber que o sobrinho não tinha saída. Não podia contar com a ajuda de Raimundo VI ou a de Pedro de Aragão. Acenou com a possibilidade de evitar que a cidade fosse tomada à força e sofresse o mesmo destino dado a Béziers.

Trencavel considerou a situação de Carcassonne após alguns dias de cerco. Quanto tempo ainda resistiria à sede e fome, a doenças, choros e lamentos, a mortos insepultos, ao odor putrefato que pairava como neblina sobre a população? Não tinha homens suficientes para combate, e expô-los ao assalto dos cruzados era condená-los de antemão, pôr em risco a vida de mulheres e crianças. O acordo impediria que o povo continuasse a sofrer com o bloqueio, que a cidade fosse destruída por guerra e saque. Raimundo aceitou a proposta. Confiou no parente que afiançou conduzi-lo, em segurança, ao campo inimigo. Sozinho, entrou no pavilhão reservado a assembleias. Os franceses aguardavam sua chegada. Arnaldo Amauri já decidira os termos do acordo. O abade pediu que Raimundo permitisse aos cruzados entrar na cidade, ocupar castelo e torreão, reunir os despojos a que tinham direito. Durante a operação, ele ficaria retido. Após a pacífica tomada da cidade, ganharia a liberdade, mas deveria exilar-se do viscondado. Trencavel, sem escolha, aceitou as condições da capitulação. Livre, veio conversar com os franceses; aprisionado, deixou o pavilhão de conferências. Entregou a cidade e suas riquezas à cobiça dos franceses. Os cruzados adentraram a cidade sem que os defensores oferecessem resistência. Com Trencavel em cativeiro consentido, a cidade depôs armas. Assenhorearam-se das dependências do castelo. Apropriaram-se dos animais sobreviventes e dos objetos de valor que encontraram. Ninguém se incomodou

com as carcaças apodrecidas que jaziam pelas ruas nem com o cheiro fétido que tudo impregnava. Salvos os despojos a que tinham direito, expulsaram os moradores de suas casas. Para que nada levassem de seus bens - armas, equipamentos, joias, economias -, obrigaram os homens a guardar no corpo apenas a cueca; as mulheres, a camisa. Sem nenhum dinheiro ou objeto pessoal, enfileiraram-nos diante da estreita poterna. Vigiados, transpuseram os umbrais da cidade. Um a um. Apalpados, para que nada escondessem por debaixo dos tristes panos que os cobriam. Afugentados de suas casas. Cuspidos de sua cidade. Para trás, deixaram gado, campos, vinhedos.

Arnaldo Amauri reuniu os cruzados. Não poupou elogios aos senhores franceses, às tropas de soldados e cavaleiros que trouxeram em nome da Igreja e da glória de Deus. Acabados os agradecimentos, anunciou-lhes a intenção de escolher um barão de renome e prestígio para que governasse a cidade. Um senhor devotado à ortodoxia, em Carcassonne, evitaria que os hereges retornassem e a infectassem novamente. Após o solene pronunciamento, abade, legados e barões foram convocados a decidir o destino do viscondado Trencavel. O abade ofereceu as terras ao conde de Nevers, que, agradecido, recusou o presente. Justificou-se. Não tinha nenhum interesse em governar a cidade ou permanecer na região. Lembrou ao abade que sua quarentena chegava ao fim e, tão logo pudesse, retornaria a seus domínios. O chefe de Cister tentou o duque da Borgonha. Nova negativa escutou. O duque tinha terras na França, não podia ausentar-se do reino para além da quarentena sem comprometer seus negócios. O conde de Saint-Pol também se negou a governar a cidade, repetiu as desculpas anteriores, porém dispensou mesuras e polidez, confessou não ter o hábito de se apropriar de despojos alheios. Por que motivo grandes feudatários franceses, sempre dispostos a aumentar terras, desprezavam a posse da rica cidade? Escrúpulos morais e jurídicos impediam-nos de aceitá-la. A maioria dos senhores franceses tomou a cruz por motivos espirituais. Os interesses recaíam na defesa da Igreja Católica, na distribuição de indulgências, na honra do combate, durante a quarentena, em hoste cristã. Os feudatários do reino da França prezavam os limites do poder espiritual. Entendiam que Arnaldo Amauri não tinha o direito de confiscar os feudos de seus legítimos donos e oferecê-los, como prêmio, a qualquer senhor, sem o consentimento do senhor superior. Somente receberiam o que lhes fosse concedido por Filipe Augusto, suserano a quem juraram vassalagem e fidelidade.

Diante de consecutivos nãos, Simão de Montfort foi indicado. Veterano de cruzada em Terra Santa, Simão reunia, além de distinções militares, algumas outras qualidades. Homem devotado à causa da Igreja e ao serviço de Deus. Verdadeiro soldado de Cristo. Incansável instrumento da sagrada missão.

Humilde... quando preciso. Orador dotado de incrível naturalidade. Firme em decisões. Justo - quase sempre ou sempre quase? - em julgamentos. Casado. Totalmente fiel à esposa. Defeitos também possuía. Conquistador ambicioso. Sôfrego. Guerreiro cruel. Vingativo. Homicida sanguinário. Sádico. Perverso. Religioso fanático. Quanto a terras e títulos, não impressionava. Senhor de Montfort e Epernon. Feudos insignificantes, títulos desprovidos de prestígio. Herdeiro do condado de Leicester, na Inglaterra. Domínio que João Sem Terra confiscou e jamais lhe consentiu pôr as mãos. Simão, como outros senhores franceses, recusou a oferta. Não porque precisasse retornar a seus domínios. Não porque pretendesse combater somente durante a quarentena. Não porque desprezasse despojos alheios. Usou como argumentos incapacidade e indignidade para ocupar tão importante cargo. Arnaldo, seguido pelos outros, cumulou-o de qualidades, insistiu, em nome de Inocêncio III, em que aceitasse as terras. Reticente ainda quanto a predicados seus, anuiu, mas... desde que os senhores lhe prometessem ajuda caso se encontrasse em perigo ou necessidade. Palavras desenvoltas vibraram na silenciosa sala. Simão agradeceu a administração das terras com humildade e devoção. Era dádiva de Deus, e tinha confiança em Sua ajuda. Como reconhecimento pela graça obtida e para a salvação de sua alma, passou às mãos do abade três casas. Em benefício da Igreja, contribuiu com o censo anual, cobrado de cada família que vivesse sob o mesmo teto, e com um sistema de multas para excomungados que não tivessem requisitado reconciliação com a Igreja.

O abade transformou-o em visconde de Béziers-Carcassonne, nomeou-o chefe militar da cruzada. Arnaldo Amauri continuava como chefe supremo, instrumento do poder espiritual; Simão investia o título de chefe militar, representante do poder temporal. Acabada a assembleia, deixaram a sala. Os nobres franceses dividiam opiniões. Uns exaltavam qualidades militares e religiosas de Simão, mas preferiam o silêncio em relação a sua falta de escrúpulos morais e jurídicos em aceitar um feudo cujo legítimo dono fora desapossa- do pela Igreja e não pelo suserano legal; outros o recriminavam abertamente pela cobiça, pela desmedida ambição e até pelo incomum brilho do olhar que sugeria requintes de crueldade. As censuras, porém, não impediram que os franceses trocassem amabilidades com Simão ou não se negassem a compactuar com sua sede de conquistas. Se Béziers e Carcassonne já estavam tomadas, faltavam a cidade de Albi e a região do Razès para que Simão realmente incorporasse o título e a totalidade das terras de Trencavel. Um problema, no entanto, o afligia. A imensa armada que comandava reduziu-se espantosamente com a partida dos que haviam cumprido quarentena e levado consigo seus exércitos. Para aproveitar o efeito psicológico da vitória sobre

Béziers-Carcassonne, era preciso agir rapidamente, não dando chance à formação de núcleos de resistência, não esperando que o outono findasse e a estação fria se anunciasse. O inverno era avesso a qualquer operação militar. Mas como fazer cercos e assaltos com um total de quatro mil e quinhentos homens, tudo o que lhe havia restado do imenso efetivo que chegara a Montpellier?

Simão resolveu o impasse escrevendo a Inocêncio III. Contou-lhe a satisfação de punir os que se haviam desviado do caminho da fé. Reafirmou suas dúvidas quanto à capacidade e dignidade para a gloriosa missão de tornar-se senhor de Béziers-Carcassonne. Aproveitou para pedir ao papa que confirmasse a posse de seus títulos e terras, extensiva à seus herdeiros, para que pudesse estabelecer direitos como suserano e exigir obediência do povo. Pediu ajuda em homens e dinheiro. Afinal, o censo pago à Igreja transformava-o em vassalo de Roma, um ato que, se por um lado o colocava em difícil situação frente ao rei Pedro II de Aragão, o suserano legal de Carcassonne, por outro lhe podia render lucros com o papa.

Para que os occitânicos permanecessem sob a ameaça dos cruzados, Simão, enquanto aguardava socorro, concentrou-se em tomar as cidades desprotegidas e as que minassem arredores e eixos que levavam aos núcleos mais importantes. Algumas foram abandonadas pelos habitantes. Os cruzados só tiveram trabalho de anunciar a ocupação. Outras foram queimadas. Em pouco tempo, Simão conquistou o título de senhor da região do Razès. Cidades que não abrigavam hereges recusavam-se a abrir suas portas aos invasores. Ele as cercava, tomava, submetia. Não suportava insubmissões, menos ainda a impossibilidade de se apossar de sítios bem posicionados. O chefe da armada tomou muitos burgos e castelos, enforcando os habitantes; queimou hereges arrependidos apesar de a Igreja não condenar à morte, e Inocêncio sempre perdoar, o pecador que confessava, abjurava e voltava ao seu seio. Simão não estava preocupado com julgamentos em tribunais eclesiásticos presididos por bispos ou com sentenças legais. Entendia que pecadores confessos deviam ser punidos. Se o castigo para hereges era a fogueira... que ardessem.

Faltava apenas tomar o Albigeois [27] para que Montfort se tornasse senhor dos domínios Trencavel. Manobra que visava não só à posse de terras e título, mas a um objetivo preciso: intimidar Raimundo Rogério, conde de Foix, obrigá-lo a se render. O que Simão conseguiu sem nenhum esforço quando o conde viu o esfacelamento do viscondado, o sumiço de Trencavel e a total falta de informações sobre sua libertação. Para salvar suas terras e ganhar tempo, Raimundo Rogério propôs um acordo a Simão. Jurou obediência à Igreja, abriu-lhe as portas de burgo e castelo em troca da garantia de que seus domínios

seriam respeitados. Simão concordou. Pactuaram o compromisso, porém...

O túmulo de Santo Antônio, martirizado em 506, foi o motivo para a fundação de uma abadia. Pouco depois, nascia a cidade de Pamiers. Raimundo Rogério de Foix e o abade dividiam administração e poder, mas abade e conde estavam em guerra por causa dos impostos cobrados pelo conde. Em setembro, o abade enviou mensagem a Simão de Montfort. Pedia-lhe que substituísse Raimundo Rogério na copossessão da cidade. Esclarecia ao chefe militar que, desapossando o sacrílego conde, a heresia poderia ser extirpada. Simão não esperou um segundo convite. Apesar do compromisso assumido com o conde, assenhoreou-se de Pamiers. Abriu uma posição bastante promissora. Pamiers ficava entre dois sítios importantes de catarismo, de agora em diante isolados pelos cruzados. O abade recebeu-o com honras. Redigiu ato oficial, colocou-o no lugar do conde de Foix. Simão partiu em busca de novas conquistas. Raimundo Rogério ficou indignado com a atitude de Simão. Jurou reagir.

Albi era o quarto e último feudo de Trencavel. Seu senhor superior era um bispo e fez da cidade uma senhoria eclesiástica tão independente quanto uma cidade episcopal. Os olhos de Montfort brilharam quando o bispo o recebeu com demonstrações efusivas de amizade. A homenagem não tardou a ser feita, e Simão era agora senhor do Albigense. Entretanto, enquanto Simão comemorava conquistas, o conde de Foix rompia o acordo feito. Para o conde, Simão já o quebrara quando tomara e ocupara terras suas. Raimundo Rogério de Foix tomou Preixan; partiu para Fanjeaux, onde era cossenhor e a ocupação dos franceses feria seus direitos. Aproximou-se das muralhas da cidade. Era noite. Seus homens encostaram as escadas nos muros. Escalaram a pedra. Espalharam-se pelas ruelas. O alarme soou. Os cruzados saíram do castelo e conseguiram afugentar os assaltantes, que, surpresos com a rapidez e a perícia dos homens, correram em desordem para a saída. Muitos não ultrapassaram o fosso. Tombaram. Mortos.

Enquanto Simão se empenhava em conquistas, uma delegação enviada por Arnaldo Amauri chegou a Toulouse. Tinha como missão exigir que suspeitos de heresia, cuidadosamente listados pelo chefe da cruzada, fossem reunidos e entregues para que se justificassem de algumas acusações. Caso houvesse recusa, cônsules e cidadãos ilustres da cidade seriam excomungados, a cidade interditada, o exército trazido ao condado. Raimundo VI, acabada a quarentena, encontrava-se na cidade e mostrou-se ultrajado com semelhante exigência. Não devia obediência ao abade desde que Inocêncio nomeara Milon para ouvir suas justificativas. Em Saint-Gilles, foi absolvido e reconciliado. Cumpriu quarentena. Indignado, negou-se a receber ordens de Arnaldo, ameaçou queixar-se ao papa. Os cônsules também não pretendiam obedecer e afirmaram ser

impossível entregar aos embaixadores do abade os hereges da cidade. Justificaram a negativa com argumentos imbatíveis. Haviam jurado total submissão à Igreja, e o conde, como prova de fé e fidelidade, deu ordens para que os hereges confessos fossem punidos. Desde então, os que não abjuraram abandonaram o condado ou foram queimados em fogueira.

Os embaixadores de Arnaldo não gostaram da ironia. Sabiam que os toulousianos mentiam para não entregar os infiéis. Refizeram as ameaças, afirmaram que os hereges deviam ser levados ao julgamento dos cruzados. Os cônsules abandonaram a farsa e, no mesmo tom de desafio, exigiram o procedimento canônico legal. Os que haviam sido listados pelo abade seriam submetidos à jurisdição da Sé Episcopal da cidade e ao senhor Foulques, bispo de Toulouse, conforme rezava o direito canônico seguido pela Igreja. Caso insistissem em desrespeitar as regras do procedimento legal, eles e os acusados pediriam proteção ao papa e apelariam à Sé Apostólica. O abade de Cister recusou o procedimento legal. Tinha plenos poderes, podia optar pelo julgamento dos cruzados, dispensar regras e leis. Os toulousianos resistiram. Arnaldo excomungou-os, interditou a cidade.

Urgente se tornou explicar ao papa o motivo do castigo que recaía, outra vez, sobre conde e condado. Inocêncio enviara agradecimentos a Raimundo, felicitara-o por reconciliação e serviços prestados à cruzada. Milon escreveu a Inocêncio. Acusou Raimundo de não ter recolocado bispos em seus domínios; expulsado de seus Estados, ou permitido que fossem entregues à discrição dos cruzados, hereges e seus protetores; rendido justiça a igrejas, casas religiosas e aos pobres; nomeado comissários para que escutassem as queixas feitas contra ele; demolido fortificações erguidas em terras das igrejas; abolido taxas de passagem e outros impostos injustos que recebia. Concluiu que, de acordo com a decisão dos religiosos, excomunhão e interdição seriam efetivadas se, até o dia de Todos os Santos, Raimundo não se justificasse das acusações e do fato de ter admitido, entre amigos, o acusado do assassinato de Castelnau.

O torreão do castelo de Carcassonne empinava-se altaneiro, recortando o céu esmaecido do outono. Uma aragem fria soprava, ondulando preguiçosamente o estandarte cor de sangue. Um sol enfraquecido se punha traidor, atingindo pelas costas o leão prata- dourado da Casa Montfort, fazendo-o dardejar raios incandescentes, sensuais. Se brasão e estandarte novos enfeitavam torres e cidade, gente desconhecida ocupava as confortáveis dependências do castelo. Na masmorra, o antigo senhor, Raimundo Rogério Trencavel, procurava, em vão, posições confortáveis que aliviassem a dor dos membros doloridos pelo peso das correntes de ferro que o imobilizavam. Desde o dia em que se entregara

em troca da vida de seus vassalos, nem um barão, nem um legado apareceu para lhe dar satisfação. Ninguém era capaz de lhe informar quando seria solto, quando lhe seria permitido o exílio junto à mulher e ao filho de dois anos. Já não sabia havia quanto tempo estava preso, mas, com certeza, sua querida cidade já havia sido ocupada, despojada de suas riquezas. Por que razão o mantinham em cativeiro?

O mês de novembro se anunciava. A chegada da estação fria interrompia operações militares. No inverno, sabia-o qualquer exército, os habitantes da região contavam com mais recursos para atacar e para se defender. Conheciam as artimanhas da temperatura, dominavam as sinuosidades das estradas. Simão de Montfort não contrariou a regra. O saldo até então havia sido positivo. Conquistara inúmeras cidades importantes. Frio e falta de efetivo sustaram cercos e tomadas. Precisava de ajuda em homens e dinheiro. Já fizera a Inocêncio o relato das prioridades. Recolheu-se em Carcassonne.

Passados dez dias do mês de novembro, a noite estava gelada. O vento cantava, e a única resistência eram as trinta torres da cidade, que não se vergavam a sua violência. Sobre o torreão do castelo, o estandarte do Leão da cruzada revirava, mas o vermelho do pano e o prata-dourado do brasão não podiam ser distinguidos na escuridão. O calabouço do castelo de Carcassonne também submergia em trevas. Em friagem. Em umidade. Exalava enjoativo cheiro de mofo que se instala em lugares pouco ventilados e escondidos do sol. Durante a madrugada, algumas vozes abafadas foram ouvidas. Alguns passos trôpegos riscaram o chão. Alguns lamentos sofridos cortaram, vez por outra, a frialdade subterrânea. Depois, um silêncio sepulcral tomou conta de tudo. Nada havia a estranhar. A noite foi feita para sonhos. Para sono. Para descanso. Eterno.

Pela manhã, os habitantes de Carcassonne receberam a triste notícia. Raimundo Rogério Trencavel, acometido por uma disenteria impossível de debelar, morrera naquela noite. Antes de expirar, a pedido seu, recebera os últimos sacramentos. Simão lamentou compungido a morte de Raimundo. Em grande honra, expôs seus despojos para que parentes, amigos e vassalos pudessem vê-lo pela última vez. O funeral foi seguido por imenso cortejo. Simão não poupou esforços nem despesas para que o jovem Trencavel fosse enterrado com merecidas deferências. Mostrando profunda admiração por seus feitos, Simão, em seu discurso, cobriu-o de glórias e virtudes. Um verdadeiro herói, mas, como todo bom herói, morto. Inofensivo. Um exagero a cerimônia, quando conhecemos censuras e acusações feitas ao visconde pelo chefe da cruzada. Tentava impressionar o povo? Desviá-lo de cobranças? Fazê-lo esquecer a promessa de liberdade feita a Trencavel? Passado o período de nojo, os habitantes de Carcassonne, inconformados com a morte de seu visconde,

comentavam sobre a doença que o abatera, estranhavam o total desconhecimento de seu estado. Os murmúrios tornaram-se frequentes. Um trovador clamou sua indignação, denunciou o verdadeiro fim de Raimundo Rogério:

"Eles o mataram, e jamais se viu tão grande ultraje, nem tão grande crime, nem tão grande barbárie contra Deus e nosso Senhor, como a que fizeram os cães renegados que o eliminaram, os traidores da raça de Pilatos!" [28]

Outros, encorajados pelo desabafo do poeta, confirmaram o assassinato. A notícia espalhou-se entre os vassalos. A revolta tomou conta da região. A grave denúncia chegou a Roma. O papa escutou dos embaixadores de Pedro II de Aragão a afirmação de que Simão de Montfort havia, miseravelmente, subtraído o visconde. Podia dar crédito às acusações? Era certo que Simão ultrapassava direitos e até ignorava ordens recebidas. Assim fizera ao assumir Carcassonne e não respeitar os direitos de Pedro II de Aragão. Simão devia prestar-lhe homenagem pelo viscondado, jurar-lhe fidelidade como vassalo e, em vez de agir como devia, instituiu censo para a Santa Sé, apresentou-se como vassalo de Roma, mas... Seria capaz de tramar a morte do visconde? Inocêncio se afogava em dúvidas, questionava-se e respondia às próprias indagações, optando sempre pela negação. Esquecia-se, entretanto, de computar as vantagens para Simão em se desfazer de Trencavel. O visconde, ao aceitar a rendição, ao se sacrificar pelo povo, deixando-se aprisionar, tornara- se um herói. Simão entendeu rapidamente que soltá-lo como prometera ou esquecê-lo em cativeiro constituía um mesmo e eterno perigo. O chefe da cruzada estava à frente de uma armada enfraquecida, com poucas chances de enfrentar rebeldes. A reação dos senhores occitânicos já começava a se fazer sentir. Complôs eram tramados. Cidades tomadas sonhavam com a libertação, e o martírio de Trencavel era suficiente para instigá-los à resistência. O visconde em liberdade seria ainda pior, porque, em pouco tempo, reuniria insatisfeitos, reconquistaria seus feudos. As conjecturas que implicavam Simão na morte do visconde não passavam ainda de hipóteses fantasiosas, possibilidades remotas, injúrias apregoadas pelos inconformados quando...

Simão procurou a viúva de Raimundo Trencavel, em Montpellier. Obrigou-a a assinar um acordo que lhe assegurou a possessão do viscondado Trencavel, deserdando, para sempre, seus descendentes. O burburinho em torno do assassinato do visconde aumentou, mas Simão não estava preocupado com as conclusões a que poderiam chegar carcassonnenses, occitânicos, aragonenses... Nem com as evidências de sua cobiça, ou de sua culpa, aos olhos dos senhores franceses ou de Inocêncio. Com a morte de Trencavel, ficara livre de uma presença incômoda, ameaçadora. Era o chefe da cruzada e tudo fazia em nome de Cristo e pela honra da Igreja.

A RENDIÇÃO

Simão, enquanto aguardava reforços, avaliava sua delicada situação em relação a Pedro II. Ao rei devia juramento de vassalagem e fidelidade pelos domínios conquistados, única forma de validar sua investidura. Tornar-se vassalo da Santa Sé e pagar o censo anual não o havia eximido, aos olhos do papa, de obediência às suas ordens, da obrigação de respeitar o direito feudal e priorizar o senhor legal. Precisava contornar a difícil situação que o expunha a recriminações e desconfianças; urgia arranjar uma maneira de prestar homenagem a Pedro.

Se o conde de Montfort se via forçado a regrar ações e retirar de cima dos ombros a insubordinação aos poderes espiritual e temporal, Pedro de Aragão também se via obrigado a defender seus direitos e se vingar da afronta cometida por Simão, que não era pouca nem insignificante. Montfort, dando à Igreja o reconhecimento do direito de propriedade, desprezou o reino de Aragão como senhor das terras em questão e colocou Pedro em situação desconfortável. Simão lhe foi imposto como vassalo através do papa e sem a sua aprovação. Concordando ou não com desapossamento e conquista, desconfiando ou tendo certeza do assassinato de Trencavel, o usurpador o forçou a aceitá-lo, a apoiar a vontade do papa, valendo-se apenas da fidelidade jurada à Igreja e a seu representante. Entretanto, entre o religioso e o político, muito mais necessária seria, para os interesses de Aragão, uma aliança com Filipe Augusto, porque, se vassalos do rei da França confiscavam feudos meridionais, negando-se à homenagem devida a seus senhores superiores e oferecendo-a a senhores que escolhiam, nada impedia que, mais dia, menos dia, Filipe reivindicasse homenagem pelas terras de seus vassalos e unisse à Coroa francesa os feudos usurpados, dispensando as suseranias anteriores.

Por ora, concluiu Pedro, não seria inteligente reagir e declarar- se contra a cruzada, o que poderia fazê-la voltar-se contra ele, atando-lhe pés e mãos. O melhor a fazer era agir de forma diplomática com ambas as partes. Simão tinha consciência de que havia transgredido o direito feudal, um requisito por respeitar numa cruzada que se proclamara espiritual; logo, vendo-se alvo de recriminação dos senhores, do rei e até do papa, tudo faria para amenizar o mau passo e resolver o problema. Pedro marcou encontro com Simão. Não tinha nenhum interesse em aceitar o juramento do conde, queria apenas afastá-lo de Carcassonne por um tempo, dar aos senhores meridionais apoio e ocasião para revolta e insurreição, chance de revidar os ataques sofridos. A estratégia utilizada por Pedro II foi perfeita, e Simão ficou encantado quando recebeu o convite do rei. Sem demora, convocou os senhores que lhe restavam e partiu. Sua boa estrela brilhava, e, antes mesmo que se dedicasse a pensar em uma forma de se reconciliar com Pedro, a solução lhe era apresentada pelo próprio lesado, evitando-lhe a possibilidade de uma negativa.

A manobra de Pedro foi imediatamente aproveitada pelos senhores meridionais. Submetidos à força, tão logo constataram a partida de Simão, romperam juramentos de obediência e enfrentaram guarnições deixadas em castelos e cidades tomadas. Quando Simão encerrou a frustrada conversa, sem que conseguisse regularizar sua situação diante do reino de Aragão, e tomou o caminho para Carcassonne, foi informado dos estragos que atingiam homens e sítios já conquistados. Quis atacar, mas os senhores que o acompanhavam se negaram a ajudá-lo. Sozinho, o conde reavaliou sua posição. Os occitânicos reagiam, cercavam castelos, burgos e cidades, tramavam emboscadas, aprisionavam tropas francesas, matavam os que reagiam. Em poucos dias, cavaleiros e soldados sucumbiram a armadilhas. Papéis trocavam de mãos; guerrilhas se instauravam; fiéis servidores de Cristo, e não infiéis e seus protetores, corriam perigo. Simão não podia compactuar com tão grande sacrilégio. Via-se no direito, e no dever, de impor ordens. Tinha como lei a cega obediência à Igreja; como missão o extermínio de cidades e cidadãos desviados. Acreditava em seu papel de vingador de Cristo, de condutor de infiéis ao caminho eleito certo. O fanatismo religioso, ou qualquer outro, obriga a uma só possibilidade de conduta, que deve ser aceita e seguida por todos, sem questionamentos; exige uma só forma de crença, que deve ser vivenciada por toda a humanidade, decidida e imposta pelos que dominam e validam preferências e certezas suas. A felicidade, o gozo supremo exigiam a aceitação destes princípios. Assim pensava Simão e os que condenavam hereges, heresia e seus partidários. Não tinham como entender tolerância, aceitar acolhimento de diferentes maneiras de pensar, agir ou se colocar diante do mundo e de seus

semelhantes incorporadas e privilegiadas pelos meridionais.

Simão conquistava nadas. Não era vitorioso de coisa alguma. Obtivera vitórias frágeis, sem consistência. Colhia, apenas, os frutos de sua perversidade. As submissões foram impostas às cidades, à seus habitantes e senhores por cercos, tomadas e massacres; foram obtidas pela impossibilidade de lutar, pela necessidade de ganhar tempo e esperar dias melhores, mas... Virasse ele as costas, seria golpeado; abandonasse a região, tudo voltaria a ser como antes. Perplexo, constatou que o inverno apenas começava e já havia perdido por volta de quarenta sítios, entre cidades e burgos. A rebelião foi geral. Os meridionais invadiram castelos, capturaram cavaleiros e soldados plantados em cidades tomadas, fizeram-nos prisioneiros. Cidades e vilarejos se insurgiram, libertaram-se, restando a Simão, de suas conquistas, os domínios Trencavel e os lugarejos desprovidos de importância. Como se não bastasse ter de suportar a infrutífera conversa com Pedro II, a negativa dos senhores franceses a ajudá-lo, a reação e as reconquistas dos meridionais, teve de digerir as sutis recriminações de Inocêncio. Em carta enviada em novembro de 1209, o papa congratulava-o pelas vitórias conseguidas; felicitava-o pela posse do viscondado de Béziers-Carcassonne; agradecia o pagamento do censo anual em proveito da Santa Sé; comunicava que reforços haviam sido pedidos a vários senhores para que se unissem cm combate aos inimigos de Cristo e da Igreja. Se o início da carta era só amabilidades, o parágrafo final repreendia-o por se afastar da teoria da cruzada. O papa fez questão de lembrá-lo da necessidade de os novos senhores salvaguardar a Fé e a Paz de Deus e respeitar os direitos dos senhores superiores. Recomendou que o chefe da cruzada regrasse suas conquistas com o estimado rei de Aragão.

Raimundo VI se encontrava, novamente, acusado de inimigo da Paz e protetor de heresia, implicado na participação de cilada e morte de Pedro de Castelnau, sendo prova de sua culpa o fato de se relacionar com o criminoso. Conde e cônsules decidiram ir a Roma e conseguir audiência com Inocêncio. Raimundo aproveitaria a viagem para se encontrar com o imperador germânico, Oto IV de Brunswick, de quem era vassalo pelo marquesado da Provença, e com o rei Filipe Augusto, senhor superior do condado de Toulouse. Era importante conseguir dos soberanos, autorização para cobrança de pedágio na Provença e no condado. O lucro das taxas para atravessar estradas, pontes e cidades constituía enorme fonte de renda para os senhores. Porém os impostos sobre circulação de mercadorias se prestavam a abusos, e os pequenos artesãos, mercadores e camponeses se viam em permanente estado de exploração. A Igreja tentava regularizar as relações econômicas e sociais e limitar as cobranças. O conde

havia jurado não cobrar impostos que não estivessem autorizados por rei e imperador, e era a autorização para cobrá-los o que pleitearia aos soberanos. A aquiescência de rei e imperador o livraria de algumas acusações. Pretendia também obter do papa a restituição dos castelos deixados em garantia com a Igreja. Arnaldo Amauri, como em outras ocasiões, fez o possível e o impossível para vetar sua viagem. Tentou convencê-lo, com amáveis palavras, de que o papa não o receberia, de que tudo poderia ser resolvido por ele. O mesmo empenho foi usado com os cônsules. Nada conseguiu com o conde ou com os toulousianos.

Raimundo de Toulouse foi amavelmente acolhido no reino por grandes e pequenos feudatários; homenageado por barões companheiros na cruzada. Simão de Montfort, que aguardava reforços, colocou-se às suas ordens. Filipe tratou-o com extrema cortesia, mas negou-se a lhe conceder autorização para cobrança de impostos. O imperador agiu da mesma forma que o rei da França. Raimundo foi ao encontro de Inocêncio, que o acolheu carinhosamente, mas repreendeu-o com severidade por ambiguidade de conduta, atitude que dava motivos para que pairassem dúvidas quanto a sua fé e obediência à Igreja. O conde queixou-se dos legados que o acusavam injustamente. Argumentou que cumprira a maior parte das imposições feitas no juramento de Saint-Gilles e o que faltava regularizaria o mais rápido possível, explicado o atraso pela participação na cruzada e pelo recente regresso a Toulouse. Raimundo pediu, novamente, que lhe fosse possível justificar-se. Falou de seus castelos, depositados em garantia com a Igreja. Inocêncio prometeu-lhe novo concílio onde pudesse defender-se diante de um acusador que se oferecesse para contestá-lo. De posse do processo que exigiria dos legados, seria ele mesmo o juiz da questão, e, caso ninguém o acusasse, Raimundo poderia explicar-se. Se absolvido, seria declarado bom católico e inocentado da participação no assassinato de Castelnau. Dissipadas as dúvidas, receberia seus castelos após os comprometimentos de sinceridade e fidelidade.

Tão logo terminou a audiência com Raimundo, Inocêncio recebeu os cônsules de Toulouse, prontos a lhe dar satisfações necessárias para justificar a negativa em obedecer às ordens de Arnaldo Amauri. Inocêncio escutou-os. Depois, escreveu cartas a arcebispos, bispos, legados e ao cônego Thédise, substituto de Milon, que já não fazia parte dos vivos. Aos legados Inocêncio ordenou que absolvessem os habitantes de Toulouse de excomunhão e interdição; a Arnaldo Amauri o papa assegurou que o conde, humildemente, pedira perdão e prometera cumprir os juramentos feitos quando cie sua reconciliação em Saint-Gilles. Pediu que um concílio fosse organizado e que Thédise servisse de intermediário.

Enquanto cartas de Inocêncio viajavam em direção a seus destinos, a

condessa de Montfort vinha escoltada por um novo contingente de cruzados. Conforme as promessas papais, os recursos surgiam na época prevista. Simão já não podia esperar para agir. Os meridionais atacavam guarnições francesas. Com a nova remessa de soldados, podia recuperar cidades perdidas e conquistar outras.

Escolheu Bram, que se estendia sobre uma planície e não contava com defesas naturais que refreassem a ação da armada. Simão cercou. Assaltou. Tomou. Sem nenhuma dificuldade. Aprisionou os habitantes. Entre eles, encontrou um clérigo francês que o havia traído. Amarrou-o à cauda de um cavalo. Um cavaleiro açoitou o animal, que se pôs a correr, a arrastar o homem pela cidade. O sangue riscou pedra e terra. A pele se esgarçou. Ossos quebrados ficaram expostos aos horrorizados olhares. Gritos de dor ensurdeceram os espectadores. A massa humana, mistura de carne e sangue, foi pendurada pelo pescoço para que se completasse o castigo escolhido por Simão. O espetáculo foi pequeno para a quantidade de ódio do sádico conde. Era preciso que temor e horror se espalhassem, não em palavras, que a elas o vento desfaz sem deixar rastro. Espetáculos são para ser vistos, vividos. Simão escolheu cem homens entre os prisioneiros. Designou salteadores para que se encarregassem do castigo por aplicar. Os que se haviam atrevido a escarnecer da fé e do poder da Santa Igreja Católica, que haviam ousado desobedecer a ordens de legados enviados pelo papa, que, destemidos, haviam enfrentado a armada dos cavaleiros de Cristo, teriam os olhos perfurados, orelhas, narizes e lábios decepados. Mutilados, seriam conduzidos até Cabaret para que seus habitantes vissem a que se expunham os insubordinados, e decidissem se valia a pena proteger hereges e a imunda seita que transmitiam ao rebanho do Senhor.

Cena dantesca foram obrigados a presenciar os habitantes de Bram. Amigos e parentes choravam os seus, sem possibilidade de socorrê-los ou de se furtar a tão miserável visão. Gritos da plateia, uivos de supliciados acompanhavam cada pedaço de carne arrancado por faca, cada osso quebrado, cada gota de sangue espirrado. Em correntes amarraram a fileira saída do inferno. A um guia encarregaram de conduzi-la pelas estradas que levavam a Cabaret. Por que Cabaret precisava conhecer o castigo dado aos infiéis? A cidade desafiava a Igreja. Vivia a serviço da Igreja Cátara. Em Cabaret, não havia católicos. Perfeitos e perfeitas abriam casas, trabalhavam e pregavam, acolhiam fiéis e ministros exilados das cidades submetidas e ameaçadas. Seu senhor, Pedro Rogério, era fiel convicto, auxiliar ativo da heresia, e formou tropas com hereges proscritos e desapossados, decidido a enfrentar os cruzados.

No início de 1210, Arnaldo tomou ciência das bulas pontificais expedidas para mediação entre Raimundo VI de Toulouse e a Igreja; para a absolvição dos

toulousianos. Thédise ainda não havia voltado de Roma. Arnaldo Amauri deslocou-se para Toulouse. Resolveu, por conta própria, encarregar-se da absolvição e do processo de purgação canônica do conde. Enquanto o chefe militar cercava e tomava cidades e castelos, o espiritual irrompia em Toulouse para espanto da população e dos cônsules que aguardavam Thédise. Na cidade condal, o clima entre católicos e cátaros não estava tão ameno quanto em outras cidades. Os toulousianos dividiam atos e opiniões, beirando uma guerra civil. Raimundo VI e seus cônsules negavam-se a perseguir os hereges e, vendo-os apenas como cidadãos iguais a quaisquer outros, davam-lhes a mesma proteção que dispensavam a católicos e judeus. Foulques, bispo de Toulouse, não tolerava infiéis nem simpatizantes e convenceu os católicos da necessidade de se colocarem do lado da Igreja e das vantagens de uma aliança com os cruzados. Em pouco tempo, o bispo organizou uma confraria favorável à ação da cruzada. Os adeptos da Confraria Branca, encabeçada por Foulques, distinguiam-se por uma cruz costurada na altura do peito, igual à usada pelos cruzados; tinham como missão instaurar uma milícia popular encarregada de aplicar diretrizes canônicas para a luta contra a heresia e a salvaguarda da Paz de Deus. Incentivados pelo bispo, atacavam hereges e judeus, levavam-nos a julgamento, enviavam soldados contra recalcitrantes, pilhavam e destruíam suas casas. Os toulousianos revidaram, formaram uma confraria rival, a Negra, constituída pelas vítimas reais e as que se sentiam ameaçadas.

A chegada de Arnaldo à cidade era motivo de grandes divergências. Para os defensores da fé católica, o abade representava o Santo Pai, digno de respeito, obediência e honra; para os defensores dos direitos humanos, ele ligava-se ao desrespeito à liberdade dos cidadãos, era responsável pela excomunhão dos habitantes, pela interdição da cidade, logo, representante de ameaça e terror, da perversidade da lei do mais forte. Apesar das controvérsias, conde e cônsules receberam-no cortesmente, mas, quando o abade anunciou que viera para regularizar a situação do condado, recusaram-lhe o papel de mediador. Arnaldo insistiu. Os cônsules resistiram. O abade pressionou. Eles teimaram. O religioso ameaçou. Após muita discussão, consentiram que Arnaldo agisse sozinho desde que obedecesse às ordens de Inocêncio. O chefe de Cister estipulou, para a absolvição, o preço a ser pago pela população. Exigiu dinheiro para suprir as deficiências da economia da cruzada. Os adeptos da Confraria Branca depositaram a quantia pedida, os da Negra negaram- se a contribuir em proveito de cruzados. Nenhum argumento os convenceu de que deviam financiar exércitos que pilhavam e destruíam cidades e tinham como missão tolhê-los em direitos adquiridos, castigá-los por justos atos, massacrá-los, queimá-los por escolhas pessoais. O abade excomungou-os. Novamente. Interditou a cidade.

Mais uma vez. Os toulousianos se renderam às evidências. Mesmo os da facção Branca entenderam. Os soldados de Cristo exploravam-nos. Extorquiam-lhes dinheiro em troca do perdão que devia ser concedido gratuitamente. Queixaram-se ao bispo. Foulques, diante da arbitrariedade de Arnaldo, perdoou-lhes. Suspendeu excomunhão e interdição. Até hereges reconheceu como bons católicos. Toulouse livrou-se de ameaças. Raimundo VI continuou esperando por Thédise.

Na primavera de 1210, os meridionais tentaram o restabelecimento da paz entre cruzados e o conde de Foix. Organizaram uma conferência. Entre os interessados, estavam Raimundo VI, Raimundo Rogério de Foix e Pedro II, que advogava pelo acordo que evitaria que terras vassalas de Aragão caíssem em mãos dos senhores do norte. Nada conseguiram. Simão nutria imensa hostilidade pelo conde de Foix desde que reagira ocupando sítios conquistados e traindo o já traído juramento feito.

Junho entrava em sua segunda quinzena quando Thédise chegou. Os toulousianos já tinham sido absolvidos pelo bispo; restava ao cônego receber a purgação canônica de Raimundo e seguir as instruções de Inocêncio. Thédise procurou Arnaldo. Contou-lhe que o papa havia ordenado novo concilio para que aquele que tivesse provas contra Raimundo pudesse apresentá-las. Caso ninguém aparecesse para acusá-lo, o conde poderia justificar-se, cabendo-lhes libertá-lo das acusações de culpabilidade pela morte do legado. Impossível para o abade concordar com as ordens de Inocêncio. Arnaldo sabia que Raimundo, perdoado, não puniria hereges nem seus protetores. Eles continuariam asilados em Toulouse, e a cruzada teria sido inútil. Sabia ainda que Raimundo representara a submissão em Saint-Gilles e que sua participação entre os cruzados tivera como único objetivo proteger suas terras e ganhar tempo. O pior, para ele, era saber que não haveria acusador e o conde acabaria conseguindo reunir argumentos que o isentassem de culpa. Arnaldo tinha consciência de que a acusação repousava em bases fracas, insignificantes, pouco convincentes, até infundadas. Ficaria sem clara comprovação no curso do procedimento legal, obrigando-o a absolvê-lo do crime. Thédise acatou as observações do abade, mas eles não podiam dispensar a organização do concilio exigida pelo papa. Caso transgredissem a ordem, seriam acusados pelos senhores franceses de abuso em relação aos direitos feudais e, possivelmente, perderiam a preciosa ajuda dos barões aliados. Arnaldo traçou a estratégia por seguir. Nada o impedia de organizar o concilio, executar as diretrizes pontificais dentro das regras prescritas. Apenas cuidaria para que se tornassem inaplicáveis. Precisava encontrar uma brecha que lhe permitisse punir o conde sem despertar animosidade. Só assim, teria oportunidade de cercar e tomar o condado de Toulouse, colocá-lo à disposição dos senhores do Norte e

retirar Raimundo de seu caminho. Encarregou Thédise de encontrar a solução.

Enquanto legado e abade confabulavam sobre a sorte de conde e condado, Simão decidiu a tomada de Minerva. A armada fora reforçada com contingentes vindos de Narbonne e de inúmeras outras regiões e países. Eram tantos homens, que o conde pôde distribuí-los em torno da cidade, na direção dos quatro pontos cardeais, munidos de catapultas para destruí-la. Entre as máquinas de guerra, uma, nomeada*Malevoisine,* ultrapassava em tamanho as outras e, sozinha, fazia estragos irreparáveis. Simão a comandava.

Os habitantes de Minerva rebatiam os bombardeios, mas era impossível vencer, como o nome dizia, a*Malévola Vizinha* dos inimigos. Um grupo de defensores resolveu queimar a imensa engenhoca. Arranjou estopa, gordura e galhos secos. À noite, escalou a falésia. Desceu pelo leito do rio. Lançou-se sobre as sentinelas que a protegiam. Eliminou-as. Depois, fixou estopa e galhos secos sobre a armação da máquina. Untou tudo com gordura. Alumiou. Uma das sentinelas, em atendimento a necessidades fisiológicas, distanciara-se das outras instantes antes do ataque. Ao regressar, viu as chamas. Deu o alerta antes que os defensores pudessem alcançá-la. Calá-la para sempre. Os cruzados correram.*Malevoisine* foi salva. Sofrerá apenas queimaduras leves que não impediram sua locomoção e seu funcionamento. No dia seguinte, soprava com fúria as balas que lhe entupiam a garganta.

Pouco a pouco, sob o golpe de pesados pedaços de alimento que a máquina rejeitava e cuspia em direção à cidade, despencaram tetos, desmantelaram-se paredes. O poço reduziu-se a um monte de madeira e pedra, ruínas inacessíveis aos que precisavam matar a sede. As defesas naturais de Minerva, reforçadas por muralhas duplas que contornavam a cidade, também cederam sob o impacto da vigorosa artilharia. Não bastasse a superioridade de*Malevoisine,* outro ferrenho aliado se unia aos cruzados: o calor. Os assaltantes contavam com a água do rio, que, apesar de minguada, supria a sede de homens e animais. Os cercados padeciam em desvantagem. A cidade construída sobre a rocha abastecia-se com a única fonte de água disponível, o poço, agora destruído. Sem líquido, como resistir ao calor insuportável, ao sol que embrulhava a cidade de todos os lados, durante o dia inteiro, sem espaço para que nuvens resfriassem a rocha? O chão fervia, desprendia vapores afogueados que ressecavam o ar, sufocavam gente e bicho. Os defensores amolecidos, desidratados, não tinham ânimo ou forças para se aproximar das incandescentes muralhas, lançar pedras ou flechas, socorrer feridos, enterrar cadáveres. O povo sofria com calor, sede, doenças, mortes e carcaças amontoadas à espera de destino. A situação tornou-se insuportável. Guilherme de Minerva pediu para parlamentar com Simão. Montfort declarou que só Arnaldo podia decidir acordos. O abade foi chamado.

Arnaldo Amauri não demonstrava interesse na salvação de declarados inimigos de Cristo, mas, para evitar problemas com os franceses, desistiu do massacre. Propôs um acordo que, tinha certeza, não surtiria efeito e tornaria a reconciliação impossível. Que cada um escrevesse, em separado, suas condições. Esperava que as propostas apresentadas por Guilherme e Simão fossem inaceitáveis para ambas as partes. Foi exatamente o que aconteceu. O abade lamentou a falta de entendimento e ordenou a Guilherme que retornasse à fortaleza, que a defendesse como pudesse. Guilherme tinha consciência de sua impossibilidade de continuar a enfrentar o cerco. Fazia cinco semanas, a cidade sofria com aprisionamento, bombardeios e assaltos. Ninguém suportaria um único dia mais. Como senhor, não tinha o direito de exigir que seus vassalos sucumbissem à sede ou aos arremessos dos cruzados. Capitulou. Entregou-se nas mãos de Simão. Minerva entrou para a lista dos sítios vencidos. Arnaldo Amauri resolveu o destino dos habitantes. Todos foram trazidos ao centro da cidade. Ao som do*Te Deum*, os cruzados entraram. Os estandartes tremulavam no ar, triunfantes. No alto da igreja, fincaram a cruz. Arnaldo ofereceu salvação aos católicos que se reconciliassem com a Igreja; aos hereges que abjurassem a falsa seita.

Simão estranhou a misericórdia concedida pelo abade aos traidores de Cristo. Por que lhes oferecer a possibilidade de perdão se eram culpados? Muitos abjurariam e depois voltariam a professar inverdades e calúnias que ofendiam a Igreja. Arnaldo ocupava posição que lhe permitia condená-los sem possibilidade de absolvição. O abade tinha boas razões para discordar de Simão. Sabia que os bons cristãos não abjurariam, não renunciariam a sua fé e seriam punidos sem que precisasse levantar um único dedo acusador, sem que pudesse ser apontado como carrasco ou violador das normas da Igreja.

O abade reuniu os perfeitos. Pregou a fé católica, a obediência à Igreja. Incitou-os à reconciliação. Nem um abjurou. Em seguida, agrupou as perfeitas. Catequizou-as. Aliciou-as. Convidou-as a renunciar. Nem uma aceitou a conversão. Mantiveram-se caladas. Serenas. Obstinadas na decisão escolhida.

Uma grande fogueira, acenderam do lado de fora da cidade. Em procissão, manietados, os cátaros saíram em direção ao sacrifício. Cento e quarenta hereges foram enfileirados. Durante o trajeto, nenhum lamento, nenhum arrependimento, nenhuma demonstração de medo ou dúvida. Os cruzados prepararam-se para caçá-los caso algum resolvesse fugir; estavam prontos para lançá-los ao fogo se o terror os fizesse paralisar. Espantados, viram-nos caminhar firmes, tranquilos, dignos da perfeição que diziam ter alcançado. Diante do fogo abrasado, precipitaram-se. Sem um único movimento de hesitação.

A fogueira de Minerva livrou a Igreja de Roma de boa parte do clero cátaro

estabelecido no Languedoc. Purificou-a da incômoda praga que carcomia suas entranhas. Desinfetou-a da perigosa doença. Não exatamente dos malefícios de outra crença, de outra fé, mas da audácia de alguns de fazer uso da tolerância; do crime de outros de ousar pensar de forma diferente da que pensava a religião que se elegeu Verdadeira, Correta, Universal.

Enquanto a fortaleza de Minerva era tomada, Thédise descobriu como impedir Raimundo VI de se justificar sem que pesasse sobre eles nenhuma dúvida quanto à pertinência da ação, sem que sofressem nenhuma recriminação. Utilizou-se das palavras de Inocêncio em carta enviada, na qual dizia: "Queremos que o conde de Toulouse, enquanto aguarda o concílio, execute nossos pedidos", para entender a expressão "nossos pedidos" com o sentido de "nossas ordens" e privilegiá-la como condição essencial, estabelecida pelo papa, para que o conde fosse ouvido. Como Raimundo não havia ainda regularizado os pontos secundários, eles teriam, a partir das instruções pontificais, como declarar que não poderiam ouvi-lo sobre os pontos capitais, porque se encontrava comprometido pelo desrespeito às pequenas cláusulas impostas por Inocêncio. Arnaldo aprovou a manha jurídica com que Thédise torcia as palavras de Inocêncio. De agora em diante, somente após regrar os pontos secundários, Raimundo poderia ser beneficiado com a palavra. Marcaram o concilio em Saint-Gilles.

Raimundo, tão logo se certificou da data de seu pronunciamento, tratou de pôr em ordem alguns pedidos feitos por Inocêncio.

Parecia ter escutado o que Thédise e Arnaldo tramavam contra ele. Assinou contratos sobre justiça e direitos senhoriais; fez acordos para salvaguardar a Paz na Provença; aumentou rendimentos episcopais; devolveu terras usurpadas a bispados; prestou juramento de fidelidade a prelados. Nada podiam fazer contra Raimundo. Ele regrara, praticamente, todos os pontos secundários. Seria arbitrariedade negar-lhe a palavra. Assim entenderam amigos, parentes e vassalos. Enganaram-se todos. Abade e cônego ignoraram contratos, acordos, promessas e benefícios. Acusaram-no de desobediência às ordens de Inocêncio. Recusaram-lhe a defesa. Excomungaram- no por unanimidade.

O ódio respingou-lhe de lágrimas olhos e faces quando percebeu que não lhe dariam a palavra. Não discutiu. Não argumentou. Abandonou o recinto ao lado de seus vassalos. Montou em seu cavalo. Retornou a Toulouse.

A notícia da rendição de Minerva espalhou-se rapidamente. Vencida Minerva, como defender cidades menos fortificadas? Incômoda sensação de que perdiam a luta invadia os occitânicos. Entre os cruzados, reunidos perto de Carcassonne, festejavam-se a vitória, o castigo dado aos infiéis. Depois das

comemorações, decidiram o próximo cerco. A fortaleza de Termes foi a escolhida. As medidas que deviam ser tomadas ocuparam várias horas. Quando encerraram os planejamentos, dispersaram-se pelo castelo. Ninguém notou o estranho infiltrado entre eles; ninguém deu por falta dele quando abandonou o castelo pouco antes da saída dos franceses.

Pedro Rogério de Cabaret, atento aos movimentos dos cruzados, informado por espião, preparou-se para atacar assim que a armada inimiga acampasse. Convocou trezentos homens. Juntos, deixaram a cidade à noite. Perto de Termes, viram as tendas montadas, a artilharia preparada. Os cruzados dormiam quando golpearam, com machados, as máquinas de guerra. Depois, esfarelaram palha. Atearam fogo. Não deram sorte. A falta de vento impediu que o fogo se alastrasse. O estrago foi pequeno. Do acampamento, soou o alarme. Os cruzados levantaram-se às pressas. Correram guiados pelas chamas. Os defensores de Cabaret, inconformados com o fracasso do assalto, enfrentaram os invasores. Foram vencidos. Restou-lhes debandar. No dia seguinte, os franceses repararam o armamento danificado.

A fortaleza de Termes parecia inacessível, inalcançável. De todos os lados da rocha que a sustentava, íngremes e selvagens encostas se exibiam. Somente ao sul, admitia algum acesso. Ligava-se ao burgo por uma cadeia de montanhas irmanadas ao castelo. Simão instalou-se em frente ao burgo. Apesar de a armada ter recebido importantes reforços, apesar de o conde contar com quantidade suficiente de homens para cercar a área, somente pelo burgo chegaria ao castelo, o que obrigava todos, a se concentrar no mesmo lugar. Montfort podia sustentar o cerco por bastante tempo. Além de homens, contava com a presença de um imbatível conhecedor da ciência militar, especialista em construção de máquinas de guerra.

Raimundo de Termes era um fiel cátaro. Havia trinta anos, não celebrava missa na capela do castelo. Sua família alimentava hostilidade e inimizade pela Igreja de Roma, espoliando-a freqüentemente. Ao seu lado, desenvolveu-se a comunidade cátara. Com a perseguição, muitos ministros da Igreja herege encontraram abrigo em Termes. Não eram somente escarpas de rocha que aninhavam a cidade e a protegiam. Termes contava com cavaleiros, proscritos e guarnições bem fornidas de catalães, rossilhonenses [29] e aragonenses. Dispunha de armas e máquinas de guerra. Armazenara considerável quantidade de víveres. Tinha aliados e amigos fiéis que, insatisfeitos com o fracasso da destruição do armamento inimigo, preparavam emboscadas diurnas e noturnas, encarregadas de atacar os comboios de abastecimento dos cruzados e as colunas de reforços que subiam para a cidade cercada.

O combate começou pelo duelo das artilharias. Tentaram enfraquecer as

muralhas com bombardeios até que pudessem entrar. Venceram a pedra, mas no primeiro assalto foram expulsos pelos defensores. A queda de uma torre de defesa propiciou uma segunda entrada, mas foram obrigados a lutar com os cercados embarricados. Dias e semanas, assaltantes e defensores combateram. Os cercos prolongados sempre foram desumanos para aprisionados dentro dos muros e fora deles. No castelo, como sempre, a água desapareceu, secou devido ao calor; no acampamento, faltava comida, interceptada pelas ciladas e emboscadas sofridas pelos que faziam o abastecimento. Sede de um lado, fome do outro. Calor para ambos. A região, em agosto, assemelhava-se a um imenso fogareiro onde ardiam os cercados; onde os cruzados não padeciam menos.

As situações-limite obrigam os mais acuados a se retirar da luta. Raimundo de Termes já não tinha como sustentar o cerco. Havia comida, havia armas, havia homens. Faltava água, motivo suficiente para que se rendesse. Apresentou-se para parlamentar com o chefe da cruzada. Simão negociou a rendição. Raimundo propôs que lhe deixassem suas terras, mas comprometeu-se a entregar a fortaleza desde que lhe fosse devolvida na Páscoa do ano seguinte. Se os cercados sucumbiam encarcerados, também os cruzados ansiavam pela liberdade e, assim que bispos e barões ouviram falar em rendição, prepararam-se para partir. Simão fez o que pôde para retê-los, mas como convencê-los por mais tempo dos estafantes exercícios de fome e calor, intensificados pelo medo de pedras e flechas em constante movimento? Homens que se viam acima do bem e do mal, porque combatentes de Cristo, não tinham de permanecer na infernal situação quando a rendição já fora pedida. Foram embora. Simão, praticamente sozinho, negando-se a desistir do cerco sem vitória, aceitou as condições oferecidas por Raimundo de Termes. Não eram as melhores, mas pelo menos podia contar com a conquista. Raimundo prometeu entregar o castelo no dia seguinte.

Noite terrível surpreendeu-os. Durante a madrugada, uma furiosa tempestade se abateu sobre a cidade, molhando roupas, equipamentos e os poucos suprimentos que ainda restavam aos cruzados acampados. O vento zunia violento, ameaçador, derrubando tendas, resfriando corpos. Assim que o dia amanheceu, um emissário apresentou-se para tomar posse do castelo, porém as portas estavam inexplicavelmente cerradas. Por mais que batesse, ninguém apareceu para abri-las. Pouco depois, Simão soube o motivo. A tempestade noturna enchera os poços da cidade, e, havendo água em profusão, caducava o pedido de rendição. Termes podia agüentar o cerco por muito tempo. Simão não podia dizer o mesmo. Sua armada se reduzira a uma miserável porção de homens. Além disso, não havia como repor os víveres que a tempestade destruíra e levara. Não podia contar com o abastecimento normal, desviado por ciladas e

emboscadas. Um racionamento ainda maior era impossível. Chegava a sua vez de pedir acordo. Aceitava qualquer condição para que Raimundo se rendesse, mas o senhor de Termes já não tinha interesse em negociar.

O mau tempo aliou-se à fome e à falta de homens. A armada, ou o que dela restava, desanimou. Simão chegou a pensar em levantar acampamento, quando uma nova tropa se apresentou. Os bombardeios recomeçaram. Estenderam-se por todo aquele dia. Sapadores foram designados para atacar as muralhas assim que escurecesse, para abrir galerias subterrâneas em suas bases, abalá-las quando as trevas ocultassem as aproximações. Era tarde quando, enfim, o céu apagou suas luzes. Sorrateiros, os homens alcançaram as muralhas, mas perceberam movimento incomum no castelo. Puseram-se à escuta. Descobriram que os habitantes de Termes fugiam. Deram o alarme. Iniciaram a perseguição. Muitos foram capturados e mortos. Raimundo de Termes, preso e identificado pelos soldados, foi levado à presença de Simão. Depois, encarcerado numa torre em Carcassonne. Sorriso nos lábios, felicidade pintada nas faces, Simão agradeceu à Providência divina, que viera em seu auxílio quando tudo parecia perdido. Raimundo de Termes cantara vitória antes da hora. Não percebera que animais mortos haviam caído nos poços ressecados, contaminando a nova água armazenada que haviam usado para beber e cozinhar. A noite, enfraquecidos pela disenteria, impossibilitados de combater, ou até de defender a cidade, prepararam-se para fugir e buscar reforços. A sorte de Simão foi ter mandado os sapadores exatamente na hora em que saíam.

O horror que representou a queda da fortaleza de Termes uniu-se ao medo despertado pela tomada das fortalezas anteriores. Os occitânicos, hereges ou não, sentiram-se presas valiosas nas garras de insaciáveis predadores. A cada derrota, muitos senhores, não tendo como suportar o cerco, entregavam seus castelos ou fugiam. Simão se aproveitava do terror que semeava para minar resistências ou rebeliões. O ano de 1210 ficou marcado pela reconquista dos sítios rebeldes, pelo acréscimo de novas conquistas.

O inverno do novo ano chegou rigoroso. Os combates militares cessaram; a política foi exercitada. Uma conferência de cúpula foi programada para janeiro, na cidade de Narbonne. O motivo? Arnaldo e Thédise precisavam arrancar, de Pedro II, o reconhecimento de Simão como vassalo do reino de Aragão. Ao evento estavam presentes os quatro mais importantes barões occitânicos: Simão de Montfort, Pedro II de Aragão, Raimundo VI de Toulouse e Raimundo Rogério de Foix. O abade de Cister iniciou a reunião discursando sobre a importância e honra, para Simão, de ser aceito como vassalo de Pedro. O rei de Aragão recusou a homenagem. Receando que Pedro se mantivesse firme na decisão, Simão jogou-se a seus pés, implorou-lhe, humildemente, o título de

vassalo. Pedro analisou sua situação e optou pela aquiescência ao pedido. Não acreditava na fidelidade e obediência oferecidas, mas, no ano acabado, a posição de Simão se reforçara bastante com as conquistas empreendidas. Pedro não podia, nem devia, de acordo com a política de neutralidade representada, continuar ignorando a homenagem. Era de seu interesse uma aliança que lhe permitisse interferir, na qualidade de suserano do conde de Béziers-Carcassonne, nos problemas de Raimundo VI com a Igreja, nos de Raimundo Rogério de Foix com Simão. As vitórias de Simão eram fato; logo, tornava-se obrigatório impedir que os franceses estendessem ainda mais seus domínios. Pedro, aliado aos reis de Castela e Navarra, preparava-se para nova guerra contra muçulmanos. Só depois, poderia dedicar-se aos problemas do Languedoc. Politicamente, aceitar o juramento de Simão era estabilizar o caso occitânico, apaziguar os cruzados e ganhar tempo.

Resolvido o problema entre Simão e Pedro, Arnaldo Amauri voltou-se para o criado entre Raimundo de Toulouse e a Igreja. O abade expôs as condições exigidas para a reconciliação definitiva com a Igreja. Na realidade, impôs uma única ação: a expulsão dos hereges. Em troca, assegurava-lhe que seu poder sobre o condado não seria usurpado pelos barões franceses e ele ainda teria chance de anexar às suas terras os despojos confiscados aos infiéis. Tentadora oferta para quem quer que privilegiasse o poder. Para Raimundo, porém, aceitar o acordo proposto pelo abade significava abdicar do direito e do dever de acolher e proteger os seus, implicava desprezar a liberdade, o livre-arbítrio, para fazer jus ao grande e misericordioso favor que o abade concedia: não lhe retirar terras que eram suas. Ora, se o conde pretendesse expulsar hereges, confiscar-lhes bens, já o teria feito e não se encontraria em tão crítica situação. O pacífico Raimundo não se via cercando e assaltando cidades, perseguindo, mutilando, enforcando ou queimando vassalos que lhe haviam jurado fidelidade e ajuda; saqueando, destruindo ou incendiando casas; devastando vinhas; sacrificando animais... Não houve entendimento entre abade e conde.

Arnaldo Amauri sabia que Raimundo recusaria o acordo proposto. Era exatamente o que desejava. Diante da negativa do conde, ganhava total liberdade para agir contra ele, para ressaltar sua cumplicidade com os hereges. Mostrara-se despojado de interesses ao dar-lhe a chance de evitar que seu condado mudasse de mãos; mostrara-se conciliador ao suspender excomunhão, perseguição como inimigo da Igreja e de Cristo.

Pedro II não discordou da atitude de Raimundo, mas se viu na obrigação de manter as aparências. Negociou o casamento do filho com a filha de Montfort. Pouco tinha a temer. Os noivos ainda eram bebês, nada afirmava que a união realmente se efetuaria num futuro tão longínquo. O príncipe foi entregue aos

cuidados de Simão como rezavam esses contratos. Pouco depois, a irmã de Pedro foi prometida ao filho de Raimundo VI, futuro Raimundo VII, e os cruzados viram o compromisso como jogo duplo do rei. Simão não se abalou e, independentemente das dúvidas, agiu como fiel vassalo do rei, ajudando-o até na luta contra os muçulmanos.

Pouco depois da reunião em Narbonne, os legados prepararam-se para golpear o conde de Toulouse. Marcaram conferência em Montpellier. Entre outros assuntos por tratar, ofereceram oportunidade de reconciliação a Raimundo. Arnaldo e Thédise anunciaram o evento, afirmando que tudo fora feito para que o conde obtivesse o perdão de Inocêncio III, livrando-se de punições que atingiriam não só suas terras, mas a ele principalmente. Os legados colocaram os termos do acordo por escrito, e, ao término do encontro, a carta chegou às mãos do conde.

Inúmeros senhores rodeavam Raimundo quando lhe entregaram o papel. O conde desdobrou-o. Sem pressa. Leu. Atentamente. Um sorriso de cólera crispou-lhe os lábios, despintou-lhe as faces, desluziu-lhe os olhos. O abade exigia para o perdão que Raimundo de Toulouse zelasse pela Paz; despedisse salteadores contratados; retirasse proteção dada a judeus e hereges e os entregasse à discrição dos cruzados; suspendesse cobrança de impostos; reembolsasse os que os tinham pago ilegalmente; limitasse sua ingestão de carne a duas vezes por semana; despisse suas luxuosas vestimentas e se abrigasse apenas com capas de grosseiro e castanho tecido; mandasse demolir castelos e fortalezas, entregando terras e bens aos cruzados; removesse seus cavaleiros das cidades e os alojasse nos campos como excluídos; pagasse, cada ano, quatro moedas por família aos conservadores da paz; peregrinasse em Terra Santa e lá ficasse enquanto a Cúria Romana o desejasse; partisse junto com os cavaleiros Templários ou Hospitalários. Caso Raimundo se negasse a obedecer, seria caçado, suas terras confiscadas.

Raimundo reuniu seus vassalos e, sem se despedir de chefes ou legados, abandonou Montpellier. No caminho para Toulouse, visitou várias cidades. Mostrou a nobres e burgueses o infame *ultimatum* de Arnaldo. Todos o apoiaram. Unânimes. Preferiam a prisão ou a morte a aceitar condições que os reduziam a servos, salteadores, excluídos. A cruzada pregada por Inocêncio, o combate religioso, transmutava-se em combate feudal, guerra colonial decidida não apenas a extrair a heresia, mas a destruir completamente uma estrutura social que contrariava interesses de Igreja e Coroa.

Os feudatários da região do Midi conscientizaram-se de que faziam parte de uma sociedade com gostos, hábitos, costumes particulares e diferenciados de outras regiões. Formavam um todo. Homogêneo. Singular. Orgulhosos com a

descoberta, esqueceram antigas hostilidades, pisotearam rivalidades, esmagaram provocações, sentimentos que, havia anos, norteavam comportamentos. Uniram-se. Sob a ameaça de invasões, saques, confiscos, deixaram aflorar um afeto novo, estranho, conquanto conhecido; uma espécie de cumplicidade que sempre haviam cultivado sem saber. Nascia o patriotismo occitânico, que afirmava a esse povo alegre, risonho, tolerante a certeza de pertencer a uma nação à parte. O sentimento, despertado pela mesma dor, pela mesma agonia, permitiu a Raimundo de Toulouse pedir ajuda em todo o país. Enquanto o Languedoc se mobilizava em massa, o conde de Toulouse era excomungado pelos legados; suas terras, interditadas.

A CAÇADA

A QUEDA DAS FORTALEZAS DE MINERVA E TERMES ABALOU A CONFIANÇA dos occitânicos. Como bom soldado, Pedro Rogério, senhor de Cabaret, já não alimentava esperanças. Por mais bem defendidos que estivessem castelo e cidade, não eram invencíveis. Resistir era pôr em risco cidade e habitantes. Antecipou-se ao desastre. Arranjou asilo para os hereges em Lavaur. Soltou um cruzado que mantinha em cativeiro. Apresentou sua submissão a Simão. A rendição aconteceu sem violências ou humilhações.

Desde o início da cruzada, os senhores ameaçados procuravam asilo para hereges em cidades amigas. Lavaur era um lugar privilegiado, oferecia proteção segura. Distanciada da região dos primeiros combates, para lá correram comunidades cátaras que escaparam da fogueira. A castelã, boa e caridosa, era cátara. Viúva, governava a cidade em nome dos filhos, ainda pequenos. Lavaur era uma cidade de posses. As antigas casas serpenteavam pelas margens escarpadas e bem defendidas do rio Agout. Raimundo VI era senhor superior da cidade, motivo para que Simão voltasse os ambiciosos olhos para ela. Em abril de 1211, a cidade estava cercada. Montfort não tinha homens suficientes para rodear as muralhas. Restringiu o cerco. Ocupou apenas a margem esquerda do rio. Raimundo ficou desesperado. Impensável, para ele, negar auxílio e proteção a uma castelã ameaçada e desamparada. Repudiava a ideia de se esgueirar das obrigações que contraía com juramentos de fidelidade e homenagem. Os cônsules de Toulouse desaconselharam sua intervenção. Era insensato e perigoso colocar-se, abertamente, contra as ordens do papa. Raimundo ludibriou os conselhos dados. Despachou reforços para Lavaur, e, enquanto os cavaleiros penetravam na cidade, o conde irrompia no campo dos cruzados para dialogar com Simão. Jogo arriscado jogava o conde de Toulouse. Tentar a Paz e, ao

mesmo tempo, enviar ajuda aos defensores era má-fé. Simão não foi enganado e, com mais motivos e liberdade, pôde acusá-lo de traidor da Igreja.

O conde de Foix, apesar de não ter suas terras ameaçadas pelos cruzados, também reagiu. Emboscou-se na estrada que levava a Lavaur para interceptar reforços e suprimentos enviados aos franceses. Os cruzados aguardavam uma tropa de salteadores alemães. Tão logo ela surgiu, os cavaleiros de Foix atacaram, massacraram os inimigos, quebrando promessas e garantias de distanciamento, asseguradas por Pedro II na conferência de Narbonne. Simão não teria tomado conhecimento do ocorrido, não fosse sobrevivência e fuga de um pajem alemão que correu para avisá-lo. Surpreso com a audaciosa investida, posicionou as máquinas de guerra. Os cruzados miraram as muralhas. Bombardearam. Os defensores tentaram uma surtida. Capturaram cavaleiros. Espessas muralhas garantiam vantagens sobre os cruzados; enormes blocos de pedra afiançavam cumplicidade. Lavaur ainda contava com ajuda e resguardo dos condes de Foix e Toulouse para deter a fúria dos cruzados, para providenciar outros reforços.

Arnaldo Amauri, em Toulouse já havia algum tempo, soube que Raimundo prestara socorro aos vassalos. Junto a Foulques, pregou campanha a favor da Igreja, pediu auxílio aos cruzados. Seus rogos encontraram eco entre os católicos da Confraria Branca, que voltaram a advogar a causa da Igreja. Em pouco tempo, reuniu combatentes prontos a se unir a Simão.

Em Lavaur, a intensidade dos bombardeios intimidava os defensores, atormentava os habitantes. A coroa dentada de torres e muros foi destruída, pedras feridas expulsaram os cavaleiros de vários postos de ataque. Os cruzados ergueram altas torres de madeira que permitiam aproximação até a base das muralhas, trazendo sapadores para furá-las, tombá-las. Dentro dos muros, aflição e desamparo minavam a resistência dos combatentes quando, ao longe, apontaram, trêmulos, os estandartes de Toulouse. Lavaur se regozijou. Cantou vitória. O conde mandava novas tropas. O desespero foi imenso quando perceberam o engano. A ajuda chegava... para os inimigos.

Os cruzados construíram uma gata para derrubar as muralhas. Carecia neutralizar o engenho. À noite, os defensores cavaram uma sapa do lado de dentro da pedra. Desaguaram no fosso bem em frente à engenhoca. Pela manhã, tentaram surtidas, arpoaram, com grandes ganchos de ferro, soldados encarregados de cobrir o fosso com lenha. Dia após dia, repetiram a manobra. Sem prejuízo para a gata. Ganhavam tempo. Pouco para desmotivar os cruzados por cansaço ou falta de víveres. Pouco, também, para afastar o perigo. Uma noite, tramaram incendiá-la. Foram barrados pelo alarme. Os cruzados se jogaram no fosso, escorraçaram os defensores, que escaparam pelo buraco

aberto.

A estratégia dos cercados, entretanto, rendia lucros. Não tão parcos quanto pareciam. O trabalho de todo um dia, desfaziam-no à noite, transformando as manhãs inimigas num eterno, tedioso e insípido recomeço. A estratégia evidenciava também um fato insofismável: as muralhas de Lavaur continuavam erguidas, soberanas, intocadas, reafirmando a incompetência, a imperícia dos cruzados. Simão praguejava contra tudo e todos. A inatividade o desnorteava. O fracasso também. Teceu plano ardiloso. Feitiço contra feiticeiro. Uma tropa desceu pelo fosso. Amontoou, diante da sapa adversa, lenha verde e seca, gordura e estopa. Recobriu tudo com trigo e folhagem. Acendeu o fogo. A fumaça aguilhoada por lenha e trigo superpostos se adentrou pela galeria, tornando inacessível, sob pena de asfixia, a saída dos defensores. Os sapadores empurraram a gata até a base das muralhas. Romperam a pedra, ao som e compasso do*Veni Sancti Spiritus* que, do campo dos cruzados, o clero entoava.

De dentro dos muros, muito mais por causa da música que pelo temor aos combatentes, os defensores e o povo da cidade paralisaram, transidos de horror. A pedra cedeu, estalou. Uma enorme brecha se abriu. Os homens, golfados pelo buraco, ocuparam a cidade. Rapidamente. Lá dentro, já não havia resistência. Senhores, soldados, habitantes, refugiados cátaros, excluídos da sociedade caíram nas mãos dos vencedores. Simão fez justiça. Degolou os que haviam ousado unir-se contra os cavaleiros de Cristo.

A castelã não abjurou. Não renegou a heresia. Entregaram-na aos soldados. Rasgaram-lhe as roupas. Nua, implorando piedade, espancaram-na, estupraram-na em praça pública. Muitos homens. Todos os que necessitavam de alívio. Aliavam ao sádico prazer da posse infligida agressões físicas, humilhações. Saciados, lançaram- na ao poço. Atiraram pedras no monte de carne ensanguentado até que já não se ouvissem seus uivos. Outras mulheres teriam sofrido o mesmo suplício e fim, não fosse a compaixão de um senhor francês que não suportou tamanha crueldade. Quanto a perfeitos e perfeitas que não abjuraram, assentados na fé inquebrantável, na promessa de não fugir à morte nem pela água nem pelo fogo, foram levados a um prado. Enorme fogueira acenderam para que queimassem os quatrocentos infiéis. O povo, pouparam-no. Exigiram juramento de fidelidade e obediência à Igreja. Em Lavaur, nada mais havia a fazer.

Simão submeteu outros senhores, tomou uma a uma as cidades, um a um os castelos, mas Toulouse ainda resistia. Raimundo não tinha tempo a perder e, enquanto pôde, preparou a defesa do condado. Esvaziou a desprotegida cidade de Castelnaudary, incendiou-a, impedindo que Simão a tomasse e lucrasse com o saque. O castelo de Montferrand dominava a soleira de passagem que ligava o

Languedoc à bacia aquitânica. Lá, o conde abrigou uma guarnição aliada. Baudouin, irmão de Raimundo VI, comandava a tropa, protegia o castelo. Montfort soube da estratégia utilizada por Raimundo. Rumou para Montferrand. Cercou a cidade. O combate começou. De repente, os cruzados depuseram armas, interromperam os arremessos. Pediram salvo-conduto. Enviaram homem e mensagem a Baudouin. Propuseram acordo. O que motivou a mudança de tática? O chefe militar da cruzada convencera os barões de que obteriam ganhos se preservassem Baudouin. Argumentos pertinentes apresentou Simão. Raimundo e Baudouin eram irmãos, ambos filhos de Constância de França e Raimundo V, mas Constância, desprezada, abandonou marido e condado e se refugiou no reino. Quando Raimundo V morreu, Baudouin, educado na França, pela primeira vez pisou em Toulouse. Raimundo VI, filho mais velho e herdeiro do condado, não o reconheceu como irmão. Obrigou-o a provar sua filiação. Baudouin voltou ao reino em busca de provas de seu nascimento para pleitear seus direitos como filho de Raimundo V de Toulouse. Simão apostava em mágoa, rancor e revolta permeando os acontecimentos, principalmente se se levasse em conta que Baudouin recebera migalhas em terras se comparadas às terras herdadas por Raimundo. Acreditava que não seria difícil, diante da uma oferta lucrativa, colocá-lo contra Raimundo.

Um amistoso diálogo mantiveram Montfort e Baudouin. Simão ofereceu liberdade para ele e para sua guarnição em troca de Montferrand. Convidou-o também a abraçar a causa da Igreja e a receber, como reconhecimento por serviços prestados, as terras que conquistasse. Baudouin hesitou. Tomar oficialmente o partido da Igreja era declarar guerra ao irmão. Por mais que almejasse terras e títulos, por mais que nutrisse afetos contaminados pela rivalidade, que sempre perpassam relacionamentos fraternos, sentia-se no dever de privilegiar os laços de sangue. Resolveu o impasse levando uma proposta a Raimundo, amenizando a culpa pela traição. Colocou- se como bom católico, defensor da Igreja, e exortou o irmão a se afastar da heresia, que o desmerecia como seguidor de Cristo.

Raimundo VI não se deixou comover nem enganar. Acusou o irmão de jamais ter aprendido o valor que os meridionais davam à liberdade, ao direito de pensar e agir de forma diferente da estabelecida pela Igreja. Mostrou-lhe que os sulistas respeitavam qualquer pessoa independentemente da religião que professasse. Para os meridionais, a praga não era a escolha de outra religião, mas a lei do mais forte, que exigia a concordância de todos. Os católicos deviam obediência à sua Igreja, mas isso não lhes dava direitos de exigir de judeus ou hereges as mesmas obrigações. O conde denunciou a cruzada espiritual de se ter transformado em combate feudal. Arnaldo e Simão agiam à revelia de Inocêncio

e tinham interesses em terras e títulos que as sangrentas conquistas colocavam em suas mãos. Raimundo mostrou que os barões franceses já haviam percebido que a armada de Simão não lutava por interesses espirituais. Indignados, abdicavam de quaisquer terras e títulos pertencentes a senhor confiscado, e abandonavam a cruzada tão logo cumpriam a quarentena. Raimundo completou seu discurso duvidando da fidelidade à Igreja pregada por Baudouin. Terras pagavam serviços prestados ao chefe da cruzada e eram muito atraentes para filhos mais novos, desprovidos de herança paterna, convencidos de injustiça. O conde liberou-o para se aliar a Simão e a Arnaldo, lutar contra irmão e amigos caso não pudesse tê-lo totalmente devotado a sua causa.

Baudouin pesou prós e contras de se manter fiel a Raimundo. Concluiu que a situação criada pelo irmão piorava a cada dia. Não estava disposto a perder o pouco que tinha, ficando a seu lado, quando podia multiplicar suas terras no papel de cavaleiro de Cristo. Ligou-se à cruzada. Obrigou a guarnição sob sua chefia a obedecer às ordens dos cruzados. Simão já podia sonhar com o ataque a Toulouse. Os reforços germânicos estavam a caminho, e a tropa de Baudouin, intimada a prestar-lhe obediência, seria de grande ajuda.

Raimundo pressentiu os problemas. Sérios problemas. Tentou detê-los. Ofereceu suas terras, com exceção de Toulouse, em troca do reconhecimento de sua fé e de sua fidelidade à ortodoxia. Submetia-se, mas com condições. Pedia garantia de vida para que não se expusesse ao mesmo fim dado ao sobrinho, Raimundo Rogério Trencavel; pedia garantia de seus direitos e dos de seu herdeiro sobre suas terras para que não fosse desapossado e a cidade condal entregue a invasores. Montfort queria o condado, não aceitou a proposta de Raimundo.

Os cônsules de Toulouse enviaram mensageiro aos chefes da cruzada. Ratificaram as promessas. Mostraram surpresa diante das ameaças, diante da decisão de atacá-los, já que, após juramento e reconciliação afirmada por Inocêncio, não havia ofensa em relação aos legados, menos ainda em relação à Igreja. Os chefes da cruzada ouviram as queixas. Silenciosamente. Depois, aproveitaram o emissário para a transmissão da resposta: nada tinham contra os toulousianos nem os atacavam por causa de faltas cometidas. Queriam apenas a expulsão do conde, a rejeição de sua suserania e a transferência de homenagem a um novo senhor, designado pelos cruzados. Caso não aceitassem a proposta, a cidade seria cercada, os habitantes seriam tratados como infiéis e receptadores de hereges.

Exigência inadmissível. Ligados ao conde por laços feudais, expulsá-lo, negando-lhe suserania, seria traição. A Igreja em nenhum momento havia imposto transferência de homenagem para aceitar a reconciliação. Os legados do

papa exigiam a expropriação de Raimundo VI para que Simão de Montfort ocupasse Toulouse e investisse o título de conde, como fizera com o de visconde ao se apossar das terras de Trencavel. Outro motivo impedia o acordo. O domínio francês colocava em risco as estruturas políticas urbanas e as liberdades comunais. Raimundo garantia autonomia aos cônsules, eximindo-se de exercer o poder efetivo, guardando sobre Toulouse apenas os direitos morais. Havia trinta e cinco anos, os toulousianos exerciam o direito de justiça em matéria civil; havia vinte, o direito de justiça em matéria criminal. A independência repousava sobre estes direitos, sobre a eleição de cônsules e do poder executivo de burgueses. Deviam fidelidade a Raimundo VI e em seu nome recusaram a desonrosa proposta feita pelos legados papais.

Foulques ordenou ao preboste da catedral e ao clero o abandono da cidade. Entendia o bispo que a Igreja podia separar os problemas da cidade dos de Raimundo, já que Toulouse era administrada de forma autônoma pelo consulado, mas, depois de afirmar a total solidariedade para com o conde, a cidade devia sofrer as mesmas condenações que o atingiam. Os toulousianos foram excomungados, a interdição atingiu o condado. Se antes o bispo os dividira em Confraria Branca e Negra, se conseguira insuflar o ódio de uns em relação aos outros, agora não havia católico, herege ou judeu, mas um grupo coeso e solidário com cônsules e suserano, decidido a se defender e a lutar pela liberdade de todos.

O afastamento do bispo de Toulouse foi o sinal para que os cruzados avançassem. Faltava apenas a metade de um dia para que a armada da Igreja avistasse as muralhas de Toulouse. Os condes de Comminges, Foix e Toulouse, suas tropas individuais e um enorme contingente de salteadores oriundos de Navarra prepararam-se para abalroá-la. Raimundo de Toulouse e Raimundo Rogério de Foix comandavam os cavaleiros, seguidos de importante infantaria. O primeiro choque com os cruzados aconteceu na margem esquerda do rio. Os meridionais subestimaram o inimigo, que, além da fúria combativa constantemente exortada por Simão e Arnaldo, não se encontrava tão desfalcado quanto haviam imaginado. Batalha dura enfrentaram. Franceses e occitânicos. Uns e outros deixando mais de duzentos mortos no campo de combate. Simão não esperava tanto atrevimento de Raimundo. Enfureceu-se com a perda de valorosos homens. Restava ainda uma légua até Toulouse. Como represália, pelo caminho, vingou-se de homens, mulheres e crianças que ceifavam o feno, todos degolados; de verdejantes campos, todos devastados; de saudáveis animais, todos abatidos; de viçosos vinhedos, todos arruinados.

Em meados de junho de 1211, os cruzados montaram suas tendas em frente às muralhas de Toulouse. Os cercos eram sempre iguais. Monótonos.

Enfadonhos. Os cercados apostavam na firmeza das pedras, na valentia e agilidade de seus defensores; os assaltantes, na perspicácia para enganar o inimigo, na perícia em cobrir o fosso com tudo o que estivesse ao alcance das mãos, na mestria em se aproximar do muro de proteção para abalá-lo, esburacá-lo, penetrar pela fenda aberta. O primeiro assalto foi terrível. Mais de cem mortos. Perto de quinhentos feridos de cada lado do muro. À noite, tudo cessou, silenciou. Só as sentinelas francesas andavam de um lado para outro. Nem bem clareou o dia, recomeçaram os bombardeios. Os toulousianos faziam surtidas para atormentar os cruzados. Para facilitar o movimento, não trancaram os portões da cidade. Nem de dia, nem de noite. Guardavam-nos, apenas. Vigilantes. Do lado de dentro das muralhas, ouvia-se o barulho dos que trabalhavam com pedra e madeira, serrote e talhadeira. mestres de obras acabavam a construção da abóbada da catedral de Saint-Etienne. Monumento ortodoxo erguido por infiéis para a posteridade. Lamentavam, entretanto, a falta de bispo e padres, a proibição de fazer cantar os sinos, a interdição de sacramentos. Temiam que grandes balas de pedra, desgovernadas, machucassem a obra. Enquanto os artesãos de Cristo edificavam a catedral, os cavaleiros de Cristo tentavam derrubar as muralhas da cidade, adentrar-se por suas entranhas, pilhar riquezas, destruir e queimar o que encontrassem de pé. Até a mesma catedral.

Uma dezena de dias já durava o cerco de Toulouse. Cavaleiros de Raimundo VI planejaram um ataque aos franceses. O conde vetou a estratégia. Eles ignoraram seus argumentos e cuidados. Armaram os soldados em segredo. Escolheram o momento oportuno. Cuidadosamente. Após o almoço. Quando o calor do fim de junho amolecia os corpos e lhes pedia repouso. Os cruzados faziam a sesta. Despreocupados. De repente, em meio a gritos e pragas, relinchos e mugidos, acordaram. Os meridionais mataram homens e animais. Montfort agiu rápido. Agrupou cavaleiros. Contra-atacou. Expulsou intrusos, mas não evitou mortes, nem saque a cofres cheios de dinheiro ou a baús repletos de louças e vestimentas, nem libertação de prisioneiros de guerra. O ataque toulousiano semeou pânico no campo adversário, descongelou o sangue-frio de homens endurecidos pelas guerras. Pela primeira vez, os cercados, em vez de esperar escondidos pelas pedras, protegidos pelas portas ferrolhadas que a cidade caísse em mãos inimigas ou se rendesse por falta de água, víveres ou defensores, assaltaram, tomaram.

Não fossem suficientes expectativa e medo, os cruzados sofriam ainda com problemas de abastecimento. Os comboios vinham de longe, demoravam a chegar, fazendo com que homens famintos, desgastados pelo contínuo exercício, fossem obrigados a racionar alimentos. Muitas vezes, a comida nem chegava. Os

toulousianos não hesitavam em assaltar comboios, apropriar-se das provisões dos franceses, condenando-os a se alimentar de favas e frutas. Os senhores franceses responsabilizavam Simão pela escassez. Devastação de campos, massacres na região pouco antes do cerco eram responsáveis por sumiço de gado, queima de grãos, fuga de camponeses. Desavenças entre Simão, Arnaldo Amauri e grandes barões tornaram-se constantes. Muitos senhores, após a quarentena, estes iam embora, independentemente de onde estivessem ou da necessidade que Simão tivesse de tropas para cerco de burgos ou cidades. Muitos não concordavam com o que faziam os cruzados contra Toulouse; outros não gostavam do abade de Cister, que acusavam de ambição, injustiça, traição. Alguns condes chegaram a interceder a favor de Raimundo de Toulouse. Abertamente. Acintosamente.

No fim de junho, Simão suspendeu o cerco. Alegou falta de entusiasmo dos cruzados; receio; desaparecimento de provisões; dissensões, desarmonia entre os importantes senhores. Dois longos anos de vitórias antes que desse aos occitânicos a glória de um fracasso. Os cruzados partiram bruscamente. Montfort não fez questão de feridos ou doentes. Os que necessitavam de ajuda tornavam-se peso morto. Ficaram pelo caminho para que não atrapalhassem os que podiam cavalgar e lutar. Toulouse, teve de admitir o conde, não era como as outras cidades. Contava com quantidade suficiente de bons defensores, já que os condes de Foix e Comminges se haviam aliado a Raimundo para fazer frente a sua armada.

Os toulousianos sabiam que o sucesso era temporário. Não acreditaram em vitória. Os invasores não desistiriam, e seria bem pior quando voltassem. Não podiam contar com Inocêncio, porque as ordens vindas de Roma não eram seguidas pelos chefes da cruzada. Os legados agiam à revelia do papa. Usavam dois pesos e duas medidas. Raimundo era acusado de contratar mercenários. Crime que merecia punição. A armada espiritual, no entanto, contratara-os em grande quantidade. Nas fileiras da Igreja, era legítimo tê-los como defensores de Cristo. Perda de tempo, queixas e lamentos endereçados ao papa. Resolveram pedir a interferência de Pedro II. O rei de Aragão sabia do perigo que corriam, tinha meios de conferenciar diretamente com seu suserano, convencê-lo das arbitrariedades cometidas contra os occitânicos. Na verdade, diante da situação criada pelos sulistas, Pedro era o único que podia pôr ponto final à disputa pelas terras meridionais. Uma ameaça não só para Raimundo VI, mas também para inúmeros outros barões, entre os quais o próprio rei de Aragão. Pedro II, durante algum tempo, não tomou conhecimento do pedido de ajuda, não pôde interceder diante do papa a favor dos meridionais. Ele e outros reis estavam longe, em campanha contra muçulmanos.

Simão abandonou Toulouse, praguejando contra Raimundo VI, cavaleiros, salteadores e, principalmente, o conde de Foix, que o desafiava abertamente. Raimundo Rogério de Foix ficara em Toulouse com suas melhores tropas, logo... Simão pegou a estrada para Foix. Pelo caminho, queimou cidades. Encontrou outras desertas, destruídas pelos habitantes antes da partida. Chegou a Foix. Incendiou o burgo. O castelo, entretanto, erguia-se sobre o cimo de uma abrupta rocha. Tomá-lo implicava cerco demorado, impossível de manter quando a quarentena de inúmeros cruzados chegava ao fim. Além disso, Raimundo Rogério poderia surgir a qualquer momento e atacá-los enquanto estivessem acampados, barrando- lhes os movimentos. Montfort preferia guerrear em liberdade. Optou por estragos na região. A época era propícia. Os vinhedos estavam carregados de frutos; os campos de trigo, prontos para colheita. Saque e devastação significavam prejuízo, escassez de alimento. A atitude de Simão não foi bem recebida, e mais senhores se desligaram dele. Outros entraram em desavenças com Arnaldo.

Enquanto Simão arrasava cidades, punia indefesos, os soldados de Toulouse, livres dos cruzados, sulcaram a região, incitando os habitantes a reagir contra as guarnições de cruzados deixadas nas cidades. Quando Simão retornou a Carcassonne, soube que uma gigantesca armada, concentrada em Toulouse, pretendia atacar. Alarmado, constatou que as cidades se haviam rebelado, guarnições francesas haviam sido massacradas. Os meridionais reagiam. Raimundo havia conseguido unir um enorme contingente de vassalos, aliados, cavaleiros e mercenários diante de Toulouse. Até o superintendente do rei João Sem Terra, da Inglaterra, correu em socorro de Raimundo, suscitando medo e desprezo entre os franceses. O relator oficial da cruzada colocou no papel o repúdio ao indigno ato inglês, com profusão de cognomes para designar o rei João:

"Perigoso apóstata, filho do Diabo, ministro do Anticristo, inimigo do Cristo, criminoso corrompido, príncipe da apostasia, artesão da crueldade e da perversidade, cúmplice de malvados e perversos, opróbrio da humanidade, Diabo encarnado..."

Pela primeira vez, os sulistas tinham uma armada mais poderosa que a da Igreja. Diante de Toulouse, edificaram um verdadeiro campo militar. Homens e mais homens armados; charretes e mais charretes abastecidas com víveres, munição, material de cerco; animais cedidos para atrelagem; camponeses dispostos a conduzir comboios. Em Carcassonne, Simão ruminou as notícias.

Elaborou planos de ataque. Convocou os cavaleiros franceses que ajudavam Pedro de Aragão no combate aos muçulmanos, retirando-lhe preciosa ajuda. Os toulousianos trilhavam a estrada que levava a Castelnaudary. Simão descobriu a cidade escolhida. Deslocou-se junto com suas tropas para lá. Os cruzados cobriam com tendas armadas a enorme extensão de terra quando os meridionais surgiram na cidade. Os habitantes, quando viram os compatriotas, abandonaram suas casas, juntaram-se aos aliados. Os cruzados ocuparam o burgo deserto. Simão não se afobou. Armou-se. Os meridionais acomodaram-se no cimo da montanha e sobre sua encosta. Contornaram o campo com trincheiras e paliçada. Cuidado desnecessário. Enorme perda de tempo. Os cruzados estavam espalhados pelo burgo, desprotegidos. Em flagrante desvantagem, ficariam desnorteados caso sofressem um ataque imediato, mas os meridionais não dominavam estratégias militares e, apesar do gigantesco número de combatentes, não aproveitaram a dispersão do inimigo.

Os occitânicos tentaram a ocupação do burgo. Abriram brechas no muro exterior. Uma surtida de cruzados desalojou-os. Destruiu o trabalho feito. Raimundo optou por bombardeios. Construíram uma enorme catapulta, capaz de lançar grandes blocos de pedra. Entretanto, pelos arredores, não se encontravam pedras sólidas para arremessos. As que conseguiam quebravam-se com o impacto do tiro. Uma légua andaram em busca de blocos pesados, compactos. Enquanto montavam o ataque, os soldados das regiões vizinhas se uniram a Raimundo. Desesperado com os estragos produzidos pelos ininterruptos bombardeios, Simão só tinha, como saída, a destruição da máquina de arremesso, mas o chefe da cruzada estava em desvantagem. Tinha poucos homens. Hora perfeita para o ataque dos meridionais, mas a ordem de Raimundo, ou a de qualquer outro senhor, não veio.

A chegada de cento e vinte cavaleiros não resolveu os problemas de Montfort. Simão tinha ainda poucos homens em suas fileiras para enfrentar os occitânicos. Abrigava hipócritas que ali cumpriam obrigados à quarentena; brigava com ferrenhos feudatários que privilegiavam os direitos feudais e condenavam sua atuação, censurando-lhe o ataque a Toulouse e a Raimundo. Simão se achou no direito de exigir posições definidas. Ofereceu salvo-conduto a quem, por medo ou simpatia, desejasse trocar de campo. Nenhum voluntário se apresentou. Por que apoiavam Simão se não concordavam com seus métodos? De um lado, confiavam na vitória occitânica; de outro, conheciam as maneiras sanguinárias usadas para tratar traidores. Temiam represália. Simão tentou novos reforços. Após insistentes pedidos, conseguiu quinhentos homens. Não foram de grande utilidade. Assim que chegaram a Carcassonne, desertaram. Uma tropa vinda de Lavaur uniu-se a ele.

Os meridionais, informados da aproximação de novos cruzados, tomaram decisões. Raimundo VI ficou no castelo. O conde de Foix partiu com o propósito de barrar a passagem aos cruzados. Raimundo Rogério de Foix desceu a colina com quatrocentos cavaleiros, dois mil combatentes. Esmagadora superioridade quando comparada aos cento e sessenta cavaleiros de Montfort e sua insignificante infantaria.

Franceses e occitânicos avançaram. Os besteiros sulistas dispararam uma saraivada de flechas, deixando os franceses fora da luta. Em pouco tempo, o campo ficou coalhado de corpos que se debatiam às cegas, agonizando, morrendo, abandonando a batalha antes mesmo de ela começar. O chefe dos salteadores recolheu os sobreviventes. Despovoou o campo. Fugiu. Bispos e religiosos também debandaram. Procuraram refúgio. Os occitânicos, vitoriosos, ainda tiveram tempo de tomar um comboio repleto de víveres.

Simão juntou-se aos cavaleiros restantes, não mais de sessenta homens. Deu meia-volta. Avançou. Raimundo Rogério de Foix foi pego de surpresa. Desnorteou-se. A superioridade numérica dos occitânicos pouco adiantou, diante da falta de coesão e do insipiente comando. Atacados pelas costas, perderam o controle. A infantaria, composta de salteadores, no afã de salvar a vida e o lucro do saque, bandeou-se do campo de batalha para pilhar cavaleiros mortos, comboios intocados. Raimundo VI, que a tudo assistia, nada fez.

A maciça tropa acampada na colina reverteria a situação caso interviesse, caso Raimundo a tivesse instigado, exortado. O pacífico Raimundo, porém, não possuía autoridade, malícia de guerra, reflexos rápidos para modificar posições. Não elegeu chefe. Convocou senhores com exércitos particulares; logo, além dele, eram chefes, e não eram, todos os outros senhores. Cada um se achando no direito de tomar iniciativas individuais. Desordenados, divididos, os meridionais obedeciam a vários senhores, e, enquanto uma tropa lutava, outras assistiam ao combate. Indiferentes. A imponente infantaria occitânica compunha-se de soldados reunidos às pressas, oriundos de inúmeras cidades aliadas. Camponeses, aldeões, homens que jamais haviam afrontado uma armada profissional e que, se defendiam suas casas e cidades, perdiam o espírito combativo, se misturavam à massa sem saber o que fazer quando afastados dos restritos espaços eleitos como seus.

Montfort tinha poucos homens, mas era o único chefe. Não tinha escolha. Ou vencia, ou morria. Diante de homens mortos, comboios interceptados ou esvaziados, inflamou-se de coragem e fúria guerreira, reinventou o ataque.

O fracasso dos occitânicos, o massacre sofrido, a imobilidade do conde de Toulouse alojaram o pânico. Os meridionais, após a vitória de Simão, arrumaram a bagagem em charretes, dobraram suas tendas, queimaram máquinas de

arremesso. A gigantesca catapulta, deixaram-na à mercê de vento e chuva de outono. Fecharam- se em campo fortificado. Esperaram que os cruzados se afastassem para que pudessem sair em segurança. Durante a madrugada, silenciosamente se foram.

Simão tratou de recuperar vilarejos e castelos dos arredores, largados pelos habitantes que se haviam juntado a Raimundo. Enviou missionários encarregados de organizar uma nova predicação a favor da cruzada. Os religiosos percorreram a França, durante semanas, para reunir o maior número de homens possível. O inverno de 1211 já resfriava a região, mas pela primeira vez a guerra não foi interrompida. Simão conseguiu reaver vilarejos, fortalezas e cidades.

Durante o tempo em que Simão se preocupava em cercar e submeter cidades, Arnaldo Amauri, em nome do Sumo Pontífice, investia o título de arcebispo de Narbonne, granjeando autoridade sobre os bispados da região, incluindo o de Toulouse. Ganancioso, o abade aproveitou o momento e incorporou a seu nome o título de duque, dispensando confirmação pontificai, destituindo Raimundo VI, duque legítimo de Narbonne, ignorando direitos que Simão poderia reivindicar sobre o ducado. O abade de Cister era agora também suserano temporal de Narbonne. O audacioso ato criou tensão entre os chefes da cruzada. Arnaldo apropriou-se de um título que Simão tinha como seu.

Simão recebeu reforços importantes que lhe permitiram recuperar vários sítios. Ele corria de cidade em cidade, de castelo em castelo. Chegou a Saint-Antonin, cidade notável, situada em lugar privilegiado, num vale no sopé de uma montanha. Entre rocha e cidade, banhando as muralhas, corria água transparente. A armada contornou as pedras. Os cruzados armaram suas tendas, importunados pelas flechas que lhes zuniam sobre a cabeça. Os cercados tentaram uma surtida. Foram repelidos pelos invasores. De repente, como em Béziers, os salteadores gritaram, correram, investiram contra o burgo desamparado. Esmagavam homens, mulheres e crianças com tamanha crueldade, que, aterrorizados, alguns habitantes fugiram. Das quatro portas de acesso à cidade, somente uma escapou do assalto e da fúria dos cruzados. Para ela se dirigiram os fugitivos, mas o pânico era tanto, que eles se jogaram na água para alcançar, nadando, a outra margem do rio. Do outro lado, os cruzados recepcionaram-nos. Aos içados, massacraram-nos. Os outros morreram afogados.

Anoiteceu tarde. Simão suspendeu a função. Por volta da meia- noite, Ademar Jordão enviou mensageiros ao chefe da cruzada. Oferecia a cidade em troca da liberdade. Montfort recusou. A tomada era questão de horas. Ademar Jordão se rendeu. Sem imposições. Alvorecia. O conde de Montfort mandou buscar Ademar. Aos habitantes, levaram-nos para fora da cidade. Retiraram-lhes

tudo. Despiram-nos em público. Depois, receberam ordem de voltar para casa. Por que não foram supliciados como os outros? Saint-Antonin era uma bela cidade, próspera e produtiva. Seus habitantes cultivavam a terra. Simão a tomou sem destruição. Massacrá-los e deixá-la deserta significaria perder mãos endurecidas e acostumadas ao trabalho da lavoura. Que ficassem os habitantes. Somente Ademar Jordão e seus cavaleiros foram aprisionados, jogados na prisão de Carcassonne. Deles jamais se teve notícias. Morreram como Trencavel, desapareceram sem rastro como o velho Raimundo de Termes.

No início de junho, os cruzados acamparam a duas léguas de Penne. O burgo ocupava a margem esquerda do rio Lot. As muralhas eram bem protegidas. Os defensores, tão logo viram a armada erguer suas tendas, dispararam flechas. Penne estava nas mãos de Hugo de Alfaro, que, sabedor das reconquistas de Simão pelos arredores, antes mesmo de sua chegada, reuniu quatrocentos salteadores no castelo, abasteceu o torreão com víveres e munição, evacuou os habitantes, lastrou fogo pelo burgo, fazendo com que os cruzados ocupassem um sítio fenecido. Os defensores empilharam pedras para o bombardeio. Iniciaram a batalha. De ambos os lados, artilharias disparavam. As salas do torreão foram destruídas; as muralhas, no entanto, não sofreram nenhum arranhão.

Junho avançava sem pressa. Os combates continuavam sob insuportável calor, esgotando assaltantes e assaltados. As máquinas de bombardeio utilizadas por Simão não eram suficientemente possantes para abalar as sólidas muralhas; as surtidas empreendidas pelos defensores não eram suficientemente vigorosas para abater os encarniçados atiradores de catapultas. Simão não viu outra solução a não ser construir uma catapulta gigante. Ferreiros e carpinteiros iniciaram o serviço. Montfort tinha pressa. A quarentena de muitos cruzados acabava, e a armada minguava dia a dia. Súplicas não comoviam os senhores, e mesmo os religiosos se abstinham de dilatar o tempo além dos devidos quarenta dias. O cerco não avançava. As pedras arrebentavam abóbadas de salas, abalavam muros, danificavam abrigos subterrâneos, mas não abriam, em parede de pedra, brecha que permitisse tentar o assalto. Entretanto, apesar da dificuldade, a armada dos cruzados revigorava-se pelo ir e vir de homens. O cansaço de uns, substituído pela energia dos recém-chegados.

Entre os cercados não havia descanso nem reposição de vigor ou de víveres. Racionavam comida para evitar a fome, o que lhes tirava forças para lutar. Eliminar bocas apresentou-se como única solução. Retiraram mulheres e crianças do castelo. Os cruzados não teriam coragem de matá-las. Simão as viu sair e poderia aprisioná-las sem sofrer represálias, mas conhecia um destino melhor para aquelas vidas. Devolveu-as aos defensores da cidade. Que

morressem de fome diante de todos.

A fortaleza se desfazia a cada bloco de pedra lançado. Calor, sede, fome sentiam todos. Se a cidade fosse tomada, e seria, Simão massacraria os habitantes. Como tantos outros, Hugo pediu para parlamentar. Rendeu-se em troca de vidas. Aliviado, Simão concordou. Não opôs obstáculos. Havia oito semanas acampados, inúmeros senhores partiram e outros tantos se preparavam para retornar ao reino. Caso Hugo não capitulasse, testemunharia as partidas e talvez, diante do efetivo abalado, resistisse por mais tempo, retirando-lhe a possibilidade de conquistar a cidade. A capitulação foi aceita. Rapidamente.

Moissac pertencia, em parceria, ao conde de Toulouse e à abadia clunisiense de Saint-Pierre. Havia pouco tempo, o conde alojara seus soldados na cidade e em seus arredores. O abade indignou-se com a ocupação, com os hereges que infestavam o lugar, com a interdição que havia recaído sobre a cidade. O religioso juntou-se aos cruzados. Com a vitória de Penne, Simão resolveu que era hora de recolocar o abade na abadia. Rodeou a cidade. O povo enfrentou os assaltantes. Pediu ajuda em Toulouse, que, imediatamente, enviou soldados e salteadores. Entretanto, quando os burgueses de Moissac viram os cruzados acampados do lado de fora das muralhas, arrependeram-se do pedido de ajuda. Não tinham defesa suficiente para afrontar os inimigos, não contavam com muralhas capazes de resistir aos tiros dos engenhos de guerra. O contingente toulousiano pressionou a população a reagir, já que ali estava para socorrê-la. A batalha começou.

Simão armou suas máquinas de arremesso enquanto os soldados recolhiam madeira para confecção de outros equipamentos necessários ao ataque. Em pouco tempo, repetia-se a mesma cena de todos os cercos. A cada ataque empreendido, a cada destruição conseguida, bispos e arcebispos entoavam o*Veni Creator.* Os cercados de Moissac não tardaram a constatar a inutilidade da batalha travada. Ou se rendiam e salvavam a vida, ou seriam vencidos, exterminados pelos cruzados. Nem todos almejam título de herói após a morte. Os de Moissac desprezaram louros e glória. Enviaram parlamentares para conversar com Montfort. O chefe da cruzada esperou que rogassem pela vida. Depois, concedeu-lhes não somente a vida, mas a garantia de que não sofreriam nenhuma punição desde que jurassem a Paz e lhe entregassem soldados e salteadores toulousianos. A magnânima proposta foi aceita sem hesitação. A força, agarraram os defensores. Entregaram-nos a Simão. Trezentos homens foram massacrados. Os cruzados receberam, como pagamento pelos serviços prestados, cavalos e armas do contingente extinto.

Simão restituiu, oficialmente, ao abade o lugar na cidade e na abadia. Firmou, com o religioso, um ato em que se colocava como senhor temporal de

Moissac. Tomava o lugar de Raimundo VI na parceria da cidade. Comprometeu-se ainda a garantir proteção a ele, ao convento, à igreja e à casa de Saint-Pierre. O abade ficou radiante. Livrara-se da hostilidade do conde de Toulouse, de abusos cometidos pelos senhores feudais da Occitânia; livrara-se da proteção dada aos hereges pelos infiéis. O ato foi firmado, mas, apesar das cláusulas de garantia e proteção dadas ao religioso e ao povo, os cruzados pilharam e destruíram mosteiro e cidade. Pouco tempo depois, em carta ao rei da França, o abade lamentava a atitude do conde de Toulouse, que o obrigara a fugir da cidade. Na mesma carta, entretanto, implorava a Filipe Augusto providências contra o chefe militar da cruzada e seus subordinados, bem piores que Raimundo de Toulouse...

Fraqueza e desorganização occitânicas se evidenciavam a cada conquista empreendida por Simão. Enquanto a superioridade do chefe militar residia na extraordinária mobilidade que o levava de um ponto a outro do território languedociano, tudo o que os meridionais faziam era esperar pelo cerco, defender-se de ataques, fugir de destruições, Quando surpreendidos, imobilizavam-se. Petrificados. Faltavam-lhes perícia, audácia, decisões rápidas, táticas militares, estratégia para desestabilizar os inimigos.

O fracasso de Simão, quando do primeiro cerco a Toulouse, o fez modificar os planos. Submeteu, uma a uma, as cidades do condado. Montfort tinha como principais interesses isolar Toulouse e caçar Raimundo. Para tanto, tomou cidades a oeste, a norte, a leste, a sul. Cortou as comunicações entre Toulouse e Foix. Concentrou adversários nos arredores. Os toulousianos viram, amedrontados, os cruzados cintar a cidade dos quatro lados. A tomada de vilarejos que a circundavam trouxe excluídos, salteadores, hereges, burgueses, camponeses, judeus para o interior de suas muralhas. Muitos levaram seus animais. Superpovoaram Toulouse. Em setembro de 1212, Raimundo VI pediu socorro a Pedro II. Pessoalmente.

O outono chegava ao fim. Montfort tratou de assegurar sua posição convocando um parlamento para a aprovação de leis que regulamentassem os sítios conquistados. Senhor de fato do país, tratava de se colocar também como senhor de direito. Elegeu-se legislador, em Pamiers.

O Estatuto de Pamiers compreendia quarenta e seis artigos que se fechavam através de uma convenção redigida à parte por Simão de Montfort e seus novos vassalos. Iniciava-se com artigos referentes à Igreja, à situação do clero, à restauração da fé católica e à autoridade de seus ministros. Quanto a privilégios concedidos à Igreja, Simão impôs duras penas aos que tinham sido transgredidos por Raimundo de Toulouse e os feudatários occitânicos. Para o combate à

heresia e o restabelecimento da religião católica, todos seriam obrigados a comparecer à igreja aos domingos e em dias de festa, tendo por dever acompanhar missa e sermão. Os ausentes que não estivessem doentes ou não apresentassem motivos convincentes e justificados pagariam multas. Os hereges ficavam proibidos de morar na cidade onde haviam exercido atividade perversa, e em qualquer outro lugar, mesmo após abjurar, só poderiam ficar fora das muralhas. Os fiéis ficariam em suas cidades, mas impedidos de exercer funções públicas. As mesmas restrições feitas a fiéis cátaros recaíam sobre judeus. Os protetores se expunham ao confisco de terras e títulos.

Simão garantiu também sua posição e suas conquistas. Instituiu artigos que lhe asseguravam uma armada permanente. Sem homens a sua disposição, o sucesso da cruzada ficaria comprometido. Interditou o exercício militar à nobreza occitânica, tirando-lhe o prestígio e a razão de existir; proibiu damas da nobreza, por um período de dez anos, de se casar com nobres occitânicos. No entanto, poderiam casar-se com nobres franceses, medida cuja principal finalidade era enfraquecer a nobreza meridional, transferir terras e bens a conquistadores. Proibiu a edificação de novas fortalezas, a reconstrução das demolidas.

Para cativar o clero, depurou e moralizou as relações humanas; para beneficiar o povo, colocou os pobres ao abrigo de caprichos dos mais poderosos, instituindo gratuidade e assistência judicial a necessitados. Não impressionou ninguém. Em nenhum lugar se era mais liberal. Desde 1152, os toulousianos estavam protegidos de prisões arbitrárias; em 1178, o visconde Trencavel suprimira a servidão e declarara todos os homens livres. No Languedoc, protegia-se o povo de assassinos e assaltantes; castigavam-se falsificadores de pesos e medidas, fraudadores de qualquer espécie.

Simão interditou o abastecimento em Toulouse. Impôs denúncia e captura de inimigos da cruzada. Substituiu o direito romano, seguido no Midi, pelo parisiense, derivado do antigo direito germânico. O dispositivo instituiu a sucessão regida pela primogenitura, que mantinha a integralidade do patrimônio e firmava deveres feudais devidos a senhor superior e feudo, abolindo a sucessão fundada sobre a liberdade testamentária ou a divisão igualitária entre herdeiros. Para conseguir aprovação temporal e espiritual, reuniu o parlamento, regulamentou ordens que o beneficiavam. Tornou-se senhor de fato e de direito das terras submetidas com a aprovação da Igreja, que incitou os franceses a exercitar ganância e avidez, expondo a saque e prêmio as terras meridionais.

O DESAFIO

SE OS RUMOS DA CRUZADA, EM 1212, FORAM PROVEITOSOS PARA SIMÃO, tornaram-se perigosos para a Igreja. A situação criada entre Simão e Pedro ficou resolvida sem grandes problemas, mas, em se tratando de Raimundo VI e do condado de Toulouse, Inocêncio III precisava ser mais cauteloso. Filipe Augusto era suserano legal do condado e, ao contrário de Pedro II, não era vassalo de Roma, não tinha necessidade de contemporizar, de se manter neutro; logo, não aceitaria passivamente a interferência da Igreja em assuntos temporais. Isso ficara dito quando Filipe lhe havia comunicado que não tinha o direito de confiscar o condado, visto Raimundo não ter sido acusado de heresia, visto ser ele o suserano legal daquelas terras e o único autorizado a confiscá-las. Os direitos do Santo Pai chocavam-se com os do Santo Rei; a autoridade espiritual confrontava-se com a temporal. Além disso, Inocêncio, abrindo o processo do conde, percebeu que Raimundo fora impedido de apresentar sua defesa e que os legados tudo haviam feito para impossibilitá-lo de se justificar sobre os pontos principais, priorizando a regulamentação dos secundários, a qual haviam julgado insatisfatória. Inocêncio tentou contornar a situação. Escreveu aos legados. Intimou-os a obedecer ao procedimento legal e julgar canonicamente Raimundo VI. Caso sua defesa se mostrasse convincente, absolvê-lo. De um só golpe, Inocêncio derrubou sonhos de conquista de Simão, que devia renunciar ao condado de Toulouse antes mesmo de tê-lo conseguido; esmagou os de vingança de Arnaldo, que devia abrir mão do ducado de Narbonne e aceitar que estranhos o tivessem como legítimos donos e sem sua autorização.

Inocêncio já não acalentava dúvidas quanto ao procedimento torto de seus enviados. As ambições feudais dos chefes da cruzada se evidenciavam a cada

conquista. Arnaldo, outorgando-se o título de duque de Narbonne, colocou-o em delicada situação. O legado apropriou-se do que fora exposto a saque, apoiado em ordens estabelecidas pela própria Igreja, e o ato lhe parecia tão legítimo, que não titubeou em imediatamente pedir a Inocêncio a confirmação do novo título. Inocêncio instigou os barões franceses à pilhagem, mas também garantiu a Filipe Augusto respeito aos direitos legais do senhor superior, o que o obrigava a retirar da gula de Arnaldo o título de duque já incorporado, convencendo-o da ilegalidade de um ato que ele mesmo pregara. Inocêncio pôs nas mãos dos cruzados um dispositivo jurídico que justificava a deposição de Raimundo. Depois, recusou-se a aceitar que a ordem de deposição passasse de direito a fato.

Inocêncio oscilava. De um lado, estava o Santo Pai, o Sumo Pontífice, que tudo fazia para o restabelecimento da fé católica e até uma guerra contra cristãos justificava, em nome da supremacia da Igreja de Roma. O papa acreditava piamente na superioridade do poder espiritual, em seu direito, e dever, de zelar pela universalidade, correção e veracidade da religião que se elegera única. A cruzada tinha como objetivo primordial extirpar a perniciosa heresia que atraía o rebanho de Deus e o afastava de Cristo. Do outro lado, entretanto, a santa veste escorregava e desnudava o homem comum, mesquinho e cobiçoso, que não ficara imune ao censo anual, instituído por Simão sobre as terras conquistadas. O reconhecimento do direito de propriedade da Igreja era exatamente o que sempre sonhara, e as conquistas logo se revelaram uma fonte inesgotável de lucro. Ao final de três anos de saques, que não haviam poupado católicos ou estabelecimentos religiosos, o chefe da cruzada arrecadara tal soma, que, apesar dos gastos na manutenção da armada, que não eram insignificantes, fizera ao Soberano Pontífice dom pessoal de mil marcos de prata. A guerra que os legados deliberadamente haviam provocado e a maneira como Simão satisfizera suas ambições pessoais ultrapassavam enormemente seus ideais, e, apesar de suas ressalvas, a cruzada, transformada em conquista, alimentava as finanças da Santa Sé. Parar a guerra seria perder valiosa fonte de lucro, e Inocêncio... adiava resoluções.

Outro problema enfrentava Inocêncio. Os católicos compreenderam que a guerra dos cavaleiros de Cristo transformara-se em guerra de conquista, e até eles vociferavam contra a ortodoxia, colocavam em cheque acusações dirigidas aos meridionais, desmereciam legados, desobedeciam a chefes eleitos pelo papa. Invocavam soluções para o conflito. Como elas não apareciam... pediram a intervenção do rei de Aragão para expulsar os cruzados que devastavam o Sul do país, pilhavam cidades, apropriavam-se de terras e títulos sob o estandarte de defensores da Igreja e de Cristo. Pedro, na condição de vassalo da Igreja, gozava de credibilidade para interceder junto ao papa, informá-lo das atrocidades

cometidas por enviados seus, independentemente de ordens recebidas. Só ele tinha possibilidade de pleitear um acordo para Raimundo. Era ele ainda o único que podia trazer socorro contra a armada que, indevidamente, agia em nome de Cristo. Pedro dispunha de homens capazes de enfrentar os cruzados de Simão e vencê-los.

Em julho de 1211, os toulousianos advertiram Pedro II da trama elaborada pelo abade de Cister contra Raimundo VI e, sutilmente, advertiram-no do perigo comum que pairava sobre a cabeça de outros príncipes e outros poderes, concluindo que as ambições dos cruzados não se limitariam ao viscondado de Béziers-Carcassonne e ao condado de Toulouse. Os cônsules de Toulouse não lançaram palavras ao vento. Sabiam que, desde abril de 1211, conde e rei se haviam comprometido com um pacto de assistência mútua em caso de guerra. Uma irmã de Pedro II casou-se com o filho de Raimundo VI, fazendo com que Pedro tivesse interesses em preservar dotes e arras de duas irmãs e a herança de eventuais sobrinhos. Raimundo chegou a forjar a doação de Toulouse ao rei de Aragão, medida que, oficialmente, obrigava Pedro a ter motivos para defendê-la sem que pudesse ser acusado de conivência com Raimundo ou com a heresia. A aparente doação dava ao rei o direito de socorrer seus vassalos.

Ora, nada mais normal que Raimundo, em setembro de 1212, quando os rumos da cruzada o ameaçavam, atravessasse os Pireneus para pedir socorro a Pedro II. Na verdade, Pedro tinha motivos reais para se unir ao cunhado. Lesado em seus direitos de suserano pela invasão dos domínios de seus vassalos; ligado à Casa de Toulouse por aliança parental; ameaçado pela possibilidade de suas irmãs perderem seus bens; comprometido com obrigações de suserano pela doação fictícia do condado, o rei não tinha como se negar ao papel de libertador. Ao contrário, era o que esperava há algum tempo. Não fosse ter de aceitar homenagem de Simão pelo viscondado de Béziers-Carcassonne, o rei via, a cada mês, uma nobreza diferente estabelecer-se ao norte dos Pireneus, composta pelos barões franceses, habituados a outros costumes, falantes de outra língua, seguidores de outro direito e movidos por um fanatismo religioso censurado e ausente no espaço cultural occitano-catalão. Agora, para coroar tanta petulância, percebia o nítido objetivo de Simão de destituir Raimundo e ocupar seu lugar em Toulouse. Pedro e Raimundo discutiram sobre as medidas a tomar. Concluíram que a doação legal do condado seria a melhor solução. Raimundo deixou que o cunhado se colocasse à frente de tudo. Ele apenas se entregava em suas mãos, passava aos seus cuidados seus domínios. Pedro enviou embaixadores a Roma, incumbidos de levar ao papa suas reivindicações.

O ano de 1212 chegava ao fim. Simão sentia-se radiante com conquistas e garantias dadas pelo Estatuto de Pamiers. Enquanto isso, Pedro II aguardava

cartas oficiais de Inocêncio. Seus embaixadores haviam chegado de Roma com boas notícias. Inocêncio, ao tomar conhecimento dos transtornos causados pelos exageros cometidos, aceitou o pedido de Paz para a Occitânia. Seus aliados foram perfeitos para a missão e, conforme Pedro II recomendara, souberam advogá-la sem subserviência ou altivez exageradas.

Raimundo VI esperava ainda o concilio exigido por Inocêncio. O evento fora marcado para o mês de dezembro, mas, como os legados não tinham pressa, adiaram-no assim que Thédise deu o primeiro espirro. Foi remarcado para janeiro de 1213, em Lavaur. O primeiro mês do ano que iniciava estava repleto de acontecimentos. Pedro II acompanhou Raimundo VI em sua volta a Toulouse. Em Roma, Inocêncio redigiu cartas comunicando a legados e chefes espiritual e militar da cruzada as decisões oficiais que acabava de tomar: suspensão da expedição militar; devolução de terras injustamente tomadas; julgamento do processo de Raimundo VI; preservação dos direitos de Raimundo, o Jovem.

Que argumentos usou Pedro para que Inocêncio atendesse a suas reivindicações? O rei foi diplomata. Expôs a situação de Raimundo VI e atribuiu a seus erros e pecados o fato de a Igreja recusar receber sua justificação. Afirmou que o conde estava pronto a fazer penitência pelas faltas cometidas e em momento algum defendeu o cunhado das acusações que pesavam sobre ele. Raimundo VI comprometera-se demais com os hereges. Qualquer palavra à seu favor seria perigosa, suspeita. À Pedro convinha a neutralidade, e, se interferia, amparava-se no direito feudal que pregava ajuda aos vassalos. Colocar-se ao lado do conde seria confessar conivência com sua conduta e ser acusado de também proteger os hereges. O rei optou por acentuar suas faltas e propor penitência para o conde, o que o deixava livre para defender os direitos do herdeiro legítimo do condado de Toulouse. Para o jovem Raimundo, distanciado de acusação de envolvimento com heresia ou proteção a hereges, podia pleitear piedade e justiça. Pedro assegurou que, sob sua guarda e tutela, seria educado na fé católica e incitado a purgar a perversidade herege. Depois, acusou os chefes da cruzada de se apoderar das terras de seus vassalos, terras livres de hereges, extorquindo-lhes um juramento de fidelidade ilegal. Os barões eram vassalos de Aragão. Além disso, apontou um paradoxo indefensável. Exigir vassalagem dos senhores e tolerar que permanecessem em seus domínios implicava das duas uma: ou eles sabiam implicitamente que se tratava de católicos, ou, o que era pior, se haviam transformado, eles mesmos, em protetores da heresia, na medida em que os reconheciam como hereges, mas ainda assim permitiam que ocupassem legitimamente suas terras. Enfim, Pedro afiançou que a cruzada da fé já havia obtido o sucesso desejado. O país estava livre de hereges e precisava voltar a ter um governo justo e legal.

Extremamente sutil mostrou-se a intervenção real. Nenhum ato, religioso ou político, está isento de interesses. Se Raimundo doava suas terras, e dessa vez não era ficticiamente que entregava seus domínios, abdicava em nome do único filho, garantindo que o condado passaria às mãos do herdeiro legítimo e não às de um barão francês. Se Pedro intermediava a ortodoxia do filho e o arrependimento do pai, apresentava-se como protetor do condado, senhor superior, tutor do jovem conde e regente de seus domínios. Se defendia a atitude dos vassalos, visava a restabelecer seus direitos como suserano e impedir que seus feudos fossem tomados.

Arnaldo Amauri desconhecia as novas ordens que Inocêncio estabelecera por escrito e se preparava para o Concilio de Lavaur, onde o processo de Raimundo VI seria discutido. Pedro II, impaciente, decidido a resolver a situação, não quis esperar que carta e ordens papais chegassem. Adiantou-se ao comunicado oficial, requisitou entrevista. Pediu ao abade que as terras de seus vassalos fossem restituídas. O abade estranhou o pedido. Ali estava para definir o procedimento por adotar em negociações que seriam debatidas durante o concilio. Exigiu que Pedro definisse suas propostas, para que fossem conhecidas e devidamente apreciadas.

Pedro ocupou-se da redação do texto. O conteúdo foi o mesmo que os embaixadores do rei levaram ao papa Inocêncio. Pedro apenas destacou, com mais ênfase, que os barões occitânicos não eram partidários de heresia e se haviam unido ao conde Raimundo VI em nome da solidariedade feudal. Comparou a atitude dos barões com a que ele também assumia em relação a Raimundo. Seria desonroso para ele se, como senhor superior, não viesse em defesa do direito de seus dependentes. Pouco depois, Pedro II recebeu a resposta. O abade comunicou que o concílio se declarava incompetente para resolver os problemas que envolviam o conde de Toulouse, já que ele, várias vezes, havia recusado os favores oferecidos pela Igreja. Argumentou que sobre o conde pesavam excomunhões sucessivas, fazendo com que os religiosos decidissem que não devia ser beneficiado com purgação, tanto com respeito ao crime de heresia quanto com respeito à morte de Pedro de Castelnau. Em resumo, os prelados julgaram que ele era indigno de obter qualquer graça porque estava sob golpe de excomunhão, impedido, portanto, de ser absolvido sem ordem especial do papa. Como é sabido, para depor é preciso jurar sobre os Evangelhos, e excomungados não o podem fazê-lo. Quanto aos senhores de Comminges, Foix e Béarn, sobre eles também pesavam sérias acusações e foram julgados indignos de graças e benefícios. Para finalizar, o abade, irônico, concluiu que o digníssimo rei de Aragão comprometia a veracidade de sua fé ao defender homens tão pouco recomendados.

Pouco podia esperar Pedro II depois de ler a carta do abade. Para ganhar tempo, evitar cercos, combates e tomadas, enviou outra mensagem aos prelados. Pedia-lhes que pleiteassem trégua a Simão até o Pentecostes. Tempo suficiente para que as cartas oficiais de Inocêncio chegassem. Trégua recusada, Pedro desistiu. Decidiu tomar sob sua proteção os domínios occitânicos invadidos pela cruzada ou ameaçados por ela. Sabia que Inocêncio se mostrara favorável à Paz nos termos propostos. Seus emissários venciam as distâncias entre Roma e Lavaur, trazendo documentos que anunciavam o fim da Cruzada Albigense. Entretanto, rumores sobre a decisão de Pedro II de se colocar à frente dos domínios occitânicos alcançaram os ouvidos do abade de Cister. Arnaldo ameaçou o rei de excomunhão e interdição sob acusação de proteger os hereges.

Pedro não abriu mão da supremacia do direito feudal. Honra e senso de justiça o impeliam a salvaguardar os direitos que vassalos viam espezinhados pela usurpação dos cruzados. Sabia que Arnaldo não podia excomungá-lo nem interditar seus domínios. Era vassalo da Santa Sé, só Inocêncio tinha o poder de puni-lo. O rei de Aragão preparou-se para aceitar o juramento dos occitânicos. Em 27 de janeiro de 1213, a assembleia foi reunida. Raimundo VI e Raimundo, o Jovem, colocaram em suas mãos o burgo e a cidade de Toulouse e todas as terras que lhes pertenciam. Juraram fidelidade e obediência ao rei. Os cônsules se comprometeram da mesma forma a obedecer às ordens do papa ou às que o rei de Aragão formulasse em seu nome. Prometeram ajuda e conselho, [30] assistência e socorro ao rei para aplicar as exigências ordenadas pela Igreja ao conde e ao seu filho.

Os senhores de Comminges, Foix e Béarn também fizeram juramento. Em relação à submissão à cruzada, ninguém se pronunciou. Tudo fizeram doadores e receptor para a preservação da legalidade da cerimônia. Nada poderia descontentar a Igreja, a não ser o fato de Pedro se ter antecipado à comunicação oficial que, se estava a caminho, ninguém ainda conhecia. Pedro e os barões cuidaram para que em nenhum texto aparecesse a palavra proteção a barões occitânicos e a seus domínios, o que Arnaldo havia terminantemen- te proibido que se fizesse. Não que o legado pudesse ser enganado pela manobra. A proteção se encontrava subentendida, fazia parte da garantia elaborada pelo rei. Ao colocar domínios, direitos e a própria vida em poder de Pedro, os occitânicos criaram entre eles e o soberano, laços de dependência obrigatórios. Um dava, outro recebia, estabelecendo-se uma troca de deveres recíprocos entre superior e dependentes, entre vassalos e senhor. O senhor comprometia-se a proteger, ajudar, aconselhar; os vassalos, a prestar-lhe homenagem e fidelidade e defendê-lo contra os que o ameaçassem. Raimundo VI rompeu com a coroa da França em benefício da de Aragão. Pedro, sob o pretexto de apaziguar o conflito albigense,

estendeu seus domínios, recebeu a homenagem devida a Filipe Augusto.

Audacioso, ardiloso, o ato de Pedro II. Além de não esperar o comunicado oficial de Inocêncio, ele alardeou publicamente o acordo feito com o Sumo Pontífice. O pânico grassou entre os chefes da cruzada. As bulas pontificais que ordenavam a suspensão imediata da guerra contra os occitânicos não haviam ainda chegado, e os prelados já se encontravam mobilizados para rebater a ordem, para desgraçar o rei de Aragão, para denunciar os senhores da Occitânia, para conseguir uma contraordem de Inocêncio III.

Logo após o concilio em Lavaur, os prelados mandaram carta a Inocêncio III. Nela, praguejavam contra a peste herege. Lamentavam a situação do povo desviado dos caminhos da verdadeira fé. Argumentavam a favor da cruzada, justificando-a pela existência de focos renitentes de heresia em Toulouse, o pior ninho de hereges. Desfiavam um rosário de acusações contra Raimundo VI, o mais empedernido defensor de hereges. Advertiam-no a não se deixar iludir com vitórias, porque contra conde e condado pouco haviam conseguido. Afirmavam que, se o jovem Raimundo fosse poupado, reergueria sua espada. Censuravam a Pedro II a ajuda dada aos occitânicos. O filho se rebelara contra o pai e, apoiado em favores que a Santa Sé lhe dispensava, abusava da clemência concedida, vangloriava-se presunçosamente de ter obtido as boas graças da Igreja e a restituição das terras confiscadas. Acusavam príncipes, hereges e salteadores de perfídia contra o clero, de pilhagem contra os bens das igrejas. Tudo isso recheado de elogios ao papa pela organização da cruzada; pelo envio de tropas encarregadas de varrer da região a peste imunda; por exaltações a Simão de Montfort, guerreiro invencível dos combates do Senhor, intrépido campeão do Cristo. Rogavam, insistentemente, que os deixassem concluir de forma efetiva a obra de libertação, a obra vital que haviam iniciado e que conduziam com retidão. Concluíam que, se as terras tomadas aos tiranos, legitimamente e ao preço de tanto sangue cristão, fossem restituídas a eles ou a seus herdeiros, além do escândalo aos olhos dos fiéis que haviam cooperado, pesaria a ameaça de ruína sobre a Igreja e seu clero.

Arnaldo pediu a outros religiosos que enviassem mensagens a Inocêncio. Para ganhar tempo, ele mesmo se encarregou de redigir as cartas. O conteúdo de todas versava sobre os mesmos temas: destruição de Toulouse; afastamento do conde e de seu herdeiro; perfídia oculta nas nobres palavras de Pedro II; elogios a Simão de Montfort.

Em março de 1213, Pedro II solicitou entrevista com Montfort. O conde, temendo cilada, não apareceu. Enviou mensageiro e mensagem. Desculpou-se por não comparecer ao encontro requerido. Esclareceu que agia conforme

determinações do papa e se colocava à disposição da Cúria Romana caso existissem quaisquer queixas quanto a sua atuação no confisco de terras. Declarou-se desligado do dever de vassalagem para com o reino de Aragão. Pedro mal podia crer no que acabara de ler. Simão rompia os laços de vassalagem. Declarava guerra. O rei convocou o conselho. Reuniu cópias do juramento de Toulouse como prova de que os barões occitânicos se haviam comprometido a obedecer às ordens da Santa Sé. Enquanto Pedro agia e encarregava embaixadores de seguir para Roma com os documentos, os emissários de Inocêncio chegavam com as bulas pontificais suspendendo a cruzada. A notícia se espalhou.

O burburinho foi intenso entre os occitânicos, entre os franceses. Pedro tinha interesse em divulgar, imediatamente, as ordens papais e impedir que novas tropas de cruzados invadissem a região. Os bispos de Toulouse e Carcassonne estavam em Paris, convencendo os franceses a lutar. O rei mandou uma embaixada ao encontro de Filipe Augusto munida de juramentos e bula pontifical.

Arnaldo não conseguia entender por que Inocêncio se deixava ludibriar com tanta facilidade. Thédise e Foulques defenderam Inocêncio. Culparam Pedro II de enredá-lo com belas palavras e convencê-lo de que a heresia se concentrava somente nos domínios Trencavel. Sugeriram conseguir de Inocêncio uma contraordem que anulasse a bula. Se os prelados teciam considerações sobre as atitudes pontificais, Inocêncio também avaliava o jogo a ser jogado. Estava em situação bastante difícil e constrangedora, joguete entre forças opostas que tentava harmonizar. Impossível abandonar seus ideais de combate a hereges em defesa da Igreja. Acreditava neles. Não podia, entretanto, contar com Arnaldo e Simão, interessados em direitos, poder, ganância por feudos e títulos. Inocêncio não era ingênuo a ponto de acreditar que a doença occitânica havia sido debelada; não era crédulo a ponto de se deixar enganar pelos tarimbados embaixadores de Pedro. Não ignorava também que ao lado do poder espiritual se encontrava o temporal, representado, de um lado, por Filipe Augusto, avesso à cruzada desde o início, preocupado em evitar a ingerência pontificai sobre as terras do reino; do outro, por Pedro II, prejudicado em suseranias, comprometido com a defesa de vassalos, apoiado no direito feudal.

A política com Filipe complicava-se, porque os chefes da cruzada se apossavam de terras que somente o rei da França, como suserano legal, poderia confiscar; a com Pedro II não se colocava em melhor posição, já que, como vassalo da Santa Sé, pedira ao papa providências e garantias no papel de seu suserano. No momento, a intervenção aragonense o forçava a agir como juiz de um tribunal supremo, dando razão ao rei e exigindo que o acusado devolvesse as

terras ao legítimo dono. No entanto, sabia que Pedro II tomava a defesa dos protetores de hereges excomungados, e, de acordo com o que rezava o IIIº Concílio de Latrão, Simão já não se encontrava obrigado a obedecer ao juramento feudal feito a um senhor católico que se ligava a simpatizantes de heresia. Simão cumpria rigorosamente as ordens do concilio validadas por Inocêncio. Como censurá-lo? Como conciliar dois direitos, o feudal, que o papa detinha na qualidade de suserano de Pedro, e o canônico, que defendia enquanto Soberano Pontífice, chefe da cruzada que exigira e para a qual estabelecera regras? Pedro e Simão tinham direito absoluto de advogar suas causas, de pedir sua interferência. Ambos tinham razão. Mas como ele, único e mesmo chefe para duas legalidades que se opunham, agiria?

Em janeiro, os embaixadores de Pedro o convenceram a pôr fim à Cruzada Albigense, a exigir a devolução das terras usurpadas aos barões occitânicos. Também em janeiro, seus prelados clamaram pela destruição de Toulouse, pelo afastamento do conde e de seu legítimo herdeiro. Que atitude tomar? A quem privilegiar?

Enquanto o papa avaliava atitudes, a embaixada organizada por Pedro II para propagar a suspensão da cruzada na corte fracassou totalmente. Antes mesmo que a bula pontifical chegasse à França, o príncipe Luís conseguiu permissão de Filipe Augusto para tomar a cruz. Tão logo a notícia se espalhou, inúmeros cavaleiros franceses, solidários ao príncipe, se apresentaram como cruzados. Notícia alvissareira para os defensores da Cruzada Albigense, para o povo que via seu príncipe engajar-se em tão pia missão. Nem um pouco interessante para os emissários de Aragão. Eles não encontraram, em Paris, clima propício para divulgar a ainda desconhecida notícia que dava por encerrada a cruzada na Occitânia; para apresentar o juramento de Raimundo e o dos outros senhores. Os enviados de Pedro não conseguiram também deter as novas tropas que se preparavam para a viagem. Só lhes restou conferenciar novamente com o papa. Tomaram o caminho de Roma.

Enquanto a França louvava a decisão do príncipe Luís, a Roma chegavam o cônego Thédise e outros religiosos, encarregados pelo abade de Cister de alertar Inocêncio. Os embaixadores de Aragão lá já se encontravam e tão bem haviam advogado a causa occitânica e o empenho de Pedro II em regularizar a situação dos vassalos, que os embaixadores do legado foram friamente recebidos pelo papa.

Não se intimidaram. Não discutiram nem desistiram. Empenharam-se em mostrar ao papa que ele caíra em cilada. Os advogados de Pedro II se defenderam. Corretamente. Thédise e os seus rebateram as argumentações do rei de Aragão trazidas pelos aragonenses. Firmes. Pacientes. Convictos do que

diziam. Pregaram, sem titubeios, a necessidade da cruzada. Os emissários de Aragão podiam omitir os fatos que não interessavam que se tornassem públicos, mas não tinham como mascará-los quando obrigados a responder por afirmações ou negações. Também Inocêncio podia fingir acreditar nos enviados de Pedro desde que não fossem desmentidos pelos de Arnaldo Amauri. O papa escutou um e outro partido. Tomou sua decisão. Escreveu carta a Arnaldo Amauri, a Simão e ao bispo de Toulouse. Pedro II foi também informado dos rumos que o Sumo Pontífice dava à Cruzada Albigense. Inocêncio o repreendeu severamente. Criticou sua impiedade, imprudência e falta de deferência em relação à Igreja ao tomar sob sua proteção condes excomungados, cidades interditadas, hereges confessos, apesar da proibição do legado designado pela Santa Sé. Exortou-o a retirar-lhes a ajuda enquanto estivessem sob excomunhão e interdição; aconselhou que os abandonasse imediatamente à própria sorte, desvalidando juramentos e engajamentos dados e recebidos para escapar da desonra e até da suspeita de conivência. Se os toulousianos tinham interesse em reatar com a Igreja, que provassem suas boas intenções diante dos religiosos encarregados de reconciliá-los e purificar a cidade. Inocêncio acusou os embaixadores de Pedro de induzi-lo a acreditar que a heresia já não infestava a Occitânia e que podia baixar armas, dar início ao regramento político. Enfim, acenou-lhe com a possibilidade de danos irreparáveis se insistisse em manter proteção a infiéis e recusasse aliança com Montfort.

Inocêncio o ameaçou com excomunhão e interdição. Anulou a bula de janeiro e proclamou uma contraordem. Fez questão de deixar claro que não estava decretando uma guerra irremediável nem condenando os meridionais. Seus interesses repousavam em entendimento pacífico, canônico, estabelecido pelo direito da cruzada. Privilegiava a reconciliação com os defensores de heresia, a anulação de excomunhões e interdições; oferecia proteção aos que abjurassem; limitava as confiscações aos que persistissem no erro; anunciava que a guerra só seria declarada se os sulistas se revoltassem contra a Igreja. Pedro II sabia que Inocêncio procurava deter abusos sem prejudicar os interesses da Igreja. Em seu belo discurso, mostrava- se magnânimo, disposto a perdoar e proteger os que obedecessem. O problema era que suas ordens não foram, nem seriam, atendidas pelos chefes da cruzada. Inocêncio não levava em consideração os direitos de Pedro II, nem os de Raimundo VI, nem os de Raimundo, o Jovem, nem os dos barões espoliados, nem os de ninguém. Seu único objetivo era acabar com a heresia, e, preso a este compromisso, permitia injustiças, massacres, roubos. A cruzada, nas mãos de Simão e Arnaldo, havia muito deixara de ser uma guerra espiritual. Pedro prendeu-se ainda às garantias obtidas em janeiro. Inocêncio havia deixado que ele assumisse o comando;

agora, afastava-o do campo de batalha. Sabia que já dera provas de que sua fidelidade à causa da Igreja não era confiável, mas, antes de querer afastá-lo por suspeitar de suas atitudes, Inocêncio queria evitar o perigo militar que enfrentariam os cruzados, caso ele sustentasse a aliança com os toulousianos.

Se em Roma Inocêncio anulava a bula de janeiro, na França ela acabava de entrar em vigor. Os religiosos empenhavam-se em organizar pregações, destituir predicadores que convocavam combatentes para a Cruzada Albigense e substituí-los pelos que clamavam por cruzados dispostos a libertar a Terra Santa. Muitos embarcaram para o Oriente. Outro acontecimento também roubou homens de grande utilidade para o conde de Montfort. Filipe Augusto vetou a partida do príncipe Luís e dos que tomaram a cruz. Uma expedição urgente precisava ser enviada contra o rei da Inglaterra. A Cruzada Albigense e a do Oriente ficaram em segundo plano. A guerra contra os ingleses sempre foi pretexto para que o rei da França adiasse a cruzada proposta pelo papa.

Simão recebeu cruzados que chegavam da França. Eram poucos, muito poucos para que o conde ousasse cercar Toulouse, operação de envergadura que necessitava de uma verdadeira armada e não do amontoado de homens que tinha sob seu comando. A tomada de Toulouse, no entanto, tornou-se uma obsessão para ele, e, se não podia empreendê-la, resolveu saquear os arredores da cidade condal, importunar os habitantes. Escolheu Muret, poucas léguas distante de Toulouse, para funcionar como base militar. Nem todos concordaram com seus planos, e certo número de cruzados recusou-se a acompanhá-lo. Os objetivos do conde eram, entretanto, pertinentes e precisos. Os toulousianos tinham, em torno da cidade, pontos de apoio fortificados. Simão se dispôs a desmantelá-los. A primavera chegava ao fim, época perfeita para devastar plantações, tornar impossível a colheita de uva para fabricação de vinho, a de frutas, legumes e grãos para consumo ou venda. Em poucos meses, condenaria os toulousianos à fome.

Apesar das dissidências, Simão se apropriou de dezessete burgos fortificados, e grande parte da plantação ficou inutilizada para consumo e comércio. Os habitantes lutaram por suas terras, mas foram vencidos. Simão suspendeu os saques quando os estragos lhe pareceram satisfatórios. Irremediáveis. Em Toulouse, aguardava- se, ansiosamente, a chegada de Pedro de Aragão. O rei havia gasto mais tempo do que previra para reunir seu contingente e equipá-lo; havia necessitado de muito mais dinheiro do que conseguira arrecadar vendendo bens, pedindo emprestado a banqueiros, comerciantes e monges. Pedro hipotecou até seus domínios pessoais e ficou tão endividado, que o arcebispo o fez prometer que não hipotecaria a cidade. A impaciência aumentava em Toulouse, não só pela demora do rei, mas pelas

destruições feitas por Simão, as quais começavam a comprometer o abastecimento da cidade, repleta de asilados.

Julho já vira passar a primeira semana e não havia notícias de Pedro. Os toulousianos aguardavam o rei, angustiados. A época da colheita chegou, e grande parte do trigo estava perdida, sem contar que, desde dezembro, Simão impedia o comércio da cidade com o exterior. Raimundo decidiu destruir Pujol, burgo ocupado pelos franceses. A armada pegou a estrada com máquinas de guerra, carroças repletas de munição e víveres. Cercou a cidade. A notícia espalhou-se rapidamente. Avisados, Simão e Guido de Montfort, seu irmão, correram para lá. Os occitânicos agiram rápido. Taparam o fosso com folhagem. Os sapadores abalaram a base das muralhas enquanto pedras bombardeavam a alvenaria. Os franceses se defendiam com tições inflamados, pedras, água fervente. Esforço infrutífero. Os occitânicos eram muitos e irromperam pelas ruelas do burgo. Massacraram invasores sem distinção, passando-os pelo fio da espada, arrastando-os como carcaça apodrecida através da cidade, enforcando-os. Quatro anos de horrores ensinaram aos meridionais como se vingar de invasores, como exterminar inimigos.

A primeira vitória dos occitânicos, após dois anos de fracassos, não era grande coisa. O número de assaltantes sobrepujava, em muito, o de assaltados, mas Toulouse, superpovoada, comemorou entusiasmada ao lado de soldados e senhores excluídos dos domínios Trencavel. O clima de festa duplicou quando os mensageiros anunciaram a chegada do rei em duas semanas. Os soldados aragonenses e toulousianos percorreram os arredores encorajando a população a se rebelar, a se livrar do jugo francês. O levante não demorou, e Simão perdeu várias fortalezas. A situação dos cruzados piorava dia a dia. Instabilidade reinava entre eles, desespero também. A mobilização arago-occitânica crescia; o contingente de cruzados decrescia desde abril, quando Filipe Augusto vetara a partida do filho e a eficiente pregação do legado papal despachara combatentes para Jerusalém. Restava a Simão negociar com Pedro II, evitar o confronto. Abades serviram-lhe de embaixadores. Lembraram a Pedro as advertências feitas pelo papa. Tentaram convencê-lo a abandonar a causa occitânica e concluir a trégua com a armada de Deus. Pedro escutou ameaça e proposta. Respondeu afirmando que, como filho sincero e devotado da Igreja, obedeceria sempre e sem contestar ordens e pedidos do Sumo Pontífice.

Pedro blefava, desafiava abertamente os chefes da cruzada. Não tinha intenção de acatar pedidos ou obedecer a ordens. Chegara a tal ponto de insubordinação, que retroceder era impossível. Inocêncio, no início de julho, escrevera-lhe nova carta. Mais ameaças. Lembrou-lhe os privilégios de imunidade concedidos aos reis de Aragão. Nem bispos, nem arcebispos, nem

legados tinham permissão para excomungar um rei de Aragão sem ordem expressa da Santa Sé. Em caso de abuso, perderia o benefício. Recordou-lhe ainda que ele recebera a sagração de suas mãos. Era vassalo seu, devia-lhe obediência pela ligação do reino de Aragão à Santa Sé. Pedro não se intimidou com as ameaças. Sabia que Inocêncio podia puni-lo e o excomungaria tão logo Arnaldo o requisitasse, porém, entre pedido e resposta, pelo menos dois meses teriam passado. Tempo suficiente para que Pedro acabasse com os cruzados. Estavam em meados de agosto. Em setembro, estaria em Muret. Não tinha intenção de negociar com Simão ou Arnaldo. Eles não tinham o direito de ameaçá-lo, menos ainda de forçá-lo a desistir do combate. Não existiam como forças opostas. Necessitavam de ordens expressas de Inocêncio para molestá-lo. Prometera a Raimundo VI que seu herdeiro não sofreria represálias; comprometera-se como libertador das terras usurpadas aos seus donos legais, apoiado na palavra dada por Inocêncio. Não era traidor nem covarde. Se pela diplomacia não lhe fora possível sustentar as promessas, a força de suas armas restituiria terras e títulos a legítimos proprietários.

No final de agosto, mil cavaleiros, a elite da Catalunha e de Aragão, acompanhados de mil escudeiros e mil sargentos, atravessaram os Pireneus. A armada real, por onde passava, alvoroçava o povo, incutia-lhe confiança, esperança de libertação, despertava a massa subjugada pelas guarnições francesas, fascinava-a, convidava-a a engrossar as fileiras da armada salvadora. O exército chegou a Muret. Armou tendas. Com pequena, mas imponente comitiva, Pedro cavalgou até Toulouse. Entrou na cidade, que o aclamou emocionada. Reuniu-se a Raimundo VI, Bernardo de Comminges, Raimundo Rogério de Foix, a cônsules e a outros cidadãos da cidade. As tropas concentradas em Toulouse perfilaram-se diante do rei, deixaram a cidade. Pelo caminho, muitos se uniram aos combatentes. Vinham dos arredores e de cidades distantes. Em Muret, tremulavam auri- flamas de Aragão, Toulouse, Comminges e Foix. Barões e cavaleiros ouviram os planos de Pedro II. O rei queria que Simão e os cruzados entrassem na cidade para só depois cercar suas muralhas. Com os cruzados aprisionados, os aliados garantiam mobilidade e, se conseguissem tomar a cidade, capturariam a força viva da cruzada.

Os cruzados, assim que souberam que a armada do rei se dirigia para Muret, enviaram mensagem ao chefe da cruzada, pedindo-lhe socorro e providências. A tomada de Muret provocaria rebelião geral nas regiões conquistadas. Simão reuniu os cruzados, mais ou menos mil, divididos entre cavaleiros, escudeiros e soldados; abasteceu carroças com víveres; enviou mensagem à esposa, pediu-lhe reforços urgentes. Partiu para Muret. Junto dele estavam Arnaldo Amauri e outros religiosos. O abade, pela primeira vez, admitiu

que falhara em defender os interesses da Igreja, que pleiteava, antes de tudo, a Paz. Quando soube da chegada de Pedro II, temeu pelo desfecho do afrontamento entre os exércitos. Precisava insistir em obter trégua, devia negociar a Paz conforme Inocêncio havia determinado. Arnaldo, entretanto, não foi muito longe. Antes que chegassem a Muret, adoeceu. Impossibilitado de continuar a viagem, entregou a tarefa ao bispo de Toulouse. Foulques aproveitou a imobilidade da noite para escrever aos toulousianos coalizados. Avisava-os de sua chegada, da intenção de negociar. Escreveu também a Pedro II, pediu-lhe salvo-conduto. Queria conversar pessoalmente com o rei.

A aurora do dia 11 de setembro surpreendeu os cruzados reunidos para a missa. Os religiosos pronunciaram a excomunhão dos condes, de seus filhos, de todos os que lhes prestavam ajuda e assistência. Somente Pedro II ficou imune do castigo. Segundos de silêncio marcaram sua presença na lista de condenados. Os religiosos não tinham ordens para excomungá-lo. Partiram tão logo a cerimônia findou. Pelo caminho, os bispos ordenaram que a armada aguardasse o mensageiro enviado por Foulques. A resposta de Pedro II não tardou a ser ouvida. O rei de Aragão recusava-se a dar salvo- conduto a prelados que se encontravam nas fileiras de uma armada.

Os saldos do verão espreitavam ainda a região. Uma chuva miúda, apoucada, sem precisão, chicoteava a pele dos homens, o pelo dos animais. Atrapalhava o deslocamento das tropas que chafurdavam em lama, escorregavam, sujavam-se. A tarde, a armada espiritual alcançou o Garona. Apenas a ponte a separava de Muret. Na outra margem do rio, o exército arago-occitânico assistiu à chegada dos cruzados. O sol despolido que secou o céu já entardecido esparzia-se sobre o rio, espreguiçava-se alourando as águas, furtando do metal de lanças e escudos reflexos multicoloridos. A tarde dilatava horas, o rio embebia-se com débeis sobras de claridade, pintando no firmamento um azul anoitecido que surgia vagaroso e tudo mergulhava em trevas. Do outro lado do rio, o negrume do apagar de luzes não esmaeceu a visão da armada acampada. O chefe da cruzada guardou-a gravada na retina. Pensativo, avaliava o perigo dominado pela imagem. A luta seria mortal. A gravidade da situação o fez considerar, uma vez ainda, possibilidades de negociar a Paz, de suplicar ao inimigo que não se batesse contra a Igreja. Simão meditava sobre a maneira de conseguir uma entrevista quando o prior da ordem do Hospital de Toulouse chegou escoltado pelos cruzados. Vinha anunciar, a pedido dos cônsules da cidade, que os toulousianos estavam prontos a obedecer ao senhor papa.

Alívio imenso sentiu Simão; alegria demonstraram os religiosos, que acolheram o mensageiro com cortesia. Enfim, conseguiam uma manifestação de boa vontade por parte dos barões occitânicos, tentativa de submissão e

restabelecimento da Paz. Foulques pediu que o prior retornasse e requisitasse ao rei salvo-conduto para que pudessem dialogar. Pouco depois, recebeu a resposta de Pedro. Ele se negava, mais uma vez, a conferenciar. Ressalvava, porém, que não impediria o ilustre bispo de ir a Toulouse negociar diretamente com os toulousianos. Advertia-o apenas de que teria que arcar com riscos e perigos da viagem, porque também não receberia salvo- conduto para o deslocamento.

Foulques ficou possesso com o tom injurioso e desafiador da resposta que o rei de Aragão enviara. Como se atrevia a negar-lhe salvo-conduto? Estaria preparando-lhe uma cilada e isentando-se de qualquer mal que lhe pudesse acontecer? O que faria em Toulouse se os cônsules estavam acampados em Muret? Agradeceu a oferta. Como precisava evitar o confronto, magnânimo, avisou que, caso mudasse de ideia, apagaria afrontas e aceitaria pedidos de desculpa. A ironia de Pedro indignou os religiosos. Desfez, no campo dos cruzados, esperanças de reconciliação, possibilidades de deter a guerra. Atendendo a suas preces, Simão viu surgir, noite fechada, os reforços requeridos. Não podia impressionar a armada adversa, mas qualquer ajuda era recebida de braços abertos. Simão ordenou que entrassem na cidade.

Satisfeitos, aliviados, os exércitos confederados perceberam o movimento dos cruzados em direção ao burgo. As recusas em receber o bispo, conforme previra Pedro, propiciaram o ato desejado. Os primeiros raios do incipiente sol, do dia 12 de setembro, aqueciam as tendas dos acampados e as casas da cidade de Muret. Os confederados reuniram-se em conselho. Discutiram estratégias de guerra. Pedro II, os condes de Foix, Toulouse, Comminges e os principais cavaleiros traçaram planos de ataque. Raimundo VI sugeriu fortificar solidamente o campo e atacá-los com os tiros mortíferos das bestas. Quando homens e cavalos estivessem feridos e impossibilitados de defesa e ataque, seria fácil dizimar o inimigo. O plano de Raimundo foi contestado, não pelo valor tático, mas pela simplicidade e prudência. A nobreza do reino de Aragão era conhecida pela perícia militar e preferia o verdadeiro combate de cavalaria. Os aragonenses optaram em fazê-los sair da cidade para enfrentá-los em campo aberto. Aprovado o plano, a voz de Raimundo não mais foi ouvida. Quando o conselho se dissolveu, a ordem era de que se armassem, provocassem os cavaleiros para que saíssem e combatessem.

Do lado adversário, também barões, cavaleiros, prelados e Simão estavam reunidos. Nenhum plano havia sido defendido. Os bispos esperavam ainda negociar a Paz. Dois mensageiros foram ao encontro do rei de Aragão. Quando voltaram, traziam respostas de Pedro e dos cônsules. Eles continuavam irredutíveis, mas, visando a provocar Simão, Pedro mandou dizer que aceitava negociar a trégua mediante uma condição: a rendição do chefe militar da

cruzada, que deveria ser entregue à discrição dos confederados.

O desafio de Pedro fez Simão pular da cadeira, horrorizado. Esbravejou diante do que julgava uma desonrosa imposição aos partidários da Igreja. Os cruzados recusaram a condição. Os religiosos, entretanto, não se conformavam com os rumos da desavença. Resolveram ir ao encontro de Pedro II, suplicar ao rei que não combatesse a Igreja. Muito mais pelo orgulho ferido de não conseguirem intimidá-lo, muito mais pelo medo das reprimendas papais do que por piedade. Em demonstração de suprema humildade, caminhariam descalços. Enquanto anunciavam a decisão, escutaram gritos, notaram o corre-corre conhecido de gente surpresa e apavorada. Um dos portões da cidade, quando da entrada dos mensageiros, fora deixado aberto, e os toulousianos aproveitaram para colocar em prática o plano discutido em assembleia. Provocavam Simão para obrigá-lo a reagir e sair da cidade. Não pretendiam tomá-la, apenas irromper por suas ruas, provocar pânico, atiçar cavaleiros que, sem ordens para atacar, não se tinham ainda armado para o combate. Tumulto de pequena monta, mas suficiente para render- lhes o lucro esperado. Tão logo Simão viu a confusão, correu para se armar. Ordenou que os cavaleiros fizessem o mesmo, exigiu do bispo o término da tentativa de negociações, a autorização para atacar.

Bispo e religiosos já não discutiram. Pedras e flechas cortavam a cidade de um extremo ao outro. Amedrontados, aquiesceram. Correram para a igreja, ajoelharam-se, rezaram. Havia consciência, entre os prelados, entre Simão e os cruzados, de que se lançavam em guerra suicida, mas preferiam morrer lutando em campo aberto a morrer limitados pelas pedras da muralha. Armados, cavalos selados, Simão ainda entrou na igreja para uma breve prece. Depois, alcançou o burgo. Reuniu os cavaleiros. Pediu silêncio. Encorajou-os. Explicou a estratégia escolhida. Dariam a impressão de que fugiam. O objetivo, no entanto, era afastar os inimigos o mais longe que pudessem de suas posições. Atacá-los no campo seria ter de conduzir a cavalaria pesada em meio a um labirinto de tendas e carroças. Além disso, teriam de enfrentá-los todos juntos e, possivelmente, seriam vencidos em luta tão desproporcional em efetivos. Em campo aberto, ao contrário, somente os cavaleiros iriam persegui-los e tinham homens à altura dos que eles possuíam. Divididos e distanciados do campo e do resto da armada, o socorro não chegaria a tempo ou nem sequer seria ouvido. Escolheram sair pela porta que ficava do lado oposto ao campo onde os confederados se encontravam. Simão acreditava que morderiam a isca sem dificuldades. Dividiu seus homens em três esquadrões. Designou chefes para os dois primeiros. Ele comandaria o terceiro, precaução que poupava sua vida em caso de desastre. Enquanto as tropas se alinhavam, o bispo de Comminges benzeu-os. Prometeu o Paraíso aos que encontrassem, em combate, a glória do martírio.

Os aliados estavam a oeste de Muret. Eles também desejavam a batalha em campo aberto; eles também se dividiram em três esquadrões. O conde de Foix ocupou-se do primeiro. Pedro não podia contar com Raimundo nem com Bernardo. Muito passivos. Inábeis para comandos militares. Pedro ficou com o segundo esquadrão, contrariando regras de prudência que posicionavam os reis como a última força a ser alcançada. Para compensar a posição avançada de Pedro e minimizar os perigos, o primeiro esquadrão tinha muito mais cavaleiros que o segundo. Muralha humana compacta ergueram em defesa da tropa real para evitar captura e aprisionamento de Pedro II e, consequentemente, o esfacelamento da armada. Para despistar os cruzados, o rei não usou seu equipamento, onde as armas de Aragão sobressaíam pintadas sobre o escudo, cozidas sobre o manto que cobria a cota de malha e em fita fixada à lança. Pedro usou equipamento comum. Outro vestiu trajes reais. O rei, confundido a outros cavaleiros, evitava que, em caso de captura e aprisionamento, fosse transformado, nas mãos inimigas, em preciosa moeda de troca, fosse obrigado a garantir paz vantajosa e pagar substancial resgate para ser libertado.

Assim que Simão e seus cavaleiros saíram da cidade, foram perseguidos pelo exército adversário, que se afastou imprudentemente da vista dos que haviam ficado acampados. Quando Simão julgou que atingiam bom lugar, ordenou meia-volta. Surpreendeu as armadas catalã e aragonesa, que não esperavam a reviravolta. Tudo muito rápido. Os primeiros esquadrões de ambos os exércitos se enfrentaram. Os cruzados levaram vantagem sobre os aliados, ainda estupefatos com a manobra inimiga. O segundo esquadrão de cruzados aproveitou para se lançar na luta, desnortear ainda mais os oponentes. Em meio ao combate, destacou-se o estandarte real. O falso rei foi tomado como alvo a ser apanhado, vivo, já que a morte do rei não era valiosa para ninguém. Enquanto o anônimo cavaleiro era preservado, o verdadeiro rei se expunha a ser abatido como homem qualquer. Rodeado de agressores que investiam contra ele, gritou que era o rei. Descobriu-se. Tentou deter os inimigos. Não foi escutado. Se o tivesse sido, teria sido capturado. Aprisionado. A peso de ouro negociado. Mas, de todos os lados, gemiam os agonizantes, bradavam armas os enfurecidos, retinia o aço de espadas e lanças entrelaçadas em mortais abraços, resfolegavam e relinchavam os cavalos, escavando a terra chuviscada. Só os aragonenses identificaram Pedro caído. Inerte. Tingido de sangue. Espanto e horror motivaram fuga desenfreada. O exército aliado debandou sob o olhar perplexo dos cruzados, que creditaram ao medo da derrota atitude tão inesperada. Nem sequer aquele que abatera o rei de Aragão soube de seu feito, avaliou seu ato. O terceiro esquadrão, comandado por Montfort, lançava-se sobre o inimigo quando a notícia da morte de Pedro II se espalhou.

Cidade e acampamento desconheciam as notícias do combate. A armada toulousiana assaltava Muret quando a cavalaria vitoriosa retornou. Surpresa e desatino lançaram ao rio os toulousianos espavoridos diante do estandarte do leão prata-dourado de Montfort. Os que escaparam do afogamento foram abatidos pelos cruzados. Os confederados, entrincheirados atrás de carroças e bagagens, ignoravam ainda o vencedor quando reconheceram o brasão inimigo. Também eles tentaram atravessar o rio, alcançar os barcos ancorados na margem oposta. Foram tragados pelas águas, tombaram diante dos golpes das espadas hostis. Mais de quinze mil homens contaminaram com suas carcaças infiéis as águas do Garona e a terra que limitava suas bordas. Dias e dias após o massacre, o povo de Muret alinhou corpos em fossas comuns, pouco profundas, mas extensas, bastante extensas, onde enfileiraram mortos retirados da lama do rio e do campo de combate.

Na planície, o corpo do rei era igual ao de qualquer combatente. Amontoado de carne endurecida, sanguinolenta, enlameada. Somente os despojos de tantos guerreiros podiam suspender a compaixão, eliminar o respeito, atrair a atenção de salteadores, sempre dispostos a ignorar melindres, conveniências, e tirar proveito de sobras. Terminado o saque, Simão e alguns companheiros, desconhecendo o local da morte de Pedro II, percorreram o campo de combate à procura do cadáver real. Encontraram-no despojado de glória ou luxos. Nu. Removeram-no para lugar menos incomum.

A Ordem do Hospital de Toulouse solicitou o corpo do rei e de seus companheiros. Em 11 de fevereiro de 1217, transferiram- nos para o mosteiro de Sigena.

A INJUSTIÇA

Solidão imensa a de Raimundo, a de Toulouse, a dos barões confederados. O senhor superior que o conde elegeu e os aliados aprovaram já não deteria a avidez do usurpador. A ajuda aragonesa estava inoperante. Restava apelar para o suserano legal de Toulouse, o rei da França. Entretanto, nada garantia que viesse em auxílio de Raimundo, infiel vassalo. Os condes de Comminges e Foix voltaram a seus domínios. Prudentemente. Em Toulouse, o sofrimento anestesiava os habitantes. A carnificina de Muret dizimou a milícia urbana, e não havia casa que não pranteasse pelo menos um morto. Montfort podia entrar na cidade a qualquer momento, que a população desprotegida, desnorteada pelo estupor e pelo luto, não impediria. O choque moral provocado pela derrota se amalgamava ao que causara a perda de tantos filhos. O número de mortos era tanto, que os problemas econômicos e sociais se agigantaram. O mesmo aconteceu com os administrativos e jurídicos. Os cônsules foram obrigados a criar um tribunal especial para regulamentar sucessões, julgar processos. Só mesmo com a misericórdia da Igreja podia contar Raimundo, mas até ela se encontrava ameaçada pela ambição dos legados. O conde, em vez de acalentar desencorajamento, congregou o conselho comunal. Os cônsules ficaram encarregados de negociar com os vencedores; ele iria a Roma, acataria as ordens de Inocêncio.

Os toulousianos consultaram os cruzados sobre o procedimento a adotar. Ele repousava nas promessas de sempre: abandonar os hereges à própria sorte; não dificultar a missão dos cruzados; obedecer às ordens dos prelados. Os cruzados, no entanto, não se dispuseram a aceitar apenas promessas verbais. Já não confiavam nelas.

Exigiram garantias concretas. Os cônsules de Toulouse deviam dar provas

de submissão, entregando-lhes duzentos reféns. Intensas negociações entabularam. Após horas de discussão, os vencidos conseguiram abaixar para sessenta o número de reféns por entregar, mas uma nova indisciplina agravou a situação entre toulousianos e cruzados. Os cônsules, pouco depois do acordo, negaram-se a executá-lo. Decidiram enviar embaixadores a Roma e pedir ajuda ao papa. Simão não tinha pressa. Podia esperar para dar o golpe decisivo. Se desapossasse Raimundo, completando suas conquistas militares, satisfazendo suas ambições, ultrapassaria desejos e ordens de Inocêncio. O melhor era deixar que o papa tentasse a reconciliação. Sabia que não conseguiria. Como chefe da cruzada, reconhecia vãs todas as manobras. Nem Raimundo, nem os cônsules, nem os toulousianos obedeceriam, e, quando Inocêncio esgotasse os recursos e admitisse o fracasso em pleitear a Paz, ele tomaria Toulouse, afastaria Raimundo para sempre do condado, com total apoio da Igreja.

O conde de Montfort empenhou-se em operações mais simples. Chegaram-lhe reforços. Ocupou o tempo recuperando os sítios abandonados depois da derrota de Muret. Pelo caminho, aqui e ali, rendia vilarejos. Devastava. Destruía. Não temia reações. Ufanava-se de espalhar o terror por onde passava. De repente, a nobreza provençal se rebelou. Pegou em armas. Ocupou estradas, decidida a impedir que novos reforços chegassem até Simão. Inúmeras demonstrações de hostilidade se alastraram. Várias cidades se recusaram a abrir suas portas para os cruzados. A confiança de Simão não era infundada. Durou pouco a rebeldia. A chegada de um numeroso contingente venceu barreiras, trouxe-lhe de volta a tranqüilidade dos que se sabem superiores. O ano de 1213 chegou ao fim.

O novo ano teve início com uma cilada preparada contra Baudouin de Toulouse, o irmão de Raimundo VT, que se aliara a Simão. Seus próprios cavaleiros submetidos capturaram-no, enquanto dormia, sem armas, quase nu. Sob o ferro de correntes, foi levado ao ritmo de aplausos e gritos de entusiasmo de seus vassalos. Exigiram-lhe, para que fosse solto, a entrega da guarnição francesa que ocupava o torreão do castelo a mando de Simão e com sua conivência.

Baudouin negou-se a obedecer. Proibiu que os cruzados se rendessem mesmo que o vissem subir em cadafalso. Os cavaleiros, enraivecidos, jogaram-no num calabouço. Sem pão nem água. Dali só sairia quando entregasse os traidores. Imobilizado Baudouin, a guarnição francesa se rendeu, foi enforcada; ele, levado a Montauban. Os condes de Toulouse e Foix estavam em Montauban quando Baudouin chegou escoltado por cavaleiros. Confabularam. Decidiram a sorte do prisioneiro. Não houve benevolência ou misericórdia. Nem de Raimundo. Presente à batalha de Muret, responsabilizaram-no pela morte do rei.

Como traidor, foi enforcado. Vergonhoso fim. [31] Justificado, porém, aos olhos dos occitânicos. Baudouin atraiçoou o irmão e senhor, seus cavaleiros e vassalos; golpeou a causa occitânica que a cada dia se tornava comum, patriótica, nacional. Não podia ser desculpado por convicções religiosas, porque suas ambições eram políticas e econômicas e, em nome delas, prejudicara irmãos que falavam a mesma língua.

A morte de Baudouin provocou nova onda de reprovações contra o conde de Toulouse e inquietação para o chefe da cruzada. A derrota dos confederados fez surgir outros redutos de resistência. Raimundo conseguiu inúmeros adeptos, decididos a agir como justiceiros, em lugares já ocupados pelos cruzados. E a rebelião explodiu mais violenta que no começo da invasão. Não somente em pequenos burgos, mas também em grandes cidades. Os senhores levavam uma multidão de pequenos vassalos a rejeitar a suserania de Montfort, violando juramentos impostos, aderindo à causa occitânica. A região, que por quatro anos convivera com a divisão interna, identificou em Simão o inimigo comum por abater, porque disposto a conquistar em seu benefício e não em nome da honra de Deus ou da Igreja. As dissensões proliferaram e o chefe da cruzada viu rondar ameaças em torno das guarnições francesas espalhadas em vários pontos da região. Com o firme propósito de semear pânico e terror, devastou e destruiu vários castelos. Perigosa medida.

Todos usamos, como defesa, escarnecer de medos e sofrimentos ou... soterrá-los para depois reagir.

Catalães e aragonenses alojaram-se em Narbonne. Em torno do regente de Aragão, estavam importantes senhores, cavaleiros de alta linhagem, grandes personalidades da Igreja e a armada, já refeita do golpe de Muret. Exigiam de Montfort que entregasse o príncipe de Aragão sob sua guarda desde que Pedro II contratara com Simão o casamento das crianças. O chefe militar, entretanto, regateava, não tinha pressa em devolver o herdeiro de Aragão. No final de março de 1214, boatos e certezas chegaram a Roma. Inocêncio, distanciado do campo de ação dos chefes da cruzada, peneirava informações, purgava-as de exageros, julgava-as. Arnaldo Amauri não foi beneficiado em suas conclusões. Cometia excessos. O papa escolheu novo legado, o cardeal-diácono Pedro de Bénévent, homem de confiança, instruído, imparcial. Sem explicações, nomeou-o com plenos poderes. Em cartas enviadas aos prelados e a Simão, advertiu-os de que deviam acolhê-lo, obedecer-lhe sem restrições. A carta ao chefe da cruzada continha um parágrafo diferenciado das outras:

"Como seria indecente, senhor Simão, que retivesse, sob qualquer pretexto, o filho do rei de Aragão, entregue-o ao legado Pedro de Bénévent a fim de que resolva o que melhor convém fazer. Em caso de desobediência, ele procederá

conforme nossas ordens."

Clara ameaça dirigia a Simão. Não era à toa que Inocêncio assim agia. O conde de Montfort também se excedia. Ao contrário de outras cartas recebidas, quando de outras batalhas vencidas, esta não continha uma única palavra de felicitação pela vitória de Muret. Inocêncio limitava-se a comunicar que Pedro de Bénévent ia para reconciliar vencidos e Igreja. O papa não destituiu os antigos chefes. Afastou-os, apenas, das negociações. Deu ao novo legado poderes que caberiam a Arnaldo e a Simão. Não estava disposto a ver, novamente, suas ordens desobedecidas em prol de interesses particulares. A carta continha ainda decisões tomadas em relação ao conde de Comminges e ao visconde de Béarn. Ambos haviam enviado embaixadores a Roma, e, apesar das faltas cometidas, a Igreja não recusava pedidos de reconciliação. Pedro de Bénévent estava encarregado de determinar cauções satisfatórias que regrassem a situação dos dois senhores. Quanto a Toulouse, Inocêncio avisava que, reconciliada, ficaria sob a proteção da Santa Sé e não deveria ser molestada por Simão ou nenhum outro católico enquanto o povo demonstrasse fé e propósito de não acobertar hereges ou favorecer seitas diabólicas. Inocêncio exercitava tolerância, pregava a Paz. Restava saber se as aspirações dos chefes da cruzada admitiam respeito aos planos papais.

Pedro de Bénévent chegou a Narbonne e, indiferente a direitos adquiridos por Arnaldo Amauri, ocupou o palácio arquiepiscopal. Assumiu o posto de legado, afastou o arcebispo e duque de Narbonne sem deferências, desobrigado de lhe prestar esclarecimentos ou de lhe dar satisfações de seus atos. Tratou da reconciliação dos narbonnenses que se comprometeram a não tolerar hereges na cidade nem ajudá-los. O legado convocou os condes de Comminges e Foix. O mesmo juraram eles. Uma cláusula extra foi inserida nos juramentos condais. Raimundo Rogério e Rogério Bernardo de Foix ficavam proibidos de ajudar a cidade de Toulouse enquanto ela não se reconciliasse com a Igreja. Satisfeito com os resultados obtidos, tratou do problema criado com o reino de Aragão. Jacques I, filho de Pedro II, foi entregue aos nobres aragonenses.

Em Toulouse, sete cônsules, enviados pela Comuna da cidade, já o aguardavam para pedir a reconciliação imediata da cidade. Em abril, os cônsules de Toulouse prestaram juramento em solene cerimônia. Como combinado com Raimundo, comprometeram-se a não lhe dar ajuda; a entregar reféns assim que o legado o exigisse; a acatar os castigos que lhes fossem infligidos. Única forma de conseguirem a reconciliação. Raimundo VI também se submeteu. Humilhou-se. Entregou à Santa Sé suas terras, deu-lhe plenos poderes e direitos sobre seu patrimônio. Abdicou de tudo, bens e títulos, em favor de seu legítimo herdeiro. A missão do legado Pedro de Bénévent estava acabada.

Simão se encontrava no comando de uma invejável armada e poderia cercar Toulouse, tomá-la sem que os toulousianos tivessem tempo de reagir, mas nada podia fazer para anular a reconciliação de Raimundo. Tratou de regularizar algumas terras. Depois, partiu para novas conquistas. Estavam em maio. Os meses seguintes obedeceram à mesma rotina. Cercos. Assaltos. Mortes. Submissões. Promessas. Juramentos. Simão evitava destruições. Não eram lucrativas. Nem para ele, que se apossava de cidades e burgos estéreis, nem para os cruzados, que não se viam recompensados com saques. Porém as submissões não garantiam conquistas. Simão sabia que os senhores acuados juravam tudo, mas bastava que virasse as costas para que se rebelassem e tramassem libertação. Montfort resolveu tornar qualquer resistência impossível. Optou pela demolição de muralhas e torreões das cidades ocupadas. Só as torres mais sólidas foram poupadas. Serviam para alojar guarnições francesas. A grande cavalgada teve como saldo cidades cercadas, tomadas, esvaziadas; mortes, muitas mortes. Operação destinada a restabelecer a paz cívica, a castigar certo número de senhores. Raimundo não foi atacado diretamente, somente substituído em suseranias.

Raimundo confiava em justiça humana e, humilde em seu juramento, abdicou de tudo. Entregou à Igreja títulos e bens, confiante de que seu herdeiro legal os receberia de volta. Sabia que Inocêncio privilegiava clemência; era misericordioso com pecadores arrependidos; justo com obedientes à Igreja. Não prejudicaria o jovem Raimundo. O futuro Raimundo VII jamais se envolvera com hereges ou heresia. Os religiosos da cruzada não pensavam da mesma forma, não tinham intenção de favorecê-lo. Muito menos Simão, já eleito pelos prelados chefe e senhor da região, incluindo o condado de Toulouse. Pedro de Bénévent impediu qualquer ação que atingisse o herdeiro de Raimundo VI, ancorado na extensão de seu poder. Não pôde, porém, deter uma carta endereçada a Inocêncio, na qual, por unanimidade, os religiosos manifestavam o desejo de que Montfort se assenhoreasse do condado.

Em Toulouse, pairava clima de tensão. Raimundo, após o juramento, deixou o castelo Narbonnense com a família. Foulques, afastado da cidade desde que fora interditada, retornou. Apoderou-se dos lugares abandonados. O povo não viu com bons olhos o afastamento do conde nem a volta do bispo, devotado aos cruzados. Temia extorsão por parte dos franceses. Inquietação e desencorajamento reinavam entre todos. Simão e os franceses estavam calmos. Montfort aguardava a decisão papal e, embora dedicado a usurpar os direitos de Raimundo VI em vários pontos da região, com total aprovação e cumplicidade do clero, na cidade condal nada tentou.

A Bula pontificai chegou às mãos de Pedro de Bénévent em fevereiro de 1215. Os interessados no destino reservado à Occitânia também receberam comunicado oficial. Inocêncio anunciou a absolvição do conde, mas adiou a resolução dos outros problemas para o próximo concilio geral. O papa dissertou ainda sobre a necessidade, para Raimundo VI, de regularizar sua situação com os cruzados.

Em Paris, Filipe Augusto observava, atentamente, o desenvolvimento e os rumos da Cruzada Albigense. Apesar das garantias de que não seria lesado em seus direitos de senhor superior, a ingerência do papado nas terras de Raimundo era flagrante. Soava a hora de Filipe intervir e salvaguardar suas suseranias. Tudo havia mudado desde julho de 1214. O conflito com a Inglaterra estava controlado, tornava-se necessário mostrar sua autoridade, deixar claro ao Sumo Pontífice, a prelados e militares que a Coroa não tinha intenção de fechar os olhos a pertences e vassalagem em terras conquistadas. O príncipe, finalmente, recebeu permissão para peregrinar na região albigense, desempenhar função exploratória com uma imponente armada. A Occitânia recebeu com inquietação e desagrado a inesperada notícia. Filipe sabia que militarmente já não precisavam de ajuda. Estava claro que a peregrinação escondia motivos políticos.

A armada real acampou em Lyon, em abril. Inúmeros barões e prelados lá se encontravam. Entre eles, Simão de Montfort, Pedro de Bénévent e Arnaldo Amauri, desligado da cruzada desde que a doença o impedira de participar da batalha em Muret. Desconfortável encontro. O abade de Cister sabia que ao investir a coroa ducal de Narbonne, usurpada de Raimundo VI, contrariara Inocêncio. A nomeação de Pedro de Bénévent, seu afastamento e a total ignorância sobre a missão dada ao novo legado não escondiam que o papa o tinha destituído da chefia espiritual da cruzada. Estava também ciente de que seu investimento enraivecera Simão, que, por direito de conquista, tinha a coroa como sua. Desde então, o conflito entre chefe militar e chefe espiritual se agravara. Piorou um pouco mais depois que o abade, temendo que Simão o prejudicasse, se queixou a Inocêncio e a Filipe Augusto, ambos com poderes para usar de autoridade com Simão, vassalo da Igreja e da Coroa. Pedro de Bénévent não se encontrava em melhor disposição e não disfarçou sua insatisfação. Temia que Luís tivesse por missão interferir em suas ordens ou divergir das medidas que havia tomado.

No início de maio, Pedro de Bénévent, Simão de Montfort, religiosos, barões, cônsules e fiéis dos domínios de Raimundo VI receberam cartas com as decisões pontificais. Após elogios, exortações para que a Paz fosse alcançada e a cruzada chegasse ao fim, Inocêncio esclareceu a impossibilidade de decidir o

destino da Occitânia antes do próximo concílio ecumênico. Até lá, deixava o comando de tudo nas mãos de Simão de Montfort, incumbido de conservar, manter sob guarda e defender as possessões do conde de Toulouse, as conquistas dos cruzados e tudo o que havia sido tomado sob a garantia de reféns. Simão, tão logo tomou ciência das ordens de Inocêncio, enviou o irmão Guido com significativa tropa de cavaleiros para Toulouse. Tinham como missão apossar-se da cidade, ocupar o castelo Narbonnense, receber juramento de fidelidade dos habitantes, ordenar a destruição imediata das muralhas.

Montfort preparou-se para entrar em Toulouse. Raimundo VI abandonou a cidade. Com horror justificado, os toulousianos viram, após seis anos de guerra e resistência, a partida de seu conde, a entrada do temido conquistador na cidade. Simão evitou atritos, contentou-se em cobrar-lhes três mil moedas de prata. Sua atenção se voltava para os trabalhos de destruição de torres, muralhas e fortificações. Nada que servisse de abrigo para resistência poderia ficar de pé. Exceto o castelo Narbonnense, de onde os franceses controlavam a cidade desprotegida. Em junho, Simão pôs ponto final a suas conquistas, entrando na última grande cidade dos domínios de Raimundo VI. Na mesma época, a silenciosa quarentena do príncipe Luís chegou ao fim, e o peregrino preparou-se para retornar ao reino da França; também o legado Pedro de Bénévent voltou para Roma. Livre dos indesejados espiões, Simão passou o resto do ano em Carcassonne. Aguardava as decisões programadas para o IVº Concílio Ecumênico, marcado para a primeira quinzena de novembro.

Roma. Quarto Concílio Ecumênico de Latrão. Novembro do ano MCCXV da Encarnação do Senhor. Duas mil duzentas e oitenta e três pessoas assistiram a assembleias plenárias do décimo segundo concilio ecumênico da História, o Latrão IV. Como em outros concílios, os assuntos versavam sobre promoção da reconquista em Terra Santa, reforma da Igreja Universal. Entre as prioridades, seriam decididos o destino do país albigense e o do conde de Toulouse.

Convicto da necessidade de salvar sua dinastia, Raimundo VI apresentou-se aos religiosos. Humilde, abdicou de bens e títulos em nome do filho. Reconheceu-se em falta com a Igreja. Para si pediu clemência; para o único herdeiro, justiça. Raimundo, o Jovem, também se pronunciou. Filho de Raimundo VI e Joana de Inglaterra, neto de Henrique II Plantageneta e de Eleonor de Aquitânia, reis da Inglaterra, reclamou, por direito, bens ancestrais. Inocêncio impressionou-se com as boas maneiras, distinção, garbo e gentileza do rapaz, de apenas dezenove anos, que ali defendia bens familiares. O jovem Raimundo exibiu segurança e majestade ditadas pela linhagem. Inocêncio, disposto a poupar o rapaz e evitar sua humilhação, comunicou aos presentes que

Raimundo VI já não estava à mercê das desonrosas acusações que o desmereciam frente à Igreja e a Cristo. Pedido de reconciliação, garantia de suas terras e de seus títulos, confiados à Santa Sé, permitiam considerá-lo bom católico. Nada mais o desabonava.

O pronunciamento de Inocêncio foi seguido pela defesa de Raimundo, o jovem, entregue a Raimundo Rogério de Foix. O conde afirmou que o futuro Raimundo VII jamais havia sido apontado com reprovação, jamais tomara atitudes que o desmerecessem. Não praticara crimes para que precisasse ser julgado digno de herdar o que lhe cabia por direito. Não faltara com seu dever para com a Igreja ou os cruzados. Não podia ser castigado, despojado de herança, bens e títulos que haviam pertencido a seus ancestrais. Justificou a defesa baseado na reconciliação de Raimundo VI com a Igreja, na absolvição dada por seu pio representante, que o considerou bom católico. Raimundo VI havia dado provas de sinceridade, abdicando de tudo em nome do filho, deixando nas mãos da Santa Sé seus domínios e títulos. Apoiado sobre a boa-fé demonstrada pelo conde, sobre a justiça divina e social que apregoa que filhos não são responsáveis por atos paternos, reclamou, para o jovem Raimundo, terras e títulos que haviam pertencido aos condes de Toulouse e aos reis da Inglaterra. Depois, defendeu-se das acusações que lhe haviam sido infligidas. Negou simpatia por hereges e heresia; afirmou sinceridade e devoção à Igreja ao entregar seu castelo com guarnição, víveres e armas, apesar de ter como se defender em caso de cerco. Enfim, pediu que seu castelo lhe fosse restituído.

Nem bem Raimundo Rogério encerrou seu discurso, Foulques levantou-se. Tomou a palavra. Acusou o conde de Foix de proteger e dar asilo a hereges e ter suas terras tão infestadas deles quanto às de Toulouse; autorizar a reconstrução e fortificação do castelo de Montségur para refúgio de infiéis; consentir que sua irmã se tornasse perfeita consolada pelo execrável Guilhabert de Castres, cerimônia que contara com a presença do conde e sua aprovação; permitir que ela abrisse casa para receber hereges e o próprio irmão que a frequentava sem constrangimento, apesar de se dizer bom católico. Apoiado em provas incontestáveis, Foulques rebateu lealdade e fidelidade de Raimundo Rogério à Igreja e aos católicos. Aproveitou o discurso para defender o chefe militar da cruzada, o estimado e ilustre senhor Simão de Montfort. Ressaltou sua descompromissada atuação na empreitada, que tinha como único objetivo o extermínio de infiéis e a desinfecção de terras carcomidas pela diabólica seita.

Raimundo Rogério de Foix defendeu-se. Apregoou não ser o proprietário do castelo de Montségur e de jamais ter dado consentimento para sua reconstrução. Explicou que Raimundo de Péreille, em 1204, reconstruíra o castelo às suas custas e para seu uso, prescindindo de seu consentimento ou

ajuda. Quanto à irmã, não podia ser acusado por suas faltas. Suas tendências religiosas não lhe diziam respeito e não tinha o direito de recriminá-la. Na Occitânia, aprendiam a respeitar a liberdade individual. Quanto a frequentar sua casa, desconhecia ordens divinas ou humanas que proibissem um irmão de visitar a própria irmã.

As discussões continuavam acirradas quando Inocêncio encerrou os trabalhos. Garantiu ao conde que suas reivindicações seriam averiguadas e, se sua defesa tivesse fundamentos, Raimundo, o Jovem, seria beneficiado; ele teria de volta seu castelo. Reis, imperadores, príncipes, barões, embaixadores, cônsules foram convidados a se retirar, mas a sala continuou lotada quando trancaram as portas. Os prelados ocuparam seus lugares, gesticulando, discutindo. Inocêncio aguardou que se sentassem, fizessem silêncio. Aos poucos, serenaram. Calaram-se. Um deles fez suas as palavras de todos. Acreditavam que se devolvessem as terras aos condes estariam assinando a própria sentença de morte. Retornar aos bispados sem a proteção dos cruzados era aceitar represálias de toda espécie, porque nenhum occitânico ignorava o apoio dado aos conquistadores, nenhum perdoaria a ajuda para identificar hereges e protetores de heresia. Inocêncio discordou. Não acreditava em vingança por parte dos meridionais. Priorizou a justiça. Entendia que já não podia punir Raimundo VI. O conde havia dado provas satisfatórias de ortodoxia e boa-fé. Reconciliara-se com a Igreja, fora absolvido. Confiscar-lhe terras, privá-lo do direito de transmiti-las ao único filho, obrigá-lo a entregá-las a outro era injusto, indigno. Simão de Montfort só devia apossar-se de bens de hereges confessos.

O bispo de Toulouse não concordou com Inocêncio. Afirmou que os condes de Toulouse, Foix e Comminges não eram bons católicos e protegiam hereges de todas as formas que podiam. Enganavam o papa e a Igreja. Foulques defendeu os direitos de Simão de Montfort. A Igreja se havia comprometido a confiscar as terras de hereges e defensores de heresia e dá-las aos conquistadores. Montfort havia varrido os hereges e seus cúmplices da Occitânia, fazia jus ao prêmio oferecido. Não podiam desapossá-lo do que lhe cabia por direito de conquista. Distinguir os bens dos hereges confessos dos que pertenciam em parte a católicos, em parte a absolvidos, em parte a viúvas e órfãos era nada deixar ao conde de Montfort. Era espoliá-lo. Ato injusto, indigno. O discurso de Foulques foi suficiente para que bispos e arcebispos se colocassem abertamente contra Inocêncio. De um lado e de outro do grande salão, ouviam-se reprovações. Pediam justiça, lealdade. Inocêncio havia declarado Raimundo VI inimigo da Igreja, havia aceitado sua excomunhão diversas vezes, havia proclamado a interdição de seus domínios outras tantas, havia concordado em desapossá-lo de seu patrimônio em favor do conquistador. Era uma aberração voltar atrás e

absolvê-lo, desmentindo atos justos e acusações comprovadas, negando as merecidas conquistas do chefe dos cruzados. Trezentas vozes reunidas clamaram a favor de Simão. Desnortearam Inocêncio. Desesperaram-no. O arquidiácono de Lyon pediu a palavra, quebrou a unanimidade dos que defendiam Simão e se colocavam contra os condes occitânicos. Exigiu imparcialidade. Acusou Foulques de semear intransigência, agressividade, indiferença a argumentos imbatíveis. Raimundo VI tomara a cruz, era indigno para a Igreja acusá-lo de inimigo da Fé e da Paz. Sobre o jovem Raimundo não pesava nenhuma acusação, era vergonhoso puni-lo em nome do pai absolvido. A opinião pública não aceitaria, sem revolta, ver um barão da linhagem raimundina ser espoliado de sua herança em benefício de um barão francês. O arquidiácono terminou sua defesa exortando Inocêncio a fazer uso de justiça e clemência.

Inocêncio aproveitou para afirmar que a Igreja abria os braços a pecadores arrependidos. Ainda que o conde Raimundo fosse culpado, ainda que tivesse agido contra Cristo e a Igreja, estava pronto a obedecer a decisões e a fazer aquilo que lhe fosse ordenado. O conde arrependido tinha direito à indulgência, e ele era obrigado a concedê-la. Não podia negar-lhe absolvição se a outorgava a criminosos que se arrependiam; não podia castigar o filho no lugar do pai. Simão não tinha direito de se apossar dos domínios do legítimo herdeiro, isento de culpas, distanciado de acusações. O discurso de Inocêncio não comoveu os religiosos. Para eles, o que contava era que Simão lutara contra a heresia e defendera a Igreja, conquistando o direito de se apossar das terras. Inocêncio tentou a última cartada. Acusou Simão de ter cometido excessos, de não ter feito distinção entre católicos e hereges, dando motivo a reclamações e lamentos. Era público que massacres e espoliações indevidas haviam atingido os meridionais, fossem cátaros, católicos, partidários de heresia ou contrários a ela. Se Raimundo VI não podia ser considerado bom católico, também não se podia atribuir boa conduta e obediência ao espírito da cruzada aos conquistadores. Inocêncio colocou no mesmo lote os chefes da cruzada, Raimundo e os outros senhores occitânicos. Todos haviam abusado de sua boa-fé; logo, não havia motivos para condenar uns e premiar outros, quando faltas cometeram ambas as partes. Clamou que Raimundo VI obtivesse a clemência da Igreja e, absolvido, se retirasse da vida política; que Raimundo, o Jovem, recebesse sua herança; que Simão se contentasse com conquistas que não espoliassem católicos, viúvas e órfãos. Assim estariam fazendo justiça a todos.

As palavras de Inocêncio demonstravam sem retoques a amargura sentida ao constatar que a obra de seu pontificado lhe escapava por entre os dedos, que a ganância e a ambição dos chefes que elegera não eram melhores que a conduta dos que desobedeciam à Igreja. Suas palavras tiveram outra função. Tocaram em

ferida aberta. As críticas lançadas contra os cruzados fizeram a assembleia entrar em ebulição. Foulques novamente tomou a palavra. Não podia permitir que calúnias fossem tomadas como verdades. Só havia uma verdade. Simão expulsara hereges e salteadores de terras infestadas de infiéis e nelas instalara franceses e normandos de fé inatacável. Seria injusto e despropositado retirar-lhe domínios tão duramente conquistados. Em nome dos religiosos ali reunidos, o bispo de Toulouse esclareceu que pouco importava o destino de Raimundo VI, assim como não estavam interessados no destino do jovem Raimundo. A terra era de Simão, e nada os faria mudar de opinião.

Inocêncio emudeceu. O arcebispo de York, representante do rei da Inglaterra, João Sem Terra, levantou-se. Aproveitou o silêncio incômodo que feria o ar para defender o direito de Raimundo, o Jovem, de preservar bens herdados da mãe. O contrato de casamento entre Raimundo VI e Joana, irmã do rei João, estipulava que, em caso de morte dos pais ou morte civil de Raimundo, arras da condessa e dote dado pelo irmão passariam diretamente a seu herdeiro. A herança materna, ao contrário da paterna, não podia ser confiscada. Inocêncio assegurou-lhe que todos os ângulos da questão seriam estudados no caso de Raimundo VI não obter ganho de causa. A concessão de terras conquistadas a Montfort não espoliaria Raimundo, o Jovem. Outro prelado inglês defendeu o jovem homem, lembrando ao papa que o rei havia feito apelo à clemência da Santa Sé em relação ao sobrinho. Inocêncio se esgueirava como podia. Garantia que o jovem Raimundo era corajoso, saberia como agir e, sendo leal e filho amoroso de Deus e da Igreja, acabaria por reaver, um dia, as terras dos ancestrais. Em separado, entretanto, confidenciou que pouco podia fazer pelo sobrinho do rei da Inglaterra, apesar de se ter empenhado em preservá-lo. Lutava sozinho contra prelados hostis à seu ponto de vista.

A sessão plenária de encerramento do IVº Concílio de Latrão aconteceu no fim de novembro. Pela manhã, uma missa solene iniciou os trabalhos do dia. Depois, promulgaram-se a Paz geral e a cruzada ao Oriente. O *Te Deum* foi cantado; a bênção papal, para fechamento oficial do Latrão IV, ouvida. A leitura de decretos disciplinares, de diversas decisões tomadas no correr das assembleias, feita. Quinze dias depois, urna bula divulgou a sentença oficial sobre a Cruzada Albigense. Raimundo VI, considerado incapaz de governar o país na Paz e na Fé, foi para sempre privado de seus direitos de propriedade; foi exilado, condenado a receber quatrocentas moedas por ano para sua manutenção enquanto se sujeitasse à humilde obediência. O país conquistado pelos cruzados, com exceção das terras dos católicos e as da Igreja, foi concedido a Simão de Montfort. Os sítios que não foram tomados pelos cruzados ficaram sob a guarda de pessoas capazes de defender os interesses da Igreja e da fé. Quando o jovem

Raimundo atingisse idade adequada, eles lhe seriam restituídos se demonstrasse merecê-los, dando provas de dignidade e ortodoxia. Quanto ao conde de Foix, um inquérito decidiria o que fosse justo. Enquanto isso, seu castelo ficaria com a Igreja.

Simão perdeu pouca coisa. Inocêncio tentou uma conciliação entre a justiça devida a Simão e a devida ao jovem Raimundo. No entanto, a parte de Raimundo era insignificante se comparada à de Simão. Quando muito, podia-se dizer que o Sumo Pontífice salvara uma terra e um título para o herdeiro raimundino. Sem contar que a sentença do Latrão acabava com a autonomia de fato do Languedoc. Humilhação imensa para os occitânicos. Raimundo VI não conseguia esconder a amargura despertada pela sentença. Legado, papa, Igreja, todos o haviam traído. Encerrado o concilio, o conde preparou-se para partir. Inocêncio tentou consolá-lo. Impossível. Não existe paz para injustiçados. Raimundo se via vítima de traição, de abuso de confiança. Submeteu-se à Igreja, que lhe assegurara clemência e perdão. Abdicara de tudo em favor do único filho, entregara-se confiante de que do poder espiritual poderia esperar justiça. Foi absolvido, mas, em lugar da misericórdia prometida, sofrerá degradação e humilhação. Lamentou não saber que, entregando Toulouse à Igreja, seria condenado à errância e mendicância; lamentou não perceber que abdicar em favor do único filho o iria privar de sua herança. Inocêncio estava tão humilhado quanto Raimundo. Havia dado corda a um mecanismo que ganhara vida própria e, muito tarde, descobrira que havia perdido totalmente o controle. Impossível deter a febre que tomara conta dos chefes da cruzada; mais impossível ainda conseguir que os prelados agissem com imparcialidade. De alguma forma, Simão os aliciara para que todos, sem exceção, intercedessem a seu favor.

Raimundo despediu-se de Inocêncio. O filho, deixou-o em Roma. Alguns dias depois, o conde de Foix obteve de Inocêncio a bula que o isentava de culpa. Para justificar a sentença favorável, o papa se apoiou em Pedro de Bénévent, que afirmou a boa-fé do conde ao não oferecer resistência e lhe entregar o castelo de Foix. Raimundo Rogério foi absolvido. Seu castelo seria devolvido logo que possível. Um parágrafo da bula advertia Simão de que não molestasse o conde nem guerreasse contra ele.

O encontro com o jovem Raimundo não foi ameno. Inocêncio envergonhava-se de ver seu pontificado maculado pela injustiça. O jovem não se conformava de, sendo o herdeiro legítimo de ricas terras, ser obrigado a mendigar pela sobrevivência; de, não sendo acusado de nada, aguardar que suas virtudes fossem verificadas e reconhecidas. O papa recebeu-o com carinho. Aconselhou-o a privilegiar a honra de Deus, observar seus mandamentos e os da Igreja, conduzir-se como bom cristão, dedicando-se a combater as heresias e a

manter a paz cívica; aconselhou-o a fundar seu governo sobre princípios morais: respeito a igrejas, a bens alheios, sabedoria e clemência, coragem e firmeza na defesa de seus direitos.

Raimundo não escondeu sua decepção. Sentia-se injustiçado, espoliado. Espantou-se com os conselhos de Inocêncio. Não tinha terras para governar, não tinha senhor a quem jurar fidelidade e homenagear, não tinha povo a quem prometer observar princípios morais. Não se sentia capaz de respeitar direitos alheios se acabava de ver os seus desrespeitados pelo poder temporal e pelo espiritual de forma tão infame, que, para sobreviver, ele, que teria tudo para tomar e dar, seria obrigado a pedir, condenado a receber o que decidissem que merecia. Inocêncio tentou consolá-lo. Afirmou que receberia terras, poderia viver honradamente. Impossível amenizar sua revolta. Simão de Montfort não ficava com restos. A parte que usurpava da casa raimundina era considerável. Restos: quem com eles ficava era o legítimo herdeiro. E era a divisão de seus domínios com um estranho que lhe parecia insuportável, humilhante. O jovem Raimundo deixou claro que não aceitaria migalhas. Ou tinha tudo, ou não tinha nada. À Deus pedia apenas a possibilidade de reaver suas terras, conquistá-las, porque não se dobraria ao julgamento e sentença a que tinha sido condenado pelos prelados. A Igreja exigia-lhe humildade, obediência e paciência, mas a dinastia raimundina, uma das mais ilustres linhagens do Ocidente, esperava que um filho seu respondesse com orgulho, impaciência e desafio a agravos que envolviam não somente bens temporais, mas também morais. Inocêncio tentou fazê-lo desistir da luta. Não teve êxito. Raimundo despediu-se do papa. Suas intenções ficaram claras. Não se conformaria com a injustiça e a má-fé demonstradas.

Guido de Montfort e os prelados voltaram ao Languedoc. Conhecedores da sentença, aconselharam Simão a formalizar juramentos aos cônsules e ao povo de Toulouse; garantir sua titulação, prestando homenagem a Filipe Augusto pelas terras concedidas.

Em março de 1216, os habitantes de Toulouse prestaram juramento de fidelidade a Simão de Montfort. O novo senhor do condado também jurou ao povo proteger as igrejas, os cidadãos e seus bens e agir como bom e leal senhor. Falsos juramentos prestaram vassalos e senhor. Nem tão fiéis ao novo senhor serão os toulousianos; nem tão bom e leal aos novos vassalos será Simão. A supressão do consulado de Toulouse, em abril, foi o primeiro grande golpe desferido contra os toulousianos. O consulado constituía um poder rival e perigoso para a autoridade de Simão, uma verdadeira ameaça, porque detinha o poder de justiça. Quanto ao poder judiciário, uma corte devotada a ele, terrivelmente seletiva, o assumiu. Durante a ocupação, a justiça foi expulsa do

país. A servidão governou Toulouse.

Ainda em abril, o rei da França recebeu Simão de braços abertos. Nada mais tinha a temer. O chefe da cruzada o colocava em seu devido lugar. Filipe Augusto investiu-o. Recebeu-o como fiel vassalo por feudos e terras conquistados a hereges e inimigos da Igreja.

A RECONQUISTA

Raimundo vi e o filho, exilados de Toulouse, ocupavam o castelo que dominava Marselha. A cidade, uma verdadeira república, era governada por um consulado. Totalmente voltada ao comércio. Completamente anticlerical. A população reservou-lhes bela e calorosa acolhida. Eles lá se encontravam desde fevereiro. Aguardavam o chamado de Avignon. Ele veio em maio. Os dois Raimundos partiram.

Crepusculejava quando pai e filho rasgaram o horizonte entardecido e morrediço. A cidade, atenta, ansiosa, espreitava desde cedo a costura do céu e da terra quando olhos experientes distinguiram, ao longe, as imprecisas silhuetas, a branca armada que avançava ondulante, prateando penumbras, nacarando o céu esmaecido, desbotado. As trompas retiniram, o som enrouquecido da fanfarra ribombou de uma torre a outra ao longo das muralhas. À medida que a terra ressoava forte sob as patas dos fogosos cavalos, que os perfis, anônimos ainda, se delineavam com maior nitidez, que os estandartes se retorciam ao compasso dos galopes, ao ritmo da aragem noturna, Avignon entrou em festa. À luz de tochas, milhares de homens, mulheres e crianças, rostos iluminados pela alegria, correram ao encontro da armada de Toulouse. A felicidade, manifestavam-na com lágrimas que lavavam desesperanças e angústias, com brados em uníssono:

- Viva Toulouse! À reconquista! À libertação! A liberdade!

Pomposa recepção receberam em Avignon. Diante das muralhas, os ilustres senhores se ajoelharam. Tapetes tecidos com folhagem cobriam as bordas do Ródano. No discurso proferido por um membro de ilustre e nobre família, Avignon entregava-se ao comando dos dois homens. Cada habitante oferecia seus bens e sua vida aos condes; depositava nas mãos dos dois Raimundos as chaves da cidade. Depois das promessas de fidelidade e lealdade, ouviram-se

palavras de incentivo:

- Guerreariam até que libertassem Toulouse e a devolvessem ao legítimo herdeiro. Recuperariam a Provença e seus direitos senhoriais.

Avignon foi o ponto de partida da reconquista, o símbolo da resistência. Os avinhonenses não tencionavam libertar somente as terras provençais que a Igreja abocanhara no Concilio de Latrão. Tudo o que havia sido conquistado, durante os últimos sete anos, pretendiam devolver aos legítimos donos. A reconquista era uma questão de honra para a nobreza, para os que perceberam que invasão, destruição, desapossamento de barões occitânicos tinham motivações outras que as puramente espirituais; era uma questão de patriotismo, porque atingira modo de vida e pensamento, valores e costumes próprios à região que se fez diferente, independente, e, acreditava, tinha todo o direito de assim continuar. O triunfo da cruzada humilhou até populações que não foram atingidas, como a Provença católica, que se rebelou, rotulando de injusto o destino reservado aos Raimundos. O fracasso do outrora conde de Toulouse, vencido por um senhor francês, deposto pela Santa Sé, unificou ainda mais os occitânicos, e Raimundo VI recebeu em Avignon uma acolhida que, no auge de seu poder, jamais conhecera. O povo lotava as ruas. O júbilo era tanto, que os encarregados de manter a ordem foram obrigados a usar bastões e varas para conter a multidão, para cavar passagem para o cortejo dos condes. Após devoções na catedral, ofereceram aos Raimundos suntuosa refeição. Ao som de instrumentos e vozes, animados por danças e jograis, numerosos convivas saciaram fome e sede. Depois, os avinhonenses prestaram juramento a Raimundo VI em troca das promessas habituais de respeitar e confirmar liberdades urbanas. A guerra contra os cruzados estava declarada; a aliança entre occitânicos, firmada por condes e partidários.

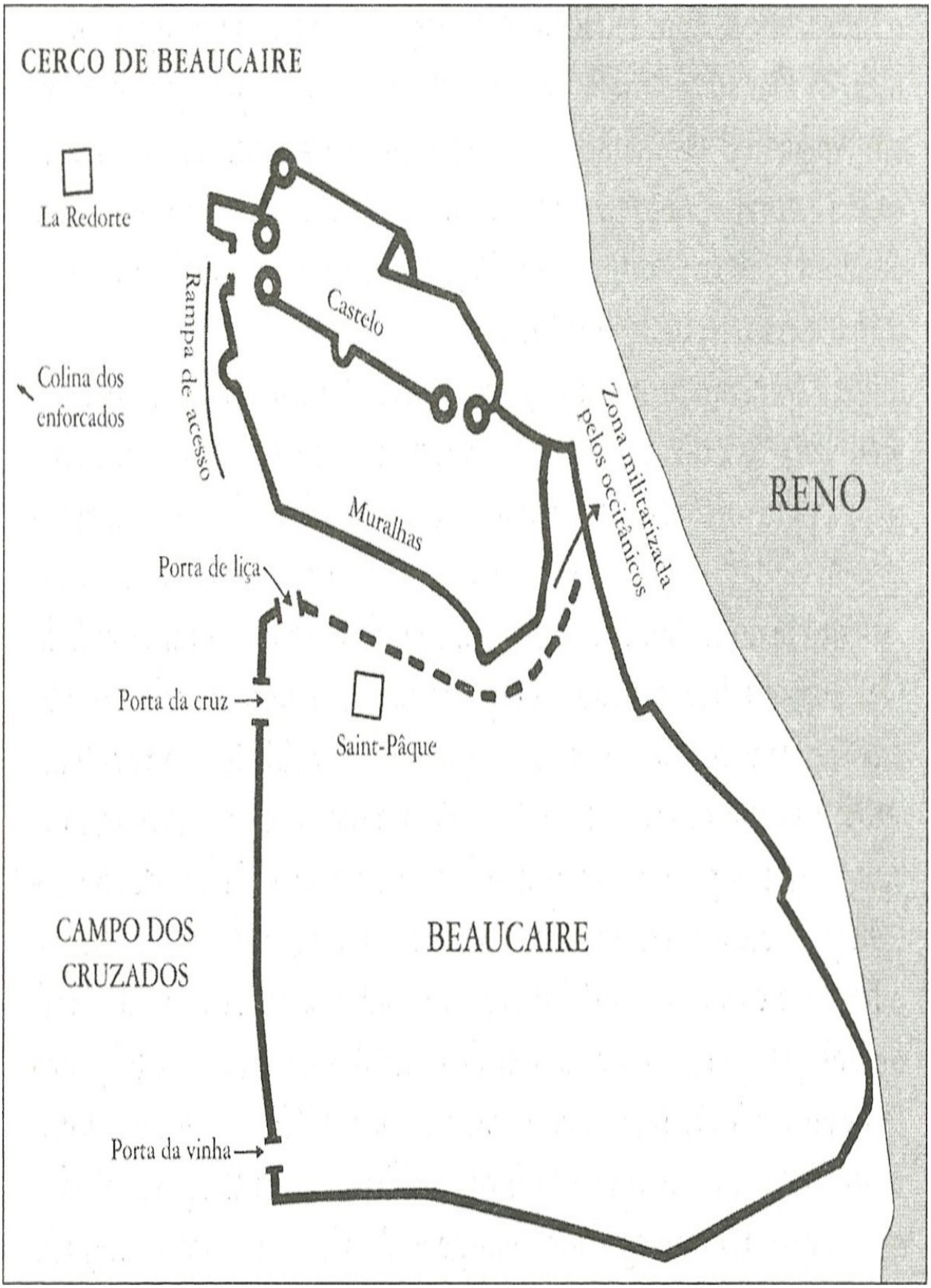
O levante começou a ser preparado. Raimundo, o Jovem, enviou carta aos cônsules de Agen para que reunissem a armada. Pai e filho convocaram cidades e fortalezas a lutar pela causa occitânica. Muitas aderiram. Raimundo VI tentou também arranjar ajuda em Aragão. O momento, no entanto, não era adequado. A coroa estava em crise, desde a morte de Pedro II, com problemas de sucessão. O jovem Raimundo reuniu o conselho. Chegara a hora de tomar decisões, de agir. Simão estava na França; Guido, em Toulouse. Momento propício para atacar. Escolheram Beaucaire, cidade vital para os cruzados, porque funcionava como quartel-general para a parte ocidental do país conquistado. Decidiram bloquear o castelo onde os franceses mantinham guarnição.

Beaucaire cresceu à direita do Ródano. Ao sul, os declives de fácil acesso eram compensados ao norte por abruptas escarpas que escorriam pela montanha e desaguavam no rio. Entre castelo e cidade, baixas muralhas precediam o fosso.

O castelo elevado amparava-se sobre um terraço que ia até as escarpas. Uma fortificação externa protegia entrada principal e rampa de acesso. Raimundo, o Jovem, à frente da imponente armada, chegou a Beaucaire. Diante de uma das portas da cidade, parou. Cidadãos ilustres, em simbólico gesto, em clássica cerimônia de acolhimento, alívio estampado nos rostos, trouxeram-lhe as chaves da cidade. Os aliados entraram sob a aclamação do povo. Avinhonenses e tarasconenses, [32] que desembarcaram nas bordas do Ródano, ou se alojaram junto aos habitantes da cidade, ou armaram tendas e pavilhões na liça, terreno que se estendia entre os muros do castelo e a cidade. Raimundo VI e seus vassalos ocuparam um convento localizado aos pés das muralhas do castelo. Em pouco tempo, Beaucaire transformou-se em campo militar. O chefe da guarnição francesa que ocupava o castelo viu o movimento. Não podia impedi-lo. Tinha poucos homens. Quando a armada occitânica se acomodou, ele, aproveitando a confusão, juntou os soldados, irrompeu na cidade. O tumulto, que já era grande, intensificou-se à vista da armada inimiga. Os provençais tocaram trompas, gritaram para alertar defensores e habitantes. De um lado ao outro, ouviam-se os gritos:

— Por Toulouse! Ao combate!

A guerrilha de rua começou. Brutal. Os projéteis eram lançados pelas janelas, de cima de muros e telhados. Os cruzados, em número bem inferior, transformaram-se em alvo fácil para os que se haviam encarapitado nas alturas. Ferozmente atingidos, minguando a cada segundo transcorrido, debandaram. Encastelaram-se. O sucesso occitânico, no entanto, não garantia que os cruzados desistiriam de tentar uma nova surtida. Precisavam evitá-la.


CERCO DE BEAUCAIRE
La Redorte
Colina dos enforcados
Rampa de acesso
Castelo
Muralhas
Zona militarizada pelos occitânicos
RENO
Porta de liça
Porta da cruz
Saint-Pâque
CAMPO DOS CRUZADOS
BEAUCAIRE
Porta da vinha

Reuniram-se em conselho. Resolveram tomar a fortificação externa, de onde podiam observar a porta principal do castelo, o que lhes daria grande vantagem estratégica sobre os inimigos. Traçaram planos. Minuciosos. Atacaram. Muros e portas cederam, apesar de os cruzados terem lutado vigorosamente para defendê-los. A luta foi violenta, embora equilibrada pela bravura dos homens dos dois exércitos. Os provençais reagiram, incendiaram o forte. O fogo sufocou os inimigos, obrigou-os a fugir antes que queimassem vivos. A fortificação tombou em meio ao pânico dos que tentavam escapar alcançando os andares superiores, ou daqueles que tentavam abandonar o topo, descer até os patamares mais baixos. Ninguém conseguiu driblar as azuladas línguas do faminto fogo.

A queda da fortificação levou os occitânicos a sonhar com cerco e tomada do castelo. Recuaram, entretanto, em nome da prudência. Não podiam subestimar a coragem e a capacidade do chefe da guarnição. Nada lhes garantia que não tentasse um contra-ataque. Mais sensato que uma luta imediata e apressada era transformar a cidade em campo entrincheirado. Prepararam o ataque ao castelo. Ergueram enorme muro ao longo da orla norte da cidade. Construíram ameias para arremesso de pedras. Cavaleiros, senhoras, jovens, ninguém foi poupado da mão de obra. No interior da cidade, outras equipes transformavam o convento em verdadeira fortaleza. Engenheiros e carpinteiros debruçaram-se sobre a construção de catapultas, gatas, aríetes com cabeça de ferro. Bloquearam o castelo com muralhas. Criaram guaritas para os soldados. Controlaram a porta principal da fortaleza. Com flotilhas dispostas ao longo do Ródano, impediram a fuga pelas margens do rio, cortaram a chegada de reforços. Com a demolição da escada que levava ao castelo, impossibilitaram os franceses de sair em busca de água.

Enquanto os occitânicos preparavam o ataque, Simão e Guido voavam em socorro dos companheiros. Guido soube do cerco em finais de maio. Reuniu cavaleiros, mandou mensagens convocando outros. Não foi difícil para os cruzados empilhar armas e bagagens, partir. Eram rápidos. Além disso, Guido, havia pelo menos três meses, tomara conhecimento de que Raimundo arranjava aliados em todo o marquesado e tramava atacar. Teve tempo de distribuir tropas, preparar-se para a guerra. Aguardava, apenas, que se divulgasse a cidade cercada. No início de junho, Guido e seus homens chegaram a Beaucaire. Acamparam em posição de combate, prontos para aproveitar a primeira surtida tentada pelos occitânicos. O dia transcorreu sem novidades. Nenhum defensor fez o movimento esperado. À noite, os cruzados, temendo um ataque, deixaram o acampamento. Dormiram nos arredores. Simão chegou com cento e vinte

cavaleiros que contratara a peso de ouro. No dia seguinte, as tropas de Guido e as de Simão acamparam juntas ao longo das muralhas da cidade.

O combate estava programado. Para os occitânicos, um fracasso desarticularia a rebelião e, caso Raimundo, o Jovem, fosse capturado e Beaucaire retomada, extinguiria para sempre os sonhos de libertação. Os meridionais conheciam riscos e dificuldades, mas alimentavam-se com esperança e confiança. Estavam em melhor posição; tinham total controle do rio; possuíam armas e engenhocas poderosas; mantinham livre acesso a víveres e reforços; contavam com a conivência das cidades dos arredores. Uma verdade indiscutível animava-os. Lutavam por causa justa, legítima aos olhos de Deus. Defendiam a dinastia raimundina, aquela que, para além dos juramentos de vassalagem, encarnava o contrato primordial entre o homem e sua terra. Acreditavam que Deus não deixaria que direitos adquiridos fossem pisoteados, desprezados por invasores, usurpadores que se haviam aproveitado, em benefício próprio, da santa guerra. A justiça divina sabia reconhecer direitos e proteger legítimos herdeiros, restituindo-lhes as terras que amavam fielmente. Os cruzados, ao contrário, ilhados, inferiores em número, submersos em hostilidades, não contavam com a ajuda das cidades vizinhas, e até os poucos centros favoráveis a eles encontravam dificuldades para vencer interceptadores e abastecê-los com suprimentos ou homens. Era hora de reaver o que lhes havia sido roubado. A justiça prevaleceria sobre a falsidade dos que se escudavam na divina missão.

Não pensava da mesma forma Simão de Montfort. Para o chefe da cruzada, era sua a divina missão de extirpar do universo os traidores da verdadeira fé; eram suas as terras conquistadas, já que tudo fazia conforme atos, palavras e ordens da Igreja. Assim convencido, ordenou que cortassem árvores de jardins, pomares e olivais a fim de que pudessem armar tendas e pavilhões em frente às muralhas de Beaucaire. Precisavam tomar a cidade, alcançar o castelo, libertar o chefe da guarnição e seus companheiros. Nem todos comungavam de suas certezas. Não se sentiam tão bem preparados quanto os occitânicos, advogavam a troca da guarnição aprisionada no castelo pela Provença. Simão não aceitou. Julgou indigno intimidar-se diante de dificuldades corriqueiras em meio a combates. Estavam em minoria diante do inimigo, mas também eram inferiores em número na guerra de Muret e a haviam vencido.

A noite transcorreu sem incidentes. Ao amanhecer, a armada de Raimundo saiu da cidade. Posicionou-se para batalha. Simão, de prontidão, imediatamente ordenou que a cavalaria atacasse. O choque entre as armadas foi violento. Os occitânicos, no entanto, não tombaram, enfrentaram o inimigo, fizeram-no recuar, retornar, abandonar a luta. Numerosos corpos, de ambos os exércitos, sara- pintaram a terra de sangue. Simão praguejava, inconformado com o

fracasso; os cavaleiros, desanimados, estamparam o desencoraja- mento nos rostos. Depois da primeira investida, Simão empreendeu outras, mas cada vez que atacava se defrontava com mais mortes que lamentar, menos cavaleiros para enfrentar os adversários. Os constantes fracassos, o medo de um ataque surpresa, principalmente à noite, fizeram Simão obrigar um terço de seus homens a montar guarda, a dormir equipado.

Dia a dia a situação piorava. Montfort lutava com falta de provisões e de homens, com hostilidade por parte dos habitantes das vizinhanças, com rio bloqueado pelas flotilhas. Não havia como pensar em ataque generalizado, porque precisaria de máquinas específicas e não tinha homens para construí-las. Cavalaria e infantaria estavam defasadas. Enquanto Simão se encontrava manietado, do lado occitânico nada faltava. Os aliados podiam manter o cerco indefinidamente. Junho acabou sem que os cruzados conseguissem nenhuma vantagem sobre os oponentes. Os provençais, pouco a pouco, investiam contra o castelo. As catapultas destruíram torreão e vigia; o aríete atacou o muro da fortaleza, que cedeu. Dia e noite, Simão manteve os homens prontos para combate. Já que não podia atacar, o jeito era esperar as surtidas da cavalaria occitânica e se defender. Os meridionais não lhe propiciavam a única possibilidade de luta que poderia sustentar. Do lado de dentro das muralhas, regozijavam-se com o desespero de Montfort, com o cativeiro forçado dos franceses. A cada notícia de desastre dos cruzados, a região comemorava. O Languedoc aterrorizado, vencido durante os últimos sete anos, viu em Raimundo, o Jovem, o chefe de guerra de que precisava para clamar por justiça.

Em Roma, após dezoito anos de pontificado, Inocêncio morreu sem que visse extirpada a heresia que carcomia a Occitânia; sem que conseguisse deter a avidez dos que elegera para assegurar Paz e justiça; sem que pudesse reverter injustiças e traições cometidas contra a Casa de Toulouse. Honório III ascendeu.

Em agosto, a situação dos cruzados em Beaucaire era desesperadora. O chefe da guarnição, à beira da histeria, enviou mensagem a Montfort. A comida acabara. Alimentavam-se com carne de cavalo, mas até ela estava ameaçada de faltar em virtude do calor, que tudo apodrecia. Implorava a Simão providências em nome de fidelidade e devoção mostradas na luta pela causa da Igreja. Apesar dos que insistiam em acordo, Simão, exasperado, resolveu surpreendê-los. Atacar. Os espiões de Beaucaire perceberam a manobra, deram o alarme. Mil e quinhentos homens interceptaram a entrada dos invasores, bloquearam o ataque. De todos os lados, voavam flechas, machados, lanças. Os cruzados fugiram. Foram perseguidos através de prados e campos. As baixas foram imensas. Os aliados retornaram a Beaucaire. Refizeram buracos abertos em muralhas e portas. Reforçaram torres de defesa. Construíram barragens, tornando

impraticável qualquer passagem, ainda que as portas fossem derrubadas. Montfort não se conformou, programou outra investida. E mais outra. O fracasso tornou-se fiel companheiro. Estava na hora de mudar de tática. Os occitânicos estavam certos de investidas constantes e, para elas, ficavam preparados. Simão resolveu não atacar durante algum tempo. A monotonia do cerco acabaria amortecendo a vigilância dos adversários. Com o passar dos dias, pensariam que, amedrontados pelas sucessivas derrotas, os cruzados conservavam o cerco com o único objetivo de mantê-los aprisionados. Quando já não acreditassem em ataque, prepariam uma emboscada na hora da sesta. Muitos estariam descansando e nem perceberiam o movimento.

O plano foi posto em execução. Funcionou exatamente como previsto. A única falha dos cruzados foi acreditar que os defensores de Beaucaire afrouxariam a vigilância. Assim que perceberam o movimento entre os invasores, os occitânicos abateram os que entravam por uma das portas, e, antes que a outra fosse transposta, ameias de muralhas e torres cobriram-se de arqueiros, besteiros que lançavam pedras, tições inflamados, caldeirões com água fervente... Total carnificina. Simão não teve como negar a tragédia. Do lado de fora do castelo, homens e mais homens, que antes engrossavam as fileiras cristãs, empilhavam-se inertes, inúteis; do lado de dentro, a guarnição francesa pedia socorro, água e comida faltavam havia três semanas; das bandas de Toulouse chegavam notícias alarmantes. Restou-lhe desistir do cerco. Mandou mensagem ao jovem Raimundo. Prometeu ir embora se a guarnição aprisionada no castelo lhe fosse entregue. Raimundo aceitou. Apesar de alguns optarem pela negativa, a maioria estava convencida de que a sorte havia mudado de campo. Eram franceses, agora, os que corriam perigo.

Os cruzados desarmaram tendas e pavilhões. Dobraram bagagens. Acomodaram-nas em carroças. Chefiados por Simão, tomaram a estrada para Nímes. A permanência em Nímes não foi das mais longas. Tão logo Simão chegou, soube que os toulousianos, em solene cerimônia, se haviam unido em juramento contra a cruzada, contra ele. Simão abandonou a cidade, ordenou que vassalos e guarnições fossem para Toulouse. Em setembro, os cruzados acamparam em torno da cidade condal. Aguardavam que o chefe da cruzada chegasse e lhes dissesse o que fazer. Alguns cidadãos ilustres foram ao encontro de Montfort. Irônicos, indagaram o motivo do cerco. Afirmaram que a cidade se havia submetido à causa da Igreja e estava pronta a obedecer a ele respeitosamente e sem restrições. Nada deixava Simão mais irritado que o sarcasmo. Reuniu os parlamentares que o haviam recepcionado, aprisionou-os no calabouço do castelo Narbonnense. Exigiu resgate substancial para libertá-los. Precisava de verbas para novo cerco a Beaucaire. Não foi apoiado pelo

irmão nem pelos feudatários franceses, que temiam que medidas tão duras exacerbassem a ira dos habitantes. Simão não lhes deu ouvidos. Rancores e pragas não o intimidavam. Não aceitava infidelidade e desobediência.

Enquanto Simão e os cruzados discutiam, os toulousianos aguardavam o retorno dos parlamentares. A expectativa crescia com a demora de notícias, quando Foulques apareceu, percorreu a cidade, distribuiu sorrisos e palavras de conforto. A chegada do bispo, pregando calma, confiança, abandono, descontraiu a população, mas rumores sobre o aprisionamento dos cidadãos começaram a circular. O povo, surpreso com a notícia, viu tropas de batedores da armada irromper pela cidade. Os cruzados entraram nas casas, molestaram os habitantes, instalaram-se como se estivessem em seus lares, sangraram cofres, apoderaram-se do que encontraram. Diante de pilhagem e ocupação, cavaleiros, soldados, homens do povo revoltaram-se, armaram-se com o que encontraram. Os que não conseguiram balestras, espadas ou lanças usaram machados, foices, facas, pilões. Pelas ruas, ergueram barricadas. Guido de Montfort conduzia a cavalaria que penetrou em Toulouse. Tábuas, pedras, vigas, traves lançadas de telhados e janelas fizeram os franceses recuar. Simão, encolerizado, gritava, praguejava, incentivava:

- Incendeiem tudo! Destruam Toulouse!

O bairro judeu foi o primeiro a arder. O fogo alastrou-se, desnorteando os que tentavam detê-lo. Do outro lado da cidade, os toulousianos, aproveitando a confusão, capturaram cruzados que pilhavam casas. Simão tentou socorrê-los, mas os toulousianos lhe reservaram tal acolhida, que foi impossível chegar ao burgo. Anoitecia. Simão abandonou luta e armada. Refugiou-se no castelo Narbonnense. A guarnição francesa assegurava a defesa. Os reféns pagaram pelo fracasso do senhor, e pouco faltou para que fossem executados. Foulques também se abrigou no castelo. Passou a noite enviando mensagens ao povo. Pedia-lhes que fizessem um acordo com Montfort, que jurassem a Paz.

Os toulousianos sabiam que não era prudente sustentar o cerco. As muralhas da cidade tinham sido postas abaixo, o povo não estava preparado para combate. Aceitaram a sugestão de Foulques. O bispo convocou o abade de Saint-Sernin para negociar com os parlamentares. Afirmou que havia conseguido que Simão reconsiderasse a punição. O conde ofereceu imunidade para os habitantes e para seus bens, móveis e imóveis, desde que se submetessem sem condições; comprometeu-se a conceder salvo-conduto para a partida dos que não quisessem tê-lo como senhor. Os toulousianos desconfiaram de tanta generosidade, mas Foulques garantiu que era a própria Igreja que assegurava a palavra de Montfort. Confiaram. Estipulados os termos do acordo, acertadas as promessas, o povo se aglomerou para ouvir o que lhe era oferecido. O bispo repetiu o que anunciara o

abade em espaço restrito, em conversa privada. Enfatizou a necessidade de submissão, privilegiou perdão e liberdade de exílio. Alguns hesitaram. Confabularam. Enfim, concordaram. Os parlamentares acompanharam Foulques e Guido de Montfort ao castelo Narbonnense. Simão os esperava. O bispo apresentou-os ao conde. Entregou-lhe os novos reféns junto com uma lista com os nomes dos que deviam ser caçados na cidade. Os cônsules aprisionados foram obrigados a redigir ordem de soltura para franceses capturados. Enquanto outros cativos eram trazidos ao castelo, soldados, munidos de chibata, invadiam as casas de nobres e burgueses ricos. Apossavam-se de tudo. Levavam-nos presos. Simão estava excitado com a eficiência da ação e amadurecia vinganças. Guido condenou os métodos do irmão. A cidade havia se submetido, puni-la era contrário ao direito, aos costumes e até à honra. Simão e os outros barões foram partidários de extremo rigor, vingança pura e crua. Argumentaram que as chances de domínio repousavam somente sobre a derrota total, o aniquilamento, sem condescendência, do inimigo. Um deles esclareceu:

— Matamos tanta gente! Não há chance de os sobreviventes esquecerem. Clemência nada significará diante do fato, sem réplicas: eles jamais nos perdoarão. Impossível nos ampararmos em demonstrações de humanidade que todos sabem enganosas. Começamos assim, só nos resta agir da mesma forma até o fim.

Guido perdeu a batalha verbal.

Os saques continuaram. O castelo Narbonnense abrigava mais de quatrocentos reféns, deixados ao relento, à chuva e ao vento da madrugada. Passados três dias desde a chegada de Simão, a população tomou conhecimento de que os acordos estabelecidos entre franceses e toulousianos, bem como as garantias dadas pela Igreja, já não vigoravam. Benevolência e clemência anunciadas ficavam revogadas. Toulouse devia render-se à discrição dos cruzados; seus habitantes, à sentença escolhida pelos chefes da cruzada. Pouco depois da proclamação oficial de Simão, os soldados confiscaram equipamentos e armas. Prepararam-se para reiniciar os saques. Logo desistiram. Perderiam tempo precioso caso assim agissem. Muito mais cômodo que uma embaixada à casa dos eleitos era ordenar aos escolhidos o abandono da cidade. Aprovada a medida, o nome dos que deveriam apresentar-se foi listado. Eram cavaleiros, damas, homens importantes pertencentes à nobreza e burguesia, à elite da sociedade, seguida de cátaros e judeus. Agrupados de qualquer jeito, dejetos humanos varridos da cidade, acorrentados uns aos outros, foram levados por soldados, sob insultos e golpes, aos diversos castelos ocupados pelas guarnições francesas. Deportados. Desterrados. Os que morreram pelo caminho, parentes e companheiros os arrastaram. Sepultaram.

Das redondezas, Simão convocou homens disponíveis. Chegavam com pás, enxadas, picaretas, forcados, cunhas. Uma nuvem de poeira embrumou a cidade. Sufocou-a. Soterrou-a com os restos da destruição de muralhas e defesas; de paredes de casas particulares, de nobres e burgueses; de lojas e oficinas, de cátaros e judeus, de tudo o que estava fortificado com torres e ameias. Um novo conselho decidiu, amparado nas vingativas sugestões de Foulques, baixar duas novas ordens sobre a cidade: multa de trinta mil marcos [33] e pilhagem para castigar o povo. Aos que não pagassem imediatamente, garantias deviam ser exigidas, suas casas, marcadas. Simão aprovou as últimas medidas. Tudo era válido para humilhar a cidade, dominá-la, empobrecê-la. Única certeza de tê-la a seus pés.

Se uma ambição desmedida empurrava Simão, Foulques deslocava-se impulsionado pela vingança. Antigo trovador marselhês, monge e abade, após a morte de seu mecenas, o bispo foi, desde sua nomeação para a Sé Episcopal toulousiana, um terrível adversário dos cátaros e de seus protetores, o que lhe valera a expulsão da cidade. Era isto o que não perdoava aos toulousianos. O incidente mostrou-lhe quanto dependia das armas, da extirpação da heresia, do esmagamento do sistema que a tolerava para conservar seu cargo. Não podia condescender. Não podia ser generoso. A importância do cargo, o fervor com que se entregava à ação pastoral não valorizavam sua imagem aos olhos dos occitânicos:

"Foulques", divulgou a*Canção da Cruzada*, "mais fácil vê-lo como Anticristo que como mensageiro de Roma."

Simão supervisionava a destruição das fortificações, comprazendo-se em extorquir dinheiro da população. Os parentes dos exilados de Toulouse foram obrigados a pagar taxas. Os que se recusaram sofreram tortura, tiveram o patrimônio espoliado. Toulouse gemia sob a tirania de destruições, deportações, constrangimentos, impostos exorbitantes. Simão preparava-se para reconquistar a Provença. Ao mesmo tempo, tentava evitar que a Santa Sé restituísse ao conde de Foix sua fortaleza. Honório III, em bula expedida em novembro do ano anterior, ordenou que o castelo fosse entregue ao conde. No mesmo documento, lembrou a Simão que o conde de Foix havia sido absolvido por Inocêncio III e a Igreja fazia questão de cumprir suas promessas. Simão não tinha tempo a perder. Concentrou-se em fazer com que Raimundo Rogério quebrasse a Paz jurada à Igreja e ficasse impedido de reaver o poderoso e bem situado castelo. As negociações entre Igreja e conde estavam em curso quando Simão tramou uma maneira de impedi-las. Raimundo Rogério, privado da fortaleza havia três anos,

construíra outra para instalar cavaleiros, soldados e acolher os insubmissos dos principados vizinhos. Simão proclamou que o conde quebrara a Paz ao manter perturbadores da fé e inimigos da Igreja sob seu comando e dependência. Para deter o perigo que tal gente representava, anunciou que só lhe restava, como alternativa, cercar a cidade.

No inverno de 1217, sob vento, chuva e neve, os cruzados cercaram a cidade. Raimundo Rogério, em Perpignan, cobrou do papa a restituição do castelo e a ordem para que o cerco fosse levantado. Mostrou que os habitantes não haviam combatido os cruzados. Montfort foi intimado a cessar as hostilidades. Mais uma vez perdia. Não se conformou com a constatação. Recusou-se à obediência.

Resolveu enfrentar a Igreja e manter o cerco. Rogério Bernardo, filho do conde de Foix, estava na cidade vendo, dia a dia, a situação piorar. Faltava água, e o bloqueio não permitia aos cercados consegui-la. Em meados de fevereiro, Raimundo Rogério de Foix jurou Paz e Fé, em seu nome e no do filho. Pagou as despesas ao abade. Quitou as dívidas com a Igreja, mas o cerco continuou até a rendição de Rogério Bernardo. Em março, a fortaleza foi ocupada pela guarnição de cruzados. Os comissários do papa enviaram à Santa Sé carta em que acusavam Simão de criar dificuldades para o cumprimento das ordens papais, de romper a Paz, tomar o castelo condal, tratá-los com desprezo. Nenhuma acusação abalou Montfort. Ganhara o combate e agora ocupava dois pontos estratégicos. Podia partir para a Provença.

Na Provença, a rebelião já somava doze meses. Numerosos vassalos de Raimundo VI e dos consulados urbanos deploravam a destituição e desapossamento do legítimo senhor. A Provença era católica, em suas cidades não se aninhavam heresias ou hereges, mas ela não aprovava a decisão da Santa Sé nem os métodos usados pelos cruzados. Outros sítios se foram voltando a favor de Raimundo. O clima era hostil aos cruzados e à Igreja. Saint-Gilles passou ao campo adversário, arrastou várias outras localidades da diocese, desvinculou-se de Deus e da Igreja, submeteu-se a Raimundo e enfraqueceu a já precária situação de Simão. O papa foi informado da rebeldia. Reagiu. Enviou novo legado, que se aliou a Simão e aos cruzados para frear o levante na Provença. O religioso sugeriu ao conde que atravessasse o Ródano, continuasse com operações pacificadoras. O conselho rendeu frutos: mais cidades e fortalezas tomadas, mais guarnições francesas instaladas nelas, mais mortes e devastações. Provou aos occitânicos que a armada acabaria com tudo o que lhe demonstrasse oposição. As amostras de força e poder intimidaram os habitantes, deram certa vantagem a Simão.

Em Toulouse, a expectativa era imensa. Desde a primavera de 1216, quando a Provença se reergueu, a reconquista começou a ser preparada. O partido organizou-se às escondidas, a resistência mobilizou a população. Longe de reduzir a cidade a seus pés, as medidas coercitivas exasperaram os toulousianos, pisotearam orgulho, honra, amor-próprio e valores que se haviam acostumado a privilegiar. Alguns colaboravam com os franceses, mas a grande massa colocou-se contra a cruzada e tramou o retorno dos Raimundos. O afastamento de Montfort para a Provença facilitou o levante. Enquanto Simão atravessava o Ródano, os toulousianos prepararam a libertação de Toulouse. Depois, enviaram mensagem a Raimundo VI. A cidade estava pronta para recebê-lo. Bastava avisar o dia da chegada; planejar a entrada a fim de driblar a vigilância dos olheiros e evitar a reação dos cruzados. Com emoção estampada nos rostos, aguardavam, depois de dois anos de exílio, a chegada de Raimundo VI à frente de grandiosa armada. Os toulousianos sonhavam em reinvestir os cônsules, assegurar-lhes o poder judiciário. A tomada de Toulouse era vital para os occitânicos. Toulouse, como Avignon para a Provença, serviria de base para a reconquista do Languedoc e do patrimônio usurpado.

Durante a reclusão, pai e filho unificaram a parte oriental de seus domínios. Raimundo, o Jovem, fixou resistência em Beaucaire; o sexto Raimundo buscou socorro na Espanha. Os condes se uniram, convocaram tropas, conseguiram a adesão dos excluídos pela cruzada.

Raimundo VI e os aliados também estavam prontos. Escolheram a rota plana e retilínea, mais favorável ao deslocamento da grandiosa tropa. Os senhores de Foix e Comminges comandavam a vanguarda. Atravessaram o Garona a fim de abordar a cidade pela margem esquerda, porque o castelo ficava à direita do rio. Perto de Toulouse, receberam instruções de como entrar na cidade. O plano, traçado com minúcia de detalhes, não impediu que enfrentassem problemas pelo caminho. Cavaleiros de Montfort, encarregados de guardar Comminges, foram informados do movimento dos aliados. Tentaram interceptá-los. A vanguarda pôs os agressores fora de combate.

Toulouse estava a poucas léguas quando Raimundo enviou um mensageiro à cidade, sinalizando a posição alcançada. O conde aproximava-se cauteloso, sabia que estaria perdido se o inimigo percebesse a chegada da armada. O elemento surpresa era essencial para a vitória. Toulouse ansiava pela volta de seu conde, e até a própria natureza resolveu colaborar. Um espesso e denso nevoeiro emanou do Garona, abocanhou os homens, fazendo com que os franceses perdessem a possibilidade de percebê-los. Acamparam. Cônsules vieram ao encontro de Raimundo VI. Revelaram o plano. Não podiam cruzar as pontes. Seriam vistos. Soaria o alarme. Os franceses cortariam a passagem. Precisavam

de muita audácia, porque o melhor caminho era atravessar o lamaçal. Em setembro, as águas do Garona são baixas e se reduzem ainda mais na margem esquerda. Também ali o nevoeiro é menos espesso, permitindo desviar-se de obstáculos. Raimundo VI entrou em Toulouse pelo burgo Saint- Sernin, do lado oposto ao castelo Narbonnense. Lágrimas grossas, quentes, rolaram-lhe pelas faces quando percebeu a cidade que, majestosa, se desvestia à sua frente. Também a emoção invadiu os habitantes quando identificaram, no céu acinzentado, os esvoaçantes estandartes vermelhos feridos pela cruz rodeada pelas doze bolas da linhagem raimundina, as armaduras ornadas com pala de rubro ouro da Casa de Foix. Da mudez da emoção, Toulouse explodiu de alegria. O conde foi recebido como libertador, e da alegria nasceu a coragem, da coragem cresceu a sede de vingança, do desejo de vingança explodiu a força para insurreição e libertação. O alvo por atingir? Franceses e colaboradores, traidores de ideais, justiça e verdade.

O povo improvisou armas. Bastões, pedras, lanças, dardos, facões, tudo servia para investir contra os adversários. Franceses e toulousianos traidores foram surpreendidos pela invasão, pela audácia do povo. Procuraram abrigo em castelo, bispado, claustro, mosteiro... Nem todos conseguiram proteção. O massacre foi terrível. No castelo, a surpresa tomou assento. A condessa de Montfort convocou cavaleiros. Ordenou-lhes avisar seu marido, enviar homens em busca de Guido e dos cruzados que estavam em Carcassonne. Ela gritava, pedia, implorava que agissem rápido. Temia que as saídas do castelo fossem bloqueadas, e, cercados, eles não pudessem partir em busca de socorro. Não exagerava. Das janelas, já se via a multidão rodear a fortaleza, soldados ocupados com paliçada, erguendo muros e barricadas. Os toulousianos pretendiam isolar o castelo como os provençais haviam feito em Beaucaire. Os franceses precisavam evitar o cerco. Simão estava longe; Guido precisaria de dias para ser alertado, reunir as tropas, vir em auxílio dos cruzados. Dois mensageiros escaparam por uma porta ainda não ocupada, mas alguns cavaleiros que tentaram sair do castelo amedrontaram-se com o que viram do lado de fora. Recuaram. Abrigaram-se dentro dos muros. Somente reforços poderiam salvá-los.

Os toulousianos prepararam-se durante meses para a retomada. Sabiam o que fazer. Sabiam que qualquer hesitação poria tudo a perder. Precisavam restaurar o legítimo poder, assentar a autoridade, ressuscitar o consulado. Raimundo designou um juiz. Juntos, escolheram os cônsules. Não havia tempo para eleições. Nomearam doze magistrados, homens ilustres, por impossibilidade momentânea de escolhê-los entre o povo. Foulques não se encontrava na cidade. A catedral estava sob a responsabilidade de um preboste.

Raimundo negociou com o abade de Saint-Sernin e o preboste da catedral. Eles cederam as igrejas, que foram transformadas em fortalezas. Os campanários eram os melhores postos de espreita que ainda existiam na cidade, porque torres já não estavam de pé. Nem muralhas. Nem ameias. Nem portas fortificadas. Nem fosso. Os homens já não possuíam couraças. Nem armaduras. Nem elmos. Nem escudos. Nem lanças. Nem espadas. Nem equipamento algum. As defesas haviam sido destruídas; as armas, roubadas. Cidade e população encontravam-se totalmente desprotegidas, perigosamente vulneráveis. Os aliados isolaram o castelo. Cavaram poço. Construíram muro. Barraram ruas. Expulsaram cruzados das casas que ocupavam. Reedificaram muralhas, barbacãs, torres e ameias. Duplicaram as antigas defesas. Trabalhavam condes, cavaleiros e soldados. Burgueses e burguesas. Rapazes e moças do campo e da cidade. Vendedores e mercadores. Artesãos e serviçais. Católicos, cátaros e judeus. Todos iguais. Com pás, picaretas ou forcados. Em poucos dias, Toulouse ficou pronta para resistir a meses de cerco.

Guido de Montfort chegou a Toulouse em setembro. Precisava reagir antes que fizessem da cidade um sítio inexpugnável. Encontrou passagem em um ponto distante onde o muro ainda não havia sido refeito. O exército abandonou os cavalos, recebeu ordens de enfrentar qualquer obstáculo. Atravessou paliçada, incendiou barricadas. Foi detido pelos cavaleiros, pela inflamada resistência dos habitantes. Os cruzados recuaram. Debandaram. Os barões franceses estavam inconformados. O legado pregou queda dos privilégios de inviolabilidade das igrejas. Guido de Montfort, mais uma vez, foi contrário à tirania. Advogou benevolência e justiça. Defendeu os lugares santos de vingança. Ninguém aprovou suas ideias pacifistas.

Em outubro, Raimundo VI recebeu reforços dos aliados, do filho, dos excluídos, dos salteadores. Dos quatro cantos surgiam combatentes. Todos unidos. Simão chegou com a armada dos cruzados. Acampou ao sul da cidade. Chefe da cruzada, estado-maior, religiosos entraram com Guido no castelo Narbonnense. Os toulousianos organizaram a defesa. Os cavaleiros estavam lá com insígnias, armaduras, pendões bordados com as cruzes de Toulouse e as de Comminges, ameaçando o leão em relevo da Casa Montfort. Os exércitos posicionaram-se. Cintilavam, sob raios de pálido sol, escudos dourados, cotas de seda, elmos adornados por cabuchões de cristal. Tremulavam belíssimas faixas sobre brasões e auriflamas. O tilintar de sinetas penduradas nos peitos dos cavalos, o inconfundível som arrancado de trombetas e clarins, de trompas e cornos, os clamores e gritos de guerra das tropas ensurdeciam todo mundo.

- Montfort! Montfort! - gritavam os de fora.

- Toulouse! Foix! Comminges! Narbonne! - urravam os de dentro.

Os toulousianos reforçaram as defesas em liça, fosso, paliçada, muros, parapeitos, sacadas, torres e ameias. Arqueiros, besteiros e flecheiros estavam de prontidão, emboscados para combate. Providenciaram também lanças, ganchos, arcos, bestas, machados, bastões talhados de várias maneiras, até barras de madeira, usadas por balseiros da vindima, foram transformadas em armas. Coletaram recipientes, que abarrotaram com dardos, flechas, setas, e os distribuíram ao longo dos corredores para que estivessem ao alcance dos defensores. Acumularam pedras para arremesso manual; talharam balas para lançamento de projéteis. Construíram máquinas de guerra, diversas espécies de catapultas, armadilhas, grades de cana, com ramos entrelaçados e cobertos de terra molhada para abrigar infantaria e atiradores e preservá-los dos projéteis inimigos. Aplanaram o fosso para que atravessassem o lodo sem o perigo de atolar.

Toulouse estava armada até os dentes. Preparada para enfrentar o primeiro ataque. Ele veio dos lados do castelo Narbonnense. Os esquadrões bem dispostos dos cruzados avançaram, munidos de tochas para incendiar paliçada, carregados de pedras, paus e ramagens para entupir o fosso de acesso e aterrá-lo, o que permitiria à cavalaria alcançar a liça. Houve choque de tropas, mas a resistência dos aliados foi tão vigorosa, que os assaltantes se viram obrigados a abandonar o combate. Recuar. Abrigar-se. Em Toulouse, vibravam cavaleiros, barões, povo. Entre todos, uma certeza: Deus e Direito voltavam a governar. Retidão e Lealdade triunfavam, enfim, de Orgulho, Desmedida, Fraude e Má-Fé. Linhagem e Misericórdia seriam definitivamente restauradas. Os toulousianos opunham ao ideal espiritual de guerra santa, apoiado sobre a absoluta obediência à Igreja e a seu representante, um ideal terreno e laico, fundado em valores morais. Os cruzados guerreavam para salvar a unidade da fé católica e purgar a Terra de infiéis que a conspurcavam, justificando crimes, ambições, injustiças em nome da glória e da honra de Deus e de Cristo. Os occitânicos lutavam pela primazia da linhagem, pelo direito adquirido, em tempos idos, sobre a terra dos ancestrais, pela lealdade e justiça que, reconhecidas pelos vassalos, os tornavam senhores, príncipes legítimos daqueles territórios. Impossível diálogo entre oponentes que falavam línguas opostas. Deus e o Diabo mediam forças. Mas quem era Deus; quem, o Diabo?

Simão não podia aceitar que Toulouse reagisse, que se tornasse difícil tomá-la de assalto. Os cruzados viam-no impaciente. O conde confabulava consigo mesmo, tramava vingança em surdina, alimentava desafeto. Vez por outra, praguejava contra os cercados, ameaçava-os com fome, sede, isolamento, mas... nada podia fazer, aguardava reforços. Loucos e sonhadores há em toda parte, e Simão, enquanto esperava, resolveu edificar, às portas de Toulouse, outra cidade,

a Nova Toulouse. A grandiosa utopia, delírio de Simão, encontrou adeptos, e ao pé da cidade condal outra Toulouse floresceu. Montfort instalou seu campo no burgo Saint-Michel, entre o Garona e o castelo Narbonnense. Fortificou portas, fosso, paliçada. Do alto das defesas de Toulouse, podiam ser avistadas as tropas a serviço de Simão. Operários trabalhavam; comboios de abastecimento iam e vinham; animais de carga e abate chegavam. A cidade crescia; logo, a outra precisava decrescer. Simão tentou isolar Toulouse. Cercou o burgo Saint-Cyprien, bloqueando a margem esquerda do Garona. Uma surtida bem-sucedida dos toulousianos obrigou-o a levantar acampamento. Às pressas. A ordem desesperada fez com que soldados se precipitassem sobre as embarcações com tal pânico, que os primeiros a alcançar as margens do rio foram abalroados pelas colunas que vinham atrás, lançando-os na água. Até Simão foi jogado no rio e por pouco não se afogou.

Expulsos de Saint-Cyprien, retornaram ao campo anterior, restrito à frente de Toulouse. Bloqueio insignificante se levadas em conta a extensão da cidade, a quantidade de defensores que, chegados de todos os cantos, abarrotavam ruas, casas, igrejas, mosteiros. Simão sabia que Toulouse só seria vencida caso lhe fosse impossível receber homens e víveres, mas tudo conspirava contra ele. Igreja e Coroa não lhe mandavam reforços. Providências tinham sido pedidas a Honório, rogadas a Filipe Augusto, mas demoravam, e ele nem sequer sabia se seria atendido. O inverno anunciou sua chegada pela chuva que ensopou terrenos e tendas. Pelas rajadas de gélido vento que penetravam carnes, atingiam ossos. Simão era só reclamações. Contra os barões que o abandonavam em difíceis momentos, indiferentes à sorte de conquistas em terras meridionais; contra o pouco caso de Filipe, que, se não impedia que vassalos guerreassem, também não os incitava ao combate, nem permitia que o príncipe encabeçasse a armada real; contra a lerdeza das comunicações com a Igreja; contra a má sorte geral; contra Toulouse, Sinagoga de Satã; contra os occitânicos partidários da heresia, cúmplices de Judas...

Na cidade, ninguém perdia tempo. Raimundo VI marcou reunião na igreja de Saint-Sernin. Cônsules e barões discutiram animados as medidas por tomar. Insuflaram energia, coragem e confiança nos companheiros. Enquanto marceneiros trabalhavam sem descanso na construção de uma poderosa artilharia, a fortaleza era violentamente atacada e nem sequer nos momentos em que cantavam os sinos da capela, anunciando a missa, era poupada. Escaramuças, perseguições para inquietar e fatigar o inimigo, de tudo lançavam mão os toulousianos. Construíram escadas para alcançar muralhas, sacadas e ameias. Cavaram valas, ergueram tábuas para servir de abrigo e grades de cana trançada para arqueiros emboscados. O importante era manter o oponente

afastado da cidade. O que não os impedia de tentar surtidas, corpos-a-corpos de pequena envergadura, mas tão violentos, que sangue, carne e miolos atapetavam a terra. A relva descolorida pela friagem pintava-se de rubro, roseira em flor, a cada investida dos aliados.

"As surtidas permitiam aos toulousianos fazer prisioneiros, conduzi-los pela cidade, mãos amarradas, bolsa pendurada ao pescoço para que cada passante colocasse uma ou mais moedas para o pagamento dos que o haviam aprisionado. Depois, os carrascos arrancavam-lhes os olhos, cortavam a língua, amarravam-nos ao rabo de cavalos que os preparavam para a fome de corvos e cachorros. Outros eram esquartejados, em pedaços enviados ao castelo; queimados; enforcados; enterrados vivos até a altura dos ombros para que a terra se encarregasse de sugá-los, aos pouquinhos. A cabeça descoberta servia de alvo para pedras e flechas. Muitos morreram calcinados por acha de madeira incendiada. Podiam também ser lapidados, afogados em rio com pedra presa ao pescoço, precipitados do alto de muralhas..." [34]

Simão fora bom mestre. Ensinara aos alegres e despreocupados occitânicos sádicos métodos de martírio e vingança.

A RESISTÊNCIA

Os cruzados suportavam mal o cerco que os imobilizava diante de Toulouse. Limitados a combates esporádicos, não conseguiam bloquear a cidade. Humilhados, viam os toulousianos sair em busca de reforços, os excluídos chegar em auxílio dos defensores, os comboios de víveres suprir a cidade diariamente, fazendo com que o desejo de ter os inimigos desfalcados, famintos, incomunicáveis fosse apenas sonho. Simão não tinha como empreender um verdadeiro combate. O inverno sombrio, glacial, contribuía para debilitá-lo, retardava a chegada de novas tropas, abatia o ânimo dos que enregelavam de frio. Inatividade e desagrado abriram brechas para inflamadas discussões. Os cruzados hesitavam, debatiam-se em dúvidas. Ora acreditavam em castigo divino, e culpavam Simão e os barões franceses de violência desmedida, impostos exorbitantes, injustos, responsáveis pela revolta de Toulouse, pela animosidade de defensores e aliados. Ora esqueciam a punição celeste e clamavam por ação imediata, ponto final à derrota, à humilhação. Pressionavam Simão a tentar bloqueio e tomada sem esperar reforços ou dinheiro para contratar mercenários. "Atacar", gritavam, enraivecidos.

Simão, inquieto, pressionado, cedeu e decidiu tomar a dianteira. As primeiras luzes matinais, os cruzados embrenharam-se por jardins, pomares e cabanas que ofereciam garantia de esconderijo seguro. Com gritos de guerra, toque de cornos e trompas, as tropas de assalto venceram a paliçada, atravessaram o fosso exterior, rolaram pela liça, reviraram os postos de guarda, atacaram as portas. Utilizaram o mesmo plano usado em Beaucaire: provocar a surtida de cercados e aguardá-los emboscados. Os toulousianos, assim que escutaram o tumulto, armaram-se. Agruparam soldados e cavaleiros, investiram contra os assaltantes. Bloquearam as passagens antes que as tropas se

deslocassem e as alcançassem. Começaram o combate, mas, em vez de tombarem com o choque, passaram ao contra-ataque, dominando a liça, rechaçando cruzados até o fosso exterior, onde caíram com os animais. Enterraram-se em lodo e gelo com armas e estandartes. Simão, diante do fracasso, recuou, mas não se desencorajou. Mais do que nunca precisava de reforços. Foulques prometeu ajuda. Foi ao encontro de Filipe Augusto para rogar a intervenção do príncipe Luís.

A campanha de recrutamento que os toulousianos empreenderam rendeu-lhes proveitos, benefícios. A salvação da cruzada dependia de ajuda externa. Honório estava a par da movimentação dos condes de Toulouse e Foix. Sabia do retorno de Raimundo VI escoltado por poderosa armada, da chegada de Raimundo Rogério com cavaleiros catalães e aragonenses. Reagiu severamente contra a ingerência da Casa de Barcelona e de seus vassalos nos problemas albigenses. Pediu ao legado que interviesse junto ao rei Jacques, lembrando-lhe que era vassalo da Santa Sé, não podia socorrer seus inimigos nem intervir, aberta ou sigilosamente, em nenhuma situação; pediu que lhe mostrasse os riscos que corria ao hostilizar Simão. Estéril advertência. Nenhuma providência tomou o rei. Apelos angustiados chegavam à Santa Sé. O legado pedia homens, dinheiro; pedia também que clero, barões e rei da França fossem imediatamente avisados. O levante atingia proporções assustadoras.

Em dezembro, Honório III relançou a cruzada. Bulas chegaram a Paris; chegaram também a Toulouse, Marselha, Avignon, Saint-Gilles, Beaucaire... Ao rei o papa solicitou o envio a Toulouse de vassalos que não se haviam engajado na cruzada ao Oriente. Aos habitantes das cidades insubmissas reprovou o levante, ameaçou-os com excomunhão e interdição; ordenou-lhes que rompessem a aliança com o conde, que baixassem armas. Raimundo, o Jovem, foi acusado de ter traído a confiança da Santa Sé, que lhe tinha reservado o marquesado como herança. O conde de Foix foi intimado a sair de Toulouse, mas Honório ordenou que seu castelo lhe fosse devolvido. Acreditava que a medida desarmaria a fúria do conde. No início de 1218, a fortaleza estava em suas mãos, abrigando inúmeros vassalos e cavaleiros. Nenhum ameaçado tomou conhecimento das admoestações papais. Ao contrário, os sulistas, com mais empenho, aprimoraram táticas de resistência. Nem sequer os pesados impostos que Raimundo foi obrigado a cobrar, para suprir gastos com a defesa, os assustaram, refrearam ânimos. Os cônsules vendiam, liquidavam, faziam transações comerciais.

Em abril, os toulousianos resolveram assaltar Nova Toulouse. Os cruzados não esperavam o ataque. A confusão foi enorme. Simão e os cavaleiros armaram-se às pressas, enquanto os toulousianos liquidavam soldados

normandos e bretões. Não tomaram o campo adversário. Satisfizeram-se com o massacre. Retornaram à cidade sob gritos de contentamento da multidão acocorada sobre os muros. Em maio, Simão recebeu Foulques acompanhado de uma fabulosa armada. O júbilo foi grande entre os cruzados. Enfim, penas e reveses, humilhação sofrida, durante tantos meses, seriam vingados. O povo cristão reagia, a vitória podia ser reavida. O povo apinhou torres e muralhas assim que sentiu o solo estremecer sob o galope dos cavalos, sob a pisada dos homens. Do alto, avistou estandartes e bandeiras, contorcidos pelo vento, esgarçando céu e terra; elmos e escudos metalizados espelhando o sol da radiosa primavera. Corajosos, os combatentes posicionaram-se aos pés das muralhas. A armada da cruzada desfilou sob silencioso olhar da armada aliada. De ambos os lados, provocação e curiosidade, avaliação de força, valentia e poder. Enorme era a armada dos cruzados. Trinta barões apresentaram-se com suas tropas. Simão já podia pôr em execução o plano de bloquear a cidade.

Não foi outra a proposta do chefe da cruzada tão logo o exército se apresentou. Para desagrado de Simão, os recém-chegados reclamaram do cansaço da viagem, da sede, da fome, da necessidade de dormir antes de combater. Montfort insistiu na ideia de atacar imediatamente. Quis quebrar indisposições, descrevendo-lhes as riquezas que os aguardavam, a imensidão de terras que dividiriam. Não os convenceu. Estavam esgotados pelos dias e dias montados sobre lombo de cavalos, por refeições improvisadas, noites insones em camas de campanha. Quanto a riquezas e terras oferecidas, desdenharam. Não haviam vindo movidos por despojos. Nem por terras ou nenhuns bens materiais. Interesses partilhados por mesquinhos, cultivados por gananciosos. A ideia de combate foi rapidamente abortada; a de saque e confisco também. No dia seguinte, os cruzados prepararam-se para o enfrentamento. Simão dividiu-os em duas partes. Os toulousianos fizeram o mesmo. Os condes aliados ocuparam liça e fortificação; os outros reforçaram a entrada do burgo Saint-Cyprien. Os assaltantes, apesar da imensa armada, do furioso combate empreendido, não conseguiram vencer os occitânicos. Foram rechaçados. Envergonhados, bateram em retirada. Os sulistas retornaram ao burgo. Felizes, comemoraram. Entre os cruzados não houve festa. Instalaram-se a prudente distância.

Poucos dias depois, ao anoitecer, uma chuva torrencial castigou a região. O dilúvio durou três noites e três dias. Os aliados rejubilaram-se com tão providencial ajuda da natureza. Acreditaram que os cruzados não suportariam o mau tempo acampados em tendas e pavilhões que não resistiriam de pé. Toulouse, duas ou três vezes em cada século, sofria com a cheia do Garona durante a primavera. Com a chuva, as águas incharam, inflaram, transbordaram. Invadiram as margens arenosas do rio. Esparramaram-se por ruas, praças,

jardins, pomares. Bisbilhotaram celeiros. Inundaram-nos. Arrancaram os moinhos construídos sobre as margens escarpadas do rio, destruíram as barragens de estacas que canalizavam as correntes. Romperam as duas pontes, a velha e a nova, feitas de madeira e sustentadas por pilhas de pedra e tijolo.

Saint-Cyprien sofreu maiores estragos. A margem esquerda era mais baixa que a direita. A inundação desligou o burgo da cidade, devastou-o, expulsou os defensores. Quando o céu desanuviou e as águas baixaram, os cruzados, que haviam suportado heroicamente a tempestade, tomaram o burgo Saint-Cyprien. Deserto. Ocuparam-no. Transformaram-no em fortaleza. Nele, instalaram guarnição. Abasteceram-no com víveres e munição. Simão elaborou novo plano. Despachou mensageiros. Pediu o envio de flotilhas pelo Garona. Os invasores construíram trabucos. Pretendiam destruir as torres da ponte arruinada, ilhar as guarnições para que os barcos pudessem chegar. O medo tomou conta da população, mas os militares conservaram sangue-frio. Os chefes reuniram-se em conselho.

Traçaram a conduta por adotar. Reforçaram portas e o sistema de defesa, reconstruíram pontes e barricadas. Quando Simão decidiu o ataque, os toulousianos estavam prontos, e mais uma vez os cruzados foram vencidos, escorraçados. Montfort não se conformou com a má sorte, com ventos que sopravam em direção oposta à sua. Mudou de tática. Ordenou a construção de torre rolante, catapulta, galeria de madeira para abrigar cento e cinquenta arqueiros, quatrocentos cavaleiros. Temido engenho de guerra que servia para cavar sapas, investir contra as portas das fortalezas.

Ambas as armadas receberam reforços. Raimundo, o Jovem, chegou a Toulouse. Causou emoção. Bela acolhida reservou-lhe o povo, que não o via desde menino. Aos vinte e um anos, o jovem conde impressionou os vassalos. Raimundo entrou na cidade condal ao som de sinos que repicaram de alegria, ao som de gritos de aclamação do povo que lotava as ruas. A festa durou pouco. Simão tinha pressa em vencer os inimigos. Reiniciou o combate. Novos fracassos de Simão. Mais mortos, mais feridos, mais prisioneiros. Montfort reuniu o conselho. Confessou que estavam em crítica situação e, caso não tomassem a cidade em um mês, seriam obrigados a desistir do cerco. Não sensibilizou barões ou cavaleiros. A cumplicidade dos senhores estava abalada. As palavras de um dos senhores resumem a insatisfação dos franceses.

- É ilegítimo privar qualquer pessoa do patrimônio que lhe pertence por direito se houve reconciliação com a Igreja, como no caso de Raimundo VI. Se do legítimo herdeiro retirarmos as terras, a justiça acabará por devolvê-las mais tarde. Entretanto, não é apenas em nome do direito que apoio o conde. Que fique claro que me repugna uma cruzada que macula o espírito cristão e a honra

cavaleiresca. Se soubesse que era este o interesse da Igreja e de seus comandantes, eu e meus cavaleiros não estaríamos aqui. Quando parti em quarentena, fui informado de que iria deparar, na Occitânia, com o Mal absoluto, com o Diabo em pessoa. Os occitânicos me foram descritos como Judas, filhos de Caim, da perversidade, partidários e cúmplices do Maligno, perseguidores da Igreja, torturadores de inocentes, assassinos... E o que encontro aqui, senhores, eu, que só me interessei em combater por indulgências? Um país devastado, destruído, martirizado sem discernimento, sem compaixão, por gente que se diz vingadora de Cristo, mas combate em benefício próprio. Uma cidade que se defende e onde encontramos homens e mulheres de todas as classes, todos os ofícios, todos os credos confundidos, amalgamados por um único ideal, unidos sob o comando daquele que reconhecem como príncipe legítimo, sob a garantia daqueles que elegeram para representá-los no consulado. Heroísmo e conhecimento militar a serviço de Direito, Linhagem e Justiça! Só mesmo a predicação fanática de uns, aliada ao interesse desmesurado de outros, para descrever a Occitânia como a Sinagoga de Satã, povoada por uma horda de demônios sequiosos do sangue dos justos e desejando a perda do povo cristão! Não é à toa que ilustres e justos barões do reino, tão logo concluem suas quarentenas, abandonam a cruzada. Enojados. Não estão dispostos a ser cúmplices da denegação da justiça. Somos enganados por exércitos de visionários da intolerância! Almejo que, todas as vezes que ataquem os toulousianos, sejam vencidos. Que eles consigam surtidas decisivas! Que impeçam o bloqueio da cidade!

Os que esperavam que Simão explodisse, decepcionaram-se. O conde não revidou. Não tinha tempo para discussões. Menos ainda interesse. Preparava o novo ataque. Retraçava planos. Os engenhos de assalto estavam prontos. Em pouco tempo, ele instruiu seus homens. Colocou-os em ação. Do alto de muralhas e torres, o povo acompanhou a gigantesca armada avançar ondulante, cadenciada por gritos e assobios. Hipnotizado, viu a gata deslocar- se, posicionar-se para cuspir pedras o mais longe possível. O alerta foi dado. De dentro dos muros, catapultas abriram sua bocarra, vomitaram balas que atingiram a estrutura superior da temida engenhoca. Uma delas fraturou parte do madeiramento, provocando várias mortes.

Raimundo VI, barões e cônsules organizaram a defesa. Às pressas. Urgia manter os inimigos a distância. A armada ergueu muralha de proteção. Levantou barricada. Os homens armaram-se de pás, picaretas, martelos; muniram-se de gamelas, caldeirões, vasos, cubas, moringas, que encheram de água, areia e cal. Mulheres e crianças distribuíram, ao longo dos muros, sacos cheios de pequenas pedras.

Prepararam instrumentos de arremesso. O tiroteio começou. Os toulousianos acertaram a gata. Estrago pequeno, que apenas exasperou Simão. A engenhoca entrou em ação. Novamente. Os aliados miraram. Atiraram uma pedra certeira. Atingiram o alvo. A máquina sofreu sérios estragos. Os occitânicos gritaram de felicidade, apesar de a gata ainda representar perigo. Os combates cessaram ao anoitecer. Os sulistas avaliaram vitórias e fracassos. Perceberam que as tropas que haviam engrossado suas defesas e a chegada do jovem Raimundo haviam amedrontado os cruzados. Conscientizaram- se de que só havia uma maneira de deter o jogo: jogá-lo até o fim para tudo perder ou tudo ganhar. Entre cercados e assaltantes, os lugares estavam determinados como peças de xadrez dispostas em tabuleiro. Eles não podiam ignorar que estavam cercados; os cruzados não podiam esquecer que cercavam para tomar a cidade. Ou morriam todos juntos, ou sobreviviam honrados. Decidiram um combate decisivo. Logo que os primeiros raios iluminassem o céu, tentariam uma surtida.

Amanhecia. Simão acompanhava a missa na capela do castelo. A armada toulousiana tomou posição. Checou armas, escadas, de- clive de terreno... Os cruzados também estavam prontos. Assim que os sulistas irromperam no terreno, os cavaleiros cruzados saltaram sobre os cavalos, investiram contra o inimigo. Os defensores da cidade atacaram. Os cruzados estavam em desvantagem. Simão, nem bem acabou de pronunciar seu último desejo, correu ao encontro das tropas. Juntou-se aos homens. Comandou. Defensores e atiradores chegaram em fileiras serradas, tomaram a dianteira. Os occitânicos recuaram, concentraram-se atrás das muralhas. Montfort voltou à capela. Enquanto rezava, atacaram novamente. O padre consagrou a hóstia. Simão ajoelhou-se. Elevou as mãos em direção ao céu. Rezou. Pouco depois, saiu em disparada, lançou-se ao combate. A irrupção repentina das tropas empurrou os toulousianos até o fosso. Os cruzados foram obrigados a recuar para proteger as máquinas, para escapar da chuva de pedras, flechas, projéteis que despejavam sobre eles. Em meio a imenso barulho que faziam tiros, assobios e dardos, em meio à confusão total que alvoroçava as duas armadas, um dardo desgovernado atingiu o cavalo de Guido de

Montfort. O animal empinou. Cambaleou. Aprumou-se. Desequilibrou-se. As patas traseiras afrouxaram. Dobraram. Guido escorregou. Quando conseguiu ficar de pé, uma pedra perdida feriu-lhe o flanco esquerdo. Simão viu o golpe, correu para junto do irmão exatamente a tempo de receber o impacto seguinte.

"E a pedra foi lançada com tal precisão, e tão certeira ela se fez, que elmo de ferro, olhos, miolos, e também os dentes, fronte, queixo, tudo ela esfacelou. O conde caiu morto, lívido, ensanguentado."

De cima das muralhas da cidade, de dentro das gargantas ressequidas, um

grito escapou de todas elas, ao mesmo tempo. "Simão está morto! Simão está morto! Estamos livres do carrasco!" Passada a primeira emoção, o primeiro espanto, o alívio os arrancou do alto das pedras. Apregoaram a notícia pelas ruas da cidade, aos gritos, para que se espalhasse, para que todos comemorassem. Dos quatro cantos, cornos e trompas soaram em alegre fanfarra ao som ritmado de tambores e timbales. Depois, o povo correu para a igreja. Acendeu velas. Pagou promessas. Rezou. Subiu aos campanários. Chocalhou sinos, e, enquanto estes tocavam felizes, o povo de Toulouse cantou e dançou.

"Alegria! Deus é misericordioso,
A Linhagem vence e sempre vencerá!
O conde homicida e cruel
Está morto!"

Em meio à euforia, a tropa aliada transpôs as muralhas. O campo estaria deserto, não fosse a quantidade de mortos e agonizantes. A terrível máquina de guerra estava lá. Silenciosa. Imóvel. Em descanso. O fogo a consumiu em pouco tempo. Totalmente. Os companheiros de Simão cobriram seu corpo com uma bela capa azul. O combate cessara. Estupefatos, os cruzados, em oposição ao povo que cantava e gritava dentro da cidade, estavam emudecidos.

O triste cortejo chegou à capela do castelo. Aos pés do legado e de Foulques, o corpo de Simão foi depositado. Dor e pânico tomaram conta dos franceses tão logo começaram a circular, boatos de que os toulousianos estavam invadindo o castelo Narbonnense. Sem chefe que os comandasse ou protegesse, fugiram. Abandonaram tendas, animais, equipamentos, bagagem, dinheiro...

Junho chegava ao fim. Barões e religiosos reuniram-se no castelo Narbonnense. Amauri de Montfort, filho de Simão, era o herdeiro não somente de domínios e títulos, verdadeiros e usurpados, mas também do comando da armada. Em cerimônia solene, foi investido. Recebeu homenagem e juramento de fidelidade de cavaleiros e senhores franceses. Na primeira semana de seu comando, não houve combates militares. Sitiados e sitiantes empreenderam outra forma de luta. Os occitânicos tentaram anular os juramentos de fidelidade extorquidos por Simão. O legado despachou carta ao papa para contar a catástrofe que se abatera sobre os cruzados; comunicar a investidura de Amauri; solicitar dinheiro; pleitear homens que suprissem faltas causadas por mortes e quarentenas acabadas. Escreveu também a barões e religiosos franceses para que intercedessem junto a Filipe e ao príncipe Luís.

Apesar do verão, chovia, ventava, fazia frio. Amauri marcou assembleia. Decidiu combater imediatamente. Apresentou como justificativa a partida já

anunciada por grande parte da armada. Ignorava quando receberia reforços e não podia perder a chance de atacar antes que se encontrasse em total desvantagem. O conselho aquiesceu. Os cruzados investiram contra Toulouse. Para surpresa dos occitânicos, atearam fogo em madeira, paliçada, grade de cana trançada, em diversos abrigos que serviam de defesa. Passado o espanto, reagiram, e, enquanto as mulheres apagavam as chamas, os homens contra-atacaram, expulsando, mais uma vez, os intrusos de sua cidade. Amauri, como o pai, não se conformou. Avisou que pretendia manter o cerco, organizar novo ataque. Guido de Montfort, como outros, não concordou com o sobrinho. Estava cansado de acumular fracassos, não tinha recursos para sustentar combates. Ordenou a retirada. Amauri não encontrou argumentos para contrariá-lo.

Os cruzados incendiaram as máquinas de guerra. Nova Toulouse e o castelo Narbonnense também sucumbiram às labaredas. Recolheram as tendas. Arrumaram a bagagem. Montaram em cavalos. Debandaram. Enfim, acabava o grande cerco de Toulouse. Amauri partiu para Carcassonne levando o corpo do pai para prepará-lo segundo o costume francês. Os despojos foram cozidos. O esqueleto foi enterrado em Carcassonne, à direita do altar-mor da catedral de Saint-Nazaire; carnes e entranhas, em Toulouse.

Situação crítica a de Amauri! Desde a morte do pai e do fracasso em Toulouse, muitos occitânicos desligaram-se da Igreja, associaram-se a Raimundo. Já não temiam o chefe da cruzada. Exploravam a vitória, cavalgavam por terras insuflando confiança em vassalos e burgueses. Várias guarnições francesas fugiram, várias foram expulsas ou massacradas. Em pouco tempo, os cruzados não tinham mais aliados na Provença, em Comminges, em Foix. Nem sequer os barões franceses permaneceram coalizados. Cumprida a quarentena, pouco interesse mostravam pelos negócios da Igreja, pelas conquistas de Simão ou pela integridade das de Amauri. Desejavam somente voltar à França.

Foulques escreveu carta a Honório III, pediu-lhe que relançasse a cruzada, restabelecesse as finanças com contribuições exigidas ao clero e à Coroa. Aconselhou Amauri a consolidar os laços com as fortalezas que ainda estavam em seu poder, reforçando defesas e guarnições. Instruiu-o, ainda, a demonstrar autoridade para que inibisse as revoltas. Despachada a carta, dadas as ordens, o bispo de Toulouse foi para o reino conferenciar com Filipe Augusto.

O papa soube da morte de Simão um mês após o acontecimento. A cruzada agonizava, e somente uma ajuda vigorosa e imediata poderia salvá-la. Honório escreveu aos bispos da França. Pediu-lhes que conclamassem o povo, que o convencessem a vingar a morte de Simão, a socorrer o jovem chefe militar. Reafirmou a concessão de indulgências aos que tomassem a cruz. Escreveu a

Filipe Augusto, ao príncipe Luís, em agosto de 1218. Novamente em setembro do mesmo ano. Suplicante. Humilde. Rogava-lhes providências em nome de Cristo. Somente uma expedição real finalizaria o problema albigense. O rei da França, apesar do empenho de Raimundo VI em convencê-lo a revogar a investidura de Simão, resolveu intervir. Designou tropas para enviar ao Languedoc.

Amauri, inexperiente, não sabia por onde começar. A reconquista era necessária por toda parte, mas ele era um só, com armada desfalcada, e, se não podia desmembrá-la, também não devia deslocá-la para um único ponto e deixar os outros sem defesa. Além disso, não podia descuidar-se da região de Carcassonne, ponto vital da cruzada. Só lhe restou, como alternativa, dividir perigosamente suas forças. Uma tropa ficou em Carcassonne, com a outra tentou intimidar senhores, destruir terras. Tática sem préstimo. Os occitânicos esperavam esta reação e mantinham espiões por toda parte. O conde Bernardo V de Comminges foi imediatamente informado dos movimentos de Amauri. Reuniu os mais importantes senhores da região. Juntos, planejaram acabar com o invasor. A caçada recomeçou, e a população cooperava fornecendo informações sobre os deslocamentos inimigos.

Em novembro, Luís tomou a cruz. Não tinha muita pressa e adiou a partida para o ano seguinte. Tempo precioso para Amauri e para os Raimundos, que percorreram o país, renovando homenagens, fidelidades, benefícios. O chefe militar privilegiou os meios eclesiásticos. Correu ao Agenais, onde muitos barões se haviam tornado fervorosos partidários do conde de Toulouse. Pelo caminho, não se privou de devastar regiões, cercar cidades, matar habitantes, queimar o que estivesse de pé. Raimundo, o Jovem, e Raimundo VI conquistaram ajuda em várias regiões.

No início de 1219, o jovem Raimundo voltou a Toulouse. Os cruzados pilhavam e devastavam cidades. Raimundo Rogério de Foix soube dos estragos, preparou-se para combater. Inúmeros senhores e cavaleiros aderiram às suas tropas. O conde de Foix trancou-se em Baziège, povoado pouco distante de Toulouse. Raimundo, o Jovem, chegou trazendo exércitos. Os cruzados assustaram-se com a desproporção de forças. As armadas perfilaram-se para batalha. A fanfarra soou. O jovem Raimundo usou a incompreendida tática proposta pelo pai, em Muret, que se valia da surpresa do ataque e da fúria dos projéteis inesperados para enfraquecer o opositor. Rapidez e mobilidade da manobra desnortearam os cruzados, desesperados com arremessos que vinham de todos os lados, coalhando o campo com companheiros mortos. Baziège foi a primeira grande vitória dos occitânicos, que abandonaram hesitação, falta de comando e de tática, desorganização, ausência de unidade. Raimundo, o Jovem,

mostrou-se um capitão à altura de envergar o título de conde de Toulouse.

Em junho, enquanto os meridionais comemoravam vitórias, flotilhas subiam o Garona. Chegava a Marmande uma imensa armada conduzida pelo príncipe Luís. Havia semanas, Amauri cercava a cidade sem nenhum resultado. Com o desastre de Baziège, ele compreendeu que precisava evitar o esfacelamento da armada vencida. Mas como levantar o cerco se abandonar Marmande significava perder o Agenais? Amauri oscilava sem saber a melhor atitude por tomar quando a armada real se juntou aos invasores, investiu contra a cidade. O primeiro combate foi terrível. Os cruzados destruíram as defesas exteriores da cidade, ultrapassaram o fosso, desbarataram a paliçada, investiram contra a liça ocupada. No segundo confronto, despedaçaram portas, escalaram muros, entraram na cidade. O conde Centulle de Astarac perdeu as esperanças. Pediu salvo-conduto para conferenciar com o príncipe. Foi recebido em sua tenda. Propôs entregar a cidade em troca de sua vida e da vida dos habitantes. O negócio foi aceito; o conde, rendido e aprisionado. Neutralizado Centulle de Astarac, os religiosos estabeleceram novas regras. Decidiram supliciar e matar os habitantes, todos hereges. Estavam resolvendo o destino do conde - queimado como herege ou enforcado como traidor — quando os senhores franceses reagiram. Queimar os habitantes depois da promessa de vida salva, condenar o conde rendido à fogueira ou à forca seriam atos desonrosos para a Igreja e a Coroa.

Diante da indignação dos barões franceses, o superintendente de Filipe Augusto agiu como juiz. Garantiu a vida dos habitantes que abjurassem, suspendeu a pena de morte para o conde em troca de um prisioneiro francês. Assim, salvavam a honra da Coroa e a da Igreja. Entretanto, enquanto príncipe, barões e prelados discutiam a sorte de conde e povo, os cruzados assaltaram Marmande. Agiram como em Béziers, dez anos antes. Entraram pela cidade aos gritos. Correram pelas ruas com facas e espadas. Em pouco tempo, a terra cobriu-se de carne, ossos e sangue de membros decepados, troncos rachados de alto a baixo, vísceras expostas, miolos esfarelados. Feriram e mataram, indiscriminadamente, homens, mulheres e crianças. Ninguém escapou. O que sobrou o fogo beijou, abraçou, lambeu com ardentes línguas. Incinerou mais de cinco mil vidas. Sepultou sob cinzas a cidade em destroços. Não foram salteadores quem acabou com Marmande, mas a armada real aliada à de Amauri de Montfort.

Quando nada mais havia para fazer em Marmande, extinta por barbárie gratuita, a armada tomou o caminho de Toulouse. Pelas estradas de acesso à cidade condal, recebeu reforços substanciais. Até da Alemanha e da Bavária chegaram tropas. Jamais o Languedoc vira armada como a que chegou em

Toulouse, em junho de 1219, mas... Toulouse resistiu a doze dias de cerco, em 1211; a dez meses, em 1218. Toulouse invencível foi cercada pela armada real, comandada por Luís, filho do rei da França, rei ele mesmo. Cônsules, nobres e representantes do povo reuniram-se com Raimundo, o Jovem. O que fazer? A cidade rebelou-se contra Simão investido de direitos ilegítimos; revoltou-se com a injusta sentença do Concilio de Latrão, negando-se a obedecer a ela. Tinha o direito de se opor à Coroa enquanto vassala do reino? Tinha interesse em declarar guerra manifesta a Filipe Augusto?

Luís era senhor superior das terras condais, e Raimundo devia- lhe obediência pelos laços feudais. O príncipe, porém, não agiu segundo as normas do contrato. Quebrou-as quando a armada real tomou, de forma bárbara e deplorável, Marmande rendida. Inútil confiar em regras. O direito feudal não seria respeitado em Toulouse; ao contrário, o canônico seria priorizado. Raimundo acreditou que qualquer recuo seria interpretado como fraqueza e não lhe renderia benefício. Havia meses, lutava por seus direitos, impossível desistir. Resolveu enfrentar a armada real como fizera com a de Simão. Lutar noite e dia até que fosse vitorioso ou morto. A Igreja concordou com seu desapossamento mesmo reconhecendo que era injusto. Legalizou-o apesar de sabê-lo ilegítimo aos olhos de direito, justiça e linhagem. Não voltaria atrás.

Chefes militares e civis aceitaram a decisão de Raimundo. Sabiam que tinha razão. Argumentar seria perda de tempo. Decretaram mobilização geral. Prometeram distribuição gratuita de víveres aos combatentes. Ordenaram carregamento da artilharia, construção de novas máquinas de guerra, reforço das defesas. Designaram homens para comandar os trabalhos, supervisionar as fortificações em torno das portas da cidade. Convocaram mulheres, jovens e crianças para ajudar no sistema defensivo. Todos os recursos militares foram aproveitados. Toulouse, já havia algum tempo, transformara- se em abrigo para inimigos da cruzada. Lá se encontravam vassalos, excluídos, milícia urbana e salteadores de inúmeras cidades. Além dos destacados para defender os pontos estratégicos dentro da cidade e do burgo, um poderoso corpo de cavaleiros, sargentos e burgueses armados ficou como reserva para atuar onde houvesse concentração de cruzados.

O combate começou. Os toulousianos estavam prontos para enfrentar a armada real. Valentemente. As balas de artilharia do lado de fora respondiam as de máquinas de guerra do lado de dentro. Quarenta e cinco dias durou o cerco. Os defensores tentaram surtidas. Combateram em campo raso. Mataram e morreram. Em agosto, a quarentena de Luís terminou. O príncipe levantou acampamento, voltou à França. Sem que Toulouse fosse tomada.

O BLEFE

Toulouse liberta respirava aliviada. Raimundo vi concedeu aos toulousianos franquias fiscais sobre todos os domínios. Relançou o comércio alimentar e o artesanal. Assegurou confiança e dedicação. Selou a sagrada união entre nobreza e povo. Recompensou a coragem dos vassalos. A cidade, sangrada, precisava reconstruir sua economia. Os problemas ocasionados pela guerra lhe serviram de mola propulsora para assegurar independência, liberdades adquiridas, e preparar o terreno para a obtenção de outras regalias. O movimento foi acompanhado pela população como um retorno à normalidade. Os cônsules, no entanto, não partilhavam tal otimismo. Temiam a volta da armada real, comandada pelo príncipe. Resolveram tomar providências para defender a cidade no caso de, novamente, serem cercados. Enquanto isso, Raimundo, o Jovem, recomeçou a campanha para reconquistar suas terras.

O papa deplorou a ajuda real. O príncipe limitou-se a passear pelos Estados occitânicos e, com exceção da vitória em Marmande, o fracasso foi total. Acumulavam derrota, somavam prejuízo. Raimundo fazia aliados; Amauri escondia-se em Carcassonne. Não bastasse tanto infortúnio, as últimas notícias não poderiam ser piores. A Igreja não só precisava punir hereges e protetores, mas averiguar denúncias sobre religiosos que se haviam afastado de seus deveres e davam, publicamente, ajuda e apoio aos occitânicos. Honório designou novo legado, enviou bulas e mais bulas, preparou clérigos e laicos, civis e militares para sua chegada. Repreendeu os cônsules e a população de Toulouse, exortou-os ao retorno à unidade da Igreja. Ao jovem Raimundo, ameaçou-o. A Igreja poderia privá-lo do país reservado se continuasse a favorecer hereges, atacar fiéis, tomar terras confiscadas, desprezar sentença de excomunhão pronunciada havia vários anos.

Vinte anos depois, Honório repetia as mesmas súplicas que Inocêncio fizera ao rei da França e aos senhores occitânicos; ameaçava o país e os habitantes com penas espirituais que não produziam nenhum efeito, nenhum temor; apregoava penas temporais que não tinha meios de aplicar e não encontrava senhor que o auxiliasse na tarefa. Outra vez, nem Raimundos nem Toulouse se impressionaram com lamúrias, queixas, ameaças. Os cônsules empenhavam-se em resolver problemas gerados por guerra, ocupação e liberação. Marcavam eleições consulares; incentivavam o movimento de democratização, convencendo novas famílias a entrar para a assembléia de magistrados municipais. Decidiam punição para colaboradores da cruzada, malfeitores que a haviam auxiliado com dinheiro ou lucrado com ela, que haviam usado violência ou prejudicado os habitantes de Toulouse. Recompensavam os que haviam lutado ao lado de Raimundo VI e Raimundo, o Jovem.

Conrado de Porto, um novo legado, chegou ao Languedoc. Não demorou muito a encontrar dificuldades. Os habitantes de Béziers expulsaram-no da cidade. Procurou asilo em várias cidades e burgos. Só em Narbonne, conseguiu hospedagem no arcebispado, junto a Arnaldo Amauri. Pouco depois, estava em Troyes. Honório apelou aos senhores do Norte. Filipe Augusto negou-se a intervir no problema albigense. Não que desaconselhasse ou impedisse que os barões partissem à frente da expedição. Filipe Augusto impunha apenas que seus direitos feudais fossem garantidos, mas nem ele nem o príncipe Luís participariam do combate. O motivo? O mesmo que usava havia vinte anos. A eterna guerra entre franceses e ingleses que estava prestes a recomeçar.

Amauri continuava escondido em Carcassonne. Durante bom tempo, a inatividade se deveu à pobreza de combatentes, à fraqueza de sua armada, à inexperiência do jovem de vinte e dois anos que só conhecia a arte da guerra através das façanhas paternas. Boa vontade e coragem não lhe faltavam, mas falhava em estratégias, rapidez, mestria, e até em cérebro. Isolado em Carcassonne, ele via, sem poder reagir, os feudos ser tomados, um após outro; os vassalos ser libertados, reconquistados, um após outro. Só mesmo socorro em homens e dinheiro podia salvar os*negócios da Fé.* Honório sofria com a impotência que o deixava dependente da ajuda real. Apelos sobre apelos enviava a Filipe Augusto. De concreto, nada. Pressionava o rei, reafirmava, enfático, a legitimidade de Amauri sobre o Languedoc, confirmava títulos e domínios, condenava Raimundo VI e o jovem Raimundo, ameaçava confiscar-lhe o marquesado. Abstinha-se de agir. Não por medo. Nem por benevolência. Ameaças eram seu único trunfo. O papa intimou, mais uma vez, Raimundo, o Jovem, a se reconciliar com a Igreja, a obedecer a ela jurando a Paz, para que fizesse jus à herança que ela lhe havia reservado. Não teve resposta.

Amauri resolveu reagir. Apesar da escassez de homens, decidiu cercar Castelnaudary no início do verão. Já não tinha esperanças de ajuda. Nem da França, nem de Roma. Reuniu tropas, partiu com máquinas de cerco. Castelnaudary, a um dia de caminhada de Carcassonne, era de grande valor estratégico para os cruzados. O cerco atravessou verão e outono e já se preparava para enfrentar o inverno sem que conseguisse abalar as defesas da cidade, sem que conseguisse condená-la à fome e sede, tomá-la, saqueá-la. Eram eles, os cruzados, que assistiam, com a chegada da estação fria, ao sumiço dos comboios carregados com provisões, à falta de dinheiro do chefe militar. Amauri foi obrigado a levantar o cerco. Voltou a Carcassonne. Enquanto ruminava a derrota, o jovem Raimundo e Rogério Bernardo de Foix atacaram Montréal. Os burgueses entregaram a cidade aos condes de Toulouse e Foix, que avançaram em direção ao castelo. Houve combate entre a guarnição francesa e os cavaleiros occitânicos. Por fim, os franceses se renderam.

Durante a primavera, tudo pareceu piorar para os invasores. Raimundo Rogério de Foix apropriou-se de quatro cidades. No verão, arcebispo e bispos chegaram a Carcassonne. Traziam reforços. Nada que se comparasse à armada que se reunira a Amauri, dois anos antes, mas o suficiente para que reagisse. Toulouse estava a ponto de fazer alianças que lhe retirariam a parte ocidental da terra conquistada. Considerando-se que a oriental já estava perdida... O chefe militar tentou aliança com Agen. Prometeu recompensas em troca de fidelidade. Não teve êxito. Os agenenses não confiavam nele e selaram compromisso com Raimundo, o Jovem.

Durante o outono-inverno de 1221, Amauri pouco se afastou de Carcassonne. Os reforços recebidos no verão desapareceram mal os homens cumpriram a quarentena. Nem uma armada, nem uma tropa, nem um mísero soldado se uniram a ele. A cruzada emitia seus derradeiros estertores. A Occitânia consolidava vitórias, estendia reconquistas. Em outubro, o jovem Raimundo foi completa e definitivamente deserdado pela Igreja.

Em março do ano seguinte, Consulado e Conselho regulamentaram com Raimundo VI e Raimundo, o Jovem, o modo de eleição dos cônsules. Em 1217, Raimundo VI, ao restabelecer o consulado extinto por Simão, nomeou magistrados municipais, procedimento ilegal e só aceito diante da precariedade da situação que atravessavam. Nos anos seguintes, anos ainda atípicos, Raimundo imiscuiu- se nos negócios municipais. Tão logo a ameaça de guerra minorou, os toulousianos pediram que seus cônsules voltassem a ser eleitos, que a assembleia fosse constituída de homens das variadas classes sociais. Regrado o consulado, Raimundo, o Jovem, partiu em campanha de reconquista. Recuperou cidades. Anistiou habitantes. Confirmou costumes e liberdades. Senhores e

cavaleiros da nobreza firmaram laços feudais, aliança com os Estados raimundinos para a expulsão de cruzados. Raimundo VI isentou o povo de impostos e taxas ligados à circulação de mercadorias.

Enquanto Toulouse se organizava econômica e politicamente, Amauri, inativo, esperava ajuda de Honório, de Filipe. O final do ano anterior fora de perdas. O início de 1222 não se apresentou mais alvissareiro. A cruzada soçobrava em mares revoltos. Desde a rebelião de Béziers, dois anos antes, quando os habitantes da cidade expulsaram o legado Conrado, o levante só fez crescer. Agora, a proporção de insubmissos era assustadora. Conrado não podia responder com armas, limitava-se a excomungar os que participavam da insurreição, mas havia muito a Igreja sabia que ameaças verbais não amedrontavam os occitânicos. Em gesto de desesperança, Amauri tentou uma última cartada. Enviou bispos a Paris. Ofereceu ao rei da França, como dom, as terras conquistadas pelo pai e herdadas por ele. Capitulava, exibia sua incapacidade para conservar as vitórias de Simão, mas, ao mesmo tempo, valia-se da única maneira de salvar os domínios usurpados. Caso Filipe Augusto aceitasse o presente, lutaria para preservá-lo. Enviaria a armada real para defendê-lo. Honório aprovou seu plano.

Como Inocêncio, Honório fez apelo à majestade real, ao dever moral que tem o soberano de colocar a espada material a serviço da espiritual. Entretanto, Inocêncio, quando intimou Filipe a colaborar, todo um país havia por conquistar. Ainda assim, o rei não se interessou. Honório tentou a mesma estratégia, mas só podia oferecer sobras de conquista, sem nenhuma garantia de expansão ou sequer de manutenção dos sítios conquistados. Se tudo fosse perdido, não seria a Igreja que se responsabilizaria pelo desastre diante da cristandade. Filipe estaria envolvido na derrota e na satisfação por dar aos cristãos. Ora, se ele antes não tivera interesse em expandir seus territórios... Independentemente da receptividade, todos os meios de pressionar Filipe foram empregados. Conrado convocou um concilio. Contava convencer o rei a reagir se cartas e embaixadas fracassassem.

A Igreja clamava pela guerra, intimava os franceses a lutar contra os occitânicos. Cristãos contra cristãos. O Languedoc ansiava pela paz. Precisava evitar que Filipe Augusto aceitasse as terras conquistadas, o que implicaria defendê-las. Uma expedição real, com total apoio e ajuda da Igreja, seria impossível de vencer. Raimundo tentou reverter a situação. Colocou-se frente à Coroa como vassalo, reafirmou Filipe como senhor superior da totalidade de suas terras. Se conseguisse que o rei recebesse sua herança, sob a promessa de lhe render homenagem e jurar fidelidade, destituiria Amauri, seria reconhecido como legítimo herdeiro do condado de Toulouse; forçaria Filipe Augusto a tratar

com a Igreja sua reconciliação.

Amauri e Raimundo tentaram colocar Filipe Augusto em delicada situação. Ligar-se ao primeiro implicava ser o herdeiro do conquistador legal; inclinar-se pela causa do segundo, ser o suserano do legítimo senhor. Não se tratava de uma opção, mas de duas perigosas ofertas. A primeira desencadearia a guerra contra os occitânicos; a segunda, um conflito com a Santa Sé. Filipe não teve pressa em responder a um ou ao outro. Durante dez meses, Amauri se viu obrigado a abandonar os campos de combate. Não tinha homens nem dinheiro. Não tinha possibilidades de empreender nenhum cerco, nenhuma guerra. Como Filipe não desse notícias, partiu para a França a fim de falar pessoalmente com o rei dos francos. Raimundo também abandonou espadas, dardos, engenhos de guerra. Se pleiteava a ajuda de Filipe, se contava com ele para advogar sua reconciliação, não devia combater cruzados.

O verão castigava o país. O sol esparzia luz e calor sobre Toulouse, afogueando a cidade, enevoando o ar, dificultando a respiração. Raimundo VI, ofegante, voltava da igreja onde havia ido fazer orações. A febre que o consumia havia quase um ano parecia ter aumentado. Tiritava de frio. Arrastava pernas enlanguescidas, dormentes. Aninhou-se na casa de um amigo. Pediu que o deitassem. Chamou pelo abade de Saint-Sernin, pelos Hospitalários de Saint-Jean. O abade demorou a chegar. Encontrou Raimundo emudecido. O velho conde exprimiu-se por gestos. Com esforço, uniu as mãos, colocou-as entre as do abade. Pedia-lhe que o absolvesse. Um cavaleiro da Ordem do Hospital serviu de testemunha. Cobriu-o com seu manto. O conde beijou a cruz costurada ao pano consagrado. Expirou, aliviado do tormento.

Raimundo VI, filho de Raimundo V, morreu aos sessenta e cinco anos. Vinte oito dedicados ao condado de Toulouse. Justo e leal senhor. Pacífico, avesso a guerras e estratégias militares. Bom católico, apesar de ter deixado o mundo excomungado. O conde de Toulouse deixou viúva a quinta esposa, e deixou também seis filhos, dos quais somente Constância e Raimundo, o Jovem, eram legítimos. O abade de Saint-Sernin planejou enterrá-lo na própria basílica. O conde havia morrido em sua paróquia. Os Hospitalários requisitaram o corpo. Apoiaram-se no desejo manifesto de Raimundo de ser sepultado entre eles. Entretanto, a excomunhão impedia que Raimundo fosse inumado em terra sagrada. Depositaram-no num caixão de madeira. Deixaram-no no corredor que levava ao cemitério de Saint-Jean.

No mês seguinte, celebrou-se a cerimônia de elevação de Raimundo VII. Presentes estavam vinte e quatro cônsules em exercício, sessenta e oito convidados especiais, inúmeras outras pessoas. Todos foram testemunhas oficiais dos juramentos de fidelidade de Raimundo, dos juramentos dos

magistrados da cidade e do burgo de Toulouse. Raimundo prometeu ser bom e leal senhor, confirmando franquias, liberdades e costumes da cidade. O primeiro ato legislativo foi imediatamente posto em prática. Ele autorizou a criação de uma polícia urbana, uma milícia especializada em cuidar da segurança das pessoas, de seus bens, de casas religiosas, ruas e estradas. Concedeu aos Hospitalários de Saint-Gilles direito de pastagem para rebanhos em suas terras. Isentou-os de taxas. Abriu mão dos impostos de habitantes da cidade e do burgo, eximiu-os da obrigação de albergar ou asilar. Comprometeu-se a só mobilizar a armada em caso de guerra ao Toulousain. Jurou não desvalorizar a moeda, que era a mais forte de todas as utilizadas do Atlântico ao Mediterrâneo. Em assembleia pública, declarou que ele e seus sucessores só nomeariam cônsules se os membros do conselho eletivo e da Comuna de Toulouse e do burgo assim o desejassem. Até a morte, Raimundo VII obedeceu às promessas feitas em 1222.

Seis meses depois de Amauri e Raimundo escreverem a Filipe Augusto invocando ajuda, nenhuma resposta chegara a um ou ao outro. Perguntava-se por quê. Desprezo pelo destino da cruzada e dos que por ela haviam lutado? Total indiferença pela sorte da Casa de Toulouse? Ou consequência da febre que acometera o rei, desde agosto do ano acabado, retirando-o quase que completamente de encargos e problemas que atingiam o reino?

Sobre o conde Raimundo as pressões eram imensas. Os meses de espera significavam grandes riscos para os occitânicos, que, a qualquer momento, podiam ver o retorno dos cruzados. Cavaleiros, barões, excluídos, espoliados, o povo estava impaciente com a demora em recuperar o que lhe pertencia por direito. A Igreja Cátara também se mostrava ansiosa por retomar sua posição anterior e suas atividades de subsistência. Raimundo VII sonhava com a paz desde que viesse acompanhada do real reconhecimento de seus direitos como legítimo herdeiro.

Em maio de 1223, mais uma vez, Filipe foi pressionado a intervir na questão albigense. Conrado fez questão de lhe cobrar ajuda e conselho, isto é, serviço militar acrescido de contribuições pecuniárias. Apoiava-se no imperioso dever de assistência em questões que envolviam o reino. Um contrato entre Igreja e Coroa. Filipe convocou prelados e barões para que com ele examinassem o problema occitânico, mas Filipe Augusto não se dispunha a intervir. Amauri nada conseguiu com ele. As cobranças não o tornaram mais maleável, sensível ou compreensivo.

A Igreja encontrava-se num impasse. Propor a Paz no Languedoc, para evitar o total esfacelamento da cruzada, não resolveria seus problemas com a heresia. Era preciso, mais uma vez, tentar dobrar Filipe. Conrado encontrou a

solução alardeando para a cristandade que a heresia estava mais poderosa do que nunca, que havia sido renovada, revivificada pelos recuos da cruzada, e, caso não conseguissem ajuda, a catástrofe seria iminente. O legado não mentia. A ascensão de Guilhabert de Castres ao bispado cátaro do condado de Toulouse renovou a heresia. O novo bispo assumiu a missão espiritual e encontrou apoio em todas as camadas sociais. Conrado deu o grito de alarme confiante na ortodoxia da Coroa.

Filipe Augusto consumia-se em febre. Apesar da doença, pediu que transferissem o concilio para Paris. Iria assistir a ele. Tremendo de frio, o soberano submeteu-se a sangria. Recebeu a extrema-unção. Tomou a estrada para Paris. Viajava em liteira. Sentiu que o mal se agravava. Confidenciou aos que o acompanhavam que não tinha intenção de se envolver no problema albigense. Pretendia apenas informar-se, aconselhar, mas jamais ceder a pressões. Receava, entretanto, que após sua morte os clérigos fizessem campanha sobre seu filho Luís para que se ocupasse do problema. Filipe não chegou à cidade real. Faleceu a caminho dela. O concilio foi profundamente perturbado pela morte do rei, e nada de concreto foi acertado. Conrado pressionou o herdeiro. Luís VIII desculpou-se, alegou nada poder resolver de imediato. Prometeu vagamente ao legado examinar mais tarde as possibilidades de intervenção. Nada indicava que a Coroa aceitaria o dom da terra conquistada. Também a Paz não estava concluída.

A chegada do outono não amenizou as investidas contra os cruzados. O jovem Raimundo Trencavel, filho do outrora visconde Trencavel, retornou de seu exílio, apoiado por Raimundo VII e Rogério Bernardo de Foix. Foi acolhido como libertador e conseguiu substancial ajuda para empreender a reconquista dos feudos paternos. Enquanto guerreava pelos arredores, seus aliados bloquearam Carcassonne. Golpe fatal. A cruzada perdeu cor e viço. Feneceu. Amauri, ilhado, foi obrigado a aceitar o armistício proposto por Raimundo VII, amortalhando, junto com o ano que findava, títulos e terras que incorporara como seus.

Em Roma, Honório aguardava Conrado para discutir sobre a possível intervenção de Luís VIII na questão albigense. O legado afirmou que o novo rei prometera pensar no problema, mas Honório não planejava perder tempo. Era preciso instigá-lo a empunhar armas, a vingar a Igreja, e o papa contava com a manifesta religiosidade do rei e da rainha Branca de Castela. Escreveu a Luís, lembrou-lhe a promessa. Cobrou-lhe engajamento pessoal. Declarou-se pronto a prolongar a trégua entre França e Inglaterra. Diversas cartas remeteu aos prelados do reino. Pedia o empenho dos religiosos junto a Luís VIII.

O golpe de misericórdia desferido contra a Igreja foi dado por Raimundo

VII. O jovem conde entrou em Melgueil. Os habitantes receberam-no de braços abertos. Prestaram-lhe homenagem e juramento de fidelidade. Os condes de Toulouse tinham o condado de Melgueil da Santa Sé. Em 1211, Inocêncio confiscara-o. Raimundo, agora, reconhecido como senhor superior, não o tomava de cavaleiros ou barões franceses, mas da própria Igreja. Uma humilhação bem maior que as sofridas após a reconquista. Honório era só fúria. Escreveu aos nobres do condado. Ordenou-lhes que revogassem o juramento e se colocassem sob a autoridade do bispo. Ordens e pedidos vãos.

Enquanto isso, em Carcassonne, Amauri assinava o armistício proposto por Raimundo VII. Os condes meridionais deram garantias. Prometeram preservar igrejas, evitar invasão e pilhagem de cidades e terras tomadas, não tentar reaver castelos e fortalezas, devolver bens aos que haviam sido desapossados, não punir habitantes por traição desde que jurassem fidelidade e se mantivessem fiéis. Com o armistício, davam ao jovem conde meios de repatriar cruzados, salvar cavaleiros e vassalos. Em troca, Amauri de Montfort comprometeu-se a conseguir a Paz da Igreja para os barões occitânicos. Se a obtivesse, os meridionais estariam salvos. A Paz tornava impossível uma nova expedição militar à região. Amauri receberia dez mil moedas de prata como pagamento. Raimundo apostava em seu empenho em reconciliá-lo com a Igreja. Montfort, completamente arruinado, não perderia a chance de embolsar quantia tão significativa.

O Armistício de Carcassonne sancionou o fim da cruzada de 1209. A imensa armada que triunfalmente chegara ao Languedoc catorze anos antes, que tomara cidades e castelos, que vencera batalhas, não resistiu à inexperiência de seu novo comandante, sem dinheiro, sem exército, sem fibra, sem técnica, sem inteligência. Com o armistício, Raimundo II Trencavel entrou, comovido, em Carcassonne. Em janeiro de 1224, ocupou, pela primeira vez, o castelo dos ancestrais viscondes. Raimundo era bebê quando haviam assassinado seu pai e, junto com a mãe, se exilara na Catalunha.

Mas... se o Languedoc comemorava, a Igreja não tinha vitória para cantar. O término da cruzada não a favorecia em nada. Ao contrário, baixar armas significava abandonar o sonho de ver os franceses povoar a Occitânia, de expulsar hereges e heresia, de resgatar a verdadeira fé em domínios infectados por infidelidade e perfídia. Logo, não podia dar a Paz a Raimundo VII, perdoar-lhe canonicamente, livrá-lo de excomunhão.

As cartas enviadas a Luís VIII por Honório, Conrado e inúmeros religiosos, em janeiro de 1224, versavam sobre um único e mesmo tema: a necessidade imperiosa de organizar uma nova cruzada sob o comando real. Luís reuniu

prelados e barões. A decisão tanto esperada e requisitada foi enfim tomada. Honório contou com um rei mais pio que o anterior, que odiava heresias e os que a favoreciam; contou ainda com a convivência de Luís, durante vinte e quatro anos, com a devota Branca de Castela, sua esposa, que muito o influenciou em sua religiosidade e decisão; contou, enfim, com a ganância do rei, que pretendia obter vantagens para o Estado. Ao fim do conselho, Luís definiu as normas que o colocariam à frente dos exércitos. Exigiu as mesmas indulgências e remissão de pecados oferecidas aos cruzados do Oriente. Deu a arcebispos do reino plenos poderes para excomungar pessoas e interditar terras dos que se negassem a acompanhá-lo. Garantiu também a eles plenos poderes para excomungar occitânicos e interditar suas terras. Estabeleceu que a trégua com o rei da Inglaterra e com o de Jerusalém fosse prorrogada por um período de dez anos, já que era impossível prever o tempo de duração da cruzada e os gastos da empreitada. Cobrou do papa a confirmação por escrito do confisco das terras oferecidas ao reino da França. Impôs à Igreja de Roma o pagamento de sessenta mil libras parisienses, durante dez anos, para uso em proveito do país...

Luís VIII anexou ainda ao documento uma carta de Amauri que cedia oficialmente ao rei da França e a seus herdeiros, para sempre, as terras conquistadas. Luís não tinha dúvida de que Honório aprovaria, aliviado, suas exigências para organizar a cruzada real. Pensando assim, despachou bispos e arcebispos para Roma. Os religiosos tinham ordem de não abrir mão de suas imposições. O rei escreveu também cartas para os cônsules de Narbonne, fiéis defensores da causa da Igreja. Anunciou a chegada próxima. Começou os preparativos para a viagem.

Em Roma, Honório III examinou o documento enviado por Luís VIII, artigo por artigo. Conrado acompanhou meneios de cabeça, estupefação, ira, ar de incredulidade... O Sumo Pontífice se deteve no pequeno comunicado escrito por Amauri de Montfort. Mais uma vez, Conrado viu o papa enraivecido, apertando os lábios, franzindo os olhos, enrugando a testa. Qual a causa de tanto desagrado? De tantos trejeitos? Honório III detectou interesse, chantagem, jogo político e financeiro, ganância. Luís se engajava na causa da Igreja decidido a dar ordens e não a recebê-las. Preocupava-se em defender o Estado, pedindo garantias políticas, jurídicas e financeiras. Motivava-se a combater pelo reino e não pela Igreja. Aquiesceu, aproveitando-se de suas promessas e apelos desesperados. O rei da

França exigia um contrato que precisasse em detalhes sua intervenção. Colocava-se como senhor superior do Albigeois, com total propriedade do país, e proclamava-se livre para conceder domínios, estabelecer vassalos. Poder que se substituía ao dos senhores legítimos, os condes de Toulouse, e ao dos senhores

legais, os da Casa de Montfort. Ficavam também eliminados quaisquer herdeiros que não fossem os dele. Os domínios confiscados deveriam ser reconhecidos como possessões da Coroa para sempre com a aprovação da Santa Sé, privada de receber o censo estabelecido em seu benefício por Simão de Montfort.

O ilustre rei da França cobrava oficialmente aquilo que lhe havia sido oferecido, inúmeras vezes, sem compromissos de juramento. Por que, então, Honório reagia? O problema foi que Luís não se contentou com as regalias oferecidas. Queria mais, e Honório não podia aceitar que Luís o forçasse a lhe conceder a direção espiritual da cruzada, outorgando-lhe o direito que pertencia à Santa Sé, e somente a ela, de nomear legados, designar mandatários, escolher prelados encarregados de representá-la. Como podia permitir que os fiéis do reino, e não os da Igreja, excomungassem, interditassem sem limites de poder? Luís queria que tudo lhe fosse dado em possessão para sempre. Ele expunha a saque as terras meridionais em seu único benefício, excluindo a Igreja de participar do destino do país albigense. O que aconteceria com os direitos que a Santa Sé havia adquirido ao longo da cruzada de 1209? Com os domínios que haviam aumentado o patrimônio da Igreja? Com o censo de três moedas por família, instituído por Simão? Com os castelos deixados como garantia? Com os principados tomados pela Igreja? Com os direitos sobre castelos, cidades e domínios, dados por Simão e Amauri a bispados e abadias? Decididamente, suas propostas eram inaceitáveis, mas como recusá-las sem se comprometer? Anos e anos pregando a unidade da Igreja e a salvação da cristandade como os motivos primordiais da cruzada, como abandonar os interesses espirituais e privilegiar os temporais? O papa esbarrava em problema de difícil solução. Ocupava a posição de pedinte. Era a Santa Sé que precisava de ajuda. Luís manejava a faca, detinha o queijo, e, enquanto vigorasse sua supremacia, o papa estava em desvantagem. Não podia dispensar a interferência real nem confidenciar os verdadeiros motivos que o impediam de atender às reivindicações de Luís. Sua única saída era inverter o jogo, colocar Luís no lugar de pedinte.

Honório traçou a estratégia que usaria. Suspendeu a cruzada. O motivo? Socorro urgente para a cruzada à Terra Santa. Não estava preocupado em convencer Luís de que sua prioridade tinha mudado de rumo. O importante era impedir que a armada partisse até que conseguisse dobrá-lo a sua vontade. Para deixar o rei receptivo a seus desejos, blefou, anunciou que pretendia dar a Raimundo a Paz da Igreja sob a promessa de expulsar os hereges, reparar os danos causados ao clero e restaurar a honra de Amauri. Tudo estava preparado para que o conde se submetesse às ordens da Santa Sé. Porém, como sabia ser difícil confiar em suas promessas, fez um pedido a Luís: que o rei mantivesse em segredo a anulação da cruzada. Raimundo precisava continuar a se sentir

ameaçado. Única garantia de que obedeceria, honrando a submissão prometida.

Conrado foi encarregado de levar pessoalmente a carta até Luís VIII e responder a suas questões. Honório sabia que a morte de Filipe Augusto havia piorado muito a situação de Raimundo. Seria inútil, para o conde de Toulouse, solicitar a interferência de Luís VIII em prol do reconhecimento de seus direitos. Estava claro que o atual rei desejava exatamente o contrário. Logo, ao conde só restava negociar diretamente com Honório.

Se Honório agiu ameaçando a Coroa, tentando dobrá-la a seus desejos, Luís VIII reagiu e se negou a compactuar com a Igreja. Em carta, mostrou sua surpresa com a mudança de planos da Santa Sé, que decidira priorizar o socorro ao Oriente e a reconciliação de Raimundo VII em detrimento da expedição real. Quanto a manter a ameaça de guerra, informou que não se prestaria a este papel. Luís reagiu exatamente como o papa queria. Ao anunciar ao rei que a Igreja desejava o perdão canônico de Raimundo, Honório sondava as intenções de Luís. Se aceitasse manter a ameaça de uma cruzada, mostraria total desinteresse temporal e afirmaria seu desejo exclusivo pelo triunfo da Fé. Se demonstrasse contrariedade e recusasse, deixaria claro que cobiçava terras e aceitaria qualquer coisa para impedir que o conde fosse agraciado. Luís aceitara tomar a cruz como representante do poder, fizera da cruzada um negócio e ia usá-la não só para obter o país albigense, mas para tomar a Gasconha e o Poitou dos ingleses e ampliar seus domínios. Honório barrou-lhe o caminho. Ameaçou-o para fazê-lo baixar o preço, moderar suas pretensões, tornar-se o pedinte.

Raimundo VII, distanciado das manobras políticas de Coroa e Igreja, viu na reconciliação a possibilidade de regrar sua situação com Honório. Ela era das piores. Com a retomada de Toulouse e de Melgueil, transformou-se em usurpador; com a expulsão de Amauri, configurou-se como inimigo supremo dos católicos defensores da cruzada. O conde precisava de bons advogados para negociar com o papa. Apelou ao jovem primo que ocupava o trono da Inglaterra. Henrique III, após a morte de João Sem Terra, unira a Coroa inglesa com a Igreja e gozava de privilégios como fiel vassalo do papado. Sua interferência não estava isenta de interesses. Henrique também não queria a cruzada real. Sabia que Luís VIII tinha planos de invadir suas terras no continente. Estabelecida a aliança, Raimundo enviou embaixadores a Roma. Honório recebeu-os. Escutou-os. Escreveu a Raimundo, avisou que devia submeter-se, obediente e humilde, ao legado Romain Frangipani, cardeal-diácono de Saint-Ange, enviado pela Igreja.

Arnaldo Amauri convocou Raimundo VII, Rogério Bernardo de Foix e Raimundo Trencavel para uma conferência. Arnaldo tinha ordens de Honório para que a negociação transcorresse segundo as formas canônicas legais. Só assim Luís ia sentir-se verdadeiramente ameaçado. Além disso, precisava

garantir a Paz da Igreja, preservar seus direitos, caso a cruzada real não se realizasse jamais. O papa sabia que Raimundo não estava só, que possuía aliados poderosos, vassalos devotados a ele e ao catarismo. Todos poderiam jurar solenemente que reprimiriam a heresia, restaurariam a fé católica e seriam fiéis à Igreja, mas promessas nada garantiam. Não seria a primeira vez que as quebrariam. Logo, tudo devia ser feito legalmente, por meio de juramento que os obrigasse ao engajamento. Caso traíssem a palavra dada, Honório estaria em condições de, novamente, pregar a cruzada real e obtê-la, porque Luís a desejava.

Condes e visconde prometeram o que lhes fora exigido: manter a fé católica; livrar-se de hereges e confiscar-lhes bens; indenizar igrejas; expulsar salteadores; confirmar liberdades e privilégios a religiosos... Fizeram também exigências: que caducassem as investiduras de Simão; que os direitos legítimos dos príncipes occitânicos fossem reconhecidos. O ato foi redigido, selado, enviado ao papa. Nenhum juramento ainda. Promessas apenas. O procedimento canônico de reconciliação implicava o parecer do Sumo Pontífice. O papa recomendou ao abade que trabalhasse para que Raimundo cumprisse as exigências. Ao mesmo tempo, Honório escreveu aos prelados. Proibiu-os de concluir com Raimundo VII qualquer acordo, qualquer Paz que pudesse trazer prejuízo, escândalo e eterna ignomínia para o clero, o povo e a Igreja Universal.

Na abertura do Concilio de Montpellier, os barões occitânicos negociaram devoluções, pagamentos, partilhas. Regularizaram situações. Terminado o concilio, Raimundo VII e Arnaldo Amauri prepararam embaixada para levar a Roma o documento firmado. Após promessas e juramentos, a reconciliação dependia da absolvição dos occitânicos.

Em setembro, Luís VIII tomou conhecimento do Concilio de Montpellier. A reconciliação de Raimundo, já aliado ao rei da Inglaterra, dificultaria a expulsão dos ingleses do continente. A Cruzada Albigense, em contrapartida, representava a possibilidade de enfraquecer o domínio plantageneta e se apossar de suas terras. Luís VIII não podia permitir que Raimundo fosse perdoado. Guido de Montfort foi escolhido para impedir que ele obtivesse a Paz da Igreja. Recebeu importante missão: desconsiderar os príncipes occitânicos diante do papa. Os meios utilizados? Desacreditar promessas e juramentos feitos pelos sulistas. Afirmar ao papa que seriam transgredidos como sempre o foram. Semear dúvidas também sobre a restituição de bens eclesiásticos; sobre a expulsão de hereges. Honório limitou-se a ouvir. Divertia-se com a estratégia de Luís, com as intrigas de Guido, com os embaixadores de Raimundo. Todos acabaram partindo sem conhecer a decisão tomada pela Igreja. O cardeal-diácono, Romain de Saint-Ange, preparou-se para a nova missão.

No início do novo ano, Honório enviou cartas anunciando aos barões do reino e ao povo das cidades a chegada à França do legado Romain. Luís VIII e Amauri de Montfort também receberam cartas. Nelas, Honório comunicava que Romain gozava de plenos poderes para tratar do problema albigense. Qualquer negociação, naquele momento, atenderia aos interesses da Igreja e não aos da Coroa. Honório conseguira inverter o jogo. Apesar de apelar por uma cruzada real, seu trunfo residia no fato de poder, a qualquer momento, concluir a Paz com os príncipes occitânicos, e Luís não podia deixar que isto acontecesse. As negociações entre Romain e Luís não foram amenas. Ambos tentavam tirar vantagens do que tinham para oferecer. O primeiro passo dado na mesma direção foi concordarem na organização de um novo concílio. Convocaram Raimundo para pleitear absolvição; Amauri para defender direitos de conquista. Do encontro, resultaria a Paz da Igreja para a Occitânia ou a cruzada real para Luís.

Occitânicos e ingleses estavam ansiosos com a demora da absolvição. Passado um ano do Concilio de Montpellier, Raimundo ainda aguardava a decisão papal. O silêncio da Igreja intrigava Raimundo, incomodava o rei da Inglaterra, que temia a cruzada real. Henrique enviou embaixadores a Toulouse. Alertou o primo para que se mantivesse em guarda. Engajou-se em nova aliança. Ofereceu-se para negociar com a Igreja. Se nada conseguisse, defenderia as terras do primo, faria valer seus direitos contra o rei da França e outros inimigos.

Se Raimundo e Henrique tinham cuidados que tomar, a Santa Sé estava tranquila. Sabia que Luís não desperdiçaria a chance de anexar o país albigense e as terras plantagenetas ao reino. Honório preparou-se para a cruzada real. Escreveu a dois prelados. Acusou o conde de Toulouse de praticar atos que desmentiam suas palavras. Lançou acusações desmerecidas. As falsas informações frutificaram. Inúmeros religiosos posicionaram-se contra Raimundo. Outro fato enfraqueceu sua defesa, a morte de Arnaldo Amauri, em fins de setembro. O ferrenho adversário de Raimundo VI se havia tornado um fervoroso partidário da Paz no Languedoc, um precioso aliado de Raimundo VII. Arnaldo empenhou-se na reconciliação do conde, e entre eles nasceram fortes laços de confiança. Com o desaparecimento do abade, Raimundo perdia um insubstituível defensor para representá-lo no concílio.

O Concilio de Bourges foi em novembro. Diante do cardeal Romain, Raimundo VII repetiu o juramento de Montpellier. Propôs que o legado visitasse as cidades de seus Estados, que constatasse, ao vivo, se a verdadeira fé havia sido restabelecida ou não. Como prova de sua ortodoxia, declarou-se pronto a responder sobre os artigos de fé caso desejassem interrogá-lo.

O conde de Montfort advogou seus direitos. Desenrolou pergaminhos e papéis, bulas pontificais que desapossavam Raimundo VI e o condenavam por

crime de lesa-majestade. Amauri comentou-as. Lembrou a decisão tomada no último Concilio de Latrão. Pediu que fosse confirmado na possessão de domínios que haviam pertencido, outrora, à Casa de Toulouse.

O conde de Toulouse clamou por justiça. Não podia ser acusado de proteger a heresia. Esta havia sido a acusação feita à seu pai. Não podia responder por um crime que não praticara. Lutava por suas terras. Os domínios em questão eram sua herança, e estava pronto a prestar à Igreja e à Coroa deveres de vassalo, juramento de homenagem e fidelidade.

Amauri reagiu. Raimundo ripostou. Argumentaram. Discutiram. Direitos legítimos*versus* direitos legais. Não houve possibilidade de entendimento. Romain interrompeu a discussão. Não podiam enumerar indefinidamente motivos que dessem ganho de causa a um ou ao outro. Considerou que sobre Raimundo VII pesavam inúmeras acusações que o desmereciam e desacreditavam diante da Igreja e do papa. Concluiu que só poderia absolvê-lo caso abandonasse seus domínios e renunciasse, para sempre, tanto em seu nome quanto no de seus sucessores.

Raimundo descontrolou-se quando percebeu que a Santa Sé queria obrigá-lo a assinar seu próprio desapossamento e a deserdação de sua linhagem. Uma exigência impossível de obedecer e jamais proposta antes. No ato de junho, ficara estipulado que Honório pediria ao conde de Montfort a entrega de seus títulos de propriedade. Em julho, o documento fora confirmado sem nenhuma reserva.

A cláusula fora reiterada em agosto sem ressalvas. O conde pedira reconciliação para evitar a expedição real e recuperar, temporal e espiritualmente, direitos sobre seus domínios e títulos. Um negócio, não há dúvida, mas um negócio válido, incentivado pela própria Igreja. Logo, impor tal condição a quem humildemente requeria perdão era trair o próprio princípio de Paz da Igreja. Nenhum legado desapossara os que haviam aceitado o juramento de Paz. Nem sequer Simão confiscara bens daqueles que lhe haviam jurado fidelidade. Ao contrário, os juramentos, proferidos de acordo com o direito canônico ou o feudal, eram o único meio de evitar guerra e confisco.

As queixas de Raimundo não foram levadas em consideração. Romain passou à votação. Exigiu voto por escrito. Sigiloso. Ameaçou excomungar quem divulgasse sua decisão. O veredicto cabia a Honório e a Luís VIII.

O Concílio de Bourges estava encerrado. Nele, nada foi decidido; nada, julgado; nenhuma sentença, votada. Havia muito a Igreja já decidira, julgara, sentenciara. Repetia o papel desempenhado no Concílio de Saint-Gilles. Recusava-se a reconciliar Raimundo VII, porque o conde se negava a obedecer a uma ordem que, de antemão, ela sabia que ele não aceitaria. O concílio teve por

finalidade criar condições favoráveis para a cruzada real. Pressionar Luís VIII a se engajar no problema albigense, aproveitando-se de sua ganância por terras. Honório III cuidou para que garantias quanto às terras albigenses fossem dadas a Luís VIII; não se descuidou, no entanto, de deixar bem claro que o controle espiritual da cruzada ficaria a cargo do legado Romain, devotado à Santa Sé.

Da cruzada ao Oriente ninguém mais ouviu falar. Foi adiada. Já não era prioridade para o imperador. Nem para o papa. Nem para a Igreja. Nem para a cristandade, faminta de indulgências. Em Bourges, muito mais que em qualquer outro lugar, assistiu-se à mais extraordinária demonstração de poder e autoridade da Igreja. Ela pressionou barões occitânicos a demandar a Paz, a retornar à unidade da Igreja; obrigou o soberano francês, por meio de chantagem, armadilha e comércio, a diminuir seu preço, a negociar, é claro, mas de acordo com sua vontade e condição.

A EXTORSÃO

Decidida a cruzada, Luís VIII precisou de dois meses para definir as condições jurídicas, políticas e econômicas; outros dois para mobilizar a armada; mais dois ainda para estabelecer o plano de campanha e ganhar a estrada. A questão financeira não encontrou barreiras. A igreja não criou dificuldades para assegurar a contribuição anual. O rei reuniu o parlamento em Paris. Ao final do conselho, Romain, representando o episcopado, e Luís, a alta nobreza do reino, redigiram o ato que oficializava a cruzada real. Os grandes vassalos prometeram ao rei conselho e ajuda. O procedimento legal estava concluído. Em três dias, Raimundo foi condenado pelo legado; todos os direitos de Amauri sobre as terras conquistadas, transferidos para Luís VIII. As cláusulas canônicas que tornavam possível a cruzada real foram proclamadas pelo cardeal de Saint-Ange. Luís, sua família e seu reino e os que estavam ao seu lado foram tomados sob a proteção da Igreja; Raimundo VII, seus aliados e cúmplices, excomungados. O fracasso da cruzada de 1209 fora a total separação dos poderes temporal e espiritual, dos direitos feudal e canônico. Em 1226, a Igreja conseguiu eliminar as dificuldades que acarretavam forças que se opunham, conseguiu juntar poderes e direitos.

Luís VIII tomou a cruz em janeiro. Dois meses depois, o novo parlamento reuniu-se em Paris. Tudo foi regrado com minúcia de detalhes. Bem antes da partida de Luís, vários senhores occitânicos submeteram-se. Ofereceram suas terras em troca da Paz. Prometeram cortar ajuda e conselho, armas e suprimentos dados a Raimundo VII, ao conde de Foix e a Raimundo Trencavel. Até a Comuna de Avignon, que desempenhara papel importante durante a reconquista e apoiara Raimundo VII, enviou embaixada a Paris. A cidade ofereceu passagem à armada real e, como garantia de sua promessa, entregaria reféns e fortalezas.

Para Luís a oferta era salvadora. Ele necessitava atravessar o rio, e Avignon contava com uma boa ponte de pedra, que tornava a travessia mais rápida e segura. Luís concordou com Honório. Raimundo VII e seus aliados fariam o que lhes fosse pedido sob a ameaça de uma cruzada real. A eminência da guerra, num país já devastado, exaurido, semeou o terror, levou os empedernidos adversários a capitular antes mesmo que o exército partisse. Luís aceitou a oferta de Avignon. Sem cuidados.

Se Igreja e Coroa comemoravam, a euforia estava longe de atingir barões e cavaleiros com a mesma intensidade. Os vassalos do reino não se sentiam entusiasmados em participar de aventura tão perigosa. Oscilavam entre o desejo de servir à Igreja e à fé católica e a desonra que significava combater barões que se haviam submetido e estavam sendo condenados injustamente. Luís VIII não deu atenção a melindres, impôs engajamento, escolheu voluntários, estipulou contribuições pecuniárias aos que se negassem a participar. Autoritariamente. Muito mais do que por convicção, medo e respeito os fizeram tomar a cruz. Nem sequer os religiosos se mostraram entusiasmados. Temiam que as contribuições, por cinco anos consecutivos, arruinassem os estabelecimentos religiosos. Muitos se lamentavam. Muitos se recusavam a contribuir. Muitos, ainda, se limitavam a depositar metade da quantia estipulada. Independentemente de entusiasmo ou temor, no dia marcado, sob hoste real, a imensa armada, comandada por nobres, abençoada por arcebispos, bispos e abades, rumou para o Languedoc. À frente, os estandartes marcados pela rubra cruz, símbolo da santificada guerra, mesclavam-se aos enfeitados pela alva flor-de-lis, símbolo da realeza francesa. Antes da partida e pelo caminho, os senhores occitânicos submetiam-se ao rei, ofereciam suas terras em troca da Paz.

Por que barões e cidades que se haviam entregado de corpo e alma à reconquista, que haviam enfrentado cercos prolongados, que haviam lutado e matado por honra e justiça devidas à Casa de Toulouse se submeteram totalmente ao rei da França, negaram ajuda e conselho àquele que, até bem pouco tempo atrás, fora alvo de tanto respeito e carinho? Medo. Não somente de extorsão, confisco, vandalismo, destruição, violência e humilhação, mas... medo do rei. Como se insurgir contra o rei da França impunemente? Um rei se transformava em personagem sagrado, em mito. Fazia quatro séculos, a realeza francesa se havia distanciado de outras monarquias e se havia constituído como de origem divina. O rei era sagrado por unção e se tornava o representante temporal de Deus na terra da França. Já não era como os outros senhores. Consagrado, transformava-se em ser sobrenatural, dotava-se de poderes taumatúrgicos. A defesa da cristandade era para ele missão sagrada. Ungido do Senhor, o rei da França era depositário de Misericórdia, Piedade e Justiça. Tal

mística se alimentava, exclusivamente, de medo, respeito e confiança. Um rei que curava feridas [35] só podia trazer a Paz. O medo de uma nova guerra e de suas consequências confundia-se com a esperança que se depositava no Salvador, naquele capaz de restabelecer Paz, Justiça e Respeito, naquele capaz de fazer milagres.

O clero aproveitou-se do poder miraculoso que investia o rei da França assim que Luís VIII anunciou a cruzada. Bispos e abades semearam pânico, males terríveis e irreversíveis jamais experimentados anteriormente como punição real e divina. Ao mesmo tempo, insuflaram confiança, misericórdia e justiça na sublime missão do rei ungido. Exploraram a duplicidade da imagem real, propiciadora de medo e amor. No Languedoc, o clero trabalhou ativamente junto a feudatários, poderes urbanos e povo. Bafejou em todos, homeopaticamente, temor e esperança.

Honório tratou de assegurar a neutralidade dos reis de Aragão e da Inglaterra. Jacques I de Aragão, ao contrário de Pedro II, comportou-se como um verdadeiro vassalo da Santa Sé. Reuniu a assembleia. Considerou pedidos e ameaças. Ordenou que ninguém tolerasse hereges ou acolhesse defensores de heresia. Em contrapartida, Henrique III, primo do conde de Toulouse, tinha todo o interesse em manter a aliança, lutar ao lado de Raimundo. Henrique estava aflito para combater contra a armada francesa, para reconquistar as terras tomadas pelos franceses. Poderia fazê-lo enquanto Luís estivesse ocupado no Languedoc. O rei da Inglaterra já se armava para atacar quando recebeu carta de Honório III. Sem grandes rodeios, o papa lembrou-lhe os princípios canônicos sobre os quais se fundava a cruzada: interdição do país; excomunhão de partidários de heresia; confisco de domínios. Honório expôs criteriosamente o procedimento por seguir. Deixou claro que, caso Henrique ajudasse Raimundo, lutando ao seu lado ou atacando regiões conquistadas pela França, colocaria sua fé sob suspeita, sofreria os mesmos golpes desferidos pela cruzada contra os albigenses e não poderia contar com a Igreja para concluir a trégua como tantas vezes acontecera no passado. Henrique curvou-se aos barões que o aconselharam a não intervir. Acreditou que Luís tinha poucas chances de sair vitorioso. Diante de ameaças e sábios conselhos, Henrique III também não apoiou Raimundo. O conde perdeu ajuda preciosa, ficou restrito a cidades e vassalos que lhe restaram fiéis: Toulouse, que sempre o reconhecera sem reservas, e os fiéis aliados da Casa de Toulouse, o visconde Trencavel, os condes de Comminges e Foix.

Luís recebia submissões dos que iam a Paris, dos que viajavam até Bourges para encontrá-lo. Grandes e pequenos feudatários rendiam-lhe homenagem. Faziam-lhe juramentos. Tornavam-se vassalos do reino. Antes mesmo da partida

da armada, o rei da França já era senhor superior de grande número de cidades e baronias ao sul do país.

A armada partiu no dia marcado. Em Lyon, os cruzados embarcaram no Ródano víveres e bagagens. Tomaram a estrada para o sul. Em junho, os primeiros esquadrões chegaram a Avignon. Aos estandartes manchados com o sangue em cruz, aos decorados com a branca flor, não responderam os de Avignon que deviam tremular no alto das muralhas da cidade. Ao som das trompas dos arautos do lado de fora, não cantaram as do lado de dentro. A cidade não parecia esperar visitas. Não estava em festa. Não se preparara para receber o convidado real. Não tinha intenção de acolher visitantes. Para que não houvesse dúvidas, cerrou suas portas. Três mil homens, incrédulos, encontraram a cidade trancada, adormecida. Confusos, sem saber o que fazer, avistaram uma ponte de madeira lançada de uma margem à outra do rio e, apesar de constatarem quão pouco segura era, passaram para a margem direita. Pouco depois, surgiam Luís e Romain com o resto da armada. Também rei e legado pararam, estupefatos. Pediram para falar com os responsáveis pela cidade. Queriam explicações. Os avinhonenses disseram que a armada devia passar pela ponte de madeira construída expressamente para ela. Os cruzados repetiram as promessas feitas pela Comuna da cidade, afirmaram que os representantes de Avignon se haviam engajado por juramento, que haviam prometido reféns e fortalezas como garantias e que o rei havia confirmado segurança para as pessoas e seus bens. Nenhum argumento lhes abriu as portas da cidade. Os cruzados exigiram que os víveres já comprados pelos emissários lhes fossem entregues. Os avinhonenses se negaram a fazer entregas. Ficaram com dinheiro e mercadoria.

As discussões não chegavam a conclusões. Luís recusou-se a atravessar a ponte de madeira. Os avinhonenses lhe deram como escolha passar pela cidade, mas apenas com uma pequena comitiva, ou chegar à ponte de pedra com a armada, escalando o rochedo, caminho difícil e perigoso. Luís não aceitou. Ameaçou cruzar a cidade, por bem ou por mal. O impasse inflamou os habitantes. Atiradores ocuparam o alto das muralhas. Atingiram os cruzados. Apontaram para a ponte sobre o rio. Destruíram-na. Dividiram a armada em duas partes. Luís ordenou que acampassem, cercassem a cidade. Enquanto a armada real empacava em Avignon, cidades continuavam a se submeter a Luís. A parte oriental do país se entregou. Até Bernardo V de Comminges, conhecido aliado de Raimundo, capitulou, mas... os franceses algemados em torno de Avignon, as submissões perderam a validade, acabaram. Também minguaram as provisões. O verão avançava. Os cruzados sofriam com calor, racionamento de comida e água. Raimundo estava pelos arredores da cidade. Não tinha homens para libertar os habitantes. Tratou de dificultar a estadia dos invasores. Evacuou o povo das

cidades mais próximas com rebanhos e tudo o que servisse de alimento; destruiu prados e culturas para privá-los de ajuda. Distribuiu homens pelas vizinhanças; preparou emboscadas para os que partiam em busca de provisões. Não demorou muito, a fome atingiu os acampados. Calor e desnutrição baixaram resistências, desencadearam epidemias. Provocaram também dissensões. Muitos barões, completadas as quarentenas, prepararam-se para partir.

Três meses depois, a situação tornou-se insustentável para os habitantes de Avignon. Capitularam. A cidade foi severamente castigada. O cerco também custou caro aos franceses. Perderam duas mil vidas entre combates e doenças. Antes de deixar Avignon, Luís instalou no castelo um governador civil e militar, representante do poder central, encarregado de administrar, em seu nome, os domínios já confiscados a Raimundo VIL Nasceu a senescalia real. O Languedoc começou a ser anexado à Coroa da França.

A cruzada real iniciou com três meses de atraso. Tempo precioso que Raimundo, com a ajuda dos avinhonenses, teve para organizar a resistência, enfraquecer a armada real, que se desfalcou com a morte de muitos combatentes e com a volta dos que completavam a quarentena. Mais precioso ainda porque obrigava Luís, caso pretendesse cercar Toulouse, a enfrentar o bloqueio durante o mau tempo.

Rei e legado chegaram a Carcassonne. Raimundo II Trencavel e o conde de Foix abandonaram a cidade. Os cruzados, ali, não se demoraram. Voltaram à estrada. Durante a cavalgada, Luís sentiu que as forças o abandonavam. Desde o cerco de Avignon, sofria com uma disenteria renitente. Enfraquecido, via a chegada do inverno com desânimo. O cerco de Avignon retardara sua ação e o projeto de cercar Toulouse durante a estação amena. Resolveu voltar ao reino. Tomou providências para que a missão continuasse. Humberto de Beaujeu, seu primo, foi nomeado vice-rei e comandante supremo da armada. Luís e sua comitiva partiram. Nos dias finais de outubro, foram obrigados a parar. Luís acamou-se. Esgotado pela febre e pela infecção, o rei reuniu prelados e grandes senhores do reino. Obrigou-os a jurar que, era caso de sua morte, fariam, imediatamente, homenagem a seu filho mais velho, Luís, e cuidariam para que fosse coroado o mais rápido possível. Aos oito dias de novembro, entregou a alma ao Senhor, aos trinta e nove anos. A vida e a cruzada, para Luís VIII, estavam terminadas.

A cavalgada real, com a morte do rei, desarticulou-se. Os religiosos voltaram para a França. Grandes barões também não viram motivos para continuar. Humberto de Beaujeu não tinha como lutar. Em Reims, Luís IX, de apenas doze anos, foi coroado e sagrado rei da França. Branca de Castela, sua mãe, assumiu a regência e estava pronta para retomar a cruzada real, mas foi

imediatamente presa numa conspiração tramada pelos grandes barões que não a queriam como regente. A conspiração converteu-se em rebelião, e Branca, com a ajuda do cardeal-legado Romain, foi obrigada a comandar uma armada para combater bretões, poitevinos e anglo- gascões insatisfeitos. Os problemas do reino sustaram o socorro a Humberto de Beaujeu, mas Honório pressionava a Coroa a reassumir a expedição. Branca dividia-se entre o dever de voltar ao combate e a impossibilidade de realizá-lo. Enquanto oscilava Branca, entre necessidades da Igreja e da Coroa, Honório IÍI também abandonou a luta. Gregório IX ascendeu.

Se inesperados acontecimentos surpreenderam Coroa e Igreja, também Raimundo VII surpreendeu Humberto de Beaujeu, tomando a ofensiva, reiniciando os combates. O Razès e a cidade de Cabaret uniram-se ao conde. Trencavel e o conde de Foix também participaram da luta, ajudados por inúmeros vassalos exilados de seus domínios. Rogério Bernardo de Foix e Raimundo Trencavel pretendiam fazer do Razès uma nova sede da reconquista. O Languedoc reunificava-se. As dissensões ocorridas, quando da ameaça da cruzada real, desfaziam-se. Senhores que, na primavera do ano anterior, se haviam tornado vassalos do rei da França engajaram- se, na estação florida de 1227, na armada occitânica, prontos a combater o exército real, libertar o Languedoc e, principalmente, a cidade de Cabaret. Decisão audaciosa. A cidade era conhecida como sede de um dos bispados cátaros. Santuário de resistência política e religiosa. Quando Luís VIII chegou ao país, os senhores de Cabaret optaram pela resistência, e, depois da morte do rei, Humberto de Beaujeu deparou com uma ferrenha insubmissão. O povo, que recusou domínio real e religião universal, que não se curvou ao poder taumatúrgico do rei sagrado nem o temeu, possuía outra crença religiosa e política. Em Cabaret, a Igreja Cátara dominava, e o catarismo não era uma seita nem uma comunidade de homens e mulheres que se contentava em obter a própria salvação. Ali, a Igreja Cátara constituía-se como consciência religiosa da sociedade. Em Cabaret, não eram católicos que toleravam hereges. Não eram católicos e hereges que se confundiam e conviviam pacificamente. Lá, não havia católicos, apenas perfeitos e seguidores fiéis. Logo, defender a cidade era proclamar-se partidário de heresia.

No fim de 1226, Raimundo saiu em campanha militar; no início de 1227, sua posição estava consolidada. Tomou inúmeras cidades e as libertou de guarnições francesas; favoreceu a reinstalação de hereges em cidades libertadas; buscou aliados; recebeu juramentos de fidelidade; manteve os franceses o mais longe possível de Toulouse.

Gregório IX, tão logo ocupou a Santa Sé, escreveu à rainha- regente.

Rogou-lhe que se empenhasse na Cruzada Albigense, mas Branca de Castela não enfrentava apenas problemas militares. A situação econômica também estava instável. A Igreja comprometera-se com o financiamento da guerra. No entanto, os arcebispos de várias cidades negavam-se a pagar a décima prevista para os gastos. Argumentavam que, se a Coroa havia abandonado a guerra, não tinham por que contribuir. Em maio de 1227, Gregório IX enviou carta desesperada à rainha. Pedia que relançasse a cruzada. Branca de Castela não via como ajudá-lo. Sem apoio, sem recursos, como retomar tão difícil tarefa? O legado Romain de Saint-Ange encontrou a solução. Não exatamente retomando a luta, mas pondo fim a um combate infrutífero. A Coroa não tinha homens nem dinheiro para cercar Toulouse. Não contava com meios para combater os aliados e assegurar as terras obtidas, nem, muito menos, para vencer batalhas e aumentar suas conquistas. O legado advogou sabedoria e astúcia para obter a vitória política. Raimundo VII, desde que fora deserdado no Concilio de Latrão, lutava pela coroa condal e continuaria lutando, porque havia sido injustiçado. Por outro lado, sabia que somente a Paz da Igreja e a da Coroa garantiriam terras e título. Por que não lhe oferecer a homenagem ao rei da França e a reconciliação religiosa, ou seja, o reconhecimento de seu título de conde de Toulouse em troca de um acordo que beneficiasse Coroa e Igreja? Branca e Romain tramaram a desgraça de Raimundo VII.

De que forma? Humberto de Beaujeu devia reunir tropas, consolidar a armada e conseguir ajuda entre os gascões. A missão da armada? Destruir os vinhedos toulousianos. A Gasconha tinha interesses econômicos em enfraquecer o comércio toulousiano e não se negaria a colaborar. A destruição dos vinhedos, em pouco tempo, provocaria a ruína econômica do condado, essencialmente agrícola. Acabaria com Toulouse; daria à Gasconha chance de comercializar seu vinho sem concorrentes. Milhares de vendedores, transportadores, tanoeiros e inúmeros outros artesãos ficariam sem emprego. Não haveria nada para encomendar, para exportar, matéria-prima para manusear. Os toulousianos sofreriam perdas enormes, muitos empobreceriam da noite para o dia, e Raimundo VII perderia o controle da situação. Neste momento, a Igreja ofereceria a Paz; a Coroa, o juramento de fidelidade ao rei da França. O conde não desprezaria a oportunidade de receber de volta terras e títulos; o consulado, extenuado por guerras e perdas, agarraria a oferta como tábua de salvação para o país exaurido e impossibilitado de reagir.

Como lucraria a Coroa? Romain tinha plano bem definido. Branca de Castela e Raimundo VII eram primos. O parentesco justificava a aquiescência da Coroa em conceder a tão sonhada homenagem e interceder junto à Igreja pela Paz. Raimundo era também primo do conde de Champagne e o tinha em alta

estima. Não recusaria negociar com ele a paz política através de um documento provisório que conteria apenas algumas das exigências que fariam a Raimundo. O projeto do tratado seria irresistível para o conde, obcecado em defender o condado do confisco; para o consulado de Toulouse, preocupado em salvaguardar suas liberdades.

Depois que o projeto fosse aprovado, cláusulas, mais proveitosas para Igreja e Coroa, seriam inseridas no documento definitivo que Raimundo só conheceria quando já não pudesse voltar atrás. A primeira iria vincular reconciliação e perdão ao casamento de Joana de Toulouse, filha de Raimundo, com Afonso de Poitiers, irmão do jovem rei. A segunda estipularia que Joana seria herdeira absoluta de seus domínios, e, em caso de morte de Raimundo ou da filha, todo o condado de Toulouse seria herdado pela Coroa. A primeira providência foi tomada tão logo Branca concordou com o plano. Romain escreveu a Gregório IX pedindo as dispensas necessárias ao casamento. Os jovens eram primos em graus proibidos pela Igreja. A autorização papal não era problema. O papa ansiava pela Paz. Também para a Igreja, a guerra já se prolongara além do tempo desejado, atrapalhando compromissos com Jerusalém. Além disso, o papa Gregório IX, assim como Honório III e Inocêncio III, sabia o quanto era importante para a Coroa o domínio sobre a Occitânia.

Humberto de Beaujeu preparava-se para retomar a luta quando recebeu carta de Paris. Alterou seus planos. Lançou apelo aos gascões. Arcebispos e vários bispos também receberam carta sigilosa chegada de Roma. Vice-rei e religiosos convocaram barões e grande quantidade de cruzados. No dia de São João, a armada real acampou diante das portas de Toulouse. Não cercou a cidade. Não tentou assaltá-la. Madrugava cada dia, assistia à missa, comia frugalmente. Depois, besteiros e cavaleiros, armados para um estranho e singular combate, dirigiam-se aos vinhedos das proximidades. Quando os habitantes acordavam, já tudo havia sido destruído. Não só vinhedos, mas plantações de trigo e hortaliças. Em setembro, a trégua foi proclamada. Nada mais havia por devastar. Os contatos com Raimundo podiam ser feitos.

O abade de Grandselve enviou embaixadores ao conde acenando com o perdão da Igreja; o conde de Champagne anunciou ao primo Raimundo o interesse da Coroa em conceder-lhe o juramento de fidelidade e homenagem. Os conciliadores marcaram o encontro. Após a conferência, Raimundo retornou a Toulouse. Expôs a proposta feita para decidir, junto a barões e cônsules, se aceitaria o acordo que Igreja e Coroa ofereciam. Raimundo não era ingênuo. Não tinha dúvida de que outras exigências lhe seriam feitas, mas precisava pôr um ponto final aos combates. Sua situação militar não era das melhores e, mesmo considerando algumas vitórias, tivera muitas perdas. Não tinha como fazer frente

a tantos cruzados; não tinha como enfrentar outra cruzada real. Sua situação econômica era desastrosa. Não bastassem as sanções tomadas por Gregório, interditando as feiras de Champagne a negociantes toulousianos e provocando um prejuízo considerável para o comércio de exportação, as devastações cometidas pela armada atingiram o condado de forma mais violenta que qualquer cerco feito a Toulouse. O número de mendigos cresceu assustadoramente, a miséria batia à porta não somente de pobres, mas de representantes das várias camadas sociais. Eram inúmeros os burgueses falidos que, envergonhados e revoltados com a condição de pobres, aceitavam, às escondidas, sopas populares organizadas pelo bispo Foulques. Todos desejavam a paz e a possibilidade de reconstruir sua vida.

Raimundo e os cônsules de Toulouse decidiram negociar. A experiência dizia ser imprudente confiar; mais imprudente ainda recusar a dupla oferta. De posse da aquiescência de Raimundo, os embaixadores elaboraram o projeto do tratado por propor ao conde. Seguiram os planos ditados por Romain de Saint-Ange. Planos astuciosos que desvelavam apenas parte das exigências impostas a Raimundo. As Preliminares da Paz foram conhecidas em janeiro de 1229. O Documento de Meaux, assinado pelo conde de Toulouse, duque de Narbonne, marquês da Provença, rezava que Raimundo conservaria o condado de Toulouse e sua diocese, diminuído de algumas dioceses, da senhoria de Mirepoix e da cidade de Cahors. O restante o conde deveria abandonar em benefício de Coroa e Igreja. Depois das garantias territoriais, Raimundo tomou ciência das cláusulas jurídicas. Comprometeu-se a observar o tratado, a exigir a mesma observância por parte dos vassalos. No caso de transgredir qualquer cláusula, teria quarenta dias, após a advertência, para prestar satisfações à Igreja e ao rei. Caso não as apresentasse, os vassalos deveriam voltar-se contra ele, a Igreja novamente o excomungaria, e suas terras seriam confiscadas em proveito do rei. Por fim, exigiram-lhe garantias materiais. Raimundo deveria entregar ao rei, por um período de dez anos, nove castelos pelos quais, no entanto, pagaria pelas despesas da guarda. Quatro teriam seus torreões destruídos. Trinta localidades veriam suas muralhas postas abaixo, seus fossos tapados. O documento terminava advertindo que o rei não poderia conceder a Paz se o conde não fosse absolvido pela Igreja. Raimundo não desconfiou da trama em que o envolviam em troca da reconciliação. Aceitou tudo conforme previra Romain. Se Luís VIII estivesse vivo, seria muito pior, ele não negociaria, já que tinha interesses em anexar a região ao reino. O conde acreditou que o tempo se encarregaria de distribuir no tabuleiro político um novo jogo por jogar. Quem sabe por ganhar.

Em Paris, diante do grande portal da igreja de Notre-Dame, uma cerimônia pública e solene sancionou oficialmente a Paz da Igreja e a da Coroa concedidas

a Raimundo VII, conde de Toulouse. Estavam presentes ao compromisso Branca de Castela, rainha-regente; Luís IX, rei da França; Romain de Saint-Ange, legado da Santa Sé e conselheiro real; arcebispos, bispos e uma multidão de religiosos e barões franceses e occitânicos.

A leitura do Tratado de Paris foi iniciada. Para espanto e indignação de Raimundo e dos barões occitânicos, o texto não era o mesmo que lhe fora apresentado em janeiro, através do documento firmado em Meaux. Pelo Tratado de Paris, Raimundo perdia os títulos de marquês da Provença e duque de Narbonne. Somente lhe seria conferido, já que Igreja e Coroa nunca haviam concordado com a restituição do que jamais lhe pertencera, o título de conde de Toulouse. Esclarecida a titulação, Romain de Saint-Ange passou às cláusulas religiosas. Raimundo jurava lutar contra as heresias; expulsar hereges e salteadores de seus domínios; respeitar as sentenças da Igreja; não dar cargos públicos a hereges ou judeus; restituir aos estabelecimentos religiosos e ao clero bens e direitos que lhes haviam sido retirados; restituir os dízimos injustamente tomados; peregrinar por cinco anos em Terra Santa; pagar multa de quatro mil marcos imposta pela Igreja, acrescida de dez mil marcos a título de perdas e danos; fundar e financiar uma Universidade em Toulouse para reprimir a heresia. Depois de breve pausa em meio a um silêncio sepulcral, Romain prosseguiu com as cláusulas territoriais. Raimundo perdia a diocese de Mirepoix; a cidade de Cahors; metade de Albi, entregue para sempre à Coroa; os domínios do Baixo Languedoc com todos os seus direitos superiores. Perdia ainda viscondados e senhorias. Ao sul, o ducado de Narbonne. Do outro lado do Ródano, o marquesado da Provença e o condado de Melgueil. Enfim, usurpavam do conde de Toulouse metade de seus Estados. A outra metade, a que lhe concediam a título de perdão, só lhe seria entregue se obedecesse à ordem irrevogável:

- O rei só nos deixará a diocese de Toulouse se lhe entregarmos, imediatamente, nossa filha Joana a fim de que ela despose um de seus irmãos.

O documento previa ainda os destinos da herança no caso de morte de Raimundo ou de Joana, no caso de filhos de um e de outro, no caso de Joana ficar viúva sem herdeiros e se casar pela segunda vez... Seis possibilidades foram apresentadas. Em cinco, os domínios de Raimundo VII passariam às mãos da Coroa, eliminando, para sempre, a dinastia raimundina. Pelo Tratado de Paris, o reino da França garantia a captação da herança em quase sua totalidade. Uma única possibilidade restava a Raimundo para conservar sua linhagem: um filho varão. Certo burburinho pôde ser ouvido. Romain esperou por silêncio antes de passar às cláusulas feudais e à anistia. Raimundo se comprometia a fazer respeitar o tratado pelos vassalos. Em caso de transgressão dos juramentos, suas terras seriam confiscadas; os vassalos, imediatamente desligados do

compromisso feudal, libertos de qualquer obrigação para com ele. O reino exigia a desmilitarização de trinta cidades e castelos fortificados. Os sítios listados teriam suas defesas destruídas, incluindo as da cidade de Toulouse. A capital do condado seria uma cidade aberta, e o conde cederia o castelo Narbonnense para uma guarnição francesa. As cláusulas econômicas foram proclamadas diante do mais profundo silêncio. Raimundo deveria arcar com três mil libras tornesas [36] para as despesas dos castelos; seis mil marcos para o reforço das fortalezas; dez mil marcos por perdas e danos; quatro mil marcos para multas; outros quatro mil para a criação da Universidade. Soma exorbitante, cobrada com o propósito de empobrecê-lo, de impedi-lo de sustentar uma armada de mercenários ou pagar soldo a cavaleiros.

Após a leitura do tratado, Romain deu início à humilhante reconciliação canônica. O conde foi despojado das nobres vestimentas. Pés desnudos, em calção e camisa, Raimundo entrou na Catedral. Vinte anos antes, Raimundo VI, em Saint-Gilles, cumprira o mesmo ritual. Foi conduzido ao altar. O cardeal de Saint-Ange absolveu-o. O processo verbal da cerimônia, redigido pelo próprio legado e conselheiro real, foi lido diante dos presentes.

O Tratado de Paris foi considerado vergonhoso tanto para a Igreja quanto para a Coroa. Apoiava-se numa contradição incontestável. Ou bem Raimundo era realmente cúmplice de heresia e inimigo da Igreja, e a sentença do Latrão IV era válida, ou não o era e não havia nenhum motivo para privá-lo da metade de seus domínios, para castigá-lo com tanto rigor. O direito canônico jamais aceitou soluções mediadoras. Ou culpado, ou inocente. Entretanto, no caso de Raimundo, fizeram arranjo para mediar o problema. Meio culpado, meio inocente. O importante não era a questão religiosa. Ela foi apenas o estandarte erguido em proveito da questão política. Raimundo, que tudo fez para reaver a coroa condal injustamente usurpada, utilizou o restante de sua vida para denunciar o Tratado de Paris.

Após a cerimônia de reconciliação com a Igreja, Raimundo foi submetido à de homenagem, pelo condado de Toulouse, a Luís IX. Assinou documento ratificando promessas. Conscientes da extorsão, Igreja e Coroa não tinham motivos para acreditar em Raimundo. Não podiam limitar-se aos juramentos verbais ou aos firmados pelo conde. Temiam que Raimundo não cumprisse especialmente três cláusulas: a destruição das defesas de Toulouse; a entrega do castelo Narbonnense; a permissão para que a pequena Joana fosse trazida à França. Como garantia, não se contentaram com os vinte reféns que Raimundo se dispôs a deixar em Paris. O próprio conde ficou com eles na prisão do Louvre até que castelo e filha estivessem sob os cuidados franceses; até que as muralhas de Toulouse fossem derrubadas e as guarnições francesas acomodadas. Um mês

e meio durou a reclusão de Raimundo e vassalos.

Foulques voltou à cidade condal. Assim que chegou, soube do assassinato do oficial do reino. Pouco depois, denunciadores e perseguidores de hereges tiveram o mesmo fim. Raimundo VII foi acusado de negligência diante da revolta dos vassalos, de conivência com as mortes e de displicência em relação ao pagamento de dívidas.

Em maio de 1229, uma grande festa marcou o sermão inaugural da Universidade criada em Toulouse para promover a ortodoxia. Não demorou muito, a Universidade de Toulouse tornou-se motivo de desagrado para a população, de confusão para a cidade. O ensino deveria versar sobre teologia, fé, artes liberais para promoção da ortodoxia, mas os mestres se valeram das aulas para fomentar a luta ideológica, criticar a mentalidade occitânica, menosprezar os costumes. A Universidade transformou-se em corpo estranho. Mestres e discípulos se chocavam de frente. Deboche e agressividade atrapalharam a aprendizagem, o espírito de conspiração animou os mais rebeldes. Insatisfação por parte dos alunos, desagrado pela dos professores, que não recebiam seus salários. Fracasso total.

Raimundo VII foi responsabilizado pelos problemas surgidos em Toulouse. Acusado, defendeu-se. Tomou a ofensiva. Enviou embaixadores à França e a Roma. Ao rei, reclamou de igrejas que se recusavam a lhe restituir domínios confiscados ilegalmente; ao papa, lamentou-se de sua miséria. O tratado lhe impusera carga financeira excessiva. Seus Estados estavam arruinados pela devastação feita pelos cruzados. Não tinha como pagar dívidas, financiar peregrinação ao Oriente. Pediu prorrogação de prazo para pagamentos. Aproveitou também para pedir uma sepultura digna para o pai morto, cujo túmulo estava abandonado na cocheira do Hotel dos Cavaleiros de Saint-Jean. Raimundo afirmava que o pai morrera como bom católico e sinceramente arrependido, sendo justo que lhe dessem o descanso cristão.

Gregório IX enviou ao bispo de Toulouse ordens para que se informasse sobre o caso, mas não abriu mão do pagamento das dívidas. O interesse de Gregório, entretanto, concentrou-se na manutenção do casamento de Raimundo VII. O conde estava separado, havia tempos, da mulher, e Gregório temia que encontrasse motivos para anular a união, já que, depois de Joana, ela não mais podia ter filhos. Anulação do casamento e liberdade para nova aliança lhe dariam a chance de um herdeiro, retirando da Coroa a possibilidade de ficar com suas terras. Com os soberanos, Raimundo teve mais êxito. Conseguiu que Luís IX, Branca de Castela e o imperador Frederico II de Hohenstaufen intercedessem a seu favor, junto à Santa Sé, para que lhe devolvessem o marquesado da Provença. A interferência de Reino e Império fez Gregório defender-se e

proclamar que a Igreja jamais tivera a intenção de subtrair o marquesado do montante de bens de seu legítimo herdeiro. Esperava apenas que se tornasse digno de confiança. Infelizmente, as últimas notícias mostravam que o conde negligenciava no combate à heresia e não se empenhava de coração a perseguir a causa da Igreja. O papa não mentia. Apesar de o clero languedociano tudo fazer para que Raimundo reprimisse a heresia, sua inércia era evidente.

Em novembro de 1229, arcebispos e bispos reuniram-se em concilio com Raimundo VII e os cônsules de Toulouse. Quarenta e cinco cânones dispuseram-se a purgar o país da depravação herege. Arcebispos e bispos prometeram escolher, em cada paróquia, padres e laicos dispostos a procurar, incansavelmente, os hereges. Os escolhidos tinham por missão vasculhar os lugares suspeitos, denunciar os infiéis, avisar os religiosos, os senhores ou seus oficiais a fim de que fosse providenciada a prisão, marcado o julgamento, decidida a condenação de hereges confessos. O concílio lançou as bases do procedimento inquisitorial, da criação de um corpo de polícia especializado na procura de traidores da fé e de seus cúmplices, de investigações apoiadas em denúncias. As novas ordens, previstas para impor a Paz da Igreja e a do rei, desencadearam clima de medo e terror, responsável pelo desespero da população. Propiciaram ódio; motivaram violência.

Apesar de ameaças e obrigações, um ano depois nada havia mudado. Diante da insatisfação da Igreja, Raimundo comprometeu- se a normalizar as relações entre a sociedade civil e o clero local; a pagar suas dívidas a partir de novembro do ano seguinte. As promessas valeram-lhe apoio de papa e rei. Quanto aos hereges, era impossível para o conde puni-los. Ele oscilava entre a necessidade de agir e o repúdio que tal ação lhe causava. A relutância em perseguir infiéis e condenar grande parte da nobreza vassala o impedia de parecer um fiel combatente de heresia. Dois anos e meio após o Concilio de Toulouse, o de Béziers, em março de 1232, constatou que nem o conde, nem os cônsules, nem os senhores haviam zelado pela observância da lei. O clero reagiu. Obrigou Raimundo a promulgar um edito contra os hereges.

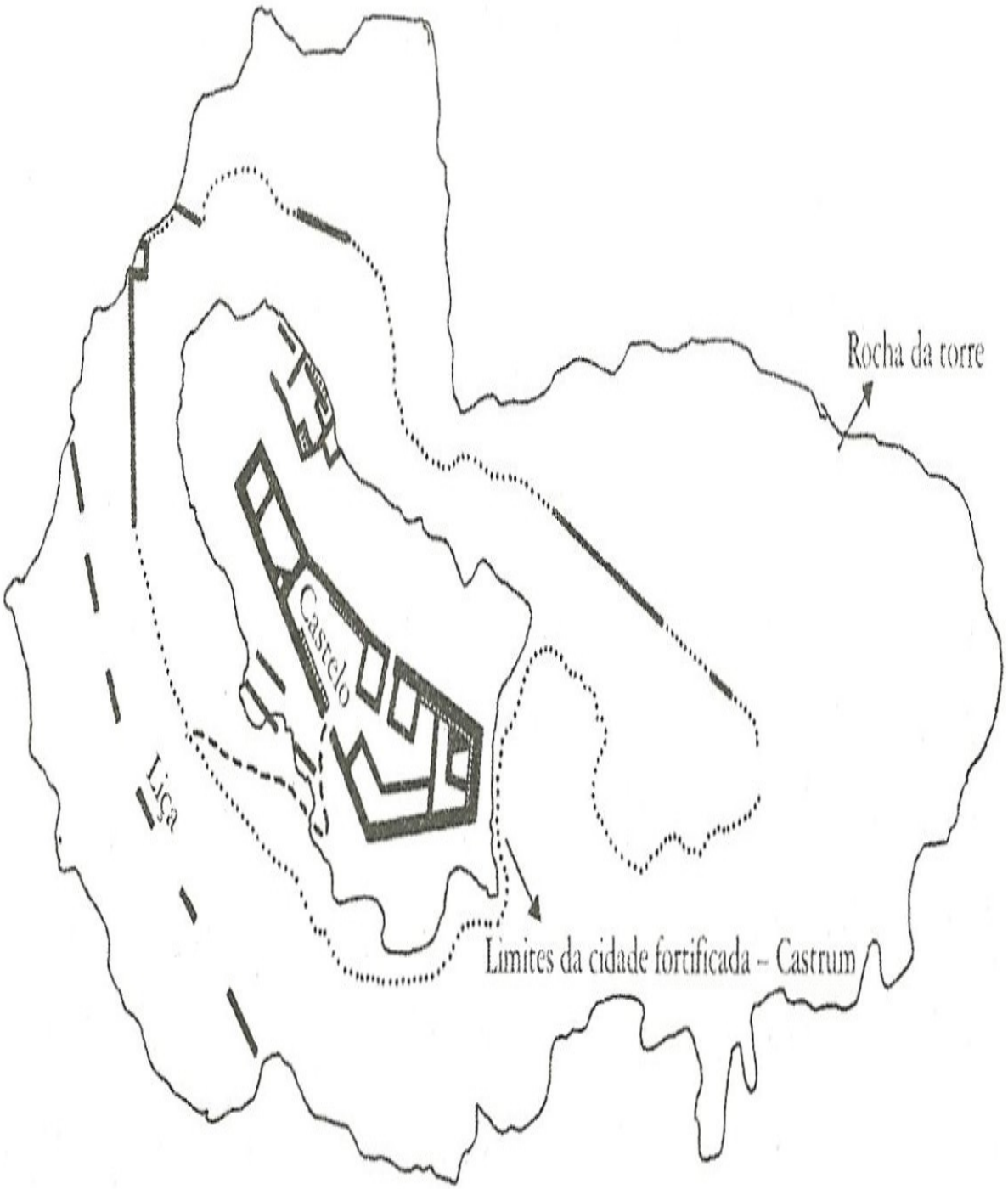
Depois do juramento extorquido de Raimundo, o bispo cátaro do condado de Toulouse, Guilhabert de Castres, e os representantes mais ativos da hierarquia cátara deixaram Toulouse. Na cidade condal, já não havia segurança para eles. Era preciso escolher outro lugar, outra sede para a Igreja. Guilhabert não precisou pensar muito para decidir o que deveria fazer. O castelo de Montségur erguia-se majestoso diante dos bons cristãos. Guilhabert convocou Raimundo de Péreille para uma importante conversa.

A INSUBMISSÃO

No século XII, a Igreja Cátara estava em seu apogeu. Possuía quatro bispados. A hierarquia da Igreja repousava nas mãos de teólogos competentes e cultivados. O catarismo florescia, apesar de insistentes apelos da Santa Sé aos barões occitânicos para que detivessem a heresia e punissem seus protetores. Porém, com a ascensão de Inocêncio III, hereges e protetores de heresia sentiram-se ameaçados. Após décadas de paz, o ano de 1203 e o início de 1204 mostraram-se terrivelmente perigosos. Os perfeitos começaram a ser perseguidos e temeram que a situação piorasse. A Igreja Cátara acumulava motivos para se preocupar com seu futuro. Bispos e várias autoridades cátaras do condado de Toulouse foram ao encontro de Raimundo de Péreille. Tinham um importante pedido que fazer: a reconstrução do castelo de Montségur para refúgio dos hereges. Montségur ocupava um lugar privilegiado. Uma montanha segura como o próprio nome indica. O castelo fica a mil e duzentos metros de altitude, num imponente maciço. No início do século XIII, o*castrum* estava em ruínas, abandonado e impossibilitado de servir de moradia, mas Montségur, pelo afastamento, pelo acesso dificultado por escarpas que o contornam de todos os lados, seria lugar de asilo para os hereges da região e para os que ali chegassem em busca de conforto ou ajuda,

Raimundo de Péreille hesitou. Uma coisa era aceitar os hereges em seus domínios e permitir que tivessem livre curso para pregar doutrina, abrir casas, receber fiéis interessados em sermões; outra, completamente diferente, era reconstruir um castelo cuja única finalidade era abrigá-los, refugiá-los.

RUÍNAS DE MONTSÉGUR



Com este ato, ele se tornava o mais perigoso protetor da heresia. Outro problema preocupava Raimundo. Ele não era senhor superior de Mirepoix, era vassalo dos condes de Foix e de Toulouse; logo, dependia do consentimento dos condes para engajar-se na ajuda requerida. Por outro lado, sabia que eles não seriam contrários à reconstrução nem à ocupação pelos hereges. Como ele, apesar de não serem hereges, eram partidários da heresia, acolhiam e defendiam os bons cristãos em seus domínios. A hesitação durou pouco, e, independentemente de aprovação ou ajuda de seus suseranos, Raimundo de Péreille decidiu cooperar. Refez castelo e torreão. Rodeou o conjunto com cabanas para vendedores ambulantes e peregrinos; casas rústicas para os religiosos que exerciam o artesanato; uma casa mais ampla para os que vinham em busca dos sermões dos religiosos. As casas exteriores, aliadas às defesas naturais, serviam de proteção. Ruelas e pequenos degraus levavam os habitantes a castelo, cabanas e casas. Para vencer o grande declive, levantou muros de sustentação até os limites do precipício. O *castrum*, na extremidade ocidental da montanha, ganhou barbacãs e liça. Um fosso profundo, cavado na pedra, contornava as muralhas que limitavam a cidade do lado leste; uma rocha, na extremidade oriental, recebeu uma torre que servia de observatório e garantia a segurança. Por todos os lados, abruptas falésias. Forno, moinho, estrebaria, cisterna e silo foram refeitos. Assim que Montségur se tornou habitável, Raimundo de Péreille, sua mãe e algumas perfeitas mudaram-se para lá.

Entre 1205 e 1209, a situação no sul do país se agravou. Em 1209, a cruzada surpreendeu a hierarquia religiosa dos outros bispados, a qual, ao contrário dos irmãos do condado de Toulouse, se limitou a buscar proteção em castelos nas outras cidades. O *castrum* de Montségur contava ainda com uma população flutuante quando Simão de Montfort ocupou a região. Pouco depois, Montségur recebeu a primeira leva de desabrigados. Com o passar do tempo, a montanha segura transformou-se em lugar de parada obrigatória para os que por ali passassem, de refúgio para os que escapavam da fogueira. Enquanto Simão cercava, tomava, saqueava e queimava cidades, matava seus habitantes, destruía plantações, os perfeitos instalados na montanha exerciam sua fé clandestinamente. Pregavam à noite, em suas casas ou nas dos amigos. Locomoviam-se disfarçados para dar consolo a moribundos. Para que transitassem sem chamar a atenção, alteraram a aparência. Abandonaram as negras vestimentas e passaram a se vestir como todo o mundo. Barbeavam-se, cortavam os cabelos. Aderiram ao casacão provido de capuz, escondendo a túnica azul que os distinguia dos fiéis. Em Montségur, refugiados e visitantes encontravam aconchego. Afastados do tumulto e da selvageria que reinava na

região, aproveitavam a paz que emanava das palavras de conforto dos perfeitos. Visitavam parentes e amigos; escutavam as pregações de Gaucelin, bispo cátaro do condado de Toulouse, e os sermões de Guilhabert de Castres, Filho Maior [37] de Gaucelin.

Apesar de Montségur preservar os ensinamentos cátaros e o exercício religioso dos perfeitos, entre 1209 e 1224 a Igreja Cátara, no restante da região, desarticulou-se. Exilados, clandestinos, os ministros cátaros exerciam sua fé dissociados dos fiéis, desligados de bispos e diáconos. Com as casas hereges fechadas, destruídas ou queimadas, era atingida profundamente a economia da Igreja, que sobrevivia do trabalho artesanal das perfeitas e se alimentava da predicação itinerante dos perfeitos. Mas, durante os anos em que Raimundo VI e o jovem Raimundo se dedicaram a reconquistar suas terras e, principalmente, depois da morte de Simão de Montfort, o catarismo reflorescеu. Independentemente das dificuldades, a Igreja foi reestruturada com desconcertante rapidez. Em vez de desanimar-se, a heresia apareceu fortificada pelos longos anos de provas, pelas inúmeras feridas abertas, pela dor daqueles que não podiam atribuir a um Deus bom e Todo-Poderoso a barbárie do Mal. Guilhabert de Castres foi o mestre da reconquista espiritual, foi o artífice da transformação. A dedicação de Guilhabert e a ajuda prestada pelos condes de Toulouse, que conseguiram manter sua cidade longe dos assaltantes franceses, evitaram que o bispado de Toulouse fosse desmembrado como acontecera com os outros bispados cátaros. A audácia de Raimundo de Péreille em reconstruir o castelo e acolher os hereges foi vital para a sobrevivência do clero cátaro. Gaucelin e Guilhabert refugiaram-se na montanha e puderam contar com a dedicação de Bertrand Marty e vários outros ministros da Igreja Cátara. Eles foram os poderosos auxiliares da reconstrução da Igreja.

Na década de 1220, muitos diáconos conseguiram voltar às suas cidades de origem, dedicando-se às atividades que exerciam antes da cruzada. Gaucelin, a mais antiga autoridade da Igreja Cátara em exercício no tempo da reconquista, e Guilhabert reabriram, de cidade em cidade, casas hereges. Cada comunidade recriada, sob a direção de um superior e uma superiora, tinha por incumbência trabalho manual e predicação, educação espiritual e profissional de noviços. Eles fundaram diaconatos, que visitavam regularmente. Selecionaram titulares encarregados de cuidar das casas. Foram eles ainda que pressentiram a necessidade de renovar a geração de religiosos esgotada pela guerra e envelhecida pelos anos.

Gaucelin e Guilhabert deixaram Montségur em 1220. Gaucelin morreu em 1222. Guilhabert ascendeu ao posto de bispo de Toulouse. Nem a Igreja Cátara nem a nobreza do país poderiam encontrar sucessor mais eminente. O novo

bispo assumiu integralmente a missão espiritual. A nobreza local jamais lhe negou hospitalidade. Pregava aos nobres, aos burgueses, a alguns príncipes e a seus oficiais. Ordenava as mulheres, as maiores transmissoras do catarismo. Em 1226, bispados e diaconatos estavam organizados. Oficinas voltaram a funcionar e a prover a economia da Igreja. A fidelidade da nobreza do campo foi reconquistada pela intensa ação pastoral, pelos próprios príncipes envolvidos na renovação, direta ou indiretamente, através de seus oficiais. Com a partida dos franceses, a convivência pacífica entre hereges e católicos voltou a existir. Guilhabert fundou o quinto [38] bispado cátaro na região.

Pouco depois de o quinto bispado ter sido criado, a notícia da expedição real chegou ao país. Guilhabert de Castres estava em Toulouse e organizou a resistência espiritual. A cidade condal transformou-se em refúgio dos senhores decididos a lutar e ponto de encontro da hierarquia cátara. Guilhabert assumiu por completo seu papel de bispo. A nobreza o alojava, o mantinha, o visitava em busca de sermões. Também os membros das grandes famílias consulares privavam de sua companhia e de suas palavras. Cidadãos de todos os segmentos da sociedade foram o apoio seguro de Guilhabert, defendendo os bons cristãos e a Igreja dos amigos de Deus.

O Tratado de Paris foi outro golpe contra os hereges e um perigo para Montségur. Se para barões e cavaleiros representou humilhação e usurpação, para a Igreja Cátara significou o desmoronar do trabalho empreendido no espaço dos últimos dez anos. A submissão de Raimundo VII implicava a repressão da heresia, ação que ele devia providenciar como cristão reconciliado e como vassalo da Coroa. Estava claro, para os hereges, que Raimundo não tinha como escapar do controle da legação pontifical e do clero local, de um lado; dos oficiais reais, de outro. Além disso, com o tratado, Montségur passou às mãos de um vassalo do rei da França, acabando com as suseranias dos condes de Foix e Toulouse. Não bastassem tantas ameaças, o terror foi semeado, entre os cátaros, com o aparecimento das testemunhas sinodais, comissários da polícia episcopal encarregados de zelar, em cada diocese, pela conservação da fé e dos costumes. Elas estavam habilitadas a buscar, indagar, preparar o trabalho de autoridades religiosas e civis encarregadas de julgar e aplicar penas.

Raimundo de Péreille ignorou o tratado; ignorou também a cláusula que o desapossava e asilou o irmão, Arnaldo Rogério de Mirepoix, e o primo, Pedro Rogério de Mirepoix, ambos desapos- sados pela mesma cláusula. Muitos outros procuraram refúgio em Montségur, em casa de parentes e amigos. O *castrum* oferecia segurança, ar de inviolabilidade, impenetrabilidade, pela localização e pelas defesas naturais associadas às que foram construídas. Os vassalos do eixo Péreille-Mirepoix, os viajantes, as tropas de cavaleiros eram seguidores da

heresia.

Em 1232, Guilhabert, em nome da Igreja, pediu a Raimundo de Péreille que o acolhesse em Montségur e transformasse o *castrum* em sede e cabeça da Igreja dos hereges. Novamente, Raimundo hesitou. Montségur havia sido reconstruído para asilar e proteger os hereges, o que já o colocava em delicada situação. Guilhabert, agora, pedia que funcionasse como centro operacional da Igreja, o que significava abrir-se para pregações em praça pública, cerimônias de ordenação que reuniam multidões de fiéis, consolo dado a moribundos, feiras artesanais... Os cuidados de Raimundo não eram infundados, estavam no tempo da delação, da inquisição. Além disso, ele poderia ser expulso a qualquer momento, sem contar que o castelo não oferecia acomodação para tanta gente, não tinha território agrícola que suprisse as necessidades alimentares de seus habitantes. Eles dependiam, para sobreviver, da compra de gêneros de primeira necessidade, proibida pela Igreja Católica. Nada demoveu Guilhabert de fazer de Montségur a capital espiritual da Igreja Cátara. A clandestinidade não seria fácil, custaria caro, mas a Igreja, desde que se vira perseguida, acumulara um tesouro de guerra. Estava preparada para enfrentar as dificuldades. Raimundo de Péreille, mais uma vez, aquiesceu.

Organizar Montségur não foi difícil para quem, fazia tão pouco tempo, havia reestruturado a Igreja. Guilhabert distribuiu tarefas.

Homens e mulheres trabalhavam sem descanso. Ele, bispo do condado de Toulouse, não exercia sobre os fiéis apenas uma ascendência de ordem religiosa e moral. Guilhabert era o consultor para todas as horas e para todos os problemas. Era alvo de profunda solidariedade por parte de civis e militares. Ele e o então Filho Maior, Bertrand Marty, não foram somente pastores. Não se limitaram a pregar, consolar fiéis e moribundos. Durante os anos de lutas, aconselhavam nas questões jurídicas e políticas, arbitravam nas desavenças, negociavam nas situações mais difíceis, sem descuidar da intensa atividade religiosa que exerciam não só entre os perfeitos, mas também no interior da sociedade laica, com a qual mantinham constante contato.

Religiosos e laicos, militares e civis, mais de quinhentas pessoas, Montségur acolheu como residência fixa a partir de 1232. Todos trabalhavam. Durante o dia, os artesãos abriam suas oficinas e transformavam a cidade num grande centro comercial. Um formigueiro preocupado em produzir e consumir. Fundidores, ferradores e ferreiros trabalhavam os metais; lenhadores, carpinteiros e serralheiros, a madeira; sapateiros, seleiros e bolseiros, o couro. Os hereges utilizavam vidro e osso. Faziam serviço de amolador. As mulheres costuravam as roupas, e até o gibão para os soldados era feito por elas. Pedreiros e talhadores cortavam e lapidavam a pedra. Instalados no cume de uma rocha, a

água era preciosa, porque possuíam apenas cisternas que armazenavam a que caía da chuva. Um pátio para criação de animais garantia a carne para os fiéis que podiam comê-la. [39] Grãos, frutas, legumes e verduras, compravam-nos. Inúmeras pessoas, apesar das proibições, vendiam-lhes os gêneros de primeira necessidade. As trocas comerciais também eram abundantes. A atividade bancária era intensa. A Igreja, desprovida de bens imobiliários, clandestina, possuía como única riqueza o dinheiro vivo que garantia acumular um tesouro de guerra capaz de fazer frente às necessidades nos momentos de total desamparo. Para isso, contavam com depósito de fiéis, doação de moribundos, lucro de vendas. As populações que habitavam os arredores do*castrum* ajudavam os que estivessem em trânsito, suprindo-lhes necessidades, servindo-lhes de guias, escondendo-os, entregando-os em segurança a outro agente ou a uma nova escolta.

Enquanto Montségur se estruturava, enquanto os hereges trabalhavam para o conforto espiritual da população, nascia a Inquisição, em abril de 1233. Cem anos durou. Até a morte do último perfeito conhecido, queimado em 1321, as populações do Languedoc foram submetidas a tribunais arbitrários, à tortura, à condenação sem piedade ou discernimento, à fogueira. Procura e inquérito eram os procedimentos judiciários. Gregório IX criou duas inquisições paralelas, complementares, que trabalhavam em colaboração. Uma confiada à sociedade laica, instigada a procurar hereges, denunciá-los, dando crédito a testemunhos de homens a partir de catorze anos, de mulheres a partir de doze; outra entregue a bispos e arcebispos responsáveis pelas fogueiras. Os hereges ficaram ameaçados por leis civil e canônica. Eram inimigos de Igreja e Coroa. As autoridades civis tinham o poder, e o dever, de indagar, delatar. Cabia às autoridades religiosas julgar e condenar.

Gregório IX nomeou inquisidores; estabeleceu em bulas as normas do procedimento inquisitorial. Um inquérito na cidade, feito por informantes e espiões, listava as denúncias. Um sermão dirigido à população reunia católicos, hereges e seus protetores. Os que voluntariamente se apresentavam deviam confessar a heresia e abjurá-la. Eram absolvidos e recebiam as penitências de costume: peregrinações a lugares santos, cruzes costuradas às vestimentas. A Inquisição não tinha como finalidade vingar-se dos que haviam sido envolvidos em falsa fé, nem daqueles que se haviam tornado cúmplices de heresia com o propósito de ajudar parentes e amigos. Os que retornavam à unidade da Igreja eram bem recebidos. Porém o não comparecimento do citado atestava publicamente o compromisso com a heresia. A confissão do erro era oferecida aos ausentes, seguida de um prazo - o tempo da graça - para que se apresentassem de livre e espontânea vontade. Os que atendiam ao chamado

conheciam as acusações feitas sem que o nome do delator lhes fosse revelado. Podiam justificar-se, mas sem a ajuda de advogados. Caso conseguissem explicar-se, eram absolvidos, mas era preciso que o arrependimento fosse sincero e não movido unicamente pelo medo. O verdadeiro retorno à fé católica incluía provas de sinceridade, e eles deviam denunciar os que, como eles, haviam sido enganados. Caso se negassem a abjurar a heresia, ou a denunciar outros hereges, eram tratados com severidade. Condenados sem misericórdia. O mesmo acontecia com os que não se apresentavam, vencido o tempo da graça. Os faltosos eram considerados hereges confessos e condenados por contumácia. Eram procurados pela Inquisição, aprisionados, entregues ao braço secular, seus bens confiscados. Como nos processos civis, o procedimento devia ser acompanhado por um júri gabaritado e imparcial.

Também em abril de 1233, Raimundo VII promulgou solenemente edito contra os hereges. O documento, redigido pelo bispo de Toulouse, foi assinado por Raimundo VII, que não teve como fugir a obrigações assumidas com Igreja e Coroa. Já não podia oscilar entre dever e querer sob pena de ser desmascarado e tudo perder. Urgia conduzir a inquisição secular em seus Estados. Tudo foi disposto para obrigar Raimundo a perseguir os hereges. Conforme faziam com os fiéis arrependidos, exigiram do conde demonstrações de sinceridade. Que elas ultrapassassem as fronteiras de Toulouse. Montségur afrontava a Igreja, e Raimundo, apesar de diversas vezes ter enviado oficiais ao*castrum*, jamais aprisionou um único perfeito. Raimundo foi obrigado a mandar alguns oficiais condais a Montségur. O conde escolheu-os um a um. Cuidadosamente. Todos praticavam a heresia. Confabularam longamente com o bispo Guilhabert de Castres. Quatro perfeitos foram escolhidos para o sacrifício em benefício de Montségur. Seriam suficientes para atestar a sincera colaboração do conde. Os religiosos católicos aquietaram-se com a prisão dos hereges. Depois, os falsos algozes se encarregaram de deixar que os quatro homens escapassem.

Durante o resto daquele ano, Raimundo assistiu, sem nada poder fazer, ao início da Inquisição. Sofreu. Pés e mãos algemados. No ano seguinte, Gregório IX confirmou o edito promulgado, lembrou-lhe que devia confiscar bens de hereges e cúmplices. Quanto ao marquesado da Provença, confessou ao conde que desejava atendê-lo o mais rápido possível, mas, infelizmente, esbarrava ainda em problemas políticos de difícil solução. Aconselhou-o a ter paciência e a perseverar no zelo contra a heresia. Tão logo fosse viável, receberia o marquesado.

Raimundo VII decidiu agir. Foi ao encontro de Luís IX e Branca de Castela. Advogou sua causa. Defendeu seus direitos. Queixou- se de diversos prelados

que continuavam a reter domínios que lhe pertenciam. Luís IX escreveu ao papa. Pediu-lhe que o marquesado fosse restituído a seu legítimo herdeiro. Escreveu também aos prelados. Exigiu que devolvessem os feudos de Raimundo adquiridos ilegalmente. Raimundo VII foi a Roma. O papa entregou-lhe a Provença. O conde aproveitou para condenar a atuação inquisitorial em seus Estados. Raimundo retornou a Toulouse. Pouco depois, soube que Gregório IX escrevera a legado e bispos, recomendando- lhes prudência e uso de formas legais durante os processos. Não queria ouvir reclamações do conde nem da Coroa.

Os cônsules de Toulouse também souberam da bula expedida pelo papa condenando a ação dos inquisidores. Entenderam que o papa suspendia interrogatórios. Respiraram aliviados. Pouco depois, nobres de Toulouse, a maioria pertencente à família de Raimundo, foram convocados a depor. O povo se indignou. Os citados não compareceram, intimaram os monges inquisidores a abandonar os inquéritos e sair da cidade. Eles se negaram a interromper os processos. Os cônsules expulsaram-nos. Eles se esconderam em Carcassonne. De lá, pediram ao prior da catedral de Toulouse que os citasse novamente. Os cônsules prenderam o prior. Exilaram-no. Deram ordem de morte a qualquer outro que renovasse a intimação. Os monges apelaram ao prior de Saint-Gilles, que notificou outra vez os suspeitos. O consulado soube da renovação da ordem, não teve coragem de condenar os religiosos à morte, mas decidiu tirá-los da cidade.

Invadiram o convento. Interromperam o almoço. Pouparam sete doentes e um idoso. Em procissão, arrastaram os monges restantes pelas ruas de Toulouse. Enquanto eram banidos, cantavam o*Te Deurn* e o*Salve Regina.* Um dos inquisidores tomou o caminho de Roma. Queixou-se ao papa, acusou Raimundo de não saldar suas dívidas com os mestres; de deixar a Universidade à deriva; de entravar a ação da Inquisição; de autorizar os hereges condenados a permanecer em seus Estados; de procurar refúgios seguros para eles; de empregar conselheiros e familiares suspeitos de heresia em cargos públicos... Em resumo, o conde foi acusado de trair seus juramentos; declarado inimigo da fé católica; exortado a tudo reparar e a partir em socorro da Terra Santa, acompanhado de burgueses e cavaleiros para peregrinar por cinco anos como estipulado no Tratado de Paris. Foi também excomungado, suas terras interditadas. A mesma advertência foi feita aos cônsules. Alguns dias depois, Gregório escreveu ao rei. Pediu-lhe que Afonso de Poitiers, noivo de Joana de Toulouse, fosse preparado para tomar o lugar de Raimundo VII, que deveria partir para Jerusalém. Anunciou-lhe também as dispensas já concedidas para o casamento de Afonso e Joana, restando-lhes apenas escolher a data. Não esqueceu de pressionar Luís IX

para que exigisse do conde o cumprimento do tratado.

Entre setembro de 1237 e fevereiro de 1238, Gregório IX desligou-se dos inquéritos. Igreja e Império estavam em conflito. A Inquisição perdeu forças, mas Montségur continuou a afrontar a Igreja de Roma. Um perfeito usou de subterfúgios para ocupar os inquisidores e salvar perfeitos e fiéis. Apresentou-se espontaneamente no convento dos dominicanos. Foi acolhido, confessou-se arrependido. Durante dias, fez denúncias, citou nomes. Abjurou. As revelações desviaram a atenção dos inquisidores durante um bom tempo. Preocupados em castigar os acusados, todos já mortos, os católicos violaram seus túmulos, [40] exumaram seus corpos, arrastaram suas carnes putrefatas, seus ossos descarnados para fora da cidade. A cada leva de corpos, a fogueira era acesa e os religiosos agradeciam ao Senhor poder livrar o mundo de tão perniciosas criaturas. A Igreja rejubilou-se com os resultados obtidos; rejubilaram-se também os hereges. Antes queimassem os mortos que os vivos!

Diplomaticamente, Raimundo VII aproveitou o momento para pedir o adiamento de sua partida para Terra Santa; pleitear a diminuição do tempo de peregrinação; queixar-se, mais uma vez, do tratamento dado à seu pai. O esquife continuava abandonado na cocheira do Hotel dos Cavaleiros de Saint-Jean, à mercê de ratos para sua vergonha e a de seus sucessores. O conde sabia que o papa não lhe negaria alguns carinhos. Gregório necessitava de sua neutralidade ou mesmo aliança contra o imperador. O conde não se enganou quanto à solicitude de Gregório em adiar sua partida e reduzir seus castigos, mas, em relação à sepultura católica de Raimundo VI, o papa se manteve insensível aos apelos.

Em maio de 1238, Raimundo VII e os cônsules livraram-se da excomunhão. A Inquisição foi suspensa. Por três meses, ninguém seria citado, julgado, condenado, morto, mas até 1240 os inquisidores não haviam retornado. O visconde Raimundo II Trencavel aproveitou a trégua e voltou a Carcassonne. Exilado, o visconde só se apossou de Carcassonne quando da reconquista occitânica, em 1224, para novamente ser expulso pelo Tratado de Paris, em 1229. A volta de Raimundo II Trencavel provocou, entre os carcassonnenses, a revolta contra a ocupação francesa na cidade.

Raimundo VII não tomou parte no levante. Tinha inúmeras razões para não se engajar em nova guerra. A principal era política. O momento não era oportuno para posicionar-se abertamente contra Luís IX. O único interesse de Raimundo, para declarar guerra ao rei da França, seria denunciar o Tratado de Paris, mas não havia ainda conseguido a anulação de seu casamento. Se não devia combater ao lado de Trencavel, precisava colocar-se à disposição da Coroa, atitude jurídica imperiosa. Era vassalo do rei, e o superintendente do reino intimou-o a

guerrear contra os rebeldes em Carcassonne. Raimundo esquivou-se da ordem. Alegou necessidade de consultar o consulado antes de se unir aos franceses. Nada fez por Trencavel ou pelo rei, mas, quando os franceses cercaram e renderam Montréal, aliou-se ao conde de Foix para interferir. Os condes temiam a ocupação. Tentaram negociar. A Paz foi aceita, e Trencavel, mais uma vez, obrigado a retomar o caminho do exílio na Catalunha. O incidente deixou Raimundo em melindrosa situação, tão delicada quanto a que ficaria se tivesse ajudado Trencavel. Não colaborar com o rei era também quebrar o Tratado de Paris, negar ajuda a seu senhor, trair o juramento feudal. Raimundo VII só teve como saída usar de dupla política. Partiu para a França junto com o bispo de Toulouse. Em março de 1241, Raimundo submeteu-se a Luís IX. Pelo Juramento de Montargis, prometeu servi-lo fielmente contra vivos e mortos, combater os inimigos do país albigense; destruir Montségur se lhe fosse possível tomá-lo.

Com o juramento, Luís IX acreditou em vitória. Raimundo comprometeu-se a obedecer às ordens do papa e às de seu legado, dando por caução os cônsules de Toulouse e o conde de Foix; engajou-se na missão de destruir Montségur. O castelo continuava a chamar a atenção de religiosos e laicos, principalmente porque Raimundo VII, até então, não cerceara a liberdade de seus habitantes, não demonstrara vontade de tomar, assaltar, acabar com o *castrum,* que era local reconhecido por hereges e franceses como a capital da Igreja Cátara. Com o intuito de acalmar rei e papa e fazê-los acreditar em sua cooperação, disposição e boa vontade para combater a heresia, o conde de Toulouse propôs uma ação espetacular: o cerco de Montségur. No castelo, não houve agitação. Sabiam que Raimundo VII blefava. A proposta foi aceita. O cerco também, porém... Cerco sem ataque por parte de combatentes. Sem surtidas por parte de cercados. Sem catapultas ou outros engenhos de guerra. Durante um tempo, cavaleiros e soldados do conde lá ficaram acampados. Depois, desarmaram as barracas, guardaram tudo nas carroças e partiram tão pacificamente quanto haviam chegado. O conde jurou que, caso lhe fosse possível, destruiria Montségur. Ninguém podia acusá-lo de não ter tentado; ninguém podia recriminá-lo por não ter conseguido.

Jacques I de Aragão decidiu apoiar Raimundo VII. Juraram paz, concórdia e total colaboração para a defesa da fé católica, da Igreja de Roma, e para a extinção da heresia, em abril de 1241. Prometeram aliança contra inimigos comuns. Raimundo conseguiu ainda que o rei de Aragão o representasse junto à Santa Sé como advogado. Pedia sepultura eclesiástica para o pai; alongamento do prazo para o pagamento de multas; anulação da ordem de queimar as casas de hereges; substituição do procedimento inquisitorial em vigor por outro, mais suportável para o país; obtenção da anulação de seu casamento concomitante à

permissão para uma nova união. O rei de Aragão defendeu suas causas, mas empenhou-se na anulação do casamento de Raimundo. Não custou muito para que descobrisse que o pai do conde segurara sua esposa sobre a pia batismal. Ora, não era certo que se casasse um filho à afilhada! Independentemente do parentesco sanguíneo, priorizou-se o espiritual. O casamento se enquadrava nos casos que exigiam anulação. A sentença foi proclamada diante de grande público religioso. Faltava a Raimundo obter a dispensa da Igreja para a nova união. Ela foi concedida, mas o casamento só poderia ser celebrado em fevereiro de 1242, data prevista para a chegada da documentação oficial. Para desespero de Raimundo VII, Gregório IX morreu bem antes que o ano começasse. Celestino IV ascendeu. Reinou somente dezesseis dias. Dezoito meses foram necessários para que um novo papa, Inocêncio IV, ocupasse o trono de São Pedro. Raimundo foi obrigado a adiar a união.

Enquanto Raimundo VII se ocupava com a restituição do marquesado da Provença, com seu divórcio e um novo casamento, os inquisidores retomaram os inquéritos, reiniciaram as citações. Escolheram as vítimas entre toulousianos e habitantes de várias cidades do condado. Intimaram-nas a comparecer diante do tribunal. O retorno da Inquisição surpreendeu os occitânicos. Não lhes era possível o mutismo nem a falta sem que se expusessem à condenação por heresia. Impotentes diante da instituição, insurgiram-se contra seus representantes. Tramaram vingança.

Em maio de 1242, um mensageiro chegou a Montségur. Trazia uma carta para Pedro Rogério de Mirepoix. Ele leu atentamente o conteúdo da missiva. Sem testemunhas. No dia seguinte, reuniu cavaleiros e sargentos. Anunciou partida imediata para Avignonet. Prometeu aos companheiros saque rendoso e sossego para os hereges de Montségur. A tropa deixou o *castrum.* À noite, os sargentos espalharam-se do lado de fora das muralhas da cidade. Alguns cúmplices já os esperavam. Pediram paciência aos conjurados, porque os inquisidores estavam ainda à mesa. Algum tempo depois, abriram-lhes as portas da cidade. Os inquisidores dormiam, a tropa podia penetrar em Avignonet. Os invasores encaminharam-se ao torreão, subiram até a grande sala transformada em dormitório. Arrombaram a porta. Deram início à carnificina. Após o massacre, o saque. Levaram dinheiro, objetos, vestimentas... Não desprezaram os lençóis ensanguentados que funcionaram como estandartes da vitória; não dispensaram os registros inquisitoriais que continham nomes e informações de inúmeros suspeitos, um perigo para os hereges. Voltaram a Montségur.

O massacre de Avignonet teve enorme repercussão entre os religiosos e os franceses. Franciscanos e dominicanos foram levados a Toulouse, inumados em suas Ordens. Em pouco tempo, transformaram-se nos mártires de Avignonet.

Entre os occitânicos, a morte dos carrascos foi recebida com alívio, alegria e esperança. Acreditaram em libertação, em liberdade. Nove dias após o massacre, o conde de Toulouse foi, mais uma vez, excomungado; acusado de não ter extirpado de seus Estados hereges e heresia; de não ter obedecido aos inúmeros apelos de Igreja e Coroa. Montségur também sofreu as consequências do massacre. Padeceu com o isolamento, com o agravamento de sua situação econômica. O comércio com as cidades vizinhas cessou. Os habitantes da região, aos primeiros sinais de guerra, suspenderam vendas e trocas e se preocuparam em armazenar mercadorias, em transformá-las em reserva para ser consumida em vez de ser vendida. Pedro Rogério de Mirepoix, diante da nova leva de asilados em Montségur, ia com cavaleiros e soldados de cidade em cidade, à procura de grãos, frutas, verduras e legumes para abastecer o castelo. Quando os encontrava, comprava, porém muitos negociantes negavam-se a vender, e Pedro Rogério era obrigado a tomar o que precisava e estipular o preço que julgava justo.

A situação do conde piorou ainda mais quando, pouco depois do massacre, ares de rebelião contaminaram o condado. Raimundo, cego e surdo a perigos, entusiasmou-se, deu ordens para que os aliados se mantivessem em estado de alerta. Ele mesmo partiu em campanha. O levante se organizava sem que euforia deixasse espaço para realidade. Luís IX, desde janeiro, tinha carta branca do Parlamento para guerrear contra o insubordinado conde e, tão logo a notícia do massacre chegou a Paris, despachou, sob o comando de Humberto de Beaujeu, uma armada para o Languedoc. No fim de junho, e durante os dois meses seguintes, a armada real tomou várias cidades. Outras tantas se renderam antes até de serem cercadas. A armada real contava com a ajuda do clero languedociano, que rapidamente desarticulou a rebelião, desuniu senhores e fiéis vassalos.

Em outubro, Raimundo sofreu um golpe inesperado. Decisivo. Covarde. Rogério IV de Foix rompeu laços de fidelidade e homenagem com Toulouse, colocou-se como fiel vassalo do rei da França, prometendo-lhe socorro contra seus inimigos, entre os quais Raimundo. Traição atestada, guerra declarada. Raimundo lamentou que o amigo e companheiro de tantos combates abandonasse a causa e se unisse aos inimigos. O conde perdeu o mais fiel aliado, e com ele se foram as esperanças de libertação. Nada mais havia a fazer a não ser impedir que as coisas piorassem e nada restasse para salvar. O conde encarregou o bispo de Toulouse de tentar a Paz junto a Luís IX. Ao mesmo tempo, escreveu ao soberano implorando misericórdia para ele e para seus vassalos. Ofereceu-lhe fidelidade eterna, comprometeu-se a promover a fé católica em seus Estados, extirpar a heresia, castigar os que, para vergonha

occitânica, haviam ousado assassinar os inquisidores e seus companheiros. Raimundo não tinha como enfrentar Igreja e Coroa, como driblar seus acusadores, como se insurgir contra seus atacantes. Estava sozinho. Restou-lhe a rendição. Total.

A comunidade refugiada em Montségur estava condenada a depender de um único homem, Raimundo VII, imerso em problemas pessoais, respondendo por questões religiosas que o obrigavam a perseguir hereges e exterminar heresia; lutando contra a Inquisição monástica e defendendo sua substituição pelo inquérito episcopal local. O inverno chegou rigoroso, trazendo escassez e miséria para os cativos do*castrum.* Só o alimento espiritual não faltava. Bertrand Marty, bispo do condado de Toulouse desde a morte de Guilhabert em 1240, fazia grandes sermões para a nobreza reunida no castelo, para os que lá viviam.

Em janeiro de 1243, a Paz de Lorris foi assinada. Ao rei, Raimundo prometeu igual juramento por parte de barões, castelães, cavaleiros e consulado urbano. Entregava-lhe também, por um período de cinco anos, vários castelos. A rainha Branca de Castela, prometeu purgar seus Estados da heresia. Luís IX enviou comissários encarregados de obter o juramento dos vencidos, dos consulados das cidades, dos cavaleiros vassalos de Raimundo VII. Em dois meses, o Languedoc livre expirou. A Inquisição retornou. Recomeçaram citações, interrogatórios, penitências, condenações. Todos se submeteram ao rei, até salteadores e proscritos. Cidades e castelos do condado juraram fidelidade à Igreja e Coroa. Os antigos aliados de Raimundo também se curvaram aos poderes espiritual e temporal, obrigando o conde a obedecer.

Somente um castelo desconheceu a autoridade de papa e rei. Somente um se negou a obedecer, a se privar da liberdade de escolher crença e fé. Somente um se eximiu de jurar Paz à Igreja e Coroa, fidelidade aos mais poderosos. O*castrum* de Montségur. Tanta insubordinação e impertinência exigiam destruição. Papa e rei decidiram abatê-lo.

Na primavera de 1243, Raimundo VII deixou Toulouse. Planejava estar de volta antes que o ano acabasse. Mandou mensagem a Raimundo de Péreille e a Pedro Rogério comunicando sua chegada para antes do Natal. Para suprir sua falta enquanto estivesse ocupado em regularizar sua situação, enviou um especialista na construção de máquinas de guerra para ajudar os refugiados em Montségur. Também durante a primavera, milhares de homens o superintendente de Carcassonne trouxe sob seu comando para cercar a montanha. O cerco, porém, não interferiu na atividade desenvolvida pelos perfeitos. Tudo funcionava como se nada acontecesse. Bertrand Marty pregava, e seus sermões eram disputados por dezenas de fiéis, que, desligados de hierarquias sociais, se

misturavam para ouvi-lo. Perfeitos e perfeitas eram ordenados, e os fiéis não dispensavam a refeição comunal, o pão bento, [41] o beijo de paz, o*Pater* rezado pelos pastores. Apesar da perseguição e do perigo que corriam, os perfeitos não abandonaram as viagens pastorais e as faziam sob a proteção de soldados de Montségur. Naquele tempo, levando- se em consideração castelo, casas e cabanas, quatrocentas pessoas habitavam o*castrum.* Muitas fugidas da Inquisição dos últimos meses, divididas entre comunidade religiosa, perfeitos e perfeitas, e comunidade laica, constituída pelo clã senhorial, Péreille-Mirepoix, e cavaleiros, soldados, sargentos, besteiros, escudeiros, domésticos, proscritos, mensageiros, agentes de comunicação com o exterior, acompanhados de mulheres e filhos.

Enquanto Bertrand Marty gerenciava, do alto da montanha, a Igreja Cátara, Pedro Rogério de Mirepoix dedicava-se a reforçar, com homens e material de guerra, as defesas de Montségur. Comprou cordas para os engenhos de guerra, uma funda e uma besta. Enviou mensageiros aos que pudessem prestar socorro. Mesmo cercado, Montségur não interrompeu a comunicação com o exterior. Para isolá-lo em toda a sua extensão, seria necessário um efetivo muito maior do que o que estava sob o comando do superintendente. Os refugiados tinham outro trunfo. Contavam com homens que possuíam total domínio e conhecimento do terreno, o que lhes permitia enganar a vigilância das sentinelas. Muitos soldados que engrossavam as fileiras inimigas foram recrutados à força e, fiéis aos hereges, tornaram-se cúmplices dos defensores. Eram estes pequenos nadas reunidos que ainda permitiam receber víveres e reforços.

Em Montségur, o cerco comum estava fadado ao fracasso. A configuração da rocha impedia qualquer assalto direto ao castelo e recusava máquinas de guerra convencionais. Ainda que se tentasse a aproximação pelo lado da senda de acesso, os declives eram abruptos demais para fazer deslizar galerias cobertas, gatas e torres rolantes. Outra dificuldade ficava por conta do desnivelamento, que era imenso, para que se conseguisse tomar o castelo com tiros de catapultas. Montségur estava ao abrigo de balas, ataques frontais e sapas. Os franceses optaram por montar postos de guarda em lugares estratégicos. Era com certa alegria que os cercados viam as manobras fracassar; era com certa esperança que viam o inverno aproximar-se. Os comandantes da armada real deviam estar cientes de que, caso insistissem no cerco, se arriscavam a ver a armada condenada a longos meses de paralisação e em condições física e moral precárias. O inverno no vale de Montségur é extremamente rigoroso.

Enquanto em Montségur os hereges aguardavam, confiantes, a chegada de Raimundo, o conde via os dias passar e nada se resolver. Raimundo foi ao encontro do imperador Frederico em setembro. Precisava ser reconhecido como marquês da Provença. Não encontrou grandes dificuldades em negociar com ele,

mas o imperador ainda estava em conflito com Inocêncio IV e só o papa podia validar o acordo. Na tentativa de acelerar o processo, o conde prontificou-se a servir de intermediário nas negociações entre Igreja e Império. Redigiu cláusulas do acordo. Inocêncio aceitou-as. Sem restrições. Frederico rejeitou-as. Obstinado, Raimundo insistiu. Tinha pressa de voltar a Toulouse. Planejava arranjar ajuda e socorrer Montségur. A preocupação do conde não era infundada. Os cercados não estavam tão protegidos quanto acreditavam. Se a montanha era segura, se suas encostas não eram receptivas a máquinas de guerra, o oficial real era persistente, audacioso, e, percebendo que um ataque direto era impossível, voltou-se para a extremidade oriental, a Rocha da Torre, que, apesar de defendida, estava localizada no ponto mais baixo do sistema de defesa. Chegando até ela, seria possível montar catapultas e outras máquinas de arremesso e atingir o*castrum.*

No Natal de 1243, um grupo de assaltantes pisou na montanha, homens recrutados entre o povo e que conheciam bem o local. Gascões engajados na armada, por falta de simpatia pelos hereges, organizaram, durante a noite, a subida pelas abruptas falésias. Chegaram pelo ângulo leste da rocha, surpreenderam sentinelas, ocuparam o fortim. Armados com espadas, facões e punhais, degolaram os que encontraram. Quando amanheceu, já ocupavam boa posição para atacar o*castrum.* Os cercados tentaram bloquear o avanço inimigo, barrando a passagem com defesas edificadas às pressas. Retardaram a ação dos assaltantes, mas não impediram que avançassem. Os representantes da Igreja Cátara pressentiram o perigo, resolveram esconder o tesouro de guerra — ouro, prata, dinheiro vivo — cuidadosamente guardado para fazer face às despesas da comunidade religiosa com alimentos, pagamento de defensores e recompensas dadas às guarnições. Ainda que já não servisse para os bloqueados em Montségur, seria de grande ajuda para outros hereges perseguidos pelo país. Bertrand Marty escolheu dois homens para a operação. Eles procuraram cúmplices entre soldados e, graças aos cuidados dos aliados, escaparam de Montségur sem que fossem vistos pelos guardas e impedidos de executar a missão. Os dois hereges esconderam a preciosa carga numa gruta fortificada da região. Depois, os perfeitos tentariam reaver o tesouro evacuado.

No primeiro dia do novo ano, os cercados ainda esperavam o conde de Toulouse. Souberam que estava na Itália, tentando resolver seus problemas e trazer-lhes socorro. O mês de janeiro transcorreu sob o arremesso de pedras e combates mortais. Muitos fiéis cátaros tombaram sem que lhes fosse possível receber o consolo dos moribundos; muitos perfeitos morreram sem que pudessem recitar o *Pater.* Os hereges, amedrontados pela possibilidade da morte violenta que os impedia de receber o consolo salvador da alma, pediram a

Bertrand Marty que lhes prometesse que o receberiam, ainda que estivessem privados da palavra. O pacto foi aceito entre perfeitos e fiéis. À medida que os combates se tornavam mais frequentes e intensos, mais soldados se comprometiam com o pacto.

Em fevereiro, nada mudou. Os tiros de catapultas eram incessantes, ensurdecedores. As balas esburacavam muro, furavam teto. O voo das flechas fazia com que os cercados corressem de um lado para o outro, tornando a circulação dos defensores impraticável.

Na última semana do mês, as provisões começaram a faltar. As comunicações com o exterior foram cortadas, e não havia como receber víveres. Pedro Rogério racionou a comida, meia porção de fava para cada um. Os hereges dividiram suas reservas com a guarnição; desfizeram-se de objetos pessoais, conscientes de que, mesmo em caso de negociação, não seriam poupados. Os assaltantes atingiram os arredores do*castrum.* A situação piorava a cada hora. Esgotados ao anoitecer, os cercados esperavam o amanhecer sem saber o que lhes reservava o novo dia.

A comunidade religiosa não abandonou suas visitas rituais. Agia como se o medo da morte não a atingisse e a desesperança não existisse. Consolava moribundos; cuidava de enfermos; acalmava os que temiam morrer sem que tivessem salvado a alma. Corpo e vida nada significavam. Civis ou militares, religiosos ou laicos, humildes ou nobres, ninguém era poupado. O inferno completava dois meses. A sobrevivência no*castrum* tornou-se insuportável. Armas e máquinas rateavam, esgotadas. Pedro Rogério comandava uma guarnição em frangalhos, no limite de suas forças. Feridos e doentes eram muitos; mortos insepultos amontoavam-se por falta de terra que os acolhesse, disputavam espaço com os vivos, ameaçando a todos com epidemias. A água rareava, os víveres sumiam das prateleiras, o castelo estava em ruínas. Um novo assalto seria fatal para os sobreviventes. Em 1- de março, Pedro Rogério rendeu-se em nome da população do castelo. A decisão de cessar a resistência não foi aleatória. Bertrand Marty aprovou a rendição, promoveu-a. Jamais teve ilusões quanto à sorte da comunidade religiosa. Se Montségur fosse tomado, nem um abjuraria, todos morreriam na fogueira.

O acordo por levar ao superintendente de Carcassonne foi redigido por senhores e religiosos. Era preciso aproveitar qualquer vantagem que ainda restasse para negociar. A armada real também estava exausta após dez meses de cerco e combates diários. Todos ansiavam pela paz. Rogério pediu a libertação de laicos, soldados e civis; a revogação das condenações por contumácia; a anistia para os envolvidos com o massacre de Avignonet. Para perfeitos e perfeitas nada podia exigir. Porém, de comum acordo com Bertrand, incluiu,

como cláusula para a rendição, uma trégua de quinze dias. A notícia de que Raimundo VII chegaria nos primeiros dias de março foi o principal motivo para a exigência. Bertrand, entretanto, tinha outros interesses. Com a trégua, o bispo dos hereges teria tempo suficiente para que, como chefe supremo da Igreja Cátara, pudesse colocá-la em ordem; para que regularizasse a questão financeira e encontrasse uma maneira segura de fazer chegar à Lombardia, para a ajuda dos que lá se haviam refugiado, o tesouro escondido nas vésperas do Natal; para que os religiosos recebessem o consolo antes da morte.

O acordo foi firmado em março, aos dois dias do mês. Até o dia quinze, a trégua foi concedida. Aos dezesseis dias, a armada tomaria Montségur. Durante este período, a atividade do*castrum* foi intensa. Livres dos bombardeios, das saraivadas de flechas que impediam a circulação, perfeitos e perfeitas retomaram suas atividades normais. Entre os dias quatro e treze distribuíram, entre os que sobreviveriam, o que lhes restava de moedas, víveres, vestimentas. Ocuparam-se com sermões; organizaram com o pouco que lhes sobrara a santa refeição, em que não faltaram o pão bento por dividir nem o beijo de paz.

No domingo, 13 de março, bons cristãos e boas cristãs preparavam-se para o consolo que seria ministrado por Bertrand Marty, quando inúmeros fiéis foram até o bispo e pediram que fossem consolados. Homens e mulheres, nobres, proscritos, artesãos de todas as artes, que não eram perfeitos, optaram pelo suplício exatamente quando a rendição acabava de lhes garantir a vida salva! Privilegiaram, acima da carne, a salvação da alma.

A noite do dia 15 transcorreu em paz. Esperavam ainda a chegada de Raimundo. Pedro Rogério escondeu quatro perfeitos, que escapariam da fogueira que seria acesa no dia seguinte. Não por medo do fogo, o que seria uma traição à fé que haviam abraçado, mas para o cumprimento da missão que o bispo dos hereges lhes havia solicitado: recuperar o tesouro da Igreja e entregar a preciosa carga a companheiros clandestinos que dela necessitavam. Pedro Rogério organizou a fuga. Sob o torreão, ao norte, a rocha possuía cavidades naturais capazes de esconder os homens. À noite, foram amarrados a cordas e abaixados até as sinuosidades da pedra. Lá permaneceram até que pudessem escapar em segurança.

O dia 16 nascia quando chefes militares e religiosos da armada real subiram a montanha acompanhados dos inquisidores. Os que não estavam destinados à fogueira foram evacuados. Depois, responderiam a inquéritos. Os bons homens foram reunidos. Eram duzentos e vinte e quatro, incluindo os convertidos de última hora. Não armaram um tribunal para a Inquisição regular. Não fizeram interrogatórios. Não abriram processos. Não emitiram julgamentos. Os inquisidores agruparam os consolados. Perguntaram se estavam dispostos a

abjurar em nome da Igreja Católica. Nem um abjurou. Os hereges foram amarrados a tachos de madeira, arrastados até o pé da montanha. O vaiado foi preenchido com folhagem e madeira. O fogo crepitou. Homens e mulheres lançaram-se ao braseiro. Uma modesta esteia marca hoje o local provável do sacrifício ao pé da montanha. Gravada na pedra, singela e respeitosa homenagem:

"Als catars, als martirs del pur amor crestian." [42]

Raimundo continuava na Itália sem conseguir que Inocêncio e Frederico se entendessem. As negociações o ocuparam durante meses. Só em abril o conde chegou a Toulouse. Montségur já não precisava de sua ajuda. O*castrum* já não existia.

Montségur foi entregue, com quinze anos de atraso, ao seu senhor legal após o Tratado de Paris. Como toda construção ocupada por hereges, o castelo foi queimado. O novo senhor não erigiu residência. Edificou um posto militar e nele estabeleceu sua guarnição. Durante bom tempo, os que escaparam de Montségur mantiveram contato. Inúmeras vezes foram interrogados pela Inquisição. Depois dos interrogatórios, das confissões, optaram pelo esquecimento das provações impostas; pelo distanciamento das pessoas envolvidas, durante tantos anos, com os mártires da Igreja Cátara. Sargentos, vindos de várias regiões, retornaram a seus países de origem. Nobres, desapossados em favor de senhores franceses, foram reduzidos à miséria e, não fosse a caridade de parentes próximos, morreriam de fome. O poder nobiliário do clã Péreille-Mirepoix, senhores e castelães, devotados protetores dos hereges, dos bispos Guilhabert de Castres e Bertrand Marty, insubmissos que enfrentaram Simão de Montfort e a armada real foram reduzidos a nada. Senescalias reais ocuparam os viscondados de Béziers-Carcassonne.

Raimundo VII morreu em 1249, aos 52 anos. Sem filho varão. Seu cortejo fúnebre foi acompanhado pelo povo, que chorou a morte de seu conde, o fim da dinastia dos Raimundos de Toulouse, o desaparecimento de sua existência nacional. Afonso de Poitiers e Joana tomaram posse do condado. O casal morreu em 1271. Sem herdeiros. O condado foi definitivamente anexado à Coroa francesa.

A França ganhou novos limites, novos contornos. Transformou sua estrutura interna e externa. Abriu as portas que lhe deram acesso ao comércio mediterrâneo. O Languedoc foi reduzido a colônia; sua língua, a língua d'oc, passou a ser um simples*patois.*

O fim de Montségur, eleito sede e cabeça da Igreja dos hereges, não marcou o fim do catarismo. A resistência dos que acreditavam no batismo do Espírito Santo continuou sem ele. Perfeitos e perfeitas viveram em grutas e florestas, pregaram em surdina, distribuíram consolo a noviços e moribundos, perseguidos por delatores, intimados por inquisidores, ameaçados de aprisionamento, exílio e fogueira, mas... Cem anos de Inquisição reafirmaram a vitória da Igreja que se elegeu verdadeira, correta, universal, anunciaram a morte do catarismo. A caça aos hereges durou até a última fogueira, acesa em 1321.

QUADRO CRONOLÓGICO

1135-1145 - Predicação de Henrique de Lausanne.

1148 - 1° Concílio de Reims.

1157 - IIº Concílio de Reims.

1163 — Concílio de Tours.

Março de 1179 - 10° Concílio de Latrão.

1180 - Morte de Luís VII (1137-1180); ascensão de Filipe Augusto (1180 -1223).

1194 — Morte de Raimundo V; ascensão de Raimundo VI.

1194 - Morte de Afonso II de Aragão (1164-1194); ascensão de Pedro II (1194-1213).

8/1/1198 - Morte de Celestino III (1191-1198); ascensão de Inocêncio III (1198-1216).

Outono de 1203 - Missão de Pedro de Castelnau e Raul de Fontfroid.

29/12/1203 - Juramento de Toulouse.

1204 - Reconstrução de Montségur.

Verão de 1206 - Missão de Diogo de Osma e Domingos de Guzmán.

Primavera de 1207 - Conferência de Montreal.

Abril de 1207 - Liga da Provença.

Fim de abril de 1207 - Excomunhão de Raimundo VI.

14/1/1208 - Morte de Pedro de Castelnau.

28/3/1208 - Nomeação de Arnaldo Amauri como chefe espiritual da Cruzada.

18/6/1209 - Penitência de Raimundo VI em Saint-Gilles.

Junho de 1209 - Início da Cruzada Albigense.

22/6/1209 - Tomada de Béziers.

3/8/1209 - Tomada do Burgo de Carcassonne.

7/8/1209 - Tomada de Castellar.

15/8/1209 - Submissão de Raimundo Trencavel, visconde de Béziers-Carcassonne.

Agosto de 1209 - Simão de Montfort eleito chefe militar da cruzada, senhor de Béziers-Carcassonne.

10/11/1209 - Morte de Raimundo Rogério Trencavel.

Março de 1210 - Tomada de Bram.

22/7/1210 - Tomada de Minerva.

Julho de 1210 - Concílio de Saint-Gilles, nova excomunhão de Raimundo VI.

Agosto de 1210 - Tomada de Termes.

22/1/1211 - Conferência de Montpellier.

3/5/1211 - Tomada de Lavaur.

Primavera de 1211 - Tomada de Montferrand, traição de Baudouin.

17/6/1211 a 29/6/1211 - Primeiro cerco de Toulouse.

Outono de 1211 - Tomada de Castelnaudary.

Março de 1212 — Investidura de Arnaldo Amauri como arcebispo e duque de Narbonne.

20/5/1212 — Tomada de Saint-Antonin.

25/7/1212 - Tomada de Penne.

8/9/1212 - Tomada de Moissac.

Novembro de 1212 - Estatuto de Pamiers.

27/1/1213 - Juramento dos barões occitânicos ao rei Pedro II. 12/9/1213 - Batalha de Muret; morte de Pedro II, rei de Aragão.

Fevereiro de 1214 - Morte de Baudouin.

25/4/1214 - Juramento de Toulouse ao legado Pedro de Bénévent.

Fim de novembro de 1215 - IV^{o} Concílio de Latrão.

7/3/1216 — Juramento de Fidelidade dos habitantes de Toulouse.

8/3/1216 — Juramento de Simão de Montfort.

Abril de 1216 - Supressão do Consulado de Toulouse.

10/4/1216 - Ato de Investidura de Simão de Montfort.

Maio de 1216 - Raimundo VI e Raimundo VII tomam Beaucaire.

16/7/1216 - Morte de Inocêncio III.

18/7/1216 - Ascensão de Honório III (1216-1227).

Setembro de 1216 - Segundo cerco de Toulouse.

13/9/1217 - Volta de Raimundo VI a Toulouse.

Fim de setembro de 1217 - Nomeação do novo Consulado de Toulouse.

15/4/1218 - Massacre em Nova Toulouse.

Início de junho de 1218 - Chegada de Raimundo, o Jovem, a Toulouse.

24/6/1218 - Batalha em Toulouse.

25/6/1218 - Morte de Simão de Montfort.

26/6/1218 - Investidura de Amauri de Montfort.

Primavera de 1219 - Batalha de Baziège.

Junho de 1219 — Massacre e saque de Marmande.

17/6/1219 - Terceiro cerco de Toulouse.

6/3/1222 - Regulamentação do Consulado de Toulouse.

14/5/1222 - Amauri de Montfort oferece as terras conquistadas ao rei Filipe Augusto.

Agosto de 1222 - Morte de Raimundo VI.

21/9/1222 - Ascensão de Raimundo VII.

1222 — Morte de Gaucelin, bispo cátaro do condado de Toulouse; ascensão de Guilhabert de Castres.

14/7/1223 - Morte de Filipe Augusto; ascensão de Luís VIII, (1223-1226).

14/1/1224 - Armistício de Carcassonne - fim da Cruzada de 1209.

16/1/1224 - Raimundo Trencavel ocupa Carcassonne.

Fevereiro de 1224 - Luís VIII decide a favor da cruzada real.

22/8/1224 - Abertura do Concilio de Montpellier.

29/9/1225 - Morte de Arnaldo Amauri.

29/11/1225 - Concílio de Bourges.

30/1/1226 - Luís VIII toma a cruz.

Setembro de 1226 - Rendição de Avignon.

8/11/1226 - Morte de Luís VIII.

29/11/1226 - Coroação de Luís IX, em Reims (1226-1270); Branca de Castela se torna a regente.

18/3/1227 - Morte de Honório III.

19/3/1227 - Ascensão de Gregório IX (1227-1241).

Janeiro de 1229 - Documento de Meaux.

12/4/1229 - Tratado de Paris.

24/5/1229 — Inauguração da Universidade de Toulouse. Novembro de 1229 - Concílio de Toulouse.

1232 - Guilhabert de Castres ocupa Montségur e o transforma em sede da Igreja Cátara.

20/4/1233 - Nascimento da Inquisição.

20/4/1233 — Raimundo VII promulga édito contra os hereges.

7/9/1240 a 12/10/1240 - Volta de Raimundo II Trencavel; cerco de Carcassonne.

1240 - Morte de Guilhabert de Castres.

14/3/1241 - Juramento de Montargis.

Abril/agosto de 1241 - Cerco de Montségur.

18/4/1241 — Aliança entre Jacques I de Aragão e Raimundo VII.

11/8/1241 — Anulação do casamento de Raimundo VII. 22/8/1241 - Morte de Gregório IX.

25/10/1241 - Ascensão de Celestino IV (1241-1241). 22/5/1241 - Volta da Inquisição.

28/5/1242 - Massacre de Avignonet.

Meados de 1242 - Armada real chega ao Languedoc sob o comando de Humberto de Beaujeu.

5/10/1242 - Traição de Rogério IV de Foix.

Janeiro de 1243 — Paz de Lorris; rendição de Raimundo VII. Fevereiro/março de 1243 - Submissão do Languedoc. Maio/junho de 1243 - Cerco de Montségur.

25/6/1243 - Ascensão de Inocêncio IV (1243-1254).

Natal de 1243 — Os salteadores alcançam a Rocha da Torre em Montségur.

1/3/1244 - Rendição de Montségur.

13/3/1244 - Conversão e ordenação dos fiéis em Montségur. 15/3/1244 — Quatro perfeitos escapam de Montségur para recuperar o tesouro de guerra.

16/3/1244 — 224 perfeitos queimados aos pés da montanha. Abril de 1244 - Raimundo VII consegue voltar a Toulouse. 1249 - Morte de Raimundo VII.

NOTAS

1 Região onde se desenvolveu a heresia.

2 A excomunhão decretava a morte civil de um feudatário. Excomungado, o feudatário perdia serviço militar, ajuda e conselho de parentes, amigos e vassalos. A interdição paralisava a vida religiosa da cidade. Impedia o povo de receber sacramentos que eram de extrema importância para o homem medieval.

3 Bernardo de Clairvaux, São Bernardo, foi a maior autoridade religiosa da época. Fundador da abadia, foi seu primeiro abade.

4 No século XII, os franceses eram os que viviam acima do Loire e do Reno, independente das várias regiões — como Bretanha, Normandia, Picardia - falantes de dialetos diferenciados. Na época, a França era somente a Ile-de-France e seus arredores.

5 O gentílico relativo a Toulouse não está dicionarizado. Optamos por toulousiano, porque tolosano, forma dicionarizada, refere-se a Tolosa, antigo nome da cidade.

6 A vassalagem fundava-se num dos atos mais importantes para os cristãos: o juramento. A sociedade, organizada numa hierarquia de vassalos e senhores, culminava no rei. Os senhores juravam socorrer os vassalos em momentos difíceis, comprometiam-se com justiça, ajuda financeira, apoio de armas; os vassalos prometiam serviço militar, ajuda e conselho. O devotamento recíproco incluía ainda, da parte de cada um, a obrigação de não praticar nenhum ato capaz de prejudicar o outro.

7 A designação herege perfeito e perfeita foi usada pelos inquisidores para distinguir os simples fiéis dos pastores da Igreja Catara. O termo não implicava nenhuma perfeição moral; ao contrário, era pejorativo. Os hereges designavam-se cristãos, amigos de Deus, bons homens e boas damas.

8 Os hereges não estavam errados quando se atribuíam a designação de cristãos. A heresia era um cristianismo. O que marcava o cristão cátaro ou o ortodoxo era o batismo. Os hereges o recebiam, após três anos de iniciação, pela imposição das mãos; o redentor era Cristo; o livro sagrado era o mesmo utilizado pela Igreja de Roma.

9 A Gasconha era uma antiga região situada entre o rio Garona e os Pireneus.

10 Os dualistas mitigados acreditavam em um único Deus, criador de todas as coisas, incluindo o diabo, que, inicialmente bom, se corrompeu em razão do livre-arbítrio e se revoltou contra o Pai. Para os dualistas absolutos, havia um Deus criador de todas as coisas boas, que não era o Deus do Velho Testamento, mas havia também uma raiz do Mal, um Princípio maligno cujas manifestações eram eternas.

11 Os hereges professavam o docetismo, doutrina que acreditava que Cristo só esteve na Terra em aparência. Revestido de um corpo espiritual, invisível aos olhos humanos, sua humanidade física era ilusória.

Muitas heresias, no início do cristianismo, liberavam o sexo, promoviam orgias e acreditavam que, pela exacerbação do ato sexual, os fiéis se purificavam. Entre os cátaros, o sexo era condenado e só era permitido aos fiéis, e, mesmo entre eles, o casamento não era incentivado. Aos bons cristãos, o sexo era terminantemente proibido e castigado.

12 Os cátaros não batizavam os bebês. As crianças que morriam sem batismo estavam salvas. As que recebiam o batismo pela água, quando convertidas ao catarismo, podiam renunciar a ele ou não. O ritual não exigia a renúncia: o batismo pela água não era prejudicial, era apenas inútil.

13 Os dualistas absolutos acreditavam na reencarnação. Os seres humanos reencarnariam até que sua alma fosse salva. O ciclo de reencarnações só terminaria quando recebessem o consolo de ordenação e fossem revestidos pelo Espírito.

14 Os hereges, ao abjurar, prometiam descobrir, denunciar, e até prender, os infiéis de sua seita ou os de qualquer outra. O acusado que abjurava era absolvido desde que se comprometesse com penitências para provar que sua renúncia era verdadeira; desde que estivesse disposto a delatar os outros para provar sua sinceridade. Os relapsos, nome dado aos que abjuravam e depois retornavam ã heresia, não se beneficiavam de nenhuma indulgência. Eram condenados à fogueira.

15 O censo anual era um contrato. O indivíduo se comprometia a pagar a outro certa quantia em dinheiro. No caso, os vassalos da Santa Sé eram obrigados a contribuir em proveito de seu senhor superior, o papa.

16 A homenagem era o ato pelo qual o vassalo, mãos juntas entre as do senhor, confirmava o juramento sagrado de fidelidade e vassalagem. Era normalmente acompanhada pela outorga de um feudo.

17 O crime de lesa-majestade era a adoração de outro Deus. Na medida em que os hereges não adoravam o Deus do Velho Testamento, cometiam o mais grave delito, a pior ofensa contra a Igreja.

18 A designação de cátaros apareceu por volta de 1150. Alguns estudiosos

contestam a corrente que acredita que a palavra veio do grego *catharos*, com o sentido de puros, uma invenção do século XIX. No século XII, os hereges eram chamados cátaros, porque se divulgava que beijavam o rabo dos gatos. O gato era um dos símbolos do diabo. Logo, *cátaro*, palavra que veio do latim *catus*, era uma injúria, uma acusação insultuosa, pejorativa, que assimilava os hereges aos odiosos adoradores do diabo.

19 Albigense designa não somente os habitantes de Albi, mas todos os hereges do Languedoc. O termo apareceu nos atos do Concilio de Tours, em 1163. É possível que a passagem de São Bernardo de Clairvaux em Albi, em 1145, seja a origem da denominação genérica.

20 A reverência, *melioramentum*, era o único rito dos fiéis. Consistia numa saudação, uma adoração, marcada por três genuflexões e um pedido de bênção que os fiéis endereçavam aos bons cristãos quando se encontravam em sua presença.

21 Naquela época, não se praticava o conceito de liberdade em relação a indivíduos ou a comunidades. A liberdade não era um direito natural, mas um direito adquirido. Era um privilégio, uma imunidade conquistada. Logo, Toulouse precavia-se contra a possibilidade de perder suas liberdades.

22 Os hereges mortos e sepultados em terra cristã, quando denunciados, eram desenterrados, seus despojos queimados. Os toulousianos tentavam evitar que os mortos fossem molestados.

23 A expedição militar era, para Inocêncio, a ocasião de conseguir ingerência sobre o reino e afirmar a soberania do poder espiritual sobre o temporal.

24 Domingos de Guzmán, São Domingos, nasceu em 1170. Em 1198, tornou-se monge de Osma. Consagrou-se à conversão dos albigenses. Criou um mosteiro para mulheres que abjuraram a heresia. Fundou, em Toulouse, a Ordem dos Frades Pregadores. São Domingos morreu em Bolonha, em 1221. Foi canonizado por Gregório IX, em 1234.

25 O antissemitismo, entre cruzados, senhores franceses e até clérigos, contrastava com a convivência pacífica que os judeus encontravam entre os occitânicos.

26 A gata era uma máquina de guerra semelhante à catapulta.

27 Albigeois, região albigense, era designação comum para a região ao redor da cidade de Albi. Outras cidades importantes nomeavam regiões como: Toulousain, Agenais, Carcassès...

28 Palavras do trovador Guilhem Augier. *L'Epopée Cathare*, vol. I, p. 323.

29 Referente aos habitantes do Roussillon, região cujos limites correspondem aos do departamento dos Pireneus orientais.

30 Prometer ajuda e conselho significava comprometer-se com serviço militar e contribuição pecuniária.

31 A morte por enforcamento era vergonhosa, significava traição do juramento de vassalagem e fidelidade ao senhor superior. No caso de Baudouin, era mais grave ainda. Envolvia traição dos laços de sangue em relação a Raimundo VI; dos laços de amizade em relação aos compatriotas.

32 Gentílico para Tarascon, cidade ao sul do país que deve seu nome a um animal lendário monstruoso que se dizia habitar as margens do Ródano.

33 Antiga medida de peso, equivalente a oito onças.

34 Descrição de Pierre des Vaux-de-Cernay. *L'Epopée Cathare*, vol. III, p. 106.

Foi da unção dos reis da França que derivou o poder taumatúrgico. O óleo com o qual o rei era ungido na sagração adquiriu poderes sobrenaturais. Provinha da Santa Ambula e tinha sido trazido por uma pomba, símbolo do Espírito Santo.

35 O primeiro soberano francês a fazer uso do toque miraculoso para curar as escrófulas foi Filipe I (1060-1108), pai de Luís VI. O ritual só terminou com a Revolução e a queda da monarquia.

36 Libras tornesas eram moedas cunhadas em Tours.

37 Os bispos cátaros eram assistidos por um Filho Maior e um Filho Menor. O Filho Maior era o futuro bispo.

38 Os quatro bispados eram os do Toulousain, do Albigeois, do Carcassès, do Agenais. O quinto foi criado na região do Razès.

39 Somente os fiéis tinham permissão para comer carne. Eles eram livres, e seus pecados não eram considerados graves. Os perfeitos viam na carne o produto da procriação e proibiam sua ingestão.

40 A violação de túmulos não repugnava os hereges. Os corpos não mereciam respeito, eram considerados obra do Princípio do Mal.

41 A refeição dos perfeitos incluía o fracionamento ritual do pão, e sua bênção, e a recitação do *Pater,* só permitida aos perfeitos. No curso da refeição, cada um devia recolher suas migalhas e levá-las consigo. O ritual acabou assumindo valor de relíquia, e muitos conservavam as migalhas benzidas pelos perfeitos.

42 "Aos cátaros, aos mártires do puro amor cristão."